

V.
36 n.1

ISSN 2236-4242

jan-abr 2023

LINHA D'ÁGUA

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo



Revista Linha D'Água

Instituição

Universidade de São Paulo

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Paulo Martins
Vice-diretora: Ana Paula Torres Megiani

Revista

Editor-chefe

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Universidade de São Paulo, Brasil

Editor Associado

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil

Editores convidados

v. 36, n. 1 – jan.-abr. 2023

Patricia Carvalhinhos

Universidade de São Paulo, Brasil

Adriana Tavares Lima

Universidade de São Paulo, Brasil

Revista Linha D'Água

Equipe técnica

Revisão e normalização de Língua Portuguesa

André de Oliveira Matumoto

Universidade de São Paulo, Brasil

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Universidade de São Paulo, Brasil

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Verônica dos Santos Modolo

Universidade de São Paulo, Brasil

Yuri Andrei Batista Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Université Paris Cité, França

Revisão da Língua Inglesa

André de Oliveira Matumoto

Universidade de São Paulo, Brasil

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Verônica dos Santos Modolo

Universidade de São Paulo, Brasil

Revisão da Língua Francesa

Nathalia Akemi Sato Mitsunari

Universidade de São Paulo, Brasil

Yuri Andrei Batista Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Université Paris Cité, França

Assistência editorial

Theodoro Casalotti Farhat

Universidade de São Paulo, Brasil

Editoração

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo, Brasil

Revista Linha D'Água

Indexadores



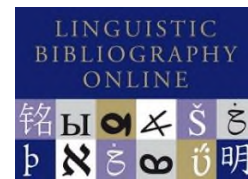
Web of Science - ESCI
Emerging Sources Citation Index
Presente no JCR desde 2020



Latindex
Sistema Regional de Información en Línea para
Revistas Científicas de América Latina, el Caribe,
España y Portugal



MLA
Modern Language Association Database



Linguistic Bibliography



DOAJ
Directory of Open Access Journals



REDIB
Red Iberoamericana de Innovación y
Conocimiento Científico



Diadorim
Diretório de Políticas Editoriais das Revistas
Científicas Brasileiras



EZB
Elektronische Zeitschriftenbibliothek
(Biblioteca de Periódicos Eletrônicos)



OAJI
Open Academic Journals Index



Google
Google Scholar

Revista Linha D'Água

v. 36, n. 1 – jan.-abr. 2023

Editor-chefe

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Universidade de São Paulo, Brasil

Editores convidados - v. 36, n. 1 – jan.-abr. 2023

Patricia Carvalhinhos

Universidade de São Paulo, Brasil

Adriana Tavares Lima

Universidade de São Paulo, Brasil

Comissão científica - v. 36, n. 1 – jan.-abr. 2023

"Toponímia, seus caminhos: Tradição e inovação no estudo dos nomes de lugares"

Adriana Tavares Lima (USP, Brasil)
Alexander Yao Cobbinah (USP, Brasil)
Alexandre Melo de Sousa (UFAC, Brasil)
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UFMS, Brasil)
Aparecida Negri Isquerdo (UFMS, Brasil)
Bruno Misturini (UCS, Brasil)
Carmen Maria Faggion (UCS, Brasil)
Cezar Alexandre Neri Santos (UFAL, Brasil)
Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG, Brasil)
Karylleila dos Santos Andrade Klinger (UFT, Brasil)
Kênia Mara de Freitas Siqueira (UEG, Brasil)
Kleber Eckert (IFRS, Brasil)

Márcia Santos Duarte de Oliveira (USP, Brasil)
Margarita Maria Correia Ferreira (Universidade de Lisboa, Portugal)
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG, Brasil)
Maria Célia Dias de Castro (UEMA, Brasil)
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda (UEFS, Brasil)
Marilza de Oliveira (USP, Brasil)
Martin Jayo (USP, Brasil)
Natal Almeida Simões Neto (UEFS, Brasil)
Tereza Tayná Coutinho Lopes (IFPA, Brasil)
Thomas Daniel Finbow (USP, Brasil)
Vagner Camilo (USP, Brasil)

Sumário

Editorial

Toponímia, teoria e método.

Retratos de tradição e inovação

Toponomastics, theory, and method.

Portraits of tradition and innovation

1-20

Patricia Carvalhinhos

Adriana Tavares Lima

Artigos originais

O resgate da memória: o topônimo do bairro ouro-pretano

Cabeças

21-39

Fernanda Kelly Mineiro Fernandes

Soélis Mendes

Toponímia, léxico e cultura: a atividade de nomeação em

narrativas sobre a festa de Nossa Senhora da Abadia

(Jataí/ Estado de Goiás)

40-58

Rennika Lázara Dourado Cardoso

Lidiane Silva Araújo Guimarães

Vanessa Regina Duarte Xavier

A nomeação toponímica como forma de exclusão: uma

análise dos nomes de avenidas, ruas e travessas da cidade

de Oeiras-PI

59-81

Messias dos Santos Santana

Layane Albuquerque de Moura

Bahia heterográfica

82-98

Patricia Andrea Borges

Contribuições do estudo hidronímico tocantinense: dos

documentos oficiais à sala de aula

99-114

Verônica Ramalho Nunes

Karylleila dos Santos Andrade

De Gonçalo Gonçalves a General Câmara, topônimos soterrados: Pedro Nava e a memória que descansa sob asfalto de larguíssima avenida 115-129

Antonio Rafael Marçal da Silva

Martin Jayo

Uma descrição inicial dos Topônimos do Setor Autônomo de Bissau 130-159

Baticã Braima Ença Mané

Amanda Macedo Balduino

Hispanic toponymy of Chile: linguocultural and linguopragmatic approach 160-182

Irina A. Martynenko

A Persistência ou o Uso Não Oficial de Topônimos Coloniais na Cidade de Maputo, Moçambique 183-202

Jose Jorge Mahumane

Joel das Neves Tembe

Entrevistas

Entrevista com José d'Encarnação: toponímia portuguesa e Epigrafia Romana, ou uma aventura ao passado mediada pelos nomes de lugares 203-210

José d'Encarnação - entrevistado

Patricia Carvalhinhos - *entrevistadora*

Mônica Soares - *entrevistadora*

Intervista a Maria Giovanna Arcamone: un viaggio attraverso l'onomastica e la toponomástica
Interview with Maria Giovanna Arcamone: a journey through Onomastics and Toponomastics 211-220

Maria Giovanna Arcamone - entrevistada

Patricia Carvalhinhos - *entrevistadora*

Giacomo Giuntoli - *entrevistador*

Editorial

Toponímia, teoria e método. Retratos de tradição e inovação

Patricia Carvalhinhos 

Universidade de São Paulo, Brasil
patricia.carv@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-2188-9497>

Adriana Tavares Lima 

Universidade de São Paulo, Brasil
adrianatlima@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-9797-8467>

Palavras iniciais

Receber um convite para a organização de um dossiê temático é sempre uma alegria e, sem dúvida, um desafio. Este é o segundo dossiê que organizamos desde 2020, com propostas diferenciadas. Se a ciência onomástica vem experimentando avanços consideráveis após os anos 2000 graças ao impulso de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (por nós aqui homenageada tanto na figura de pesquisadora séria, orientadora querida de uma das organizadoras, quanto pessoa), por outro é fato que existe um interesse mais declarado, nos anos recentes, à onomástica pessoal ou antroponímia.

Esses dados acabaram emergindo à percepção após evidenciar-se durante as duas fases do projeto *Para uma historiografia dos estudos onomásticos no Brasil* (2016-2019), coordenado por Carvalhinhos e ligado ao grupo de trabalho (GT) International Bibliography of Onomastic Sciences (IBOS), grupo que trata da recolha e análise da bibliografia onomástica no mundo, ligado ao International Council of Onomastic Sciences (ICOS). Durante aqueles anos, a proposta do GT assumiu um viés quantitativo, extremamente relevante para que traçássemos uma linha evolutiva da pesquisa onomástica no Brasil e percebêssemos o quanto os esforços de Dick foram recompensados, além de viabilizar a compreensão da dispersão dos estudos por todo o território brasileiro graças à expansão dos programas de pós-graduação no último quartel do século XX e início do século XXI.

Docente e pesquisadora há muitos anos, uma das organizadoras possui ampla experiência, atuando, também, como avaliadora *peer reviewer* emitindo pareceres para revistas brasileiras e estrangeiras. Sua *expertise* também evidencia um fato: embora pesquisas envolvendo Toponímia¹ sejam muito frequentes, a antroponímia, carregada, talvez, pelo impulso

¹ A exemplo do que já fizemos em outros artigos, diferenciamos a disciplina e o elenco de nomes pelo uso de

do projeto *Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, liderado pela Prof.^a Dr.^a Juliana Soledade Barbosa Coelho (Universidade Federal da Bahia - UFBA) e pelo recente lançamento do livro de autoria de Amaral e Seide (2020) sobre a antroponímia no Brasil, vem crescendo e talvez consolidando-se como preferida entre muitos pesquisadores iniciantes, pelo menos em nosso país.

Não obstante, a Toponímia continua sendo a vedete da Onomástica brasileira, e embora nos últimos anos haja recrudescido um interesse maior na onomástica pessoal é fato inegável que vários grupos bem articulados vêm produzindo pesquisa sobre os nomes de lugares em todos os níveis de formação – iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, em todas as regiões do país.

A necessidade de autoavaliação constante é uma realidade, seja em termos corporativos, equipes ou mesmo individual. Nesse sentido, um dossiê temático constitui-se, sem dúvida alguma, um excelente termômetro e gatilho para autoavaliações, além de exibir aos leitores interesses e rumos dos projetos, enfim, contribuir para a reflexão de um estado da arte. Este dossiê é, em parte, esse termômetro. Em parte porque, obviamente, suas contribuições não representam tudo o que se pesquisa no país, sendo de alcance limitado.

Não deixa de representar, contudo, uma parcela dos atuais interesses em pesquisa não apenas pelos artigos em si, mas pelas referências consultadas. Essa amostragem constitui-se um retrato, palavra que escolhemos para compor o título deste editorial. Retrato liga-se automaticamente a duas outras palavras constantes nas entrevistas, *espelho* e *fotografia*. Tanto este artigo editorial destaca *frames* ou quadros da toponímia brasileira e de toponímia geral quanto evidencia uma das premissas mais clássicas da função dos topônimos, apontados pela entrevistada Arcamone como “[...] fotografias da natureza dos lugares, conhecimento cartográfico e da história da paisagem [...]”² (tradução nossa). Como se pode notar, novidades e legados transpiram de artigos e entrevistas e, por isso, fica válida a premissa proposta pela chamada, a qual convocava autores para enviarem contribuições visando a tradição e inovação na Toponímia, para que pudéssemos diagnosticar a quantas anda a pesquisa em Toponímia no Brasil e, eventualmente, em outros lugares.

Além de captar contribuições de várias regiões do Brasil, viabilizando essa análise sobre os rumos da pesquisa e os tão almejados retratos, recebemos também reflexões vindas de outros países. Uma explora o sistema toponímico chileno, cujos pontos similares ao sistema toponímico do Brasil – mormente no que concerne à presença de línguas em contato – traz informações que são de interesse para qualquer pesquisador. Há, ainda, duas contribuições

letras maiúscula e minúscula, respectivamente. Mantemos Toponímia para o nome da disciplina, como explicamos mais adiante, por uma questão de uso histórico no Brasil.

² Do original em inglês: “[...] toponyms are often photographs of the nature of the places; cartographic knowledge; knowledge of the history of that landscape [...]”. Cf. a entrevista realizada por Giuntoli na seção *entrevistas*.

retratando diferentes quadros da toponímia no continente africano. Ambas são relevantes para entender tanto a dinâmica da toponímia portuguesa em outros locais de colonização quanto o processo contrário, decolonial, que vem ocorrendo nas últimas décadas. Nesse sentido, Guiné Bissau e Moçambique estão presentes no dossiê, representando dois países estrangeiros. Outras duas contribuições internacionais – uma vinda de Portugal e a outra da Itália – são noticiadas em forma de entrevistas, as quais trataremos em seção particular, após a apresentação dos artigos.

Os autores são soberanos em suas decisões quanto ao uso terminológico, posicionamentos teóricos e metodológicos, enfim, são responsáveis por todo o conteúdo de seus artigos. Isso não pressupõe, contudo, que as organizadoras compactuem com todos os posicionamentos presentes nos artigos deste dossiê. Essa discordância é salutar e, por isso, escolhemos alguns aspectos para detalhar neste artigo editorial que, além de apresentar os textos, também oferece material para reflexão. Pedimos especial atenção do leitor, então, para os assuntos relacionados à terminologia usada em Toponímia e, sobretudo, à estrutura do topônimo em língua portuguesa e sua classificação, objeto que, apesar do intensivo olhar que se lhe dedica no Brasil, ainda sofre com erros em sua interpretação, seja na articulação do termo geográfico com seu nome (sintagma toponímico), seja em qual classificação usar para cada um de seus elementos.

1 Sobre tradição e inovação

Tradição e inovação foram as palavras-mote escolhidas pelas organizadoras deste número temático no lançamento da chamada. Nosso objetivo ia bastante além de lançar uma proposta chamativa, que captasse várias colaborações. O propósito principal era perceber em que medida os pesquisadores iam responder a nosso apelo:

[...] este número temático está aberto a contribuições de estudos toponímicos preferencialmente de cunho teórico e metodológico que dialoguem sobre essa articulação entre linguístico e não linguístico no âmbito das pesquisas em toponímia.³

Desejávamos captar primordialmente contribuições que não repetissem a aplicação taxonômica, tradição nos estudos brasileiros, carentes de abordagens teóricas e metodológicas alternativas que façam, de certo modo, avançar a tradição rumo à inovação. Para discutir ambos os conceitos, trazemos inicialmente a definição de *tradição* segundo a filosofia, baseada no excelente dicionário de Nicola Abbagnano, para quem (2007, p. 966 e 967 e seguintes, itálico do autor) a tradição é também

Herança cultural, transmissão de crenças ou técnicas de uma geração para outra. No domínio da filosofia, o recurso à T.[radição] implica o reconhecimento da *verdade* da T.[radição], que, desse ponto de vista, se torna garantia de verdade e,

³ Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/announcement/view/1322>. Acesso em: 19 abr. 2023.

às vezes, a única garantia possível. [...] Para Aristóteles, sua própria filosofia consiste em libertar a T.[radição] de seus elementos míticos, portanto em descobrir a T.[radição] autêntica ao mesmo tempo em que se funda na garantia oferecida por essa mesma T.[radição],

o que inclusive poderia significar, segundo Abbagnano, forjar documentos para que a tradição não fosse comprometida. O autor afirma (2007, p. 967) que o conceito de tradição “[...] não mudou, conservando a aparência ou a promessa dessa garantia”. Após os gregos, a ideia de tradição ressurgiu com força durante o Romantismo europeu, em fins do século XVIII. Abbagnano traz, de Hegel, a indicação que uma tradição não pode ficar estagnada, pois cabe a seus herdeiros produzir frutos a partir dessa herança:

Hegel exaltou explicitamente a T.[radição] e insistiu no seu caráter providencial: “A T.[radição] não é uma estátua imóvel, mas vive e mana como um rio impetuoso que mais cresce quanto mais se afasta da origem. [...] O que cada geração produziu no campo da ciência e do espírito é uma herança para a qual todo o mundo anterior contribuiu com sua economia [...]. E esse herdar é, ao mesmo tempo, receber a herança e fazê-la frutificar” [...] (ABBAGNANO, 2007, p. 967).

Tomando a definição de *tradição* no campo filosófico em Abbagnano – definição aplicável em outras realidades – para a proposta de nosso dossiê temático, a ideia das organizadoras consistiu em ratificar, em primeiro lugar, se a tradição em pesquisas toponímicas no Brasil representada pelo método de Dick (tese defendida em 1980 e publicada em 1990) está frutificando para além do método da taxonomia toponímica, já que boa parte das produções científicas no Brasil recorre a essa tradição confundindo, algumas vezes, teoria e método. Na outra ponta dessa reta está a inovação. Quais os novos ventos vêm sacudindo a tradicional árvore dickiana? É uma brisa leve ou um violento vendaval? Em outras palavras: o que há de diferente nas propostas de pesquisa em toponímia no Brasil?

E é Abbagnano, no mesmo verbete sobre tradição, quem nos dá uma pista sobre o conceito de inovação, despido, naquele momento, das vestes que atualmente carrega como “termo do momento”, presente em todo discurso contemporâneo, inclusive na governança: “O Iluminismo erigiu-se contra a T.[radição], afirmando que sua herança, na maioria das vezes, é erro, preconceito ou superstição, e recorrendo ao juízo da razão crítica para contestá-la [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 967).

Até que ponto há inovação em pesquisas toponímicas no Brasil? Não cabe a este dossiê temático, de alcance reconhecidamente limitado, responder a essa pergunta. A proposta deste editorial é, antes de mais nada, propor esse questionamento aos pesquisadores brasileiros para que se façam essa pergunta e, em processo autoavaliativo, verifiquem até que ponto sua pesquisa faz frutificar a tradição dickiana a uma maneira quase iluminista, ou seja, caminhando para além da taxonomia toponímica.

2 A problemática da terminologia: escolhas dos autores e posicionamento das organizadoras

Todo o processo editorial objetiva levar à comunidade científica contribuições ou pelo menos visões inéditas, analisadas em revisão cega por pareceristas *ad hoc*. Em geral, os pareceristas e seus pareceres “conversam” com os autores, sugerindo, sempre, melhoramentos. Os organizadores, durante esse processo, também podem fazer solicitações. No caso particular deste dossiê, é dessa dinâmica que vêm interessantes observações, as quais nos propiciam determinar os dois pontos, tradição e inovação.

Como já se colocou, gerações de pesquisadores no Brasil têm usado o método adequado por Dick para a realidade brasileira. Dizemos *adequado* porque a proposta de classificação via taxonomia não é exclusiva e nem surgiu no Brasil. Dick (1990 [1980]) fez sua proposta metodológica adaptada à realidade do Brasil, propositura repensada, algumas vezes, por vários autores. Esse passo adiante pode até não resolver problemas de forma extensiva, mas é, sem dúvida, uma frutificação daquela herança, é inovação em direção a soluções complexas. Cada contribuição é um tijolo nessa construção brasileira, cada dia mais sólida.

Outrossim, a tradição outorga hábitos arraigados que acabam retroalimentando a comunidade. Um exemplo é a terminologia, que, se por um lado é necessária ao entendimento e desenvolvimento da disciplina, por outro pode ficar ultrapassada e precisar de ajustes, substituições ou novas propostas. Foi nesse sentido que as organizadoras se sentiram à vontade para sugerir algumas adaptações nos manuscritos.

Uma das adequações sugeridas refere-se à presença dos termos *acidente*, bastante abundante nas contribuições recebidas, para descrever a natureza de um dos elementos componentes do sintagma toponímico. A proposta da tese de doutoramento de Dick, em 1980, estava em consonância com aquele momento, espelhando, inclusive, termos usados no Canadá e coligidos por Henri Dorion e Jean Poirier (1975), mas nesses cinquenta anos a discussão avançou dentro da Geografia, saber que nos lega essa terminologia. Se *acidente físico* e *acidente humano* eram plenamente aceitos naquela época, atualmente é preciso rever essa terminologia. A própria Geografia apresenta uma cisão, e há uma multiplicidade de definições para *acidente geográfico*⁴, o termo base para *acidente físico* e *acidente antropocultural*.

⁴ Para Guerra (1987, p. 3, itálico nosso), por exemplo, acidente geográfico é o termo adequado para definir “[...] qualquer forma de relevo que ofereça contrastes com outras que lhe estão próximas”. Já para Medeiros et al. (1973, p. 2, itálico nosso), acidentes são “*Toda a forma de relevo que apresente desigualdades ou contrastes com as que lhe estão próximas*”, conceito bastante implicado, para estes autores, com os desnivelamentos de terreno. Pena (2023, s.p., itálico nosso) defende que “*Um acidente geográfico é um termo genérico utilizado para se referir a qualquer alteração ou transformação que ocorre sobre a superfície terrestre*”. E Tiradentes (2021, p. 21, itálico nosso) postulou uma definição que prima pelo dinamismo, em que “*Um acidente geográfico é uma marca da paisagem que representa características de um passado geológico que se transforma continuamente devido [às] ações dos agentes externos e internos, trazendo para si uma caracterização cultural representativa de uma sociedade que pode transformá-lo em um sinônimo de lugar ou de pertencimento*”.

Em todo o caso, a organizadora Carvalhinhos e outros autores no Brasil têm preferido adequar, em suas produções mais recentes, o termo para *entidade geográfica* e *entidade* ou *elemento físico* e *antropocultural*, haja vista que a própria instituição United Nations Group of Experts on Geographical Names (UNGEGN) sugere, para o inglês, o termo *geographical feature*, ao qual *entidade geográfica* adere com maior naturalidade. Aproveitamos este momento para propor, oficialmente, a nova sigla para acompanhar essas entidades: EGF para *entidade geográfica física* e EGH para *entidade geográfica humana*, em consonância com a proposta da UNGEGN e em substituição das siglas AF e AH.

Como o leitor pode perceber, a questão terminológica costuma suscitar muitas dúvidas e discussões, e não seria diferente nesta publicação. É por isso que essa problemática ganha espaço de destaque neste editorial, em uma dupla abordagem. Em primeiro lugar, há a questão da datação de alguns termos, como descrevemos nos parágrafos anteriores. Em segundo lugar, há a constante renovação advinda de novas pesquisas, que tanto impele à criação de novos termos quanto à adequação ao português de termos usados na literatura internacional.

Deparamo-nos, no processo de organização, com alguns casos. O mais comum é a tentativa de versão ao inglês – neste caso específico, língua do *abstract* e respectivas *keywords* – de termos usados no Brasil. Tal fato é um problema, pois ainda não existe uma uniformidade terminológica nem no país e muito menos no mundo. Há, sim, solicitações por parte das organizações internacionais de pesquisa onomástica, como a UNGEGN, que disponibiliza um glossário multilíngue (UNGEGN, 2002), e o ICOS, cujo GT de Terminologia⁵ vem implementando paulatinamente em sua página *web* os termos usados nos países participantes, com objetivos futuros de disponibilizar à comunidade científica internacional as equivalências terminológicas. Isso facilitará sobremaneira o trabalho dos pesquisadores e evitará erros na escolha de palavras-chave inadequadas.

A diversidade terminológica não se ocasiona apenas pela sobreposição de termos. Também se dá pelo fato de o autor pertencer a outra escola, ou a outras realidades. Fora do Brasil, portanto, não é incomum encontrar termos inexistentes na academia brasileira ou desconhecidos da maior parte dos autores. Destacamos o termo *godonyms*, referente aos nomes de ruas. O termo é mais abundante na Europa, em particular na Europa Central e do Leste. No geral, os pesquisadores no Brasil estão mais habituados ao termo *hodônimo* (também grafado *odônimo*) e ao *hodotopônimo*, taxa indicativa da semântica do específico referir-se a vias de comunicação, logradouros, etc. Esse tema é retomado no item 3.1.1.

Outros termos podem causar estranheza pela cristalização mental que atinge a nós, brasileiros. É o caso do termo *indígena*, tão vinculado em nossa realidade aos povos tradicionais brasileiros que pode causar estranheza quando o termo não se aplica a grupos brasileiros, em específico, ou a povos ameríndios. Como o leitor poderá perceber, o termo é recorrente também

⁵ Disponível em: <https://icosweb.net/publications/onomastic-terminology/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

em outras realidades, com o mesmo significado – autóctone –, mas remetendo aos povos originários dos locais mencionados, como é o caso de Moçambique.

Há, ainda, o problema do termo inusual ou de uso impróprio. Citamos dois exemplos: um caso, bastante frequente (não apenas no âmbito desta publicação), implica uma confusão bastante antiga entre dois termos linguísticos. Se, na língua comum, podem ser considerados parassinônimos, são diferentes do ponto de vista da Linguística – embora suas distinções sejam sutis. É o exemplo do par *designação/denominação*, que abordaremos em primeiro lugar, em 2.1. Em segundo, trazemos o caso de um termo não usual vinculado a um confuso histórico de citações que obscurece a origem do termo, historial retroalimentado em outras publicações – o termo *oniônimo*, presente no item 2.2.

2.1 O par *designação/denominação*

O par de termos em foco, *designação/denominação*, é recorrente em artigos recebidos para este dossiê e em outras produções, incluindo dissertações e teses. O problema maior advém, neste caso, de uma sinonimização não justificada, embora os termos sejam correlatos e a nuance de significado que os distingue seja bastante tênue. Esse uso sinonimizado, aceitável na comunicação oral diuturna, mas inconveniente dentro da terminologia onomástica, parece estar colado com a literatura produzida por Dick entre os anos 1980 e 1990, em que a autora usa os termos *designação*, *designativo*, *denominação* e também outras variantes indistintamente. Essa é uma herança, segundo Petit (2012, p. 3), da ótica saussureana, óbice à discussão e à correta diferenciação entre os conceitos, já que

O primeiro obstáculo é a prevalência de uma concepção imanentista da linguagem, para a qual esta última é a fonte, o meio e o fim de todo questionamento sobre si mesma. Decorrente de uma postura saussureana, o imanentismo rejeita qualquer consideração do referente na caracterização semântica e semiótica das unidades lexicais (PETIT, 2012, p. 3, tradução nossa)⁶.

Esse equívoco, devidamente corrigido durante o processo editorial por meio de larga colaboração entre autores e organizadores, foi detectado em algumas das contribuições submetidas a este dossiê e se encontra presente, como já se mencionou, em muitos outros artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso ou mesmo relatórios de iniciação científica. Aproveitamos, pois, este editorial para alertar o leitor quanto a essa questão. Os termos *designação* e *denominação* retratam diferentes fenômenos, embora complementares. Kleiber (2012, p. 46) define *designação* como “[...] termo [...] utilizado quando a expressão não tiver sido atribuída *a priori* à entidade a que se refere, mas permite o acesso a ela através de informações (descritivas ou não) que contém [...]” (tradução nossa)⁷. Nesse mesmo artigo, em

⁶ Do original francês: “Un premier frein est constitué par la prégnance d’une conception immanentiste de la langue pour qui cette dernière serait la source, le moyen et la finalité de tout questionnement sur elle-même. Issue d’une posture saussurienne, l’immanentisme rejette toute prise en compte du référent dans la caractérisation sémantique et sémiotique des unités lexicales”.

⁷ Do original francês: “On parle de *désignation* quand l’expression n’a pas été attribuée *a priori* en propre à

que os odores são objeto de discussão, o autor esclarece que os dois termos não significam o mesmo:

Denominação não é, portanto, sinônimo de *designação* e só se pode conceder o status de designação e não de denominação a expressões que capturam ou se referem por tal e tal meio a tal e tal odor, sem ter sido convencionalmente atribuído *a priori* ao odor em questão. Se nos restringirmos à área de nomes de odores, as designações também serão, naturalmente, restritas à área de construções nominais (KLEIBER, 2012, p. 46, tradução nossa, itálico nosso)⁸.

Em uma de suas produções mais utilizadas no Brasil, a *Coletânea de Estudos*, publicada em 1988 e reimpressa em 1990 e 1992, Dick transita entre os dois termos. Cabe ao leitor estar ciente dessa diferença entre os conceitos para aplicá-los de modo efetivo, contribuindo para que se desfça esse equívoco terminológico tão comum em artigos sobre onomástica.

Ainda em se tratando de terminologia aplicada aos estudos onomásticos, parece este ser o campo mais suscetível a transformações ou inovações, algumas bem-vindas, outras, nem tanto. Por ser uma tradição em consolidação, os estudos toponímicos brasileiros podem sofrer com inovações desnecessárias ou pontuais. Desnecessárias porque não contribuem de fato com a pesquisa global *per se*, sendo pontuais porque podem servir a uma única investigação. Mas essa não é a única questão atinente a terminologia detectada no ato de organização deste volume.

2.2 A discutível paternidade de certos termos

Sabidamente, Richard Coates (2014) pontua que qualquer coisa pode ser *ônimo* (*somethingonyms*). Além da questão da referência, o autor remete ao problema classificatório, já que as camadas de significação ou diferentes acepções de um mesmo nome podem ligar-se a variados referentes e, com isso, serem passíveis de distintas classificações semânticas, o que deve ser evitado, segundo o autor, *a priori*. Em termos de criação taxonômica, é possível juntar um termo definidor da classe semântica ou do tipo a ser classificado (em geral, um termo grego) ao *-ônimo*. É assim que nascem as inovações terminológicas na Onomástica, quando necessário.

Podem surgir questionamentos quando a “paternidade” de um termo entra em jogo, o que ocorreu, neste dossiê, com o par *oniônimo/onionímia*. Neste caso, a dúvida em uma primeira leitura de um dos manuscritos adveio de uma prática acadêmica às vezes necessária, mas não muito salutar: o uso da citação de citação (*apud*). Ou seja, citar autores e autores citados

l'entité à laquelle elle renvoie, mais qu'elle permet néanmoins d'y accéder par l'intermédiaire des informations (descriptives ou autres) qu'elle comporte [...] (itálico do autor).

⁸ Do original francês: “*Dénomination* n'est donc pas synonyme de *désignation*, et l'on ne pourra accorder qu'un statut de *désignation* et non de *dénomination* à des expressions qui saisissent ou renvoient par tel ou tel moyen à telle ou telle odeur, sans avoir été conventionnellement attribuées *a priori* en propre à l'odeur en question. Si l'on se limite au secteur des noms d'odeurs, les *désignations* seront, bien entendu, également restreintes au secteur des constructions nominales” (itálicos do autor).

por outros autores, o que, com o passar do tempo e com a multiplicação de textos sobre um mesmo assunto, pode ser problemático. Neste caso específico, a paternidade dos termos *oniônimo/onionímia* não fica totalmente clara e o leitor pode pensar que é atribuída a José Leite de Vasconcellos (1928, p.2), citado no mesmo parágrafo, mas uma consulta ao original da obra *Antroponímia Portuguesa* revela que Vasconcellos não é o “pai” desses termos.

Começa, então, a busca pelo autor a quem se deve creditar a criação ou inovação terminológica, tarefa nem sempre simples. Os oniônimos são definidos como “[...] nomes próprios de marcas ou artigos industriais [...]” por Rodrigues (2022, p. 32), baseada, provavelmente, em Souza (2019), cuja dissertação *Criação lexical em textos publicitários: análise de oniônimos* (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) parece, por sua vez, beber em Guérios (1973).

Talvez a confusão se dê porque Vasconcellos crie um “balaio de gatos” para agrupar todos os nomes próprios que não sejam topônimos ou antropônimos – os panteônimos. Toponímia e Antroponímia já são por Vasconcellos definidas no fim do século XIX, em seu “Ensaio de onomatologia portuguesa”, publicado no número 1 da *Revista Lusitana* (1887). Quatro décadas depois, em 1928, Vasconcellos retoma a definição em *Antroponímia Portuguesa*, incluindo mais uma classe: a *Panteonímia*, ou nomes vários. Desta forma, não é fato que o termo *oniônimo* tenha sido criado por Vasconcellos, muito embora o primeiro autor que dele se vale (e quem é?) se tenha inspirado nos panteônimos. Tal dúvida se instaura pela redação dada pelos autores ao parágrafo onde aparece esse termo.

3 Problemas na interpretação estrutural do sintagma toponímico e reflexões sobre algumas práticas usuais

Um dossiê como este, ou qualquer outra publicação que traz um recorte das produções em determinado momento, pode proporcionar ótimas reflexões não apenas para os leitores que usufruem dos manuscritos publicados, mas também para editores e organizadores. Neste caso particular, receber contribuições provenientes de distintas partes do país e do mundo fez com que constatássemos opções diferenciadas não apenas quanto à terminologia, mas também método, aporte teórico, e mesmo quanto à forma de encarar o nome de lugar como unidade linguística. Trazemos algumas palavras sobre esses aspectos, a seguir.

3.1 Sintaxe: a estrutura do topônimo e a confusão entre genérico e específico

Como já mencionado, o desejo de inovação é lícito e necessário. Por outro lado, o desejo de dialogar com a usual metodologia da taxonomia toponímica e simultaneamente inovar pode ser um problema se a estrutura do nome de lugar não for corretamente interpretada.

A prática docente de Carvalhinhos como professora de Toponímia, há quase 20 anos, faz-nos constatar questões que surgem tanto no âmbito da sala de aula quanto entre pesquisadores, sejam eles mais jovens ou mais experientes. O estudante elabora, como questionamento óbvio e imediato, perguntas concernentes à terminologia específica. Ao aprofundar-se no assunto, contudo, outro ponto demanda sua atenção: o modelo taxonômico. A pergunta usual de um estudante pode assim ser colocada: se o topônimo é composto pela articulação entre um elemento ou entidade identificada – seja naturalmente constituída e por isso *física*, ou sofrendo intervenção do homem e por isso *antropocultural* – se o topônimo apresenta sempre em sua composição um genérico, por que a taxonomia toponímica não o analisa?

Segundo os modelos taxonômicos usados no Brasil, a análise semântica detém-se usualmente no elemento específico, ou seja, na segunda parte do sintagma toponímico, ou o nome atribuído a determinada feição do terreno, curso de água, povoação, etc. Evidentemente, o elemento genérico que identifica os lugares é relevante e tem muito a dizer, mas não pode ser classificado semanticamente pelas taxes usuais. Dessa forma, um rio como o paulistano *Rio Pinheiros* (EGF, rio, SP) poderá ser visto e analisado, como topônimo, sob várias óticas. Pela classificação do genérico, será um hidrônimo; pela taxonomia toponímica convencional, pertence à classe dos fitotopônimos. Não poderá, nunca, ser interpretado como hidrotopônimo, sob pena de desvirtuar a taxonomia já consolidada e implantar confusão entre os leitores, sobretudo jovens pesquisadores.

Deriva dessa questão o entendimento do topônimo articulado em sua estruturação de acordo com a natureza da língua que o gera. No caso do Brasil, é comum que o topônimo cujo elemento específico é indígena receba um genérico da língua portuguesa, conformando-se no posicionamento sintagmático usual genérico+específico. O componente interpretado como elemento específico pode, contudo, conter o elemento genérico original, amalgamado pela própria característica aglutinante do tupi ou de outras línguas tradicionais brasileiras.

Ainda sobre a questão estrutural do topônimo, a literatura de Dick costuma conferir maior atenção ao elemento específico, fato decorrente de sua proposta taxonômica. Para essa autora, a classificação do nome de lugar segundo suas unidades componentes, constituindo-se como topônimo *simples* ou *composto*, é feita exclusivamente sobre o elemento específico. É absolutamente necessário que essa interpretação seja correta, pois a estrutura genérico+específico sempre revelará uma composição entre esses dois termos integrantes do nome de lugar, o que não significa, necessariamente, que o topônimo seja composto.

Segundo essa orientação, um topônimo como o bairro paulistano *Planalto Paulista* (EGH, bairro, SP) precisa ser encarado como um topônimo com elemento específico composto, estando o genérico oculto (bairro). Desta forma, *Planalto* é o primeiro item constituinte do elemento específico e o que é usado, segundo Dick (1990 [1980]), para a definição semântica, sendo um geomorfotopônimo. Não é demais lembrar que se se tratasse de outra composição,

na qual *planalto* se caracterizasse como genérico, o topônimo em questão teria um específico simples – *Paulista* – e sua classificação taxonômica se alteraria.

Um outro exemplo ilustra essa dúvida bastante comum entre pesquisadores iniciantes. Tomemos um topônimo referente a um curso de água que fica dentro da cidade de São Paulo, na região de Interlagos, o *Córrego Cordeiro* (EGF, córrego, SP). Configura-se estruturalmente como um topônimo simples, pois nessa composição a palavra *córrego* é o elemento genérico definatório do tipo de curso de água, seguido por uma única palavra no termo específico, *Cordeiro*. Trata-se, portanto, de um zootopônimo em termos taxonômicos, sendo, também, um hidrônimo, do ponto de vista do genérico.

Não é demais lembrar que dar destaque para o elemento específico para responder à questão *why?*, um dos cinco *w*⁹ mencionados à exaustão na literatura em inglês, é apenas uma das inúmeras maneiras de se analisar um topônimo. Urazmetova e Shamsutdinova (2017)¹⁰ citam ao menos onze diferentes princípios, extraídos de um grande volume de dados já pesquisados. Analisar o campo semântico do específico equivale a explorar apenas um desses princípios.

Considerando o livre-arbítrio dos autores, respeitado mesmo quando não houve acordo após as sugestões de alteração nos manuscritos, advertimos o leitor que alguns artigos podem manter o equívoco de valerem-se das *taxes* ou classificação semântica do elemento específico para categorizar o elemento genérico. Tentamos, pois, reparar esse desacerto neste editorial. Nosso posicionamento fica claro no subitem que segue.

3.1.1 A ontologia do nome geográfico: um olhar para o elemento genérico

Também é importante ressaltar que analisar um topônimo a partir da perspectiva ontológica do genérico acarreta a escolha de uma diferente terminologia, ou seja, tipologias que já foram mencionadas por Dorion e Hamelin (1966), discutidas, rediscutidas e incrementadas por diversos autores nas últimas décadas. Pelo que se entrevê em outra obra de Dorion e Poirier (1975)¹¹, o uso mais intensivo de termos compostos por um elemento específico relativo ao

⁹ *Why, where, who, what, when*: os cinco *w*. É uma referência às cinco perguntas básicas que devem ser feitas em pesquisas toponímicas: *What* (“o que”, o objeto da indagação), *who* (“quem”, referência ao denominador), *where* (“onde”), *when* (“quando”) e *why* (“por quê?”), esta última ligada diretamente aos motivos do denominador. Cf., por exemplo, Blair e Tent (2021).

¹⁰ O resultado apresentado por Urazmetova e Shamsutdinova (2017) é extremamente relevante. Analisaram, nessa ocasião, resultados de pesquisas envolvendo mais de 30 mil topônimos. Os estudos provinham do Reino Unido (somando 15 mil topônimos analisados por vários autores) e Estados Unidos (17 mil topônimos). Com base nesses estudos, cujas variadas abordagens decorrem da própria complexidade do objeto toponímico, as autoras sistematizaram e agruparam os dados em onze diferentes princípios. A abordagem que analisa o topônimo segundo a essência semântica do específico – ou seja, com o uso de taxonomia toponímica – é apenas um entre onze princípios detectados.

¹¹ É possível inferir tal fato porque Dorion e Poirier (1975) citam, em alguns verbetes da referida obra, que o termo

campo semântico do objeto seguido de um elemento mais geral (ou genérico) *-ônimo* data do final da primeira metade do século XX, o que coincide, de certo modo, com a expansão dos estudos pelo mundo, com a reunião periódica de especialistas para discussão de suas pesquisas e com a criação de duas grandes associações internacionais, ICOS e American Name Society (ANS).

Neste sentido, Urazmetova e Shamsutdinova (2017) elencam termos referentes a essa perspectiva ontológica do objeto nomeado, alguns familiares aos pesquisadores brasileiros, como os *hidrônimos* e os *orônimos*. A lógica da composição do termo é a mesma que preside a formação de uma taxa dentro da taxonomia toponímica, ou seja, há um termo mais geral e um mais específico. Neste caso, a tipologia que define a ontologia de um objeto apresenta um primeiro termo, específico, indicador da essência semântica do objeto denominado, seguido por um segundo termo, genérico, referente à condição denominativa, ou *ônimo*¹². São citados, assim, termos desconhecidos ou incomumente usados no Brasil, todos compostos do mesmo modo.

Bem como é normal encontrar a divisão didática proposta por Sapir (1961 [1911]) entre *mundo físico* e *mundo social* para a composição lexical presente nas dicotomias mais frequentes nos estudos de toponímia brasileira – elementos geográficos físicos/elementos geográficos humanos; taxas de natureza física/taxes de natureza antropocultural –, também Urazmetova e Shamsutdinova (2017) seguem essa tendência, dividindo o mundo e suas denominações entre “objetos naturais” (físicos) e “objetos feitos pelo homem” (antropoculturais).

Entre os nomes de objetos naturais as autoras incluem *hydronyms* (*hidrônimos*), *oronyms* (*orônimos*, do grego ὄρος, “montanha”), *drymonyms* (do grego δρῦμός *drūmós*, “árvore”, “floresta”, que poderia ser adaptado ao português como *drumônimos*) and *insulonyms*, do lat. *insula* “ilha”, um possível *insulônimos*. Como ocorre com a taxonomia toponímica no Brasil, esses termos são constituídos por palavras do grego, mais frequentemente, mas também do latim. Essas tipologias podem abrigar subcategorias, tais como a dos termos já adaptados ao português: oceanônimos (nomes de oceanos), pelagônimos (nomes de mares), potamônimos (nomes de rios), limnônimos (nomes de lagos), espeleônimos (cavernas, grotas, minas, entre outros), etc.

Na outra vertente estão os objetos cuja origem está na interferência do homem na paisagem, ou seja, *man-made features*. As principais tipologias propostas por Urazmetova e

definido recebia diferente nome no século XIX. Um exemplo dessa substituição terminológica é oferecido no verbete *hidronímia* (original fr. *hydronymie*) e seu equivalente *hydronomastique* (*hidronomástica*) denominada, no século XIX, *onomástica fluvial* (original fr. *onomastique fluviale*). Cf. Dorion e Poirier (1975, p. 64).

¹² Permitimo-nos destacar um genérico, caracterizado pela terminação *-ônimo*, e um específico na composição dessa tipologia que define a essência ontológica dos objetos com base no que Dorion e Poirier (1975) ressaltam significativamente na referida obra sempre que descrevem um termo com essa composição: “Comme les autres choronymes, l’odonyme est composé d’un terme générique et d’un terme spécifique” (DORION; POIRIER, 1975, p. 99). Ou seja, todo topônimo pode receber uma classificação ontológica por seu termo geográfico, mais específica e determinativa. Assim, todo hidônimo é um topônimo, mas nem todo topônimo será um hidônimo.

Shamsutdinova (2017), aqui livremente adaptadas ao português, são: horônimos (nomes de territórios que possuem limites, sejam eles políticos, históricos, geográficos ou econômicos), oikônimos (nomes de aglomerados) e suas subcategorias astiônimos (para aglomerados urbanos) e comônimos (referente a aglomerados rurais). O termo *urbanônimo*, mais frequentemente usado no Brasil que os demais, refere-se a todos os objetos “locais”, tais como quarteirões, ruas, praças, aleias, avenidas, teatros, museus, cinemas, estações de trem e metrô, hotéis, lojas, enfim, tudo o que existe em uma cidade. As principais subtipologias dos urbanônimos são: hodônimos (nomes de vias), agorônimos (nomes de praças), microhorônimos (bairros), ergônimos (nomes de empresas), eclesiônimos (nomes de templos), oikodomônimos (nomes de edificações), dromônimos (nomes de estradas), necrônimos (nomes de cemitérios), microdrimônimos (nomes de bosques, parques e jardins urbanos).

Todas essas categorias definidas por termos (alguns deles apresentados aqui pela primeira vez em português em um texto sobre toponímia) podem ser utilizadas quando o foco do estudo for a entidade denominada, ou seja, o elemento genérico, seja ele físico ou antropocultural. Dessa forma, o mesmo topônimo citado anteriormente, *Córrego Cordeiro*, pertence à tipologia dos hidrônimos, não podendo ser classificado como hidrotopônimo, sob pena de erro. Um topônimo como *Serra do Mar* (EGF, serra, SP) será um *orônimo* pela classe ontológica de seu elemento genérico, mas um *hidrotopônimo* pela classificação do seu elemento específico. Quando um pesquisador queira classificar um topônimo por sua essência ou ontologia, regida sempre pelo elemento genérico, deverá valer-se dessas tipologias, e nunca das *taxes* – estas, sim, de uso limitado aos elementos específicos.

3.2 Ficha lexicográfico-toponímica é presença obrigatória?

Outra questão que se apresentou neste dossiê e que sempre surge entre jovens pesquisadores diz respeito à presença da ficha lexicográfico-toponímica, proposta de Dick no âmbito do Projeto Atlas Toponímico de São Paulo (ATESP) e amplamente utilizada nas coletas, bem como adequada e aperfeiçoada. Mas é sempre necessária?

A ficha lexicográfico-toponímica apresentada por Dick (2004) já vinha sendo usada há muito tempo com uma função um pouco diferente, ou seja, armazenar dados coletados em fichas-índice próprias. Todo o processo era feito a partir do registro em fichas de papel-cartão. Um topônimo, uma ficha. A nova proposta objetivou aproximar a ficha usada em estudos toponímicos até os anos 1990 ao que já se fazia em Lexicografia, e assim nasceu o formato-base da ficha que a maior parte dos pesquisadores em Toponímia usa hoje.

A ficha é relevante, sem dúvida, quando se discute o método ou quando o tema se volta justamente ao debate sobre a pertinência ou não desse instrumento de trabalho. Parece-nos, contudo, que fora desses contextos sua presença deve limitar-se aos bastidores, sobretudo quando o pesquisador apresenta os resultados de sua pesquisa em um artigo científico que deve ser, por seu gênero, objetivo, claro, conciso. Essa foi uma sugestão que as organizadoras

ofereceram aos autores que apresentaram fichas em contextualização desnecessária, sugestão acatada e aqui justificada.

3.3 A presença das taxes propostas por Dick

Há uma repetição constante da relação das taxes propostas por Dick (em 1980 e anos seguintes) em monografias, dissertações, teses e até artigos. Essa reincidência é admissível em caso de ilustração, apenas – ou seja, quando o trabalho não tem por objetivo a discussão do método –, e sugere-se que a relação das taxes figure como anexo caso seja do desejo de autores.

Contudo, listar as vinte e sete taxes em um artigo não nos parece profícuo – uma vez mais, o será apenas se o tema for o método. Essas vinte e sete taxes originais já foram adequadas, discutidas e complementadas por vários autores, sempre utilizando a referência bibliográfica original. A mais comum é a relação objetiva contida na já mencionada obra *Coletânea de Estudos* (1988, 1990 e 1992), em complementação ao texto *O problema das taxonomias toponímicas*, em que a autora define cada uma das taxes e brinda o leitor com exemplos provenientes de múltiplas regiões brasileiras. É a esse texto que remetemos o leitor não familiarizado com a relação desse modelo classificatório para a obtenção de informações mais detalhadas.

A chave para a compreensão das taxes componentes da taxonomia toponímica proposta por Dick permite ler e compreender, também, taxes propostas no mundo inteiro. O termo classificatório ou *taxe* compõe-se de uma parte específica e de uma parte geral, ambos retirados do grego, como já referido quando tratamos da tipologia do genérico. A parte específica da *taxe* refere-se ao campo semântico ali representado (*fíto-*, *zoo-*, *hidro-*, *ánthrōpos-*, *hodós-*, *polis-*, entre muitos outros), e a essa parte específica junta-se uma parte geral, presente em todas as taxes, indicativa da situação ou função de um nome de lugar, ou seja, *topônimo*. Um *hidrotopônimo* será, portanto, um topônimo cuja primeira parte do elemento específico¹³ pertença ao campo semântico *água*. São hidrotopônimos, assim, topônimos como *Águas de Lindóia* (EGH, município, SP), *Lagoa Dourada* (EGH, município, MG), *Cachoeira do Mato* (EGH, vila, BA), e, segundo exemplos de Dick (1992), *Serra das Águas* (EGF, serra, GO), *Córrego Novo* (EGH, município, MG) e *Ribeirão Preto* (EGH, município, SP).

3.4 Toponímia – Disciplina ou ciência?

Não é incomum confundir o *status* de Toponímia. Algumas pessoas a consideram ciência, mas esse posicionamento não é correto. É preferível encará-la como disciplina

¹³ Há discussões e propostas que objetivam analisar e classificar por meio de taxes todos os elementos de um específico complexo. Carvalhinhos, particularmente, discorda desse posicionamento por inúmeras razões cuja argumentação não cabe no âmbito deste texto e que serão discutidas oportunamente. Desse modo, a explicação que ora fornecemos traduz o posicionamento de Dick (1980, 1990 e outros).

científica. Em termos gerais, uma ciência pode também ser uma disciplina, como é o caso da Química, mas nem toda disciplina é também uma ciência. Há, inclusive, disciplinas não-científicas. Abbagnano (2007, p. 136 e seguintes) faz um apanhado das definições da ciência ao longo do tempo e segundo a visão filosófica, mas assim a resume:

Conhecimento que inclua, em qualquer forma ou medida, uma garantia da própria validade. A limitação expressa pelas palavras “em qualquer forma ou medida” é aqui incluída para tornar a definição aplicável à C.[iência] moderna, que não tem pretensões de absoluto. Mas, segundo o conceito tradicional, a C.[iência] inclui garantia absoluta de validade, sendo, portanto, como conhecimento, o grau máximo da certeza. O oposto da C.[iência] é a *opinião* (v.), caracterizada pela falta de garantia acerca de sua validade (ABBAGNANO, 2007, p. 136, *italico do autor*).

A ciência caracteriza-se pelo estudo – com escopo teórico adequado – de uma realidade a partir do empirismo, buscando sempre esclarecer a natureza de seu objeto a partir da formulação e comprovação ou rechaço de hipóteses, atos que a fazem avançar em direção à “verdade” indicada por Abbagnano a partir dos antigos filósofos. Por outro lado, a disciplina científica parte desse conhecimento proporcionado pela ciência para atingir determinados fins, utilizando sobretudo métodos científicos para alcançar seus objetivos. Desse modo, a Onomástica é uma ciência do léxico, e Toponímia (ou Toponomástica) e Antroponímia (ou Antroponomástica) duas de suas principais disciplinas científicas.

4 Algumas palavras sobre os artigos e seus autores

Como já anunciado, o presente dossiê temático sobre Toponímia e seus rumos tomou como diretriz as palavras-mote *tradição* e *inovação*. A chamada captou contribuições que ilustram esses direcionamentos e são provenientes de pesquisadores de diferentes partes do Brasil e de outros países, permitindo-nos associar os nove artigos aprovados em três grupos distintos.

O primeiro grupo caracteriza-se pela abordagem clássica de nomes de lugares do Brasil. *O resgate da memória: o topônimo do bairro ouro-pretano Cabeças* é assinado por Fernanda Kelly Mineiro Fernandes (doutoranda da UFMG) e Soélis Teixeira do Prado Mendes (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP). O artigo fornece uma análise de *Cabeças*, nome de um bairro do município de Ouro Preto (Minas Gerais), tendo como objetivo fazer a recuperação de parcela da memória cultural que remonta à época setecentista, quando Ouro Preto era Vila Rica. As autoras tomam como base postulados teóricos e metodológicos de Dick (1992) para a análise desse topônimo, utilizando as narrativas de moradores, e seguem a orientação laboviana, observando aspectos semânticos e formais da denominação no presente e no passado. A partir dessa opção, as autoras oferecem uma discussão de dados linguísticos e extralinguísticos relacionados ao topônimo *Cabeças*, acessando as motivações que nortearam a eleição dessa denominação, bem como sua vinculação no âmbito da pretérita Vila Rica.

O segundo artigo desse grupo, *Toponímia, léxico e cultura: a atividade de nomeação em narrativas sobre a festa de Nossa Senhora da Abadia (Jataí/Estado de Goiás)*, é de autoria de Rennika Lázara Dourado Cardoso, Lidiane Silva Araújo Guimarães (doutorandas da Universidade Federal de Catalão - UFCAT) e Vanessa Regina Duarte Xavier (UFCAT). Incluindo em sua base de dados lexicais elementos presentes nas narrativas de personalidades locais envolvidas na celebração das festividades de Nossa Senhora da Abadia, as autoras analisam as denominações presentes no itinerário dessa festa popular e identificam convergências motivadoras, revelando a intimidade do nomeador com o *locus* da comemoração.

A última contribuição desse bloco intitula-se *A nomeação toponímica como forma de exclusão: uma análise dos nomes de avenidas, ruas e travessas da cidade de Oeiras-PI*, de Messias dos Santos Santana (Universidade Estadual do Piauí - UESPI) e Layane Albuquerque de Moura (graduanda da UESPI). Os autores tomam as denominações de logradouros públicos do município de Oeiras (Piauí) como objeto de estudo e os analisam, traçando um padrão motivador dessa toponímia urbana e, ao mesmo tempo, permitindo a observação de elementos sociopolíticos presentes e ausentes nessa nomenclatura geográfica. Essas tensões são apontadas, identificadas e, brevemente, discutidas à luz de algumas reflexões teóricas colhidas junto à literatura de Toponímia Crítica. Esse quesito leva o texto a aproximar-se, nesse ponto, aos artigos do próximo bloco e aos novos ventos que movimentam o modelo tradicional presente em Dick (1992).

Na outra ponta da reta tradicionalista – ou que se vale, em maior medida, dessa base para a análise de topônimos – há artigos que trazem amostras e abordagens inovadoras de diferentes aspectos, domínios e parcelas da toponímia brasileira, vinculadas a propostas que, por si, partem e rumam por sendas ainda pouco exploradas. Em *Bahia heterográfica*, Patrícia Andréa Borges (doutoranda da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) oferece uma visão geral das diferentes grafias do topônimo Bahia ao longo de cinco séculos, período que antecede a estabilização gráfica desse nome geográfico. A autora explora, de modo inédito, três formas menos frequentes presentes no Dicionário Histórico do Português Brasileiro (DHPB), denominações colhidas em documentos dos séculos XVI e XVIII, discutindo e apresentando o pensamento ortográfico corrente no momento em que esses registros foram realizados. Desse modo, essa contribuição vincula-se tanto aos estudos de Toponímia quanto aos de Linguística Histórica.

O artigo *Contribuições do estudo hidronímico tocantinense: dos documentos oficiais à sala de aula*, de Verônica Ramalho Nunes (doutora pela Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT) e Karylleila dos Santos Andrade (Universidade Federal do Tocantins - UFT) traz inovações temáticas relevantes e urgentes, na figura da inserção da Toponímia na escola. Pautado em diretrizes curriculares nacional e estadual (Base Nacional Curricular e Diretrizes Curriculares da Secretaria de Educação do Tocantins), o artigo esboça uma proposta de oficina voltada à toponímia e ao ensino, oferecendo meios para que estudantes da segunda etapa do Ensino Fundamental da Educação Básica tenham acesso, de modo interdisciplinar, a aspectos linguísticos e extralinguísticos por meio do léxico toponímico.

Também inova o artigo *De Gonçalo Gonçalves a General Câmara, topônimos soterrados: Pedro Nava e a memória que descansa sob asfalto de larguíssima avenida*, de Antonio Rafael Marçal da Silva (mestrando da Universidade de São Paulo - USP) e Martin Jayo (USP). Conduzindo o leitor aos nomes e ao passado de uma via atualmente extinta da cidade do Rio de Janeiro a partir da obra *Bau de Ossos* (do escritor Pedro Nava) pela perspectiva da Onomástica Literária, o artigo é vanguardista em todo seu percurso e extensão, permitindo explorar memórias nesse contexto peculiar.

O último conjunto de artigos deste dossiê reúne contribuições que analisam a toponímia de outros países, mesclando abordagens teóricas e metodológicas inovadoras e clássicas. Em *Uma descrição inicial dos topônimos do Setor Autônomo de Bissau*, Baticã Braima Ença Mané (doutorando da USP) e Amanda Macedo Balduino (pós-doutoranda da UNICAMP) estabelecem um perfil da toponímia do Setor Autônomo de Bissau (Guiné-Bissau), listando dados linguísticos e socioculturais. Embora calcado na taxonomia toponímica, temática e propósitos do estudo revelam-se amplamente inovadores, uma vez que a literatura toponímica possui poucos trabalhos voltados a essa região. Nesse sentido, o debate sobre aspectos de políticas linguísticas em relação ao contato entre línguas nesse lugar e nessas circunstâncias constituem um feito inédito. Essa exploração preliminar da toponímia de Bissau proporciona tanto reflexões sobre a formação dessas denominações como evidencia a presença e a situação da língua portuguesa em um cenário de multilinguismo. Desse modo, e como os próprios autores apontam, o alcance da contribuição é ainda maior, pois empregam documentação e estabelecem uma investigação que amplia o acervo de estudos referentes à toponímia de países do continente africano junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em *Hispanic toponymy of Chile: linguocultural and linguopragmatic analysis*, a pesquisadora russa Irina A. Martynenko (Kutafin Moscow State Law University - MSAL) oferece um estudo da toponímia chilena de filiação hispânica por um viés tradicionalista, e ainda assim portador de novidades em diferentes frentes e aspectos. Desse modo, o artigo chamará a atenção do leitor brasileiro tanto pela diversidade metodológica utilizada – mais próxima aos mecanismos denominativos propostos por George R. Stewart (1975) – quanto por alguns termos utilizados. Além disso, a autora tece considerações sobre as denominações analisadas que abrangem um contexto mais amplo, o da toponímia latino-americana.

Finalizando a trinca de contribuições internacionais e completando o grupo de artigos sobre toponímia geral deste dossiê, apresentamos o artigo *A persistência ou o uso não oficial de topônimos coloniais na cidade de Maputo, Moçambique*, de José Jorge Mahumane (mestrando da Universidade Eduardo Mondlane - UEM) e de Joel das Neves Tembe (UEM). Nele, os autores investigam a toponímia de Maputo (Moçambique), antiga Lourenço Marques, por um ângulo inovador, empregando a Toponímia Crítica e demais aportes teóricos que possibilitam a análise de topônimos coloniais e pós-coloniais. Esse estudo, portanto, mobiliza um instrumental teórico atual para discorrer sobre aspectos diversos da toponímia de uma mesma localidade em relação a regimes políticos diferentes. Assim, o caráter inovativo do

artigo se manifesta em toda a sua extensão, também trilhando sendas e alcançando domínios ainda pouco explorados no âmbito da CPLP.

5 Entrevistas: a oportunidade de conhecer grandes nomes

Este dossiê também conta com duas contribuições que abrilhantam o conjunto de nove artigos. São duas entrevistas com pesquisadores internacionais de renome, cada um em sua área de atuação. As entrevistas vêm de dois países diferentes, com distintas tradições: Portugal e Itália. Na verdade, ambas as entrevistas foram conduzidas com o auxílio das organizadoras, que propuseram algumas questões de interesse do leitor brasileiro. Uma, em português, mais próxima de nossa realidade também por tratar de toponímia portuguesa; a outra, em edição bilingue italiano/inglês, apresenta informações riquíssimas não apenas ao público usual do Brasil, abrindo-se ao mundo.

Em Portugal, a Prof.^a Dr.^a Mônica Maria Soares Santos (pós-doutoranda - USP) entrevistou José d'Encarnação, toponimista por força de sua atuação como docente (agora aposentado) na Universidade de Coimbra (UC), especialista em epigrafia. A entrevista, conduzida entre o fim de setembro e o início de outubro de 2022, relata como o docente enovelou-se com os estudos de toponímia, trazendo detalhes de sua experiência como investigador no campo da Epigrafia Romana e de sua vivência em relação a aspectos históricos e linguísticos imbricados em nomes de lugares. Além disso, o docente discorre sobre o atual cenário dos estudos de toponímia em Portugal e alguns dados de relevo no âmbito da toponímia em língua portuguesa, bem como ilustra seu relato com fotografias.

A segunda entrevista, realizada entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023 na Itália, nos brinda com a vasta experiência de uma onomasticista de renome. Prof. Dr. Giacomo Giuntoli (professor do IPSAR Matteotti di Pisa), ex-orientando, conduziu a entrevista junto à Prof.^a Dr.^a Maria Giovanna Arcamone (Universidade de Pisa - UNIPI), nome de expressão em toda a Europa. Aposentada, ainda se dedica a múltiplas tarefas e é lembrada, até os dias de hoje, pela organização de um inesquecível congresso do ICOS em Pisa (2005), e por sua atividade atual em vários órgãos ligados a estudos onomásticos.

Ao rememorar pontos de sua longa trajetória acadêmica, Arcamone tece considerações sobre sua produção em Onomástica e em Toponímia, especialmente em onomástica literária italiana e em toponímia italiana em geral, especificamente lombarda e toscana. A pesquisadora oferece exemplos marcantes e emblemáticos de denominações analisadas ao longo de sua carreira, muitas delas referências para a compreensão dos estudos de toponímia italiana. Oferece, ainda, um panorama atual sobre Onomástica e Toponímia na Europa e informações relevantes a pesquisadores iniciantes.

A pedido das organizadoras, ambos os entrevistados refletem a respeito de aspectos pontuais da toponímia brasileira. Nesse sentido, há observações do Prof. d'Encarnação sobre o

próprio nome Brasil e da Prof.^a Arcamone sobre a presença de denominações transplantadas com a finalidade de homenagear cidades italianas na região sul do país, segundo constatações realizadas pela docente em anos anteriores, durante pesquisa de campo.

Palavras finais

Não resta muito a dizer. No âmbito deste editorial, já o fizemos de modo plenamente satisfatório, se não excessivo. Desejamos, apenas, que este dossiê temático possa contribuir, na medida de suas limitações de espaço e tempo, para atos reflexivos, esclarecimentos e, sobretudo, divulgação de boa ciência. Que a tradição e a inovação, corretamente dosadas, possam guiar nossos passos. Deixamos livre o leitor para, após aquecer-se e flexionar-se com a leitura deste artigo editorial, dar um último salto e mergulhar, com muito fôlego, na leitura dos artigos e das entrevistas. Com a palavra, os autores.

Desejamos a todos ótima leitura.

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos de Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Título original: Dizionario di filosofia.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 2020. DOI: <http://doi.org/10.5151/9786555500011>. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/453>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BLAIR, D.; TENT, J. A Revised Typology of Place-Naming. *Names*, [s. l.], v. 69, n. 4, p. 30-47, 2021. DOI: <http://doi.org/10.5195/names.2021.2260>. Disponível em: <https://ans-names.pitt.edu/ans/article/view/2260>. Acesso em: 22 abr. 2023.

COATES, R. We are surrounded by onymies: relations among names, name-types, and terminological categories. In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, 24., 2011, Barcelona. *Actes* [...]. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2014. p. 6-13. DOI: <http://doi.org/10.2436/15.8040.01.2>. Disponível em: <http://www.gencat.cat/llengua/BTPL/ICOS2011/002.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004. v. 2, p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990 [1980].

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos*. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

LINHA D'ÁGUA

DORION, H.; HAMELIN, L.-E. De la toponymie traditionnelle à une choronymie totale. *Cahiers de géographie du Québec*, Québec, v. 10, n. 20, p. 195-211, 1966. DOI: <https://doi.org/10.7202/020624ar>. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/cgq/1966-v10-n20-cgq2594/020624ar/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DORION, H.; POIRIER, J. *Lexique des termes utiles à l'étude des noms de lieux*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1975. (Série Choronyma, 6).

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

GUERRA, A. T. *Dicionário Geológico-geomorfológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

KLEIBER, G. De la dénomination à la désignation: le paradoxe ontologico-dénotatif des odeurs. *Langue Française*, [s. l.], v. 174, n. 2, p. 45-58, 2012. DOI: <http://doi.org/10.3917/lf.174.0045>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2012-2-page-45.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MEDEIROS, M. R. de et al. *Dicionário de geografia*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

PENA, R. F. A. *Acidentes geográficos*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/acidentes-geograficos.htm>. Acesso em: 22 abr. de 2023.

PETIT, G. Présentation: la dénomination. *Langue Française*, [s. l.], v. 174, n. 2, p. 3-9, 2012. DOI 10.3917/lf.174.0003. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2012-2-page-3.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

RODRIGUES, L. S. *Antropônimos inovadores: de germânicos a baianos*. Salvador: EDUFBA, 2022.

SAPIR, E. Língua e ambiente. In: SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. Tradução: Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961 [1911]. p. 43-62.

SOUZA, A. J. de. *Criação lexical em textos publicitários: análise de onônimos*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31678>. Acesso em: 22 abr. 2023.

STEWART, G. R. *Names on the Globe*. New York: Oxford University Press, 1975.

TIRADENTES, L. Acidentes geográficos ou formas do relevo? Conceitos para o ensino de geografia. *Revista de Ciências Humanas*, [s. l.], v. 1, n. 21, p. 18-32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11840>. Acesso em: 22 abr. 2023.

UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES (UNGEGN). *Glossary of terms for the standardization of geographical names*. New York: United Nations, 2002. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/glossary.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

URAZMETOVA, A. V.; SHAMSUTDINOVA, J. K. Principles of place names classifications. *XLinguae*, Nitra, v. 10, n. 4, 2017, p. 26-33. DOI: <http://doi.org/10.18355/XL.2017.10.04.03>. Disponível em: http://www.xlinguae.eu/2017_10_04_03.html. Acesso em: 22 abr. 2023.

VASCONCELLOS, J. L. de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VASCONCELLOS, J. L. de. Ensaios de onomatologia portuguesa. *Revista Lusitana*, Porto, v. 1, n. 1, p. 45-53, 1887.

Editorial

Toponomastics, theory, and method. Portraits of tradition and innovation

Patricia Carvalhinhos 

University of São Paulo, Brazil

patricia.carv@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2188-9497>

Adriana Tavares Lima 

University of São Paulo, Brazil

adrianatlima@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-9797-8467>

Foreword

Receiving an invitation to organize a thematic issue is always a joy and undoubtedly a challenge. This is the second issue that we organize since 2020, each with its unique proposals. While, on the one hand, the Onomastics science has significantly advanced since 2000's due to the push forward from Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick – whom we honor here for being a respected researcher, the beloved doctoral advisor of one of this issue's organizers, and a good person herself – on the other hand, recently there has been a growing interest in personal names studies or Anthroponomastics.

This fact eventually became evident during the two phases of the research project *Collecting data to the historiography of Onomastic Sciences in Brazil* (2016-2019), coordinated by Carvalhinhos and linked to the International Bibliography of Onomastic Sciences (IBOS), a working group (WG) that collects and reviews the onomastics literature in the world and is reported to the International Council of Onomastic Sciences (ICOS). During this period, the WG's works followed a quantitative view, which is extremely important for us to trace back the evolution line of onomastics research in Brazil and realize how much Dick's efforts paid off. Additionally, it allowed us to understand how these studies spread out through Brazil due to the expansion of graduate programs from the last quarter of the 20th century to the beginning of the 21st century.

One of this issue's organizers has been a professor and researcher for many years now and also has extensive experience as a peer reviewer, providing reviews for both Brazilian and international journals. Her expertise also pinpoints a fact: although researches involving Toponomastics are highly frequent, Anthroponomastics has been growing – maybe due to the drive from project *Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil* [New Dictionary of Names in Use in Brazil], led by Prof. Juliana Soledade Barbosa Coelho (Universidade Federal da Bahia

LINHA D'ÁGUA

– UFBA) and Amaral & Seide's (2022) recently released book about anthroponymy in Brazil – and perhaps consolidating itself as a preferred discipline among many beginner researches, at least in Brazil.

Nevertheless, Toponomastics remains the centerpiece of Brazilian Onomastics. Despite the increasingly interest in personal names studies recently, this is undeniable that several well-established groups have been yielding studies about place names in all education levels – from undergraduate to postdoctoral research – in all regions of the country.

The need for a continued self-assessment is a fact, either in corporate terms, for teams or individually. In this vein, a thematic issue absolutely serves as an excellent thermometer and trigger for self-assessments, showcases to the readers the various projects interests and paths, and therefore adds up insights to a state of the art. This issue is in part a thermometer. In part because obviously its contributions do not represent the entire research scenario in Brazil due to its limited scope.

However, it does represent a portion of current research interests not only through the articles, but also the works cited. This collection makes up a *portrait*, a word we chose for the header of this editorial. The term “portrait” is automatically tied to two other words often mentioned in the interviews: *mirror* and *photograph*. This editorial both highlights the *frames* of the Brazilian toponymy and general toponymy, and also shows one of the more classical assumptions of toponyms function, which is stated by the interviewee Prof. Arcamone: “[...] toponyms are often photographs of the nature of the places; cartographic knowledge; knowledge of the history of that landscape [...]”. As we can notice, novelties and legacies spring up from the articles and interviews, and therefore the call-for-papers grounding is valid. It invited authors to submit papers on tradition and innovation in Toponomastics, allowing us to assess the current state of research in Toponomastics not only in Brazil but even in other locations.

In addition to capturing contributions from several regions in Brazil to enable this analysis on the research studies directions and the desired portraits, we received a few insights from other countries. One of them delves into the Chilean toponymic system, which shares similarities with the Brazilian toponymic system – particularly in the presence of languages in contact – and provides information of interest for any researcher. There are also two articles assembling different toponymic frames in Africa. Both helps us to understand the dynamics of Portuguese toponymy in other colonized regions, and the opposite process, i.e., the decolonial one that has taking place in the last decades. Guinea-Bissau and Mozambique spotlight this issue through representing two foreign countries. Two other international works – one from Portugal and another from Italy – are included in the form of interviews, which we will address in a dedicated section following the articles.

The authors had full autonomy to decide on the terminology, theory and methods used, thus they are accountable for the whole content in their articles. This, however, does not imply

that the organizers agree with all positions. This is a beneficial disagreement and that is why we choose a few aspects to detail in this editorial, which introduces the articles and also provides topics for thought. We kindly ask the reader's special attention to topics related to the terminology used in Toponomastics, in particular to the place name structure in Portuguese and its classification. Despite receiving intensive looks in Brazil, there are still interpretation mistakes, either in the relationship between the natural or man-made feature and its name (the whole structure of the toponym, or a kind of "toponymic phrase", the *sintagma toponímico*¹), or the classification to be used for each of its elements.

1 On tradition and innovation

Tradition and *innovation* were the motto chosen by the organizers of this thematic issue in the call for papers. Our objective was not simply to launch an attractive proposal that would capture many contributions. Our key intent was to understand to which extent the researchers would respond to our call:

This thematic issue is open to receive all kinds of toponymic studies, preferably theoretical and methodological contributions. We especially welcome papers exploring the interrelation between the linguistic and non-linguistic dimensions.²

At first, our main goal was to receive submissions that did were not a mere replica of the toponymic taxonomy – a traditional method in Brazilian studies. Instead, we aimed at those works with alternative theoretical and methodological approaches, pushing the tradition towards innovation. To further discuss both concepts, first we bring here the definition of *tradition* according to Philosophy, based on the brilliant Nicola Abbagnano's dictionary. According to Abbagnano (2007, p. 966 and 967 and the following, emphasis from original³), tradition is also

A cultural heritage, transmission of beliefs or know-how from a generation to the other. In the field of philosophy, resorting to T.[radition] implies to acknowledge the *truth* of T.[radition], which, from this standpoint, turns into a guarantee of truth and sometimes is the only achievable guarantee. [...] For Aristotle, his own philosophy means to free the T.[radition] from its mythical elements, thus, to discover the genuine T.[radition] while grounding itself in the guarantee provided by this same T.[radition].

This could involve, according to Abbagnano, fabricating documents so that tradition would not be undermined. The author states (2007, p. 967) that the concept of tradition "has not changed but maintains the appearance or promise of such guarantee". After the Greeks, the idea of tradition strongly reemerges throughout the European Romanticism in the late 18th

¹ *Sintagma toponímico* is a term used in Brazil to express the articulation between the geographical element and the name itself.

² Available at: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/announcement/view/1322>. Accessed: Apr. 19, 2023.

³ We have opted for a free translation into English whenever quoting texts in other languages.

century. Abbagnano takes from Hegel the idea that a tradition cannot remain stalled, since it is up to its heirs to yield fruit from this heritage:

Hegel explicitly appreciated the T.[radition] and insisted on its divine aspect: “T.[radition] is not an unmoving statue, but lives and flows like an unruly river that grows even more as it is farther from its source. [...] What each generation has produced in the fields of science and spirit is a heritage to which the whole world before has contributed with its economy [...]. And inheriting is at the same time receiving the heritage and making it bear fruit” (ABBAGNANO, 2007, p. 967).

By applying Abbagnano’s philosophical definition of *tradition*, – a definition applicable to other realities – for this thematic issue’s goal, the organizers intended to first check whether the tradition in Brazilian Toponomastics research represented by Dick’s method (thesis defended in 1980 and published in 1990) is bearing fruit beyond her toponymic taxonomy method, provided that a great amount of scientific studies in Brazil recur to this tradition, sometimes mistaking theory for method. At the other end of this line is innovation. What new winds are shaking the traditional Dickian tree? Is this a soft chill or a fierce storm? In other words: what are the different approaches in the Brazilian toponymic research?

And Abbagnano, in the same entry *tradition*, gives us a clue on the concept of innovation, then undressed from the garments it currently carries as a “trendy word” found in all the current discourse, including the governments’: “The Enlightenment rose up against T.[radition], claiming that its heritage is mostly a mistake, a prejudice, or a superstition, through turning into the judgement of critical reason to challenge it [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 967).

To what extent is there innovation in the toponymic research in Brazil? The answer to this question is not within the limited scope of this thematic issue. First of all, this editorial section aims to pose this question to the Brazilian researchers so that they can make it themselves and, in a self-assessment process, to verify to what extent their research makes the Dickian tradition bear fruit just like the Enlightenment way, i.e., moving beyond the toponymic taxonomy.

2 The terminology problem: author’s choices and the position of the organizers

The entire editorial process focuses on taking to the scientific community a few contributions or at least original views analyzed through blind reviews by ad-hoc referees. Reviewers and their scientific advice often engage in a “dialogue” with the authors, always recommending improvements. Throughout this process, the organizers can also make requests. In the particular case of this issue, this dynamic provided interesting remarks, which allows us to cover its two points: tradition and innovation.

As mentioned above, generations of researchers have been using the method adapted by Dick for the Brazilian reality. We say *adapted* because the classification via taxonomy is not exclusive nor did it arise in Brazil. Dick (1990 [1980]) made a methodological proposition adapted to the Brazilian scenario, and it has been revisited sometimes by several authors. While this may not completely solve all problems, it is undoubtedly a step towards innovation and complex solutions that bear fruit from that heritage. Each contribution is like a brick in the even more solid foundation of Brazilian research in this field.

Additionally, tradition creates embodied practices that tend to feed back into the community. For example, the terminology, which, on the one hand, is necessary for understanding and developing the field, on the other may be outdated and require adjustments, replacements, or new assumptions. In this context, the organizers felt at ease to recommend certain modifications to the manuscripts. It is important to mention that English readers may think the following discussion does not make sense, but it is relevant to Brazilian readers.

One of the adjustments recommended are on the terms *acidente*⁴ (literally, “landform”, or “geographic feature”), which was frequently used in the papers received to describe the nature of one of the toponym elements. Dick’s doctorate thesis, in 1980, was consistent with that period, even mirroring terms used in Canada and collected by Henri Dorion & Jean Poirier (1975), but in these fifty years the discussion moved into Geography, the field that provides us with this term. *Acidente físico* [natural feature] and *acidente antropocultural* [man-made feature] were fully accepted at that time, however, today we need to review them. Geography itself has several opinions on that matter, so there is a multitude of definitions for *acidente geográfico*⁵ [geographical feature], the base-term for *acidente físico* and *acidente antropocultural*.

Anyway, in more recent studies, the organizer Prof. Carvalhinhos and other authors in Brazil prefer to use the terms *entidade geográfica* [geographical feature] and *entidade* or *elemento físico* [natural feature] and *antropocultural* [man-made feature], given that the United Nations Group of Experts on Geographical Names (UNGEGN) recommends the term *geographical feature*, to which *entidade geográfica* attaches more naturally. Considering this, we officially propose new acronyms for these elements: EGF for *entidade geográfica física* [natural geographic feature] and EGH for *entidade geográfica humana* [man-made geographic

⁴ The Brazilian term *acidente* comes from the French word *accident* (refer to Dorion). A few years ago, it was used to mean a landform or geographical feature, but also means a disaster, a car crash, etc.

⁵ For Guerra (1987, p. 3, emphasis added), for instance, “*acidente geográfico*” is the proper term to define “[...] any landform that shows contrasts with other forms that are close to it”. Medeiros et al. (1973, p. 2, emphasis added), define “*acidentes*” as “Any landform that shows dissemblance or contrasts with those close to it”, a concept that is closely related to the land level differences for these authors. Pena (2023, s.p., emphasis added) argues that “An ‘*acidente geográfico*’ is a generic term used to refer to any alteration or transformation that occurs on the earth surface”. And Tiradentes (2021, p. 21, emphasis added) proposes a definition that emphasizes dynamism, where “An ‘*acidente geográfico*’ is a mark in the landscape that represents features of a geological past that is continually transformed due to external and internal agents, thus bringing to itself a representative cultural portrait of a society that can transform it into a synonym of place or belonging”.

feature] consistent with UNGEGN's proposition, thus replacing the acronyms AF and AH, respectively.

As the readers may notice, the terminology matter often gives rise to questions and discussions, and this issue is no exception. That is why we give significant focus to it in this editorial, in a double approach. Firstly, we address the need to update some terms, as explained in the previous paragraphs. Secondly, we acknowledge the ongoing evolution resulting from new studies, which leads to the creation of novel terms and the adaptation of international terms to Portuguese.

In the organization process, we encountered a common issue of attempting to translate terms used in Brazil into English in abstracts and keywords. This is a problem due to the lack of terminological uniformity both within the country and globally. This point is addressed through requests from international organizations, such as UNGEGN (2002), which provides a multilingual glossary, and ICOS, whose Terminology Working Group⁶ is gradually incorporating terms used by associated countries on its website. Their future goal is to supply terminological equivalences to the international scientific community, which will aid researchers in their works and prevent errors in choosing inappropriate keywords.

The term overlapping is not the only cause of terminological diversity. It is also related to which onomastics school of thought the author belongs or the context entangled. Outside Brazil, therefore, it is not uncommon to find terms that do not exist in the Brazilian academia or that are unknown to most authors. We highlight the term *godonyms*, related to street names. The term is more applied in Europe, particularly in Central and Eastern Europe. In general, researchers in Brazil are more used to the term *odonym* (also spelled *hodonym*) and *odotonym*, a taxon indicating that the meaning of the specific element refers to roads, streets, etc. This matter is better discussed in section 3.1.1.

Other terms may seem odd due to the mental crystallization that affects the Brazilians. This is the case of the term *indígena* [a Portuguese word for native groups in general] which is so closely associated by Brazilians with traditional Brazilian Peoples that it can seem odd to them when the term is not applied to Brazilian groups, specifically, or to Amerindian Peoples. As the readers will see, the term is also recurrent with the same meaning – aboriginal people – in other settings but referring to the native peoples of the mentioned places, as is the case of Mozambique.

There is also the problem of unusual or misused terms. We may cite two examples: one case, quite frequent (not only in this issue), involves a rather old mistake between two linguistic terms. While, in everyday language, they can be considered close synonyms, for Linguistics they are different, although their distinction is subtle. This is the case of the pair *designation/denomination*, to be addressed first in section 2.1. Secondly, we include an unusual

⁶ Available at: <https://icosweb.net/publications/onomastic-terminology/>. Accessed: Apr. 17, 2023.

term tied to a mix-up of citations that blurs the origin of the term, a history fed back in other articles: the term *oniônimo* from item 2.2. In fact, it seems to be a Brazilian creation, because there is no reference in the international literature. For this reason, we are going to keep the term in its Brazilian Portuguese form, *oniônimo*, instead of trying to translate it into English⁷. The closer typology to describe this term would be *chrematonyms*, but they cannot be considered as synonyms.

2.1 The pair designation/denomination

The pair of terms in focus, designation/denomination, recurrently appears in papers received for this issue and other works, including theses and dissertations. The major problem in this case stems from an unsubstantiated synonym, although the terms do correlate and the nuance of meaning that distinguishes them is quite slight. This synonymized usage is acceptable in ordinary oral communication, but is inconvenient within the onomastic terminology, and seem to be related to Dick's writings from 1980's and 1990's, where the author indistinctly uses the terms *designation*, *designative*, *denomination* and other variances. According to Petit (2012, p. 3), this is inherited from the Saussurean viewpoint, an obstacle to the discussion and to the proper differentiation between the concepts, provided that

The first obstacle is the prevalence of an essentialist conception of language in which the language is the source, the means and the end of all questioning about itself. Resulting from a Saussurean thought, the essentialism rejects any consideration of the referent in the semantic and semiotic characterization of lexical units (PETIT, 2012, p. 3).⁸

This misunderstanding was duly corrected in the editorial process through extensive collaboration between authors and organizers. However, it was found in a few papers submitted to this issue and, as stated above, is still present in many other articles, dissertations, theses, course final papers, or even undergraduate projects reports. Thus, in this editorial we take the opportunity to make the reader aware of this. The terms *designation* and *denomination* depict different, though complementary, phenomena. Kleiber (2012, p. 46) defines designation as “[...] a term [...] used when the expression was not *a priori* assigned to the entity to which it refers, but nevertheless allows access to it through the information (descriptive or not) that it contains [...]”⁹. In that article, where odors are the subject of discussion, the author clarifies that the two terms do not mean the same thing:

⁷ We maintain the same position in relation to the word *onionímia*.

⁸ From French: “Un premier frein est constitué par la prégnance d’une conception immanentiste de la langue pour qui cette dernière serait la source, le moyen et la finalité de tout questionnement sur elle-même. Issue d’une posture saussurienne, l’immanentisme rejette toute prise en compte du référent dans la caractérisation sémantique et sémiotique des unités lexicales”.

⁹ From French: “On parle de *désignation* quand l’expression n’a pas été attribuée *a priori* en propre à l’entité à laquelle elle renvoie, mais qu’elle permet néanmoins d’y accéder par l’intermédiaire des informations (descriptives ou autres) qu’elle comporte [...]” (emphasis from original).

Denomination is not synonym with *designation*, and one can only grant the status of designation and not denomination to expressions that capture or refer through these or those means to this or that odor, without having been conventionally attributed *a priori* to the odor in question. If we limit ourselves to the field of odor names, designations will, of course, also be restricted to the field of nominal constructions (KLEIBER, 2012, p. 46, emphasis from original).¹⁰

In one of her most widespread works in Brazil, the *Coletânea de Estudos* [Collected Studies], published in 1988 and reprinted in 1990 and 1992, Dick uses both terms interchangeably. The reader should be aware of this difference between concepts in order to apply them effectively, thus helping to fix this terminological mistake so common in articles about Onomastics.

When it comes to the terminology applied to onomastic studies, this seems to be the field most susceptible to transformations or innovations; some are welcome but others not so much. As a tradition under establishment, Brazilian toponym studies may undergo to unnecessary or occasional innovations. Unnecessary because they do not really contribute to the overall research itself, and occasional because these may only serve to a single investigation. But this is not the only terminology-related problem found when preparing this issue.

2.2 The ambiguous paternity of certain terms

Richard Coates (2014) wisely points out that anything can be an *onym* (*somethingonyms*). In addition to the issue of reference, the author quotes the problem of classification, since layers of meaning or singular meanings of the same name can attach to various referents and thus be subject to different semantic classifications, which should firstly be avoided, according to the author. In terms of taxonomic creation, one can add a term defining the semantic category or type to be classified (usually a Greek word) to *-onym*. This is how terminology innovations are born in Onomastics when required.

Questions may arise when the “paternity” of a term comes into play, which has occurred with the pair *oniônimo/onionímia* in this issue. Here, on first reading of one of the manuscripts the question arose due to a sometimes necessary, but not very helpful academic practice: the use of citations of citations (*apud*). This means to cite authors and authors cited by other authors, which may be a problem with time and the multiplication of works about a same subject. In this particular case, the paternity of the terms *oniônimo/onionímia* is not totally clear and the reader could infer that it was taken from José Leite de Vasconcellos (1928, p. 2), cited in the same paragraph. Instead, after checking the source *Antroponímia Portuguesa* [Portuguese Anthroponymy] we see that Vasconcellos is not the “father” of such terms.

¹⁰ From French: “*Dénomination* n’est donc pas synonyme de *désignation*, et l’on ne pourra accorder qu’un statut de désignation et non de dénomination à des expressions qui saisissent ou renvoient par tel ou tel moyen à telle ou telle odeur, sans avoir été conventionnellement attribuées *a priori* en propre à l’odeur en question. Si l’on se limite au secteur des noms d’odeurs, les désignations seront, bien entendu, également restreintes au secteur des constructions nominales” (emphasis from original).

We then begin our search for the author of this terminology creation or innovation, which is no easy task. *Oniônimos* are defined as “[...] proper names of brands or manufacture items [...]” by Rodrigues (2022, p. 32), likely based on Souza (2019), whose dissertation *Criação lexical em textos publicitários: análise de oniônimos* (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) [Lexical creation in advertising texts: analysis of *oniônimos*, our translation] in turn seems to be based on Guérios (1973). It is a good example of bad terminological creation because it is misused, and there is no possible translation because the Greek roots are unclear.

Perhaps the mistake came up because Vasconcellos creates a “cat’s cradle” to group all proper names that are neither toponyms nor anthroponyms: *panteônimos*¹¹. Toponomastics and Anthroponomastics were already defined by Vasconcellos in the late 19th century, in his “Ensaio de onomatologia portuguesa” [Essays of Portuguese Onomatology], published in issue 1 from *Revista Lusitana* (1887). Four decades later, in 1928, Vasconcellos restates this definition in *Antroponímia Portuguesa* [Portuguese Anthroponymy], including one more category, *Panteonímia*, or miscellaneous names. Hence, it is not a fact that the term *oniônimo* was created by Vasconcellos, although the first author who uses it (and who is he/she?) was inspired by *panteônimos*. This ambiguity arises from the wording given by the authors to the paragraph where this term appears.

3 Problems in the interpretation of the toponym structure and insights on some usual practices

An issue such as this one, or any other publication that frames the production of a certain time period, can provide great reflections not only for readers who read the published papers, but also for editors and organizers. In this particular case, receiving articles from different parts of Brazil and the world allowed us to see peculiar options both for terminology, but also for methods, theories, and even manners to face place names as a linguistic unit. We extend a few words on this issue in the following section.

3.1 Syntax: the toponym structure and misinterpretation in generic and specific elements

As noted above, the desire for innovation is valid and necessary. In contrast, the wish to interact with the usual methodology of toponymic taxonomy and simultaneously innovate can be a problem if the structure of the place name is not correctly interpreted.

Prof. Carvalhinhos’ teaching experience as a professor of Toponomastics for almost 20 years shows us topics that come up both in the classroom and among younger and experienced

¹¹ This is a term created by Vasconcellos, but it is not used by the academic community. It means “all names”, from the Greek root *pan-* “all”. We opted not to translate it into English.

researchers. Students make obvious and immediate questions related to the specific terminology. When they dig deeper, however, another aspect calls their attention: the taxonomy model. A student's usual question could be the following: If the toponym is made up by articulating an identified element or entity – whether it is constituted naturally, thus *natural*, or subject to human intervention, thus *man-made* – and always has a generic element, then why doesn't the toponymic taxonomy analyze it?

According to the taxonomy models used in Brazil, a semantic analysis usually is made on the specific element, i.e., the second part of the place name, a name given to a certain land feature, watercourse, town, etc. The generic element that identifies places is obviously relevant and tells a lot but cannot be semantically classified using the usual taxa. Hence, any river such as *Rio Pinheiros* ('pines river', EGF, river, SP), in the city of São Paulo, could be seen and analyzed as a toponym from several points of view. By classifying it based on its generic element, it will be a hydronym; for the standard toponymic taxonomy, it belongs to the class of phytotoponyms. By no means it could be interpreted as a hydrotoponym as it would deviate from the taxonomy established and mislead the readers, especially young researchers.

From this discussion derives the understanding of toponyms as having a structure articulated according to the nature of their source language. In Brazil, it is common to have toponyms with a specific element from Native languages and a generic element from Portuguese, thus resulting in the usual phrase positioning of generic element+specific element. The component taken as a specific element may, however, contain the original generic element, merged by the agglutinating nature of Tupi or other Native Brazilian languages.

Also, about the toponym structure, Dick's works usually focus more on the specific element due to her taxonomy proposition. For the author, the classification of a place name based on its component units, which comprises *simple* or *compound* toponyms, is exclusively made on the specific element. It is absolutely mandatory that this interpretation is correct, since the generic+specific elements structure shall always display a composition from these two integral terms to a place name, which does not necessarily mean that the toponym is a compound name.

Based on this line, a toponym such as the neighborhood of *Planalto Paulista* ('São Paulo's plateau', EGH, neighborhood, SP), in São Paulo, needs to be taken as a toponym with a compound specific element with a hidden generic element (neighborhood). Hence, *Planalto* is the first part of the specific element and, as per Dick (1990 [1980]), used for the semantic definition, i.e., a *geomorfotopônimo*¹². It is worth noting that, had it had another composition where *planalto* ['plateau'] was the generic element, this place name would have a simple specific element – *Paulista* – and a different taxonomy classification.

¹² It is a taxon proposed by Dick (1980 [1990]), composed of the Greek roots *geo-* "land"+*morphē* "form"+toponym. It is applied to all specific elements that refer to all topographical forms.

Another example pictures this very common doubt among beginner researchers. For instance, a toponym that refers to a watercourse within the city of São Paulo, in the region of Interlagos, the *Córrego Cordeiro* ('lamb creek', EGF, creek, SP). Structurally, it is a simple toponym as in this composition the word *córrego* is the generic element that defines the type of watercourse, followed by a single word in the specific term, *Cordeiro*. It is therefore a *zootopônimo*¹³ in taxonomy terms, and also a hydronym from the generic element point of view.

It is worth noticing that highlighting the specific element to answer the question *why?*, one of the five *wh-words*¹⁴ extensively stated in the English literature, is only one of the many ways to analyze a toponym. Urazmetova & Shamsutdinova (2017)¹⁵ list at least eleven different principles extracted from a great volume of data searched. Thus, analyzing the specific element's semantic field is covering only one of these principles.

The authors' freedom is considered and respected even when they disagreed with suggestions for changes in the manuscripts, so we make the reader aware that some articles may sustain the misconception of using taxa or semantic classification of the specific element to categorize the generic element. We therefore try to remedy it in this editorial. Our position is delineated in the following sub-section.

3.1.1 The ontology of geographical name: a glance at the generic element

It is also worth to highlight that analyzing a toponym from the ontological perspective of the generic element entails the choice of a different terminology, i.e., typologies that have already been mentioned by Dorion & Hamelin (1966), as well as discussed, rediscussed, and improved by several authors in recent decades. From what can be glimpsed in another book by Dorion & Poirier (1975)¹⁶, the most frequent use of terms formed of a specific element related to the semantic field of the object followed by a more general (or generic) element *-onym* dates

¹³ This is another taxon created by Dick, from the Greek root *zoo-* "animal"+toponym. We prefer not to translate it into English because it is not used or known by the international community.

¹⁴ *Why, where, who, what, when: the five wh-words*. It refers to the five basic questions to be made in toponymic research: *What* (the object of questioning), *who* (the name-giver), *where*, *when* and *why*, which is directly connected to the name-givers' reasons. E.g., please refer to Blair & Tent (2021).

¹⁵ The results showed by Urazmetova & Shamsutdinova (2017) are extremely relevant. They reviewed results of researches involving more than 30,000 toponyms. The studies came from the United Kingdom (a total of 15,000 toponyms analyzed by several authors) and the United States (17,000 toponyms). Based on these studies, whose varied approaches result from the very complexity of the toponym, the authors organized and grouped the data into eleven different principles. The approach of place name analysis from the semantical essence of specific elements – i.e., using the toponymic taxonomy – is only one of the eleven principles found.

¹⁶ This fact can be inferred since, in some entries of their dictionary, Dorion & Poirier (1975) state that the term defined received a different name in the 20th century. An example of this terminological replaced is shown in the entry *hydronymy* (original fr. *hydronymie*) and its equivalent *hydronomastique* (*hydronomastics*), designated as *fluvial onomastics* (original fr. *onomastique fluviale*) in the 19th century. Refer to Dorion & Poirier (1975, p. 64).

from the end of the first half of the 20th century, which is somewhat consistent with the expansion of studies around the world, the regular meeting of specialists to discuss their researches, and the creation of two major international associations, ICOS and the American Name Society (ANS).

In this sense, Urazmetova & Shamsutdinova (2017) list a few terms related to these ontological characteristics of the named object, some of which are familiar to Brazilian researchers, such as *hydronyms* and *oronyms*. The logic of the term composition is the same that governs the formation of a taxon within toponymic taxonomy, that is, there is a more general term and a more specific one. In this case, the typology that defines the ontology of an object comprises a first term, a specific portion, indicating the semantic essence of the object named, followed by a second term, generic portion, referring to the denominative condition, or *onym*¹⁷. Thus, unknown or uncommonly used terms in Brazil are mentioned, all formed in the same way.

Just as it is commonly found in the Sapir's (1961 [1911]) didactic division between *natural world* and *social world* for the lexical composition present in the most frequent dichotomies in Brazilian toponymic studies – natural features/man-made features; natural kind taxa/man-made kind taxa¹⁸ –, Urazmetova & Shamsutdinova (2017) also follow this line and split the world and its denominations in “natural objects” and “man-made objects”.

Among the names of natural objects, the authors include *hydronyms*, *oronyms* (from Greek ὄρος, ‘mountain’), *drymonyms* (from Greek δρῦμός *drūmós*, ‘tree’, ‘forest’, which could be adapted to Portuguese as *drumônimos*) and *insulonyms* (lat. *insula* ‘island’). As with toponymic taxonomy in Brazil, these terms are mostly built up of Greek words, but also from Latin. These typologies may encompass subcategories, such as terms already adapted to Portuguese: *oceanônimos* (*oceanonyms*, names of oceans), *pelagônimos* (*pelagonyms*, names of seas), *potamônimos* (*potamonyms*, names of rivers), *limnônimos* (*limnonyms*, names of lakes), *espeleônimos* (*spleononyms*, names of caves, grottoes, springs, among others), etc.

On the other side, there are objects whose origin lies in the man's intervention into the landscape, i.e., *man-made features*. The main types outlined by Urazmetova & Shamsutdinova (2017) are *horonyms* (names of territories that have defined boundaries, such as political, historical, geographical or economic boundaries), *oykonyms* (names of settlements) and its subcategories *astionyms* (for urban settlements) and *comonyms* (related to rural settlements). The term *urbanonym*, more used in Brazil than the others above, refer to “local” objects, such

¹⁷ We can spot a generic element, characterized by suffix *-onym*, and a specific element in the formation of this typology that defines the ontological essence of objects based on which Dorion and Poirier (1975) significantly highlight in their book whenever they describe a term like these: “Comme les autres choronymes, l’odonyme est composé d’un terme générique et d’un terme spécifique” (DORION; POIRIER, 1975, p. 99). In other words, every place name receives a more specific and determining ontological classification based on its geographical term. Hence, every odonym is a toponym, but not every toponym is an odonym.

¹⁸ As there is no correspondence between the Portuguese terms *taxes de natureza física* and *taxes de natureza antropocultural*, we have tried to adapt it into English to express the idea conceived in Portuguese terminology.

as blocks, streets, squares, alleys, avenues, theaters, museums, cinemas, train and subway stations, hotels, stores and other sites within a city. The key subtypes of urbanonyms are: odonyms (street names), agoronyms (square names), microhoronyms (names of neighborhoods), ergonyms (names of enterprises), ecclesionyms (names of religious temples), oikodomonyms (names of buildings), dromonyms (road names), nekronyms (names of cemeteries), microdrymonyms (names of forests, parks, and urban gardens).

All these categories defined by terms (some of them shown here for the first time in a Portuguese text about toponymy) can be used when the focus of the study is the named entity, i.e. the generic element, be it natural or man-made. Hence, the same toponym above, *Córrego Cordeiro* belongs to the typology of hydronyms and cannot be classified as a hydrotoponym, since it is erroneous. A toponym like *Serra do Mar* ('sea mountain', the Great Escarpment, EGF, mountain, SP) will be an *oronym* due to the ontological class of its generic element, but a *hydrotoponym* due to the classification of its specific element. When a researcher wants to classify a toponym by its essence or ontology, always governed by the generic element, they must use these typologies, and never the taxa, which are restricted to specific elements.

3.2. Are fichas lexicográfico-toponímicas mandatory?

Another matter brought up in this issue and that always comes up among young researchers concerns the presence of the *ficha lexicográfico-toponímica*¹⁹, proposed by Dick in the scope of the Toponymic Atlas of São Paulo Project (ATESP) and widely used in the surveys, as well as adapted and enhanced by other researchers. But is it always required?

The *ficha lexicográfico-toponímica* created by Dick (2004) has been in use for a long time with a slightly distinct function, that is, to store collected data in technical cards. The process was to record data in cardboard technical cards. One card for each place name. The new proposal aimed to bring the form designed in a card used in toponymic studies until the 1990s closer to what was already being done in Lexicography, thus leading to a standard form of the form that most Toponomastics researchers use today.

The form is undoubtedly relevant when the method is discussed or when the subject is precisely the focus of the discussion on the relevance or not of this working tool. For us, however, it seems that out of these contexts the file usage should be restricted to the background, especially when the researcher presents the results of his research in a scientific article, which should be objective, clear, and concise. This was a suggestion that the organizers provided to the authors who included files with unnecessary contextualization, a suggestion accepted and reasoned here.

¹⁹ Brazilian name for the ancient methodological practice originated from the use of paper technical cards or datasheets. It was used in past decades by toponymists and lexicographers. It is a frame or square that researchers fulfill with toponymic data until the present day.

3.3 The presence of Dick's proposed taxa

There is a ceaseless replication of the list of toponymic taxa proposed by Dick (in 1980 and subsequent years) in final papers, dissertations, theses, and even articles. This recurrence is only acceptable in the case of an illustrative example – that is, when the work does not intend to discuss the method – and our recommendation is to include it as an appendix if the authors wish to add it.

However, listing all the twenty-seven taxa in an article is of no use – again, only if its core is the method. These twenty-seven original taxa have already been adjusted, discussed, and supplemented by various authors, always using the source literature. The most common is the objective listing contained in the *Coletânea de Estudos* (1988, 1990, and 1992) supplementing the article *O problema das taxonomias toponímicas* [The problem of toponymic taxonomies], where the author defines each of the taxa and provides the reader with examples from multiple Brazilian regions. We refer this text to readers unfamiliar with this classification model for more detailed information.

The key to understand the taxa from the toponymic taxonomy proposed by Dick also enables us to read and understand taxa proposed worldwide. The classification term or taxon is composed of a specific and a general portion, both taken from Greek, as mentioned above when we talked about the typology of the generic element. The taxon of the specific portion relates to the semantic domain represented (*phyto-*, *zoo-*, *hydro-*, *anthropos-*, *odo-*, *polis-*, among others), and the specific portion attaches to a general portion found in all the taxa and indicate the status or function of a place name, i.e., a *toponym*. Therefore, a *hydrotoponym* will be a toponym whose first part of the specific element²⁰ belongs to the semantic domain of *water*. Hence, place names such as *Águas de Lindóia* ('Lindóia waters', EGH, city, SP), *Lagoa Dourada* ('golden lake', EGH, city, MG), *Cachoeira do Mato* ('scrub waterfall', EGH, village, BA), and, from Dick's examples (1992), *Serra das Águas* ('water mountain', EGF, mountain, GO), *Córrego Novo* ('new creek', EGH, city, MG), and *Ribeirão Preto* ('black stream', EGH, city, SP) are hydrotoponyms.

3.4 Toponomastics – Discipline or science?

It is not unusual to mistake the status of *Toponomastics*. Some people consider it a science, but this is not correct. It should rather be regarded as a scientific discipline. Generally, any science can also be a discipline, as is the case of Chemistry, but not every discipline is a science too. There are even non-scientific disciplines. Abbagnano (2007, p. 136 et seq.) summarizes the definitions of science over time and according to the philosophical view:

²⁰ There are discussions and proposals that aim to analyze and classify in taxa all the elements of a complex specific element. Carvalhinhos particularly disagrees with this position for numerous reasons that do not fit the scope of this editorial and will be discussed in good time. Thus, the explanation we provide for now translates Dick's position (1980, 1990, and others).

A knowledge that includes to any extent or extension a guarantee of its own validity. The caveats expressed in the words “to any extent or extension” is included here to make the definition applicable to modern S.[cience], which does not claim to be absolute. Yet, in the traditional concept, S.[cience] includes the absolute guarantee of validity, and is therefore, as knowledge, the highest degree of certainty. The opposite of S.[cience] is *opinion* (v.), marked as a lack of guarantee of validity (ABBAGNANO, 2007, p. 136, emphasis from original).

Science is a study of a reality through experimentation with a proper theoretical scope, always seeking to clarify the nature of its object by designing and testing or rejecting theses, which makes it advance towards the “truth” from ancient philosophers, as stated by Abbagnano. On the other hand, a scientific discipline uses this knowledge provided by science to achieve given goals mainly using scientific methods. Therefore, Onomastics is a lexicon science, and Toponomastics and Anthroponomastics are two of its major scientific disciplines.

4 A few words on the articles and their authors

As previously announced, the concepts of *tradition* and *innovation* guide this thematic issue on Toponomastics and its trends. The call for papers gathered contributions that illustrate these tendencies and were submitted by researchers from different regions of Brazil and other countries, which makes it possible to sort the nine accepted articles into three distinct groups.

The first group covers the classical approach of Brazilian place names. *Rescuing memories: the toponym of the Cabeças neighborhood in Ouro Preto, Minas Gerais* was written by Fernanda Kelly Mineiro Fernandes (graduate student at UFMG) and Soélis Teixeira do Prado Mendes (Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP). The authors analyze *Cabeças* [‘heads’], the name of a neighborhood in the municipality of Ouro Preto (Minas Gerais), aiming to recover a part of the cultural memory dated back to the 18th century, when Ouro Preto was called Vila Rica. The authors take Dick’s theoretical and methodological premises (1992) to analyze this toponym also using the stories of citizens and take a Labovian direction by observing semantic and formal aspects of the names in the past and present. Pursuant to this choice, the authors discuss linguistic and extralinguistic data related to the toponym *Cabeças*, arriving on the motivations that guided the selection of this place name, as well as its relations to the former Vila Rica.

The second paper in this group, *Toponymy, lexicon and culture: the activity of naming in narratives about the feast of Nossa Senhora da Abadia (Jataí, Goiás State)*, is from Rennika Lázara Dourado Cardoso, Lidiane Silva Araújo Guimarães (graduate students at Universidade Federal de Catalão – UFCAT), and Vanessa Regina Duarte Xavier (UFCAT). By adding to their lexical database the stories of local people involved in the festivities of Nossa Senhora da Abadia, the authors study the denominations found in the route of this popular feast and identify motivational convergences that reveal the closeness of the nominator to the celebration locality.

The last article in this cluster is entitled *Toponyms as an exclusionary feature: an analysis on the names of avenues, streets and side streets in the city of Oeiras, state of Piauí*, by Messias dos Santos Santana (Universidade Estadual do Piauí – UESPI) and Layane Albuquerque de Moura (undergraduate student at UESPI). Both authors examine the public street toponyms of Oeiras (Piauí) by tracing a motivation pattern of this urban toponymy and, at the same time, noting the social and political elements that are present and absent in these geographical names. The contrasts are highlighted, pinpointed, and briefly discussed taking into account some theoretical reflections from Critical Toponymy. This takes the article closer to those in the next group and the new winds that drive forward the traditional model from Dick (1992).

At the other end of the traditionalist spectrum – or those that majorly rely on this basis for toponym analysis – some articles show a few samples and innovative approaches to different aspects, domains, and portions of Brazilian toponymy, connected to procedures that start and move along paths still little traveled. In *Heterographic Bahia*, Patrícia Andréa Borges (graduate student at the Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP) provides with an overview of the different spellings of the toponym Bahia throughout five centuries, the period that precedes the graphical stabilization of this geographical name. The author uniquely investigates three less frequent forms found in the *Historical Dictionary of Brazilian Portuguese*, names collected in documents from the 16th and 18th centuries, then reflecting and presenting the spelling thought at the times of the records. As a result, this article is connected to Toponomastics and Historical Linguistics studies.

The article *Contributions of the hydronymic study of Tocantins: from official documents to the classroom*, by Verônica Ramalho Nunes (graduated at Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT) and Karylleila dos Santos Andrade (Universidade Federal do Tocantins – UFT) reveals relevant and urgent thematic innovations through the introduction of Toponomastics into the school. Grounded on national and state curriculum guidance (National Curriculum Framework and Curriculum Frameworks of the Department of Education of Tocantins), the article describes a proposal of workshop focused on toponymy and teaching, thus providing means for, in an interdisciplinary way, Middle School students to have access to linguistic and extralinguistic sides through the toponymic lexicon.

Also disruptive is *From Gonçalo Gonçalves to General Câmara, buried toponyms: Pedro Nava and the memory that rests under the asphalt of a very wide avenue*, by Antonio Rafael Marçal da Silva (graduate student at Universidade de São Paulo – USP) and Martin Jayo (USP). Leading the reader to the names and the past of a currently extinct avenue in the city of Rio de Janeiro – based on book *Bau de Ossos* ([Chest of Bones], by writer Pedro Nava) – through the perspective of Literary Onomastics, the article is groundbreaking in all its course and extent and reviews the memories from this special background.

The last set of articles in this issue gathers manuscripts that analyze the toponymy of other countries, mixing innovative and classical theory and methodology. In *An initial*

description of the toponyms of the Autonomous Sector of Bissau, Baticã Braima Ença Mané (graduate student at USP) and Amanda Macedo Balduino (postdoctoral fellow at UNICAMP) construct a toponym profile from the Autonomous Sector of Bissau (Guinea-Bissau), listing linguistic and sociocultural data. Although rooted on toponymic taxonomy, the theme and purposes of the research are largely innovative provided that the toponymic literature has few works focused on this region. In fact, the discussion of language policies related to language contact in this location and under these circumstances is unprecedented. This preliminary review of Bissau's toponymy both offers reflections on the formation of these denominations and evidences the presence and status of Portuguese in a multilingual setting. As the authors point out, the scope of contributions is even greater, since they use documents and investigations that expand the pool of studies concerning the toponymy of countries on the African continent within the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP).

In *Hispanic toponymy of Chile: linguocultural and linguopragmatic approach*, the Russian researcher Irina A. Martynenko (Kutafin Moscow State Law University – MSAL) conducts a study on Chilean toponymy in Spanish from a traditionalist viewpoint, and yet bears new developments in different fields and features. The article will thus draw the attention of the Brazilian reader both for its methodological diversity – closer to the mechanisms proposed by George R. Stewart (1975) – and some of the terms used. Additionally, the author evaluates the analyzed denominations that cover a broader context, that of Latin American toponymy.

The triad of international articles of this set about general toponymy is completed by *The persistence or unofficial use of colonial toponyms in Maputo city, Mozambique*, by José Jorge Mahumane (graduate student at Universidade Eduardo Mondlane – UEM) and Joel das Neves Tembe (UEM). There, the authors look at the place names of Maputo (Mozambique), former Lourenço Marques, from an innovative view, by applying Critical Toponymy and other theoretical inputs to analyze colonial and post-colonial place names. This research, therefore, makes use of a recent theoretical tool to deal with several aspects of this city toponymy under different political regimes. The innovative spirit of the article is evident in its whole body, also following paths and reaching domains still little developed within the CPLP.

5 Interviews: the opportunity to meet key researchers

This issue also includes two additional works that brighten up the set of nine articles: two interviews with international researchers renowned in their areas of activity. The interviewees come from two countries with different traditions: Portugal and Italy. Actually, both interviews were conducted with the help of the organizers, who made some questions of great interest to Brazilian readers. One was carried out in Portuguese and is closer to our reality since it deals with Portuguese toponymy; the other, in Italian/English, presents valuable information to Portuguese-speaking and non-Portuguese-speaking audiences.

In Portugal, Prof. Dr. Mônica Maria Soares Santos (postdoctoral fellow at USP) interviewed Dr. José d'Encarnação, a toponymist in virtue of his career as a retired Professor at Universidade de Coimbra (UC), and a specialist in Epigraphy. The interview, collected between late September and early October 2022, reports how d'Encarnação engaged with Toponomastics and details his experience as a researcher on Roman Epigraphy and his work about historical and linguistic aspects involved in place names. Moreover, d'Encarnação talks about the current scenario of toponymic studies in Portugal and a few relevant topographic data on Portuguese toponymy, illustrated with photographs.

The second interview, conducted between December 2022 and January 2023 in Italy, shows the vast experience of a renowned onomastician. Prof. Dr. Giacomo Giuntoli (lecturer at IPSAR Matteotti di Pisa), a former advisee, performed the interview with Prof. Dr. Maria Giovanna Arcamone (Università di Pisa – UNIPI), a well-known investigator throughout Europe. Although retired, she still undertakes several tasks and is remembered for organizing the unforgettable ICOS Congress in Pisa (2005), as well as for her current activity in various agencies linked to onomastic studies.

Recalling her long academic career, Arcamone considers her works in Onomastics and Toponomastics, especially in Italian literary onomastics and Italian toponymy in general, specifically for Lombardy and Tuscany. The researcher offers striking and remarkable examples of names analyzed throughout her career, where many of them are references for Italian toponymy studies. She also outlines the current Onomastics and Toponomastics in Europe and supplies useful information for beginner researchers.

As requested by the organizers, both interviewees reflect on specific aspects of Brazilian toponymy. In this sense, Prof. d'Encarnação ponders about the name Brazil and Prof. Arcamone lists the Italian names transferred to cities in the Southern region of Brazil in order to honor Italian cities, according to the own professor's findings in field studies from previous years.

Final words

There is not much left to say. We have already successfully and extensively fulfilled the scope of this editorial. We only wish that, as far as possible, this issue may contribute for insights, clarifications, and, most importantly, spreading a good science. May tradition and innovation – if reasonably balanced – guide our steps. After this warm-up and stretching time, we leave the reader free to take one last leap and dive full of breath into the articles and interviews here. Now let's hand over to the authors.

We wish you all a pleasant reading.

References

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Translation of 1st Brazilian release coordinated and reviewed by Alfredo Bosi. Translation revised and new translations by Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Original title: Dizionario di filosofia.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. *Personal names: an introduction to Brazilian anthroponymy*. Translated by Emanuele Fernandes. Araraquara: Letraria, 2022. Available at: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2022/04/Personal-Names-an-introduction-to-Brazilian-anthroponymy-Letraria.pdf>. Accessed: Apr. 20, 2023.

BLAIR, D.; TENT, J. A Revised Typology of Place-Naming. *Names*, [s. l.], v. 69, n. 4, p. 30-47, 2021. DOI 10.5195/names.2021.2260. Available at: <https://ans-names.pitt.edu/ans/article/view/2260>. Accessed: Apr. 22, 2023.

COATES, R. We are surrounded by onymies: relations among names, name-types, and terminological categories. In: *Actes des XXIV Congrès International d'ICOS Sobre Ciències Onomàstiques*, 24., 2011, Barcelona. [...]. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2014. p. 6-13. DOI: <http://doi.org/10.2436/15.8040.01.2>. Available at: <http://www.gencat.cat/llengua/BTPL/ICOS2011/002.pdf>. Accessed: Apr. 20, 2023.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004. v. 2, p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990 [1980].

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos*. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

DORION, H.; HAMELIN, L.-E. De la toponymie traditionnelle à une choronymie totale. *Cahiers de géographie du Québec*, Quebec, v. 10, n. 20, p. 195-211, 1966. DOI: <https://doi.org/10.7202/020624ar>. Available at: <https://www.erudit.org/en/journals/cgq/1966-v10-n20-cgq2594/020624ar/>. Accessed: Apr. 10, 2023.

DORION, H.; POIRIER, J. *Lexique des termes utiles à l'étude des noms de lieux*. Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 1975. (Series Choronyma, 6).

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

GUERRA, A. T. *Dicionário Geológico-geomorfológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

KLEIBER, G. De la dénomination à la désignation: le paradoxe ontologico-dénotatif des odeurs. *Langue Française*, [s. l.], v. 174, n. 2, p. 45-58, 2012. DOI: <http://doi.org/10.3917/lf.174.0045>. Available at: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2012-2-page-45.htm>. Accessed: Apr. 22, 2023.

MEDEIROS, M. R. de et al. *Dicionário de geografia*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

PENA, R. F. A. *Acidentes geográficos*. Brasil Escola. Available at: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/acidentes-geograficos.htm>. Accessed: Apr. 22, 2023.

PETIT, G. Présentation: la dénomination. *Langue Française*, [s. l.], v. 174, n. 2, p. 3-9, 2012. DOI: <http://doi.org/10.3917/lf.174.0003>. Available at: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2012-2-page-3.htm>. Accessed: Apr. 22, 2023.

LINHA D'ÁGUA

RODRIGUES, L. S. *Antropônimos inovadores: de germânicos a baianos*. Salvador: EDUFBA, 2022.

SAPIR, E. Língua e ambiente. In: SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. Tradução: Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961 [1911]. p. 43-62.

SOUZA, A. J. de. *Criação lexical em textos publicitários: análise de onônimos*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Available at: <http://hdl.handle.net/1843/31678>. Accessed: Apr. 22, 2023.

STEWART, G. R. *Names on the Globe*. New York: Oxford University Press, 1975.

TIRADENTES, L. Acidentes geográficos ou formas do relevo? Conceitos para o ensino de geografia. *Revista de Ciências Humanas*, [s. l.], v. 1, n. 21, p. 18-32, 2021. Available at: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11840>. Accessed: Apr. 22, 2023.

UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES (UNGEGN). *Glossary of terms for the standardization of geographical names*. New York: United Nations, 2002. Available at: <https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/glossary.pdf>. Accessed: Apr. 17, 2023.

URAZMETOVA, A. V.; SHAMSUTDINOVA, J. K. Principles of place names classifications. *XLinguae*, Nitra, v. 10, n. 4, 2017, p. 26-33. DOI: <http://doi.org/10.18355/XL.2017.10.04.03>. Available at: http://www.xlinguae.eu/2017_10_04_03.html. Accessed: Apr. 22, 2023.

VASCONCELLOS, J. L. de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VASCONCELLOS, J. L. de. Ensaios de onomatologia portuguesa. *Revista Lusitana*, Porto, v. 1, n. 1, p. 45-53, 1887.

Translated by

Amelina Pedrali de Aquino 

University of São Paulo, São Paulo, Brazil
amelina.aquino@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-4683-9990>

André de Oliveira Matumoto 

University of São Paulo, São Paulo, Brazil
andrematumoto@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-3544-3576>

Theodoro Casalotti Farhat 

University of São Paulo, São Paulo, Brazil
farhat@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-9646-6301>

Verônica dos Santos Modolo 

University of São Paulo, São Paulo, Brazil
veronicamodolo@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-9355-136X>

Artigo / Article

O resgate da memória: o topônimo do bairro ouro-pretano Cabeças

Rescuing memories: the toponym of the Cabeças neighborhood in Ouro Preto, Minas Gerais

Fernanda Kelly Mineiro Fernandes 

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

fernandakelly@ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0001-5772-0496>

Soélis Teixeira do Prado Mendes 

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

soelis@ufop.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-3792-4974>

Recebido em: 28/08/2022 | Aprovado em: 05/02/2023

Resumo

Nosso objetivo é resgatar parte da memória cultural da setecentista Vila Rica, hoje Ouro Preto, por meio da análise do topônimo “Cabeças”, nome atribuído a um dos bairros ouro-pretanos mais antigos. Com base nos estudos onomásticos e nas narrativas dos moradores, discutimos aspectos que extrapolam dados linguísticos e que estão presentes na nomeação de topônimos. A análise dos dados nos mostrou que a configuração geográfica e a posição da localidade em relação à Vila motivaram a escolha toponímica. Assim, podemos afirmar que, com a recuperação dos contextos histórico, cultural, geográfico e social, que propiciaram a criação do topônimo sob análise, foi possível recuperar-lhe o significado ao trazermos à tona informações subjacentes ao nome e em que situação ele foi atribuído à localidade.

Palavras-chave: Cultura • Léxico • Onomástica • Ouro Preto • Toponomástica

Abstract

This paper aims to partly rescue the cultural memory of the eighteenth-century Vila Rica, currently known as Ouro Preto, Minas Gerais, by analyzing the toponym “Cabeças”, a name given to one of the oldest neighborhoods in Ouro Preto. Based on onomastic studies and on residents’ narratives, we have discussed aspects that go beyond linguistic data and that are present in the naming of toponyms. Data analysis shows that the geographic setting and the

position of the location in relation to Vila Rica motivated the toponymic choice. Therefore, by recovering the historical, cultural, geographic, and social contexts that led to the creation of the toponym under analysis, it was possible to recover its meaning by shedding light on information underlying the name and in what situation in which it was given to the locality.

Keywords: Culture • Lexicon • Onomastics • Ouro Preto • Toponomastics

Introdução

O ato de nomear é inerente à atividade humana, de modo que os próprios seres humanos, assim como os lugares, são nominados, o que permite a individualização e, conseqüentemente, a identificação de tudo e de todos. Os nomes de lugares assumem relevância em diversas áreas do conhecimento, visto que são uma das formas mais utilizadas para acessar os espaços geográficos, seja no mundo real, seja no mundo analógico ou digital. Para além da função referencial e vocativa, os nomes atribuídos a lugares possibilitam o conhecimento de diversos aspectos de uma comunidade linguística, isso porque a nomeação, uma das funções da linguagem, além de representar uma forma de organização e de classificação, pode funcionar como um testemunho das práticas culturais e das atividades psicossociais de um grupo sociolinguístico-cultural, tais como seus valores, suas crenças e subjetividades.

Neste artigo, faremos um recorte dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado, defendida em 2021, que teve como objeto de estudo os topônimos relativos aos dez bairros mais antigos de Ouro Preto – Minas Gerais (MG). Para a presente discussão, elegemos o topônimo “Cabeças”. Optamos por esse topônimo porque, durante as investigações, percebermos que os moradores, com quem fizemos entrevistas e cujas respostas foram objeto de análise na pesquisa mencionada, atribuíram diversos significados ao nome do logradouro. Em tais diferentes atribuições estão envolvidos o imaginário coletivo e fatos lendários. Assim, com base nos estudos onomásticos e nas narrativas dos moradores, trataremos de aspectos que excedem dados linguísticos e que estão presentes na nomeação toponímica, com o intuito de apontar elementos histórico-geográficos que podem ter influenciado a escolha pela nomeação. Para além disso, também apresentaremos as respostas dadas pelos informantes quanto à motivação da escolha do referido topônimo.

Nosso objetivo com o presente trabalho é, além de apresentar e discutir historicamente a motivação para a escolha do nome “Cabeças”, ampliar a divulgação da pesquisa, especificamente, dos achados acerca desse topônimo. Isso porque, conforme mencionamos anteriormente, os informantes atribuíram diferentes explicações para a motivação da escolha do nome, diferentemente das significações atribuídas por eles aos outros nove topônimos analisados¹. Além do mais, vamos discutir como os atuais moradores da Cidade ressignificaram

¹ Na referida pesquisa de mestrado, foram analisados dez topônimos ouro-pretanos: Alto da Cruz, Antônio Dias, Cabeças, Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João, Padre Faria, Pilar, Rosário e Taquaral. Os informantes, ao apresentarem suas percepções para a motivação da escolha do nome de nove desses topônimos,

esse nome e como, transpassados séculos, o termo não sofreu alterações por parte de órgãos municipais. Ao fazermos essa discussão, pretendemos, também, resgatar parte da memória cultural do Município.

Vasconcellos (1977) relaciona a origem do topônimo a uma questão espaço-orientacional: entrada principal de acesso ao município. Entretanto, a ocupação efetiva do território levou à abertura de diferentes entradas, mas o topônimo permaneceu inalterado. Nessa perspectiva, o fato de o topônimo *Cabeças* ter sido preservado para o mesmo local no contexto de alterações na ocupação do espaço pode sugerir que o seu significado não foi mantido ao longo do tempo.

Este artigo está assim dividido: *Referencial teórico*, em que apresentamos uma discussão sobre a inter-relação língua, léxico e cultura e tecemos algumas considerações a respeito da Lexicologia, da Onomástica e da Toponomástica; *Caracterização do espaço e etimologia do topônimo*, em que trazemos algumas características acerca da região pesquisada e considerações sobre o topônimo; *Metodologia*, em que discorremos sobre as etapas realizadas no desenvolvimento da pesquisa; *Apresentação e discussão dos dados*, em que realizamos o exame das entrevistas e a descrição do topônimo sob análise; *Considerações finais*, em que buscamos evidenciar as conclusões a que chegamos com a efetivação da pesquisa; e, por último, em *Referências*, apresentamos as obras nas quais nos baseamos para realização do estudo.

1 Referencial teórico

1.1 Língua, léxico e cultura

Nesta seção, buscamos discutir o conceito de léxico e trazer apontamentos sobre como o conjunto de vocábulos de uma língua pode desvelar traços da cultura de uma sociedade, a partir do estudo do nome e do significado.

O acervo linguístico, ou seja, todo o conjunto de palavras que o usuário tem à sua disposição para se expressar sob diferentes maneiras (oral, escrita e gestual), é chamado de léxico: um sistema dinâmico, acumulativo, aberto, inesgotável e em expansão. Ampliando um pouco mais esse conceito, o léxico é “o inventário das unidades significativas responsáveis pela conceituação e representação do universo empírico natural e do sociocultural produzido pela atividade dos homens em sociedade” (COELHO, 2008, p.14). Dito de outra forma, o léxico representa e armazena a memória individual e coletiva, que se acrescenta ao repertório de palavras de uma língua.

Tendo em vista que o léxico reflete todas as práticas sociais e que seu estudo permite apreender a relação do homem com a sociedade, afirmamos juntamente com Biderman que:

foram praticamente unânimes nas respostas dadas, exceto para *Cabeça*, ao qual foram apresentadas diferentes explicações para a criação desse topônimo.

[...] os conceitos são modos de ordenar os dados sensoriais da experiência. Através de um processo criativo de organização cognoscitiva desses dados foram surgindo as categorizações linguísticas expressas em sistemas classificatórios: os léxicos das línguas naturais. Assim, podemos afirmar que o homem desenvolveu uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos que simbolizam os referentes (BIDERMAN, 1998, p. 92).

A língua, enquanto objeto cultural, mutável e dinâmico, é influenciada pelo contexto sociocultural, que se manifesta no léxico, visto que, por meio dele, os usuários de uma língua expressam suas crenças, seus valores, suas ideologias, além de adquirirem, construírem e compartilharem conhecimentos.

Para darmos continuidade a nossa discussão, faz-se necessário definir cultura no âmbito desta pesquisa. Para tanto, apoiamos-nos em Geertz (2008, p.15), de acordo com quem “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, e a cultura é construída nessa teia complexa de signos que foi criada pelos próprios seres humanos, na qual se enredam. Ou seja, ao defender o conceito semiótico de cultura, o autor argumenta que o homem constrói sistemas simbólicos (arte, religião, mito), na medida em que a cultura representa a teia que orienta a existência humana. Nesse sentido, como uma ciência interpretativa, a sua noção conceitual abrange diferentes significados, construídos socialmente e materializados em comportamentos.

De acordo com o autor, a forma como o sujeito interpreta o mundo é influenciada pela cultura, a qual abarca um conjunto de sentidos e acepções construídos e disseminados historicamente. Em função disso, a cultura, conforme Geertz (2008), não pode ser compreendida de forma singular e homogênea, tendo em vista a diversidade humana, o que faz com que o termo implique uma série de abstrações, as quais variam conforme diferentes perspectivas. Portanto, sem perder de vista a dinamicidade de cultura e de sociedade, já que ambas estão em movimento, um modo possível de compreender o sujeito e a cultura está na observância dessa teia de significados (FERNANDES, 2021, p. 90).

Nessa direção, a linguagem é a base de todo o conhecimento, além de ser uma ferramenta atuante que propicia aos seres humanos expressarem suas experiências, atribuírem sentidos e significados de sua realidade, além de construírem conceitos. Os nomes atribuídos a lugares podem evidenciar marcas da cultura e traços da identidade da comunidade que os utiliza. Por meio dos pressupostos teóricos que norteiam a Onomástica, conforme a discussão da próxima seção, analisar os topônimos possibilita conhecer tanto os fenômenos relacionados aos aspectos linguísticos, como aqueles relativos às suas propriedades culturais e sociais, além de permitir entrever a origem e a forma como eles são usados em uma determinada sociedade.

1.2 Onomástica e Toponomástica

O léxico é definido, tradicionalmente, como todo o conjunto de palavras de uma língua, o que inclui o nome comum, que corresponde à totalidade de seres de uma espécie, ou seja, o

que é genérico ou uma abstração, como *homem, país, cidade*; e o nome próprio, que se refere a determinado sujeito da espécie ou entidade; ou seja, trata-se de uma nomeação específica, como *João, Itália, Belo Horizonte* (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 192).

Nas ciências que investigam o léxico, destacam-se a Lexicologia, que estuda e descreve as unidades de uma língua; a Lexicografia, que repertoria e organiza sistematicamente essas unidades em dicionários e enciclopédias; e a Terminologia, que descreve o léxico especializado, isto é, as unidades terminológicas de uma área específica. Esses campos de estudos fazem parte das investigações da grande área da Linguística. Os estudos das palavras que compõem uma língua, os estudos do léxico, permitem-nos entrever as práticas culturais e o sistema de vida de uma comunidade linguística. Nessa perspectiva, tem-se a Onomástica, campo das ciências lexicais que se ocupa dos nomes próprios, os quais, assim como o léxico geral da língua, não são constituídos aleatoriamente, mas historicamente. São influenciados pelos costumes e pelas normas de uma sociedade, por isso, por meio do exame dos nomes próprios, atribuídos pelo homem, podemos identificar motivações de ordem cultural.

Como subáreas da Onomástica, a Toponomástica investiga os nomes próprios de lugares, e a Antroponomástica, os nomes próprios de pessoas. Embora essas sejam as áreas mais enfatizadas nos estudos onomásticos, existem outras que se integram à Onomástica, como a Onionímia, que investiga os nomes próprios de elementos comerciais, e a Panteonímia, que representa o “estudo de vários outros nomes próprios” (VASCONCELLOS, 1928, p. 2).

A Onomástica é uma área da Linguística dedicada ao estudo do nome próprio e integra-se à Lexicologia. Como subáreas da Onomástica, destacam-se os termos identificados tradicionalmente como Toponímia e Antroponímia. No entanto, de acordo com Seide (2016), o *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS, 2011) nomeou de Antroponomástica a disciplina que estuda os nomes próprios de pessoas e de Toponomástica a que analisa os nomes próprios de lugares. Seguindo essa tendência, as autoras deste artigo optaram pela utilização desses termos, que abarcam o quadro teórico e, portanto, distinguem-se de toponímia, que nomeia um conjunto de nomes próprios de lugares (cidades, bairros, ruas, praças, estabelecimentos, fazendas, córregos, montanhas etc.), e de antroponímia, que nomeia um conjunto de nomes próprios de pessoas (nomes, apelidos, sobrenomes, pseudônimos etc.).

Desde os primórdios, está presente nos seres humanos a prática de nomear pessoas, objetos e lugares, uma vez que “[...] é o nome que dimensiona a pessoa e caracteriza o humano e o animado, polarizando sua atividade sociolinguística” (DICK, 1999, p.137). De acordo, ainda, com essa autora, mais que dar nome a seres e coisas, os nomes exprimem significados que transcendem o próprio nome.

A incontestável relevância dos nomes próprios no âmbito das relações humanas justifica a importância da onomástica, cuja raiz é de origem grega: *onoma* equivale a nome. Como ciência, pode ser definida, de um modo geral, como “O estudo dos nomes próprios, que pode esclarecer muitos aspectos da história, política, econômica e social [desses nomes]” (ULLMANN, 1967, p. 161).

Tendo em vista a sua natureza interdisciplinar, as investigações onomásticas contribuem para diversas áreas do conhecimento. Elas favorecem outras ciências que utilizam as informações obtidas pelos estudos antroponomásticos e toponomásticos, o que atesta a importância dessas disciplinas para além dos estudos linguísticos.

Nos estudos toponomásticos, são comuns o uso de base documental e de análises quantitativas e qualitativas, em que são utilizados metodologia e embasamento teórico propostos pela professora Maria Vicentina do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo (USP), idealizadora do Atlas Toponímico do Brasil (ATB). De acordo com essa pesquisadora, estudar a toponímia é uma forma de verificar o modo como o ser humano utiliza a linguagem, além de investigar a sua compreensão acerca da realidade. A toponímia apresenta-se, então, “[...] como a crônica de uma comunidade, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras” (DICK, 1992, p.19), ao lavrar o entendimento de uma certa época. O estudo de um conjunto toponímico cristalizado pode sinalizar fatos sociais esquecidos e suprimidos, porém preservados.

Quando um lugar é ocupado pelo homem, faz-se necessária a nomeação desse espaço, com o intuito não só de assegurar sua localização territorial, mas também de constituir sua identidade comunitária. À vista disso, a Toponomástica revela-se como um ramo de conhecimento que propicia observar a relação entre o homem e o lugar habitado. Os topônimos, isto é, os nomes próprios selecionados para dar nome a um lugar, estão intrinsecamente conexos com língua, cultura e contexto social e levam em conta fatores não só relacionados à necessidade de referenciar um local, como também fatores voltados aos valores, às crenças, às concepções e aos sentimentos do(s) responsável(is) pelo nome. Destacamos, assim, a relevância dos estudos dos nomes próprios sob esse viés, visto que esses permitem compreender a organização cultural e social de uma comunidade e evidenciam a natureza interdisciplinar das investigações da Toponomástica.

Seide (2013) defende que os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais podem intervir na nomeação do lugar. Na medida em que o nome aponta o local como pertencente a uma comunidade, ele se assemelha àqueles que nela estão inseridos (SEIDE, 2013, p. 174). Uma vez que os topônimos não se limitam a códigos linguísticos, estudar os nomes próprios também pode revelar sinais históricos, configurações do espaço geográfico e tradição religiosa da região para qual foi atribuído certo nome.

2 Caracterização do espaço e etimologia do topônimo

Para compreender a motivação da escolha do nome do bairro analisado neste artigo, faz-se necessário situá-lo na cidade. Para tanto, faremos a caracterização da localidade por meio de um breve histórico sobre a formação da região e abordaremos aspectos relevantes do município, para o melhor entendimento do leitor.

Ouro Preto é uma cidade do estado de Minas Gerais, região sudeste do país. Situada na área do Ciclo do Ouro, foi a primeira cidade brasileira a receber da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO), em 1980, o título de *Patrimônio Mundial*. Em 2021, sua população estimada era de 74.824 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). A origem da cidade, que se localiza em terreno acidentado e montanhoso, se liga à descoberta do ouro de aluvião por bandeirantes paulistas, que se fixaram, no início do século XVII, na região onde abundava o ouro. Ou seja, os sertanistas se fixaram às margens dos ribeirões e nos morros, e isso corroborou “o processo de agregação entre os arraiais de garimpo do minério estabelecidos entre as cadeias de montanhas existentes na região” (FERNANDES, 2021, p.22). Nos primeiros anos da descoberta, arraiais foram se formando nos entornos das serras e dos córregos auríferos da região, o que precipitou o crescimento da população e ocasionou a formação de duas freguesias, Antônio Dias e Ouro Preto (posteriormente, Freguesia de Nossa Senhora do Pilar), que, mais tarde, elevaram ambos os lugares à Vila.

A abundância do ouro determinou o primeiro nome do local: Vila Rica. Depois, esse nome foi alterado, devido à característica do metal: Ouro Preto, isto é, coberto por uma camada de óxido de ferro, que o diferenciava dos encontrados em outras regiões. O processo da atribuição de nome foi motivado por outros elementos, o que incluiu a “forma de governo implementada e o exercício do poder ao considerarmos a passagem do Estado absolutista até a Proclamação da República: Vila Rica de Albuquerque², Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar, Imperial cidade de Ouro Preto, Ouro Preto (FERNANDES, 2021. p. 168).

Com a ocupação do território, surgiram diferentes caminhos, entretanto, o trajeto conhecido como “estrada tronco”, que se principiava na região conhecida por *Cabeças*, era o mais utilizado. *Cabeças*, de origem latina, é um topônimo de natureza antropocultural, classificado, seguindo a proposta taxonômica de Dick (1990), como um somatotopônimo, isto é, apresenta uma relação metafórica relativa à parte do corpo humano.

Conforme a raiz etimológica, o termo *cabeça* deriva do lat.vulg. *capītia* (cláss. *capūt*) e é utilizado em textos jurídicos para se referir a parte principal de um artigo: “cabeça de artigo que inclui parágrafos, itens ou alíneas” (BRASIL, 1994, p. 20). Além disso, tal termo pode ser empregado como um qualificador, ao aludir a ideia de uma posição de destaque em detrimento a outra, ou seja, aquele que está à frente. Essa foi a motivação do topônimo sob análise, na acepção de um jovem estudante, que será exposta mais adiante, na seção em que fazemos a apresentação e a análise dos dados.

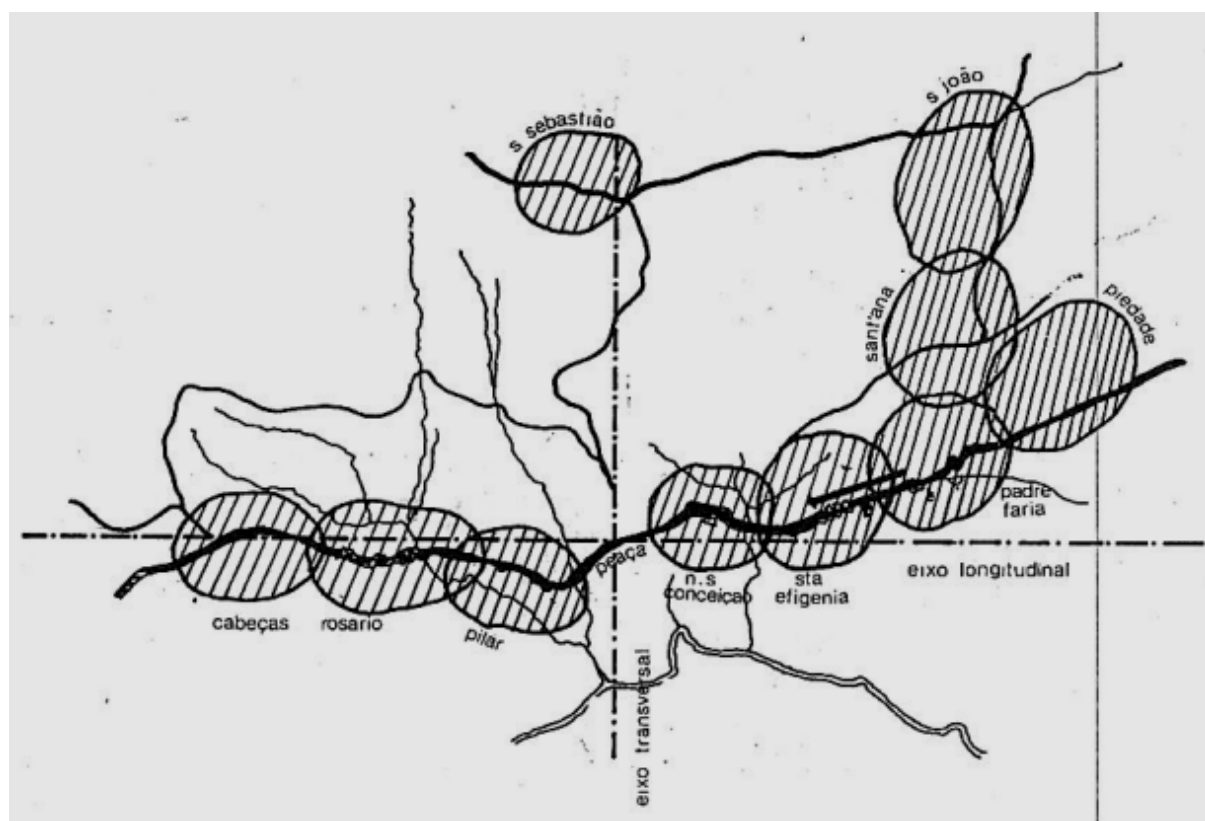
Segundo Vasconcellos (1977), o nome se deve à posição e à localização geográfica em relação à Vila (observemos as Figura 1 e Figura 2). Nas palavras do autor:

² Nome dado à Vila, em 1711, em homenagem a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador das capitanias de Minas Gerais e São Paulo, à época. Porém no ano posterior, os portugueses reconheceram-na apenas como “Vila Rica”.

Entra na Vila e vai direto à Matriz do Pilar, de onde se endireita para a Matriz de Antônio Dias, saindo por Sta. Ifigênia. *Por isso mesmo, na entrada, designa-se por Cabeças (princípio)*, entre as matrizes, Rua Direita e, na Vila e Sai. Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as *Cabeças*; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o morro Santa Quitéria; decai para Antônio Dias, novamente sobre o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana (VASCONCELLOS, 1977, p. 71, grifos nossos).

O nome do logradouro em estudo permite compreender a percepção de quem deu o nome em relação à configuração geográfica atrelada ao surgimento e ao desenvolvimento do núcleo populacional e à formação da paisagem; ou seja, o local em que está inserido o topônimo marcava a entrada principal de Vila Rica, para aqueles que vinham das regiões dos Campos (Cachoeira, Congonhas e Itabira³).

Figura 1. Caminho principal de Vila Rica

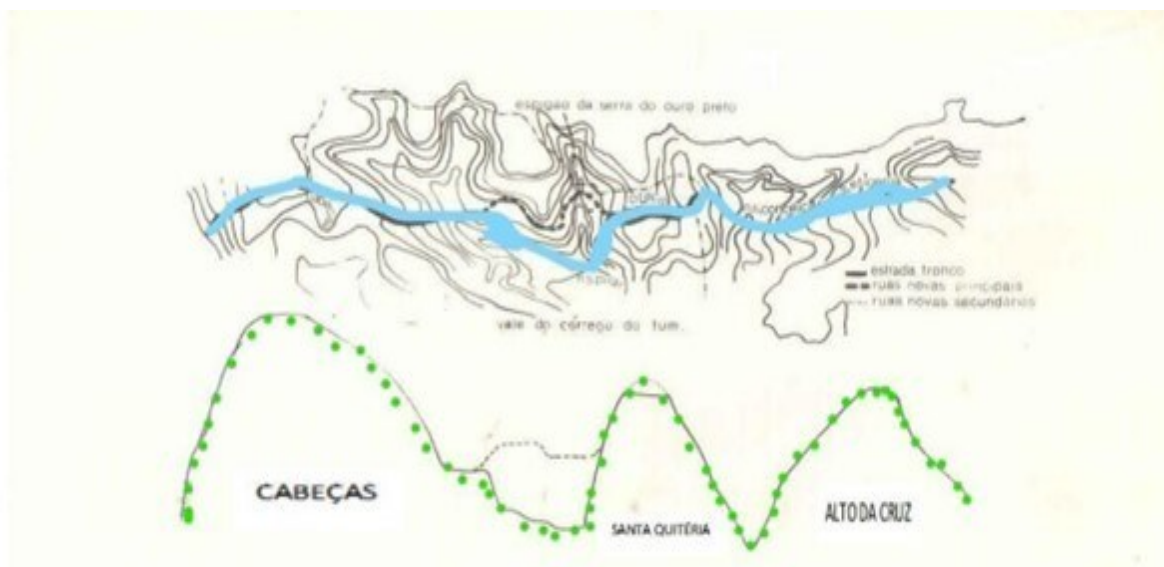


Fonte: Vasconcellos (1977, p. 72).

Na Figura 2, destaca-se, na cor azul, a Estrada Tronco.

³ Itabira do Campo era o antigo nome do município mineiro de Itabirito, criado em 1752.

Figura 2. As três principais colinas de Ouro Preto: Cabeças, Santa Quitéria e Alto da Cruz



Fonte: Adaptado de Vasconcellos (1977, p. 73).

No local, de acordo com Vasconcellos (1997, p. 23), foram erguidas forcas para o cumprimento de sentenças capitais, tendo sido “a de Vila Rica estabelecida nas Cabeças e depois em um morro isolado, fronteiro ao de Santa Quitéria⁴, cujo topo mais tarde se terraplanou”. No entanto, segundo historiadores, o nome *Cabeças* se refere à entrada, ou seja, à localidade que principia a Vila. O brasão da cidade (Figura 3), símbolo da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), reproduz a topografia da vila, em que são representados os primeiros arraiais: três morros – Cabeças, Santa Quitéria (Praça Tiradentes) e Alto da Cruz e dois vales – Antônio Dias e Pilar do Ouro Preto. Refere-se à cor escura do ouro, que originou o nome da cidade, o listel *Pretiosum aurum nigrum* (Precioso aureo e negro), com as datas de 1711, referente à fundação, e 1789, à Inconfidência Mineira.

Figura 3. Brasão de Ouro Preto - MG



Fonte: Câmara Municipal de Ouro Preto – CMOP.

⁴ Atual *Praça Tiradentes* situada no Centro Histórico de Ouro Preto.

As alterações pelas quais o espaço passou corroboram a necessidade de revisitar o significado do topônimo junto a moradores da cidade. A seguir, trataremos dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

3 Metodologia

O objetivo da pesquisa da qual este artigo é oriundo é contribuir para a memória cultural da cidade de Ouro Preto (MG) por meio do estudo toponímico dos nomes dos bairros ouro-pretanos mais antigos. Assim, com o intuito de investigar a ancianidade do topônimo *Cabeças*, a metodologia utilizada para esta pesquisa implicou o acesso ao acervo documental do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto e o levantamento de dados junto à Prefeitura Municipal da Cidade. Para além disso, também foram analisados mapas, documentos oficiais e obras que contêm relatos feitos por viajantes estrangeiros, que, nos séculos XVIII e XIX, passaram por Minas Gerais. Acrescenta-se, também, o estudo *in loco*: foram realizadas entrevistas com os moradores da cidade, de faixa etária diversificada, aos moldes da sociolinguística laboviana, a fim de registrar e, posteriormente, analisar, o conhecimento que eles têm sobre o porquê do nome do bairro que constitui a cidade onde vivem.

Ademais, o aporte teórico-metodológico que auxilia a análise toponímica segue a classificação e sistematização dos dados coletados referentes à origem, à natureza toponímica, à estrutura morfológica e taxionômica propostas por Dick (1992), divulgada na ficha lexicográfico-toponímica, que foi o produto da pesquisa realizada. Seguindo a orientação laboviana (1974), buscou-se observar a forma toponímica no presente, e em seguida, voltou-se ao passado, para conhecer o contexto histórico da nomeação do topônimo sob análise. Nesse retorno ao passado, procuramos verificar se, com a evolução do tempo, houve transformações na forma escrita de *Cabeças*, o que não foi constatado. Também foi nosso propósito constatar se houve mudança de nome, o que também não ocorreu, havendo, apenas, mudança de sentido.

No início do trabalho, foi realizada uma visita à Câmara Municipal, ao Museu da Inconfidência e ao Arquivo Público de Ouro Preto, situados no próprio município. Embora planejássemos visitar o Arquivo Público Mineiro (situado em Belo Horizonte – MG), bem como outras instituições responsáveis por registros dessa natureza, em busca de documentos que manifestassem informações relativas à nomeação do bairro, além de, no decorrer da pesquisa, retornar a esses espaços quantas vezes fossem necessárias para novas consultas ao acervo, isso não foi possível. Em razão da situação pandêmica causada pela Covid-19, ficamos impossibilitados de realizar mais de uma visita aos espaços citados, conforme pretendíamos, já que que esses locais foram fechados em cumprimento das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), a fim de atender às medidas preventivas contra a disseminação do coronavírus.

Diante dessas dificuldades, procedemos ao levantamento de dados, porém, em arquivos digitais, tais como o Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa do Pilar, Biblioteca

Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Público Mineiro, Biblioteca Digital, entre outros, à procura de documentos e de mapas antigos que remetessem à época de surgimento dos primeiros arraiais⁵, os quais formaram a Vila Rica e, posteriormente, a cidade de Ouro Preto.

No que diz respeito ao trabalho de campo, programamos entrevistas com moradores da cidade, com o propósito de sabermos que informações eles possuíam sobre a origem e a história dos bairros ouro-pretanos selecionados, dentre eles, o bairro *Cabeças*, sobre o qual tratamos neste estudo. Foram realizados diálogos, sobretudo, com os moradores mais idosos que residem na cidade desde que nasceram, a fim de obtermos informações que lhes foram passadas e/ou construídas, via tradição oral, sobre as nomeações, como forma de resgatar a memória cultural de Ouro Preto. Essas conversas ocorreram, num primeiro momento, de forma presencial, e a maior parte delas se deu por meio de ligação telefônica e áudios nos aplicativos *WhatsApp* e *Instagram*, especialmente, com os informantes mais idosos, já que esse grupo compreendia o agrupamento de pessoas com maior suscetibilidade à contaminação pelo vírus, ou seja, tratava-se de grupo de risco.

Simultaneamente, como forma de proteger o bem-estar das pessoas envolvidas na pesquisa, além de os nomes dos informantes não terem sido informados, os entrevistados receberam o *Termo de Consentimento com Esclarecimentos*, acerca dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa, documento que foi assinado por eles. O projeto da pesquisa foi cadastrado e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – (CEP), que emitiu o parecer favorável à realização⁶. Antes disso, realizamos uma primeira entrevista com moradores de faixa etária diversificada, variando dos 15 até aqueles com mais de 65 anos, por meio de questionário eletrônico pré-estruturado, que nos serviu de teste piloto. Para a realização das entrevistas, os grupos foram separados nas seguintes faixas etárias: 15 a 35 anos, 36 a 56 anos, 57 a 65 anos e, por fim, os informantes com mais de 65 anos. No total, foram realizadas quarenta entrevistas, já que, para cada grupo etário, foram entrevistadas dez pessoas. Além de responderem a perguntas referentes aos topônimos, os participantes também deveriam informar, caso desejassem se identificar, a ocupação, a escolaridade, o sexo e se sempre moraram no mesmo bairro.

⁵ Segundo Fonseca (2011, p.27), “Nas zonas mineradoras da colônia – em Minas Gerais, mas também em Goiás e Mato Grosso –, os “lugares” dependentes de uma sede de concelho adquiriram uma denominação peculiar: arraial. É importante lembrar que, em Portugal, o termo designa apenas os acampamentos militares, ou ainda as feiras e quermesses, não fazendo parte, portanto, do léxico urbano. Já a palavra “povoação”, tanto no Reino como na colônia, era um termo genérico, que podia se referir a todos os tipos de aglomerações, inclusive às cidades e às vilas [...]”. “[...] no final do século XVII, o termo arraial designava os pousos e roças que os bandeirantes criavam ao longo das trilhas para assegurar a sua sobrevivência. Após a descoberta das minas, estas trilhas transformaram-se em caminhos – mais ou menos praticáveis, dependendo das características dos terrenos – pelos quais transitava um grande número de viajantes e tropeiros. Alguns pousos existentes ao longo destas vias tornaram-se pontos de encontro de agricultores e comerciantes, e em torno destes locais surgiram povoados que também eram chamados arraiais. No século XVIII, quando o foco das bandeiras já não era mais o índio, e sim o ouro, o termo “arraial” tornou-se cada vez mais associado aos povoados das zonas mineradoras da colônia: Minas Gerais, mas também Goiás e Mato Grosso” (FONSECA, 2011, p. 62).

⁶ Número do CAAE: 35500820.2.0000.5150. Aprovado em 27 out. 2020.

A diversidade quanto à faixa etária das pessoas selecionadas para a entrevista se deu porque pretendíamos verificar se havia estabilidade semântica referente ao uso toponímico/léxico entre moradores de diferentes idades. Assim, procuramos apurar se os informantes mais velhos possuíam informações que os jovens não alcançavam e procurarmos conferir o significado que esses últimos atribuíam ao nome do bairro. Paralelo a isso, pretendíamos também observar se as outras variáveis, como sexo, ocupação e escolaridade, possuíam alguma influência quanto à atribuição de significado ao topônimo.

De posse dos dados, iniciamos a confecção da ficha lexicográfico-toponímica e histórica, visitando o bairro sempre que necessário para a complementação de informações pendentes. Isto posto, procedemos à redação de texto, que reproduziu as informações contidas nessa ficha. A ficha é composta por dez itens, a saber: o número da ficha; o topônimo propriamente dito; a natureza do topônimo (física ou antropocultural); a estrutura morfológica; a classificação taxonômica e sua justificativa, com base no modelo proposto por Dick (1990); a motivação toponímica para a escolha do nome do bairro; a ocorrência de variação do nome do bairro no decorrer do tempo; as informações enciclopédicas; o relato sobre a origem e a história do nome do bairro, conforme explicitaram os informantes, as quais foram-lhes transmitidos via tradição oral, representando, dessa forma, o resgate memorialístico. A identificação das entrevistas é feita por meio das letras iniciais do nome do informante, número da sequência da entrevista, o sexo e idade do entrevistado (ex.: MS3F70 – Maria Silva, entrevista 3, feminino, 70 anos de idade).

4 Apresentação e Discussão dos Dados

Nesta seção analisamos descritivamente o topônimo *Cabeças* e apresentamos nossas análises referentes às entrevistas.

No grupo de 15 a 35 anos, composto por pessoas com diversas ocupações, desde estudantes do ensino médio a docentes, apenas dois professores responderam algo sobre o topônimo estudado. Um dos participantes associou o nome *Cabeças* à narrativa em que “Tiradentes teve a cabeça decapitada e exposta em um poste”.

No grupo de 36 a 56 anos, constituído por pessoas com o ensino médio completo, sendo que três deles têm ensino superior, há um técnico em Segurança do Trabalho, um técnico metalúrgico, três vendedoras, uma pedagoga pós-graduada, uma professora da rede pública de ensino, duas “donas de casa” e uma psicóloga. Somente a pedagoga e o técnico metalúrgico expuseram alguma informação sobre *Cabeças*.

No grupo de 57 a 65, formado por donas de casa, professores, autônomos e vendedores, entre outras ocupações, todos com ensino médio completo e cinco deles com o ensino superior, metade dos respondentes manifestaram alguma informação.

Por fim, no grupo de pessoas com mais de 65 anos, tivemos 10 informantes com idades entre 66 e 92 anos, sendo duas pessoas com idade de 66 anos; uma com 67; uma com 68; três com 69; uma com 76; uma com 86; e uma com 92 anos. No que diz respeito à ocupação, oito pessoas são aposentadas, uma é dona de casa e um é professor em exercício. Dentre dez pessoas, só duas responderam “não sei” para a indagação sobre o topônimo *Cabeças*.

Com a análise dos dados obtidos, foi possível perceber que a variável *idade* foi a que mais exerceu influência na obtenção das informações. A ocupação e a escolaridade dos participantes, por sua vez, não determinaram o conhecimento sobre o topônimo, e o sexo dos entrevistados em nada interferiu nas respostas. Portanto, por meio do resgate cultural e ao considerar que os mais velhos ajudaram na construção da cultura e da história, enfatizamos também a importância de valorizarmos as pessoas mais idosas, especialmente, como informantes de pesquisas como essa que fora realizada.

Vale ressaltar que uma das autoras, que em 2019, atuava como professora de Língua Portuguesa em uma escola da rede pública estadual de Ouro Preto, ao mesmo tempo em que desenvolvia o projeto de pesquisa, abordou o léxico de forma interdisciplinar para uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental II. Os alunos dessa turma foram exortados a falarem sobre a história e/ou origem do nome dos bairros da cidade, em especial, do logradouro onde moravam. Um estudante argumentou de forma bastante enfática que seu bairro era “o cabeça” e tinha “esse nome porque é o líder”. Tal colocação nos fez refletir sobre os diferentes sentidos atribuídos ao topônimo, a depender do contexto em que o sujeito está inserido, a sua compreensão, o modo de ver e observar a realidade em seu entorno, além de ser influenciado por ela. Esse jovem, de 15 anos, é conhecido nessa escola por gostar muito de futebol e pelas notórias habilidades desenvolvidas na prática desse esporte, o que, a nosso ver, pode ter influenciado e contribuído para a sua concepção do termo *cabeça*, uma vez que o bairro é destaque e líder na prática desse esporte. Apesar de ter trazido a questão com bastante humor, o estudante demonstrou se orgulhar do seu bairro.

Ao discorrer sobre a avidez pelos metais nobres, a qual corroborou a ocupação e fixação de pessoas na região para extração mineral, de modo que pequenas povoações espontâneas se formaram nos séculos XVII e XVIII, aprofundou-se a discussão, com esses estudantes, acerca da origem e escolha do topônimo. Alguns educandos questionaram se *Cabeças* não seria o local em que se concentravam os “chefes” da mineração. A partir disso, destaca-se o fato de que, no decorrer da discussão, esses jovens associaram o nome dado ao local a uma ideia de liderança, posição de autoridade e de supremacia em uma suposta hierarquia.

Diferentemente disso, os moradores entrevistados, mais experientes, atribuíram histórias, fatos e lendas à nomeação, conforme se pode observar no resgate memorialístico oral mais adiante.

Tanto a narrativa dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental II, com idade entre 14 e 16 anos, quanto a análise das entrevistas mostra que os mais jovens são os que possuem

menos informações sobre a origem dos nomes dos bairros. Inclusive, muitos só perceberam a importância dos topônimos a partir da abordagem feita em classe, segundo o próprio relato de muitos deles, apesar de esses nomes fazerem parte do cotidiano das pessoas.

Os informantes com idades entre 47 e 65 anos possuem um pouco mais de conhecimento a respeito do nome do logradouro. Todavia, os participantes com mais de 65 anos forneceram mais dados, além de relatarem histórias locais associadas ao topônimo, que foram passadas pelos seus ascendentes.

São várias associações do topônimo, por parte dos entrevistados, a episódios, inclusive, trágicos, como a decapitação e a exposição, no local, das cabeças dos condenados à forca; o enterramento da cabeça de Tiradentes; e a mostra de cabeças de bois para sinalizar um matadouro e frigorífico que não existe mais no espaço, conforme o resgate memorialístico oral que se segue. Conforme descrito na metodologia, a identificação das entrevistas é feita por meio das letras iniciais do nome do informante, número da sequência da entrevista, o sexo e idade do entrevistado.

Resgate memorialístico oral⁷:

1. “[...] local onde havia uma forca para punir quem desobedecesse às autoridades. Depois de enforcadas, as cabeças dessas pessoas eram expostas para servir de lição para as outras, para que ninguém ousasse afrontar a Rainha e o Rei; é porque no local havia um pelourinho e foi colocada a primeira forca da Vila [...] muitas pessoas que descumprissem às ordens da Coroa Portuguesa eram punidas com enforcamento, decapitação e, além disso, tiveram as cabeças expostas em postes como ameaça para que todos se preocupassem em obedecer às autoridades da época”.

(APRC92F – Entrevista nº 9).

2. “[...] havia lá um matadouro e as cabeças dos bois ficavam à mostra como referência ao estabelecimento”;

(SG69F – Entrevista nº 10).

3. “[...] cabeça de Tiradentes ficou alguns dias exposta num poste na praça central da cidade, antes, denominada Santa Quitéria. Como ele era maçom e o lema deles é igualdade, fraternidade e liberdade, o seu grupo que retirou sua cabeça do alto do poste, numa madrugada de neblina, muito comum em Vila Rica, para que fosse dignamente enterrada no bairro que leva o nome”.

(MSTA41F – Entrevista nº 11).

4. “[...] onde enterravam a cabeça dos escravos que eram decapitados”.

(AMDS86M – Entrevista nº 12).

Veloso (2018) defende que as casas foram erguidas em torno dos caminhos que eram ocupados ininterruptamente nas encostas dos morros. Conforme esse autor, ao longo do século XVIII, o traçado urbano baseado na estrada tronco ligava altos dos morros, vales e córregos e foi o eixo central do desenvolvimento da Vila (VELOSO, 2008, p.87). O autor também defende que, apesar de ter sido construída uma forca no local, o topônimo sob análise refere-se à

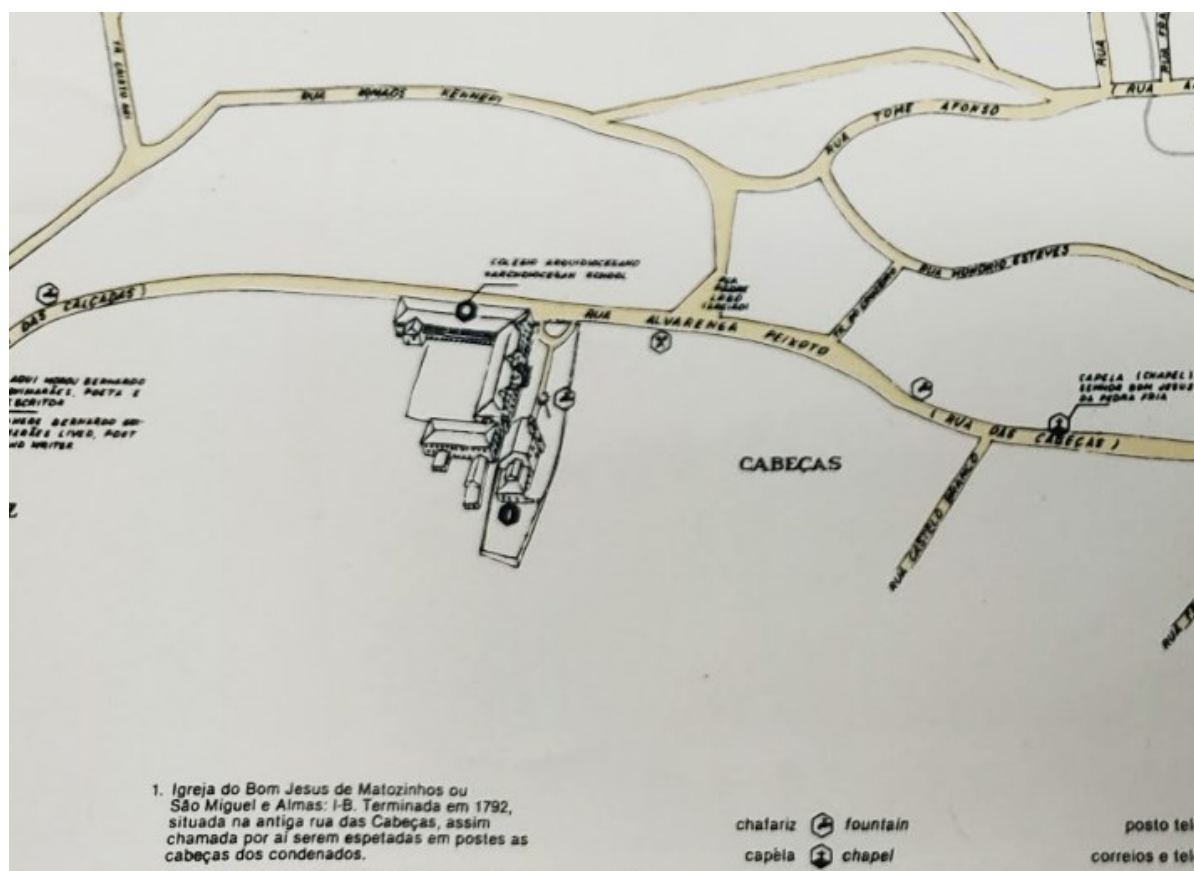
⁷ Extraído da ficha lexicográfico-toponímica (FERNANDES, 2021, p. 155).

“posição do assentamento, ou seja, correspondente ao início, começo ou “cabeça” da vila” (VELOSO, 2008, p. 106). O autor destaca que, antes da instalação da força, a localidade já era conhecida como *Cabeças*, o que corrobora a ideia de a motivação toponímica estar ligada à localização do arraial, mais tarde, bairro, em relação à Vila.

No entanto, ao atravessar séculos, o topônimo se manteve, de maneira que mitos populares promoveram a associação do nome à presença da força. Pôde-se perceber com as entrevistas que elementos da cultura de um grupo contribuem para que novos significados e sentidos sejam dados ao passado. Assim, ao circularem pela tradição oral, narrativas sobre fatos e memórias sofrem mudanças, porque recebem novas leituras do passado. Em razão do contexto de violência e da forma comum de punição da época, isto é, o enforcamento, reforçou-se a associação feita pelos moradores do nome à fixação do instrumento de punição na localidade. Tal narrativa está presente, inclusive, em mapa turístico do Município, disposto no Arquivo Público Municipal (Figura 4). Esse emaranhado de signos, criando essas várias explicações para o nome do logradouro, remete-nos à concepção dada à cultura por Geertz (2008), mencionada anteriormente.

Na legenda do Mapa Turístico exposto, identificada como 1, há os dizeres: “Igreja do Bom Jesus de Matosinhos ou São Miguel e Almas. Terminada em 1792. Situada na antiga rua das Cabeças, assim chamada por aí serem espetarem em postes as cabeças dos condenados”.

Figura 4. Mapa Turístico Ouro Preto



Fonte: Arquivo Público Mineiro – APM.

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Os participantes com mais de 65 anos de idade contribuíram, majoritariamente, com informações sobre o topônimo estudado, visto que acrescentaram histórias locais ligadas às nomeações, as quais lhes foram passadas pelos pais e avós. Com o exame das entrevistas, pode-se perceber que a memória conserva informações, na medida em que possibilita que o passado não seja totalmente esquecido. Desse modo, ela representa um importante espaço de significação e tem papel determinante nas questões referentes aos nomes próprios atribuídos a lugares em sociedades passadas. Acreditamos, por isso, que os habitantes mais velhos⁸ são os principais responsáveis pela transmissão de um legado cultural.

Considerações finais

Ao apresentar parte do resultado de uma pesquisa de mestrado que buscou investigar a ancianidade dos nomes de dez bairros ouro-pretanos, selecionados para um estudo toponímico, neste artigo, elegemos como análise e descrição o topônimo *Cabeças*. A seleção desse topônimo para a presente discussão se deu em razão do nome dado ao logradouro ouropretano despertar a curiosidade tanto dos moradores quanto das pessoas que visitam ou residem na cidade por um tempo determinado, seja por motivo de trabalho, seja por motivo de estudo.

Com base nas histórias e lendas que circulam na cidade sobre o nome desse bairro, buscou-se, com este estudo, conforme mencionado anteriormente, contribuir para o resgate e preservação de parte da memória do município mineiro em destaque. Verificamos que, segundo os historiadores, o topônimo *Cabeças* fora assim instituído por nortear o princípio da Vila Rica; entretanto, os moradores atribuem outra motivação para esse nome. Vimos que o contexto de violência e a forma comum de punição dos “malfeitores” à época do início da criação do povoado, isto é, o uso da força, reforçaram a associação feita pelos moradores ao nome *Cabeças*, construindo, portanto, outra significação. Nos termos de Geertz (2008), o emaranhado de signos criados pelos moradores e o contexto histórico-social contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura local acerca da motivação para a criação do mencionado topônimo.

Atualmente, *Cabeças* não é mais vista/entendida como o “princípio da Vila”, já que a cidade possui diversas entradas e saídas para diferentes municípios, tendo em vista a expansão do território e o desenvolvimento urbano, os quais contribuíram para diversas alterações, principalmente, na configuração espacial e geográfica do município. Porém, ao trazermos à tona tempos pretéritos da cidade, por meio do estudo da nomeação, é possível compreender porque uns bairros possuem melhor infraestrutura do que outros, quais atividades foram, ainda

⁸ Em uma das entrevistas, uma jovem de 17 anos, moradora de um dos bairros ouro-pretanos, ao perceber a importância que os nomes dos lugares têm, além do fato de se tratar de uma cidade bastante relevante na história nacional, argumentou, reconhecendo que não tinha muitas informações: “[...] o jeito que eles ensinam na escola dá a impressão de estar longe, distante, nem parece que foi ali, na praça, onde há shows e turistas, que pessoas disputavam o ouro, faziam outras de empregados e escravos, cortavam a cabeça [...] nem parece que aqui tem nem tinha tanta importância assim”.

são e não são mais desenvolvidas nesses bairros para a geração de renda, quais regiões receberam e recebem mais atenção do poder público, bem como a questão da habitação relacionada ao poder aquisitivo e à tradição familiar.

Uma vez que o topônimo faz parte do léxico de uma língua, seu estudo é uma importante forma de escrutinar e observar aspectos de uma comunidade linguística. Isso porque esse tipo de investigação pode evidenciar fatos desconhecidos pela maioria da população, sobretudo, pelos mais jovens, e pode descortinar um senso coletivo acerca da motivação da criação de um topônimo, tal como vimos aqui. Esse tipo de movimento fica mais patente quando há a permanência do topônimo, isto é, quando não há a substituição, por meio de leis, de um termo antigo por outro mais atual, indicado, muitas vezes, para homenagear algum personagem local. As fontes bibliográficas e documentais analisadas, atreladas ao exame das entrevistas de moradores, corroboraram, a princípio, a percepção de que história e a memória se complementam, já que existem situações e experiências do cotidiano de um povo que não são oficializadas, às vezes distorcidas e, até mesmo, apagadas por aqueles que detêm o poder, mas podem ser recuperados por meio da tradição oral. No entanto, com esta pesquisa, observou-se que nem sempre história e memória se inter cruzam, pelo fato de que, sobre a segunda, transcorrem o mítico e o imaginário. Assim, com o passar do tempo, são atribuídos novos valores e crenças às narrativas transmitidas, influenciados por elementos da cultura de um grupo.

Ao transitarem pela tradição oral, às histórias são acrescentadas perspectivas e novas leituras do passado, como pode ser constatado no estudo toponímico do bairro *Cabeças*. Os dados mostraram que a variável *idade* foi a que mais exerceu influência na obtenção das informações, além de mostrar a instabilidade semântica. Além disso, ao se resgatar a memória por meio da linguagem, enfatizou-se o papel do idoso, visto que, por meio de suas narrativas, apontaram-se situações de apagamento (muitas vezes intencional) e possibilitou-se a recuperação de tempos pretéritos pela investigação de nomes dados a lugares.

À guisa de conclusão, a motivação da escolha do nome de um lugar está relacionada a itens diversos da cultura, da sociedade, do espaço geográfico, dentre outros. No caso do topônimo *Cabeças*, a entrada principal do local foi associada à parte superior do corpo humano (ou animal), isto é, à cabeça, juntamente à configuração geográfica e à paisagem local, as quais incitaram a escolha nominativa desse logradouro, um dos primeiros arraiais formados na região. E, embora tenha se expandido e se transformado em bairro, passados três séculos, é mantido o topônimo que testemunha uma época, preservando e criando memórias. Assim, a permanência do nome revela o espírito conservador de um passado, nem tão cheio de glória, na toponímia do município de Ouro Preto.

Financiamento

Soélis Teixeira do Prado Mendes – Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Inventário do Fundo Câmara Municipal Província Ouro Preto. Junho/2013. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/CMOP/. Acesso em: 10 fev. 2023.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dimensões da palavra*. Filologia e linguística portuguesa. n. 2, 1998. p.81-118.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região) (TRF1). Dicionário de latim forense. Brasília, 1994. 48 p. Disponível em: <http://www.trf1.jus.br/dspace/handle/123/52681>. Acesso em 03 mar. 2023.

COELHO, B. J. *Dicionários – estrutura e tipologia*. In: Linguagem: Lexicologia e Ensino de Português. Catalão: Modelo, 2008, p. 13-43.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*, v.9, n. 1, p. 119-148, 1999. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex11-v6n1a2020-12>

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

FERNANDES, F. K. M. *Memória e tradição: um estudo toponímico dos nomes de bairros mais antigos de Ouro Preto – MG*. 205 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

FONSECA, C.D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, 731 p.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Ouro Preto (MG), 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>. Acesso em: 28 mar. 2023.

LABOV, W. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L. *Proceedings of the XIth International Congress of Linguistics*. Bologna: Mulino, 1974, p. 825-851.

RUAS, E. *Ouro Preto: Sua História, Seus Templos e Monumentos*. Editora: Minas Gerais, 1958.

SEIDE, M. S. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 165-184, 2013.

SEIDE, M.S. Métodos de pesquisa em Antroponomástica. *Domínios De Linguagem*, v. 10, n. 3, p. 1146-1171, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-1/>.

LINHA D'ÁGUA

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de Mateus e J. A. Osorio. 2. ed. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1967.

VASCONCELLOS, J. L. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VASCONCELLOS, S. de. *Vila Rica: Debates Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VELOSO, T. *Terrenos Urbanos: os aforamentos da sesmaria da câmara de Vila Rica e a sociedade mineira setecentista (1711-1809)*. 2018. 390f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2018.

Artigo / Article

Toponímia, léxico e cultura: a atividade de nomeação em narrativas sobre a festa de Nossa Senhora da Abadia (Jataí/Estado de Goiás)

Toponymy, lexicon and culture: the activity of naming in narratives about the feast of Nossa Senhora da Abadia (Jataí, Goiás State)

Rennika Lázara Dourado Cardoso 

Universidade Federal de Catalão, Brasil
rennika16@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2124-3816>

Lidiane Silva Araújo Guimarães 

Universidade Federal de Catalão, Brasil
lidianearaujo2005@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0316-4559>

Vanessa Regina Duarte Xavier 

Universidade Federal de Catalão, Brasil
vanessaregina@ufcat.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6718-2361>

Recebido em: 30/08/2022 | Aprovado em: 05/02/2023

Resumo

O léxico reflete características de uma comunidade, pois dá acesso à estrutura sociocultural de um povo. Deste modo, o presente trabalho teve como *locus* de pesquisa a área rural que fica no norte do município de Jataí (GO), onde se celebra a Festa de Nossa Senhora da Abadia, e como objeto de estudo os topônimos registrados no percurso dessa festa. Destarte, com vistas à obtenção dos dados léxicos representativos da Festa referida, foram realizadas entrevistas com pessoas do local que participam da execução da festa. As narrativas revelam memórias referentes aos rituais desta manifestação cultural rural local, assim como a atividade de nomeação dos lugares percorridos pela folia. O objetivo principal deste trabalho é a análise dos topônimos identificados no itinerário da Festa. Os resultados deste trabalho apontam para uma tendência de motivação de natureza física para a nomeação dos lugares identificados.

Palavras-chave: Topônimos • Denominação • Manifestação cultural • Festa de roça • Motivação

Abstract

The lexicon reflects the characteristics of a community by accessing the sociocultural structure of its people. This study focused on the rural area located in the north of the municipality of Jataí, a city in the state of Goiás, Brazil, where the Nossa Senhora da Abadia (Our Lady of the Abbey) feast is celebrated. The object of investigation was the toponyms recorded during this feast. Interviews were conducted with local residents who participated in the event to obtain representative lexical data. The narratives reveal memories related to the rituals of this rural cultural manifestation, as well as the practice of naming the places visited during the revelry. The main objective of this work is to analyze the toponyms identified in the itinerary of the festival. The study's results indicate a tendency for physical references to motivate the naming of the identified places.

Keywords: Toponyms • Denomination • Cultural manifestation • Country feast • Motivation

Introdução

Os nomes de lugares refletem fatores culturais, históricos e naturais do ambiente físico nomeado e do povo que o nomeou. Assim, por registrar as escolhas do denominador, bem como suas motivações, os topônimos são dinâmicos. Investigar os nomes de lugares requer que se alie aos fatores linguísticos as contribuições históricas, culturais e sociais que fazem parte da atividade de nomeação, bem como a observação de elementos naturais característicos do lugar nomeado.

A Toponímia é uma ciência multifacetada que, em sua prática de estudo, considera aspectos diversos. Para Dick (1990), o nome de lugar é formado por diferentes nuances significativas e, por ele, informações variadas podem ser depreendidas, o que faz com que a Toponímia seja, de certo modo, um repositório de fatos culturais. Deste modo, a importância dos topônimos não se restringe à identificação de lugares, uma vez que, tomados como objeto de estudo da Onomástica, é possível revelar fatos linguísticos relevantes.

Face ao exposto, tem-se como objetivo, neste estudo, identificar aspectos naturais, históricos e culturais que motivaram as escolhas dos nomes de lugares por onde passa a folia da Festa de Nossa Senhora da Abadia, em Jataí¹ (GO). Além disso, pretende-se classificar e analisar os topônimos identificados quanto à natureza da motivação percebida. Considera-se como hipótese preliminar que, por se tratar de uma região rural, as características da natureza do lugar foram associadas a fatores históricos e culturais, que serviram de motivação para a escolha dos topônimos.

¹ Jataí é uma cidade localizada no sudoeste do estado de Goiás, representado ao longo do texto pela sigla GO.

Para basear a discussão acerca da relação entre léxico e cultura, expressa por meio da atividade de nomeação dos lugares, este estudo fundamenta-se na conceituação e na classificação de Toponímia proposta por Dick (1980; 1990) e nas contribuições de Siqueira (2012). Concernente ao léxico e sua relação com a cultura por um prisma mais amplo, valemos das teorias de Biderman (2001) e Ferreira (2008) para dissertar sobre como ocorre a atividade de nomeação. No que tange à relação entre homem, ambiente e contexto cultural, recorreremos aos estudos de Sapir (1969) e Câmara Jr. (1955), a fim de ilustrar a relação homem e meio e, conseqüentemente, homem e cultura; no que concerne aos estudos culturais, utilizamos o trabalho de Bosi (1992a). Já no que se refere às questões de enraizamento, trazemos à baila o pensamento de Bosi (1992b) para demonstrar que as práticas de cultura popular se configuram como elementos de enraizamento dos sujeitos e os caracterizam e particularizam enquanto sujeitos.

Além disso, apresenta-se uma breve contextualização histórica da região tomada para investigação, uma vez que situar os fatores históricos do lugar investigado é relevante no sentido de identificar que agentes possivelmente participaram da escolha do nome.

Desta forma, após a apresentação da base teórico-metodológica deste estudo, os resultados serão apresentados sob a forma de análise toponímica, considerando-se as acepções de cada termo que compõe o topônimo, os contextos de uso e a origem etimológica. Este estudo insere-se, portanto, no campo onomasiológico dos estudos linguísticos. É de caráter qualitativo e de cunho lexicultural, pois os topônimos analisados resultam da relação entre o homem, o meio e a sua cultura, e as análises só foram possíveis pela consideração dos aspectos socioculturais e ambientais nos quais os colaboradores deste estudo estavam envolvidos.

A coleta de dados foi realizada durante uma pesquisa de campo, no decorrer do mestrado das autoras. Os participantes foram selecionados por meio de critérios como o tempo mínimo de 20 (vinte) anos de participação no festejo, a atuação efetiva em atividades da festividade e o fato de ser residente ou ter residido na região da Onça – visto que a festa teve seu início nesse local, no século XIX, em Jataí (GO), conforme relatos dos partícipes.

O objeto deste estudo são os topônimos relacionados a lugares percorridos pela folia para cumprir os ritos que compõem o *giro*, que consiste em sair de sítio em sítio com a *bandeira* pedindo donativos para o principal dia de celebração à Nossa Senhora da Abadia.

1 O locus de pesquisa e a Festa de Nossa Senhora da Abadia

Os topônimos em estudo referem-se às localidades perpassadas pela folia do festejo secular dedicado à Nossa Senhora da Abadia. A tradicional festa nasceu com a promessa de se realizar anualmente a reza de um terço em honra a Nossa Senhora da Abadia. Com o passar dos

anos, a festa expandiu-se, extrapolando os limites da região supramencionada e até mesmo da cidade de Jataí. Além da folia, a festa também abarcava um leilão de prendas e o *giro*².

A comunidade da Região da Onça é uma das mais antigas e tradicionais do município, que tem 127 (cento e vinte e sete) anos – de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o povoado do Paraíso foi “elevado à condição de cidade com a denominação de Jataí, pela Lei Estadual n.º 56, na data de 31-05-1895”. Neste segmento, há registros em fontes históricas – registros privados pertencentes ao grupo de participantes – de que “começou a fazer a festa quando foi feita a promessa, em 1884, no dia 14, porque celebra na véspera do dia santo”, informação confirmada por Gouveia (2009, p. 12).

Esses documentos datam o início da celebração no dia quatorze de agosto de 1884, na região supracitada, sendo, portanto, mais antiga que a emancipação de Jataí. Conforme afirma Oliveira (2009, p. 7), “O culto a Nossa Senhora da Abadia, na comunidade da Onça, iniciou como pagamento de uma promessa feita à santa em que uma moradora pediu a sua intervenção para afastar índios que viviam na região e haviam atacado e assassinado uma família na comunidade”.

Desde então, todos os anos, com exceção dos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia mundial causada pela COVID-19, as famílias da região reúnem-se para honrarem a promessa feita de rezarem um terço dedicado à santa referida, realizarem o festejo, fortalecendo, assim, o seu enraizamento cultural (BOSI, 1992b), sendo essa uma forma de expressar a gratidão à Santa pela promessa realizada naquela ocasião e também por outras, feitas ao longo dos anos de realização da celebração.

Nos anos iniciais, o festejo ficou restrito aos moradores que viviam próximo ao córrego da Onça. Posteriormente, ainda no século XIX, com a exploração de novas terras próximo à localidade, muitos moradores deixaram a região para viver em regiões vizinhas, como a do Rio Doce, fazendo com que a Festa se expandisse. Ademais, de acordo com Oliveira (2019, p. 112),

esta manifestação cultural parte do princípio da religiosidade e da relação social, com regras próprias, devoção e reciprocidade. Acreditamos que a religiosidade, o sentimento de pertencimento à festa e/ou a ‘Região da Onça’ faz a festa crescer a cada ano mais.

À esteira de Cardoso (2019, p. 75), é preciso considerar que muitos participantes desejavam que a folia e o grupo de foliões visitassem seus lares, mesmo que eles não residissem mais na localidade, conforme se vê a seguir:

muitos sitiantes tiveram que vender as suas terras para grandes agricultores para a plantação de grandes lavouras de monocultura e isso fez com que alguns partícipes saíssem da área percorrida pela folia e fossem para regiões mais afastadas, fazendo com que a folia e conseqüentemente a festa rompessem fronteiras territoriais.

² O *giro da folia* configura-se como um dos ritos da Festa, no qual o grupo de foliões, composto por devotos de Nossa Senhora da Abadia, percorre os territórios próximos da Onça para arrecadar donativos e prendas para a realização da comemoração à Nossa Senhora da Abadia.

Desse modo, ao pensarmos na expansão na Festa, é importante destacar que isso só foi possível devido à existência da folia,³ porque esta é encarregada de levar as bênçãos da Senhora da Abadia aos moradores. Outro fator importante é que a folia também é responsável por angariar doações a fim de que a celebração aconteça. Os foliões participam de quase todos os ritos que envolvem a festividade, menos da feitura de alimentos e do leilão. Assim, fazem parte de todos os outros ritos, desde os seus preparativos, os quais se iniciam com a *saída da folia*,⁴ em meados do mês de julho, na região da Onça até, geralmente, uma semana antes da celebração principal.

A prática da folia consiste em levar a bandeira de Nossa Senhora da Abadia às casas dos devotos, entoar-lhes cantigas e pedir doações aos moradores das regiões para a realização da festa em honra à santa. Ela é composta por homens e mulheres, que saem de suas casas, encontram-se na casa do casal guardião da bandeira de Nossa Senhora da Abadia e dali partem de sítio em sítio levando a bandeira da Santa e pedindo donativos.

Ao falarmos da folia, é pertinente ressaltar que os foliões cantam as cantigas apenas quando chegam nas casas em que as visitas serão feitas. Estima-se que, hoje, o grupo de foliões seja composto por doze pessoas. O *giro*, trecho que o grupo percorre, dura cerca de vinte dias. Nesse período, os foliões pedem donativos para a alimentação nos dias que antecedem a festa, pois os devotos da cidade e moradores das localidades próximas ao sítio que sediará o festejo ficam hospedados no quintal deste, por conta do festeiro, responsável pela realização da Festa da Senhora da Abadia. Os foliões também pedem prendas para o dia de encerramento da celebração, 14 de agosto, em que ocorre o momento principal da comemoração, com a *chegada da folia*,⁵ a reza do terço, bem como almoço, *merenda*,⁶ jantar e leilão.

Hodiernamente, o meio de transporte usado é o veículo automotivo. A bandeira da Santa é carregada pelo *alferes*⁷, no carro do *chefe da folia*, que vai à frente de todos os outros carros dos foliões. O *chefe da folia* é responsável pela organização do roteiro das casas pelas quais a folia passará e pela estruturação dos foliões; ele decide quem cantará, as pessoas que tocarão os instrumentos musicais e quais farão a primeira e a segunda voz.

Nesta perspectiva, todo o percurso da folia é planejado para que ela se encerre alguns dias antes do dia santo de Nossa Senhora da Abadia e de modo que as pessoas que estavam

³ Trata-se do maior rito da festividade, podendo durar até 3 (três) semanas. A folia consiste na caminhada dos foliões – pessoas que entoam cantigas à Santa e tocam instrumentos – pelos sítios dos devotos, a fim de pedir bênçãos para as famílias que os acolhem. Ao serem convidados para adentrarem nas residências dos devotos, os foliões entregam a bandeira da santidade aos moradores, cantam para a Santa pedindo bênçãos e proteção em troca de donativos.

⁴ A *saída da folia* é o primeiro rito da festividade de Nossa Senhora da Abadia e inicia-se na casa do *guardião da bandeira* com a reza do terço e beijo da bandeira.

⁵ A *chegada da folia* é o rito em que os foliões chegam com a bandeira, entoando cantos, no sítio que é sede da festa.

⁶ A *merenda* é o lanche feito à tarde, após o almoço.

⁷ O *alferes* é a pessoa responsável por transportar a bandeira de Nossa Senhora da Abadia durante toda a celebração.

envolvidas com o *giro* possam descansar e, principalmente, ajudar de alguma forma, realizando algum trabalho que ainda precise ser feito no sítio sede da festividade. O percurso de peregrinação feito pelos foliões nos anos de 2017 e 2018 contou com a visita a 117 (cento e dezessete) sítios, mostrando-nos que, apesar de ser uma prática cultural que não obedece ao tempo cultural acelerado (BOSI, 1992a), ela ainda encontra grande relevância nessa região do sudoeste goiano.

É perceptível que o desejo de enraizamento cultural (BOSI, 1992b), juntamente com o gosto por confraternizar com as pessoas próximas, é que faz com que a festa tenha tanta amplitude, pois se entende que, nas comunidades rurais, essas características são mais evidentes. Para Pessoa (2005, p. 17), o “caráter festivo do brasileiro pode ser notado a nível do país, nos caracterizando como *homo festivus*, porque festar faz parte da identidade cultural do brasileiro, juntamente com a habilidade de festejar”. Por isso, a folia se expande, mesmo contrariando a lógica do capital e do mercado, pois o trajeto da folia transcende as fronteiras territoriais da Região da Onça e adentra outras regiões rurais.

Nesse caso, a folia de Nossa Senhora da Abadia percorre parte da região do Rio Doce e também perpassa as terras de Planalto Verde, ambas pertencentes ao município de Rio Verde (GO). Destarte, observamos que ela não fica restrita à Região da Onça, mas extrapola as divisas territoriais, passando pelas áreas do Paraíso, Cabeceira de Jataí, Cabeceira do Rio Claro, Região do Rio Doce, Chapadão e Planalto Verde, fazendo com que a folia da Festa de Nossa Senhora da Abadia circule por vários lugares, com diferentes topônimos.

2 A Toponímia da folia da Festa de Nossa Senhora da Abadia

Um importante fator de identificação sociocultural da Festa de Nossa Senhora da Abadia é o caminho percorrido pelos foliões, uma vez que os topônimos revelam a relação entre estes e o seu ambiente físico, social e cultural, intimamente relacionados. A nomeação de lugares não obedece a um sistema rígido, posto que envolve numerosos fatores que se relacionam com a própria percepção do nomeador, que faz a escolha do topônimo de uma forma motivada.

A toponímia da folia da Festa em questão constitui um objeto de estudo ainda não examinado na perspectiva onomástica, oferecendo-se, ainda, a estudos de vertentes distintas, tais como históricas, geográficas, antropológicas, dado o seu caráter transdisciplinar. Neste estudo em específico, a intersecção mais evidente que se estabelece é com as pesquisas de cunho lexicultural, a partir de um *corpus* oral, representativo de saberes tradicionais de uma comunidade. Nesse sentido, os topônimos identificados no *corpus* desta investigação podem não coincidir com os “oficiais”, encontrados em cartas geográficas do município, por exemplo. Assim é que tal estudo também se faz relevante por registrar e perpetuar topônimos que pertencem à memória popular de comunidades tradicionais do sudoeste goiano.

A Toponímia define-se como disciplina científica vinculada à Onomástica, que é a área da Linguística que se ocupa do estudo dos nomes próprios e, do ponto de vista teórico-metodológico, embasa fundamentalmente este estudo. Para Siqueira (2012, p. 150), “Toponímia, ou toponomásia, é uma área de estudos linguísticos que se atém à descrição e à análise dos nomes designativos de lugares”. Cabe ressaltar que, no processo de descrição e análise dos nomes de lugares, a Toponímia necessariamente se relaciona com outras ciências, como a História. Dick (1996, p. 12) afirma que “A toponímia [...] é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso”. Por essa razão, apresentamos uma contextualização histórica da festividade em estudo no tópico anterior.

Nesta perspectiva, o nome de lugar, além da função de identificar uma localidade, permite resgatar fatores históricos e culturais que participaram da escolha feita pelo denominador e podem ainda vincular-se intimamente a manifestações culturais, como acontece na festa de Nossa Senhora da Abadia. O topônimo apresenta particularidades em relação aos demais signos linguísticos, já que, segundo Saussure (1995 [1916]), estes são, em geral, imotivados.⁸ Esse caráter motivado é o que o diferencia do signo linguístico comum. Em outras palavras, Siqueira (2012) esclarece que o topônimo é, na verdade, um signo linguístico comum, que foi escolhido para denominar determinado lugar. Essa escolha só se efetiva por motivação, ou seja, algo característico do nome escolhido que o vincula ao lugar nomeado. Dick (1990, p. 34) explica que:

ainda que, na língua, o signo participe, genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-á uma diversidade de aspecto: o elemento linguístico comum, revestido aqui de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante, a motivação.

As motivações que determinaram as escolhas no momento da nomeação de lugares podem estar relacionadas a diferentes campos de percepção do nomeador, influenciado pelo contexto cultural no qual está inserido. Dick (1996, p. 13) acresce ainda que “o denominador é apenas um elemento da cultura nacional, da qual é projeção e em que se manifesta, de modo particularizante”. Assim, a escolha que o denominador faz ao nomear um lugar conecta-se com elementos da cultura, da natureza e da história.

Dick (1990) propõe a sistematização da classificação toponímica considerando as motivações dos topônimos. O sistema toponímico proposto pela autora conta com vinte e sete taxionomias divididas entre as de natureza física e as de natureza antropocultural.⁹ Ainda que os topônimos classificados no segundo grupo possam revelar fatos importantes da sociedade

⁸ A arbitrariedade do signo proposta por Saussure é contestada em trabalhos posteriores, que a consideram relativa, tal como Alinei (2002).

⁹ Embora textos mais recentes considerem a necessidade de rever tal termo, ele foi mantido no texto, por representar a classificação apresentada por Dick, que embasa este trabalho.

nomeadora, para este estudo interessa, mais precisamente, considerando o recorte metodológico, a investigação dos nomes que participam do grupo relacionado aos aspectos naturais do lugar nomeado.

2.1 Motivações de natureza física

Quando os aspectos naturais do lugar são considerados na nomeação, a motivação do nome muitas vezes advém do próprio objeto nomeado. Ao considerar a paisagem natural, há uma variedade de recursos visuais e sensoriais que podem servir de motivação para o nomeador, que escolhe um topônimo que evidencie tal percepção. Dick (1990, p. 114) explica que “Muitas vezes, o nome consigna realmente a existência do acidente¹⁰ assim identificado no lugar”.

A diversidade de elementos naturais e culturais embasou a classificação proposta por Dick (1992). A autora, que se ocupou de registrar as várias motivações toponímicas, chegou à classificação inicial nos dois grupos referidos. Acreditamos que seja dispensável descrever a taxionomia na íntegra, uma vez que, assim como a atividade de nomeação, ela é flexível, de modo que outros estudos propuseram novas taxes e esse sistema pode ser considerado inacabado.

Ao considerarmos as taxionomias que integram o grupo de motivações de natureza física, depreende-se que se trata de nomes que se relacionam simbolicamente com o objeto nomeado. Dick (1990, p. 39) salienta que:

A própria tipologia expressiva dos designativos poderia, entretanto, justificar, até certo ponto, uma configuração icônica, ou mesmo simbólica de sua significância. As expressões onomásticas exerceriam referidas funções desde que seus elementos constitutivos evidenciassem a existência de um vínculo entre elas e o seu referente.

Assim, mesmo que, com o passar do tempo, a paisagem natural tenha sido modificada, o topônimo resguarda, de certa forma, as características que pareceram mais evidentes ao nomeador, de tal modo que manifestações culturais coletivas como a da Festa de Nossa Senhora da Abadia são, muitas vezes, responsáveis por perpetuar a percepção inicial do nomeador.

3 Intersecções entre Toponímia, léxico e cultura

O nosso estudo dá relevo às pesquisas da área de estudos do léxico relacionados à cultura e à Toponímia, haja vista que seu objeto constitui-se de topônimos, coletados via entrevistas realizadas com os colaboradores da Festa de Nossa Senhora da Abadia de Jataí (GO). As entrevistas foram realizadas em pesquisa anterior, denominada “A festa de Nossa Senhora da

¹⁰ Cabe esclarecer que a aplicação do termo “acidente” tem sido discutida atualmente, especialmente por estudos da área de Geografia, por ser considerado obsoleto, podendo ser substituído por “forma de relevo”, por exemplo, como sugerido por Tiradentes (2021).

Abadia em Jataí (GO): uma análise léxico-cultural” (CARDOSO, 2019), que não tinha, todavia, uma perspectiva toponímica. A dissertação encontra-se disponível no banco de dissertações e teses da Universidade Federal de Catalão. É essencial elucidar que compreendemos a festa de roça (BRANDÃO, 1985) como uma manifestação da cultura popular, que ocorre essencialmente na área rural e engloba indivíduos que compartilham costumes e crenças religiosas, refletidos nas enunciações linguísticas dos seus partícipes.

Deste modo, ao pensarmos no léxico, consideramos que ele se configura, de acordo com Ferreira (2008, p. 197), como o “patrimônio imaterial de um povo”, por representar todo o arcabouço de conhecimentos de uma comunidade. Neste sentido, de acordo com Biderman (2001, p. 13), “O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”, pois ele resgata, por meio das denominações, o que é importante para um grupo social e que demonstra a sua visão de mundo.

Ao pensarmos no léxico, observamos que ele está intimamente relacionado à cultura e não é possível desvinculá-los, porque o homem parte da sua realidade, dos seus aspectos socioculturais para nomear o que o rodeia. Isso significa que os círculos sociais nomeiam, por meio do léxico, o que lhes é caro, o que representa a sua realidade – e disso resulta que o léxico apresenta a cultura de uma sociedade, conforme Sapir (1969, p. 51) sintetiza: “Que o léxico assim reflita em alto grau a complexidade da cultura, é praticamente um fato de evidência imediata”. Isso ocorre porque a cultura permeia os itens lexicais atualizados por um povo, os quais, por sua vez, a relevam em sua relação com o ambiente que a circunda. Portanto, é preciso considerar a relação do homem com o ambiente em sua atividade de nomeação.

Além disso, como é possível perceber em Biderman (2001, p. 13),

Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do Espírito humano de conhecimento do universo.

Neste aspecto, depreende-se que a atividade de nomeação está intimamente ligada à visão de mundo do indivíduo, à sua percepção da realidade. Neste viés, Biderman (2001, p. 13) considera ainda que “o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo cultural que um grupo possui”.

Dessa maneira, observamos que, por meio dos estudos do léxico, é possível também acessar o contexto cultural em que o falante se insere, identificando semelhanças e, inversamente, “discriminando os traços distintivos que individualizam seres e objetos em entidades diferentes”, ainda de acordo com Biderman (2001, p. 14). Além disso, por meio da escolha lexical presente em suas enunciações, descobrimos o que outrora foi mais significativo para uma dada comunidade. Assim, é possível que as nomeações dos lugares percorridos pela folia da Festa de Nossa Senhora da Abadia reflitam a origem dos topônimos.

Ao refletirmos sobre o aspecto cultural que subjaz aos topônimos, recorreremos à conceituação de Bosi (1992a) de cultura: tudo aquilo produzido pelas faculdades humanas e

pelas manifestações culturais de uma sociedade. Nessa lógica, o autor reitera que devemos “compreendê-la como um ‘efeito de sentido’, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço” (BOSI, 1992a, p. 17, grifos do autor), sendo condição para compreendermos as mais variadas representações humanas.

À vista disso, o pensamento de Bosi (1992a) relaciona-se com a afirmação de Câmara Jr. (1955, p. 51) de que “de maneira geral a cultura é, nesse caso, o conjunto do que o homem criou na base de suas faculdades humanas: abrange o mundo humano em contraste com o mundo físico e biológico”. É nesse aspecto que consideramos a cultura, ou seja, como um conjunto de representações simbólicas que o homem criou para relacionar-se com o mundo biológico e físico.

Neste sentido, a cultura particulariza a sociedade, isto é, confere valor às práticas sociais por meio de um modo específico de ver, expressar e sentir o mundo em que se vive. Com isso, é possível relacioná-la com o léxico do falante, pois esse também representa e identifica uma sociedade, pelos seus matizes socioculturais.

4 Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, visto que se volta, em consonância com Gil (2000, p. 23), a “interpretar o fenômeno social, suas raízes históricas e culturais e suas relações com a realidade que o circunda”. Assim, optamos por esse tipo de pesquisa pelo fato de ela permitir uma análise aprofundada do léxico toponímico, presente em enunciações dos participantes do festejo em louvor à Nossa Senhora da Abadia.

O *corpus* da pesquisa foi constituído pelas narrativas orais de participantes da festividade supramencionada. Essas narrativas são tratadas como “documentos”, conforme considerou Bolle (2010, p. 19), pois “têm origem em um determinado contexto histórico-social e carregam representações de uma coletividade”.

Os critérios de seleção para a participação dos colaboradores do estudo foram os seguintes: i) ter familiaridade com a comunidade pesquisada; ii) ser morador ou ter residido na Região da Onça; iii) exercer ofício relacionado à organização da celebração, visto que o participante da pesquisa teria de ter uma vivência mais aprofundada da dinâmica da festividade e dos ritos de preparação e execução da festividade de Nossa Senhora da Abadia; iv) participar, há mais de vinte anos, da solenidade, haja vista o intento da pesquisa de analisar as mudanças culturais e lexicais por que passou a festa. Assim, foram selecionados cinco participantes, com idade entre 45 e 82 anos, sendo três homens e duas mulheres. O número de entrevistados foi definido levando-se em conta o tempo que tínhamos disponível para a execução do trabalho.

Um aspecto importante a ser mencionado é a preservação da identidade do colaborador, visto que os participantes estavam suscetíveis a riscos, porque, ao reviver memórias, eles poderiam trazer à lembrança uma rede de emoções que poderiam sensibilizá-los. Por esse

motivo, submetemos este trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa, com o número de protocolo 77439617.0.0000.5083, para que os narradores estivessem resguardados quanto à ética no tratamento dos dados que constituíram o *corpus* da investigação.

Para a identificação dos colaboradores, utilizamos os códigos disponíveis em Bernardo (2015, p. 22): “N de narrador, seguido do numeral cardinal indicador da ordem das visitas, M ou F para indicar o sexo, seguido de numerais cardinais correspondentes à idade do sujeito na ocasião da visita”. Assim, ao nos referirmos ao primeiro participante entrevistado, de 61 anos, do sexo masculino, o seu código seria N1M61, mas optamos por P1M61¹¹, indicando que ele participou da primeira entrevista, é do sexo masculino e tem sessenta e um anos de idade.

Os topônimos foram inventariados no *corpus* e analisados seguindo parâmetros de outros trabalhos no campo onomástico, considerando-se a taxionomia identificada. A perspectiva de análise escolhida foi a lexicultural, que, de acordo com Siqueira (2013), considera como elementos importantes para a pesquisa tanto o léxico como a cultura nele matizada. Nesta fase do estudo, nos valem também da análise etimológica dos topônimos, bem como de suas acepções no Dicionário Aurélio (2004), por se tratar de um dicionário geral de língua bem conceituado no campo dos estudos lexicais.

4 Análise dos resultados

A seguir, apresentam-se os topônimos identificados no *corpus* mencionado. Cabe esclarecer que será considerado para análise o termo genérico, isto é, a palavra que identifica o elemento geográfico nomeado (rio, córrego, planalto, entre outros), uma vez que tal elemento é bastante significativo na nomeação. Sobre isso, Carvalhinhos (2007, p. 177) esclarece que “o topônimo propriamente dito não pode ser estudado sem considerar-se o elemento geográfico ao qual se vincula, analisa-se o sintagma toponímico -bloco composto pelo elemento genérico [...] e o elemento específico [...]”.

Dick (1990, p. 10) explica ainda que “do topônimo depreendem-se dois dados básicos, um que se convencionou denominar termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito”. Assim, mesmo que o segundo elemento, ou seja, o topônimo em si, seja de motivação mais livre que o primeiro, ambos formam o sintagma toponímico e podem relacionar-se a características específicas do lugar. Além disso, cabe esclarecer que, embora para a classificação do topônimo seja considerado o primeiro termo, em nossa pesquisa, analisamos os dois termos, no caso dos nomes compostos, por considerarmos que ambos sustentam a hipótese levantada acerca da relação do homem com a natureza, representada nos topônimos.

¹¹ Optamos por usar o termo participante, por considerar que, para a realização das entrevistas, fez-se o uso de um roteiro semiestruturado e a pesquisadora fez interferências no desenvolvimento das entrevistas.

Foram coletados os seguintes topônimos no material em estudo: *Cabeceira de Jataí*, *Córrego Onça*, *Cabeceira de Rio Claro*, *Planalto Verde*, *Chapadão*, *Rio Paraíso*, *Guadalupe e Indaiá*.

O topônimo *Cabeceira de Jataí* é formado pelo termo genérico *Cabeceira*, que, segundo o dicionário Aurélio (2004, p. 346), dentre outras acepções, corresponde ao “Lugar onde nasce um rio ou riacho; nascente” e pelo termo específico *Jataí*, homônimo ao município. *Jataí* é, segundo Cunha (1998), de etimologia Tupi (*jate'i*) e se refere a uma espécie de abelha. Desse modo, o topônimo pode ser classificado como *zootopônimo*, ficando implícita também a referência ao *Córrego Jataí*, como se observa na seguinte abonação: “Nóis andava tudo, aquela onde era... onde eles fala Cabeceira de Jataí, aquelas Cabeceira de Jataí parecia uma cidade ali, ali era quatro dia ali [...]” (P1M66).

Percebe-se a importância desse topônimo pela grande extensão da Cabeceira, como menciona o participante da festividade. Já *Córrego Jataí* – que não foi, contudo, mencionado no *corpus* – parece ter sido motivado pelo fato de o local em que as suas águas nascem ser um dos mais povoados por abelhas jataí. Isso revela a ligação do homem com o meio, pois parte do que é socioculturalmente conhecido para nomear, de acordo com Biderman (2001, p. 17), como podemos verificar no trecho a seguir: “Ali naquela *cabeceira de Jataí* nós andava tudo. Levava uns quatro dia p[a]ra passá[r] naquelas casinha tudo, porque elas é tudo muntuada, nós andava era a pé ali, porque num compensava não, sabe?” (P1M66). Assim sendo, compreendemos que a *cabeceira de Jataí* é povoada por muitos sítios pequenos, o que faz o giro da folia demorar um pouco nessa área.

O *Córrego Onça*, por sua vez, é um topônimo simples, sendo formado pelo termo genérico *Córrego*, que segundo Cunha (1998, p. 183) é de etimologia latina (*corrugus*), e pelo termo específico *onça*, que, segundo Nascentes (1955), tem etimologia latina (*luncea*). De acordo com o dicionário Aurélio (2004, p. 1438), esta é palavra do latim vulgar, cuja origem no latim clássico é *lynx* e designa, no Brasil, por extensão, “todos os felídeos brasileiros de grande porte” (FERREIRA, 2004, p. 1438). Ele aparece na seguinte abonação: “Eu morava na fazenda, lá na Onça. Fazenda Onça que chamava lá onde eu morava, por causa do corgo. Quando as festa era uma só, era... era uma só. Era de lá do rio e de cá” (P1M66). Por essa razão, também se classifica como um *zootopônimo*.

Pelo fato de existirem muitos sítios próximos ao *Córrego Onça*, muitos deles são denominados de *Sítio Onça* ou *Fazenda Onça*. Essa peculiaridade apresenta uma característica não só da Região da Onça, mas de outras localidades rurais, em que os nomes de rios, córregos e riachos estendem-se a lugares, fazendas e municípios. Assim, o córrego foi nomeado Onça por existir um grande número desses animais nas terras que hoje são conhecidas como a Região da Onça (OLIVEIRA, 2009).

O topônimo composto *Cabeceira de Rio Claro* é formado pelo termo genérico *Cabeceira* e pelo específico *Rio Claro*, que, de acordo com Nascentes (1955), tem etimologia

latina (*claru* – brilhante de luz). Aparece na seguinte abonação: “E quando eu andei na folia nunca passou p[a]ra lá[r] do Rio Claro, não. Aquela cabeceira de Rio Claro, Paraíso, tudo nós andava ali naquelas região” (P1M66). Nesse caso, percebe-se que o termo “cabeceira” indica a nascente do Rio Claro. Assim, o nome pode ser classificado como um *hidrotopônimo*, porque faz referência à água, como percebe-se também no nome específico *Rio*, ao qual acresce-se o termo *Claro*, em referência às suas águas límpidas do e à escala cromática.

Nas narrativas, o expediente léxico foi citado várias vezes na menção ao caminho percorrido pela folia, ou seja, o *giro*, apesar de não fazer parte da Região da Onça: “A folia ia até no *Rio Claro* pra cá. Nós num travessava até na Perolândia não. E quando eu andei na folia nunca passou pra lá do *Rio Claro*, não. Aquela *cabeceira de Rio Claro, Paraíso*, tudo nós andava ali naquelas região, aquele chapadão do * que é onde mora * toda vida nós andava ali” (P1M66).

Já o topônimo *Planalto Verde* é formado pelo termo genérico *planalto*, que aparece no Dicionário Aurélio (2004, p. 1575) com a definição de “Grande extensão de terreno plano ou pouco ondulado, elevado, cortado por vales nele encaixados” e pelo termo específico *Verde*, que, no dicionário de Nascentes (1955), aparece com a origem etimológica latina *virde*. Assim, trata-se de um topônimo simples, ocorrendo na seguinte abonação: “Toda vida nós foi até o Planalto Verde, no *. Nós até lá naquelas banda do * com a festa” (P2M45). Nesse caso, a classificação do nome é *cromotopônimo* (DICK, 1990), por fazer referência a cores.

A lexia *Planalto Verde* nomeia igualmente uma região. É válido mencionar que, antigamente, a folia também não passava por ela, pois havia outro grupo de foliões na localidade. A mudança de um morador, originário na Região da Onça, para o lugar, fez com que a folia adentrasse as terras do *Planalto Verde*, que fazem divisa com o município de Montividiu (GO): 1- “Não, nós travessava o Rio Doce pra lá, aquela região lá. Nós ia até lá perto do Planalto Verde. Porque num tinha qu’ela festa do Chapadão também não. Antes do * mudá pra lá, nós num ia lá não. Depois que es’ mudô, nós vai lá toda vida.” (P1M66).

Uma característica da localidade é que, pelo fato de a área ter sido geograficamente modificada pela agricultura, o planalto perdeu a característica de ser verde, porque as árvores que existiam no território foram retiradas para dar local à construção de um aeroporto rural e de uma grande fazenda, que produz sementes de capim para exportação. Deste modo, consideramos que a língua serviu como mantenedora de uma memória local, pois, por meio da atividade de nomeação, percebem-se mudanças em relação à época em que o lugar foi nomeado, confirmando que o léxico se configura como o “patrimônio imaterial de um povo”, conforme teoriza Ferreira (2008, p. 111).

O nome *Chapadão* é um topônimo simples, que não aparece acompanhado de termo específico. No Dicionário Aurélio (2004, p. 450), é definido como “Chapada extensa”, sendo que o verbete *chapada* remete a *planalto*. Aparece na abonação: “A primera festa que nós foi

fazê como era lá no Chapadão saiu um poco da região, porque lá eu já tenho a outra festa de lá, né? Mais aí até o finado seu * não queria que nós fizesse ela lá, que era outra região” (P5F75).

Este topônimo pode ser classificado como um *geomorfotopônimo* (DICK, 1990), pelo fato de representar o relevo da localidade. Quanto a essa classificação, cabe ressaltar o caráter transparente do signo, uma vez que comumente esses nomes relacionam-se às formas existentes no local nomeado. Dick (1990) apresenta uma extensa variedade de nomes que se classificam por essa taxa e ressalta que os nomes formados a partir das palavras morro, monte e chapadas são mais frequentes em Goiás e Minas Gerais.

Observamos que o topônimo revela traços da cultura local, pois nos mostra que, mais uma vez, ao nomear, o homem observa o meio em que vive, conforme afirma Sapir (1969, p. 17): “o homem parte do meio para criar e representar”, como evidencia o excerto a seguir: “Ali onde nós mora é a região do *Chapadão*. Até a Santa passa lá em casa. Antigamente a folia da *Onça* num ia pra aquelas região, pois lá tem outra folia, mas quando nós mudô a folia daqui passou a i[r].” (P5F75). Outra especificidade desta lexia é que, para os moradores da Região da *Onça*, ela indica uma localidade na qual hoje é permitido o fluxo da folia de Nossa Senhora da Abadia. Antigamente, a folia não andava por essas terras, pelo fato de haver outra folia no território.

O topônimo *Rio Doce*, além do termo genérico *Rio*, compõe-se pelo termo específico *Doce*, que, de acordo com o dicionário de Nascentes (1955), tem origem etimológica no latim *dulce*. Aparece na seguinte abonação: “Não... nós travessava o Rio Doce p[a]ra lá, aquela região lá. Nós ia até lá perto do Planalto Verde. Porque num tinha qu’ela festa do Chapadão também não” (P2M45). Pode ser classificado como *estematopônimo*, porque faz referência às impressões sensoriais diante do termo genérico.

Nas entrevistas, a região, que é homônima ao rio, foi mencionada várias vezes, como em: “E nós passava pra lá só por causa deles, da * e do *, se não era só pra cá do *Rio Doce*. Aqui nós travessava aqui... ia até na beira da região do *Rio Doce* pra lá. Nós andava tudo, aquela onde era... onde eles fala *Cabeceira de Jataí*” (P3M82).

Ao analisarmos a presença desse item lexical nas entrevistas observadas, vemos que ele revela um novo dado cultural, pois a partir da mudança de um dos membros da comunidade, o grupo decidiu modificar a sua prática cultural habitual e incorporar novas rotas para o *giro* da folia, adentrando no município de Rio Verde (GO).

Por último, aparece o topônimo *Rio Paraíso*, formado pelo termo genérico *Rio* e pelo termo específico *Paraíso*, que aparece no dicionário de Nascentes (1955) com etimologia grega *paradeisus*. Este *nootopônimo* aparece na seguinte abonação: “Eu participei mais do lado de cá, porque tinha de cá do Rio Paraíso e de lá do Rio Paraíso. Mais sempre eu partircipava do lado de cá, nessa região daqui né, que era onde meus pais iam, mais quando eles iam de lá num levavam a gente, né” (P3M82).

É possível supor, pelo termo específico, que o lugar nomeado apresenta uma paisagem agradável e bonita. Assim, apesar de se relacionar com aspectos subjetivos, pode estar vinculado também a aspectos de natureza física, como as cores, vegetais e a água.

Nas narrativas estudadas, essa lexia foi citada inúmeras vezes porque o Rio funcionava como uma fronteira a não ser ultrapassada, pois do outro lado do rio há outra festa em honra à Nossa Senhora da Abadia. Observa-se, assim, que ficou socialmente estabelecido entre os moradores da Região da Onça e da região do Paraíso que esse limite deveria ser respeitado, para que houvesse harmonia entre as comunidades.

Outra região percorrida pela folia é a de Guadalupe. De acordo com Carvalho (2014), este nome tem relação com a história religiosa de Nossa Senhora e as suas aparições em Guadalupe e, ainda conforme a autora, os hagiotopônimos “referem-se aos títulos criados durante os vinte séculos de cristianismo e geralmente recebem os nomes dos lugares onde seu culto foi iniciado” (2014, p. 454). Nas narrativas, este topônimo foi utilizado pelos falantes ora pela lexia simples “Guadalupe”, ora pelas compostas “Assentamento Guadalupe” e “Fazenda Guadalupe”, como é possível observar em:

- 1- “ Eu lembro quando o * ia pra fulia e eles passava pelo Guadalupe, lá tem um tanto de casinha, né? Aí demora demais lá no Guadalupe e eu pensava quando que o * vai voltar, porque eu ficava cuidano de tudo, né, das vaca, das criação, dos meninu e era custoso, né?” (P4F68)
- 2- “Um trem custoso é quando passa no assentamento Guadalupe, nossa senhora! Lá as casa é tudo pertim uma das ôtra, nós vai sem carro, deixa num lugá[r] e no final do dia volta e pega.” (P2M45)
- 3- “ Um lugá[r] bem simplim e que o povo doa muita prenda é lá na Fazenda Guadalupe, cê chega naquelas casinha, tudo petinha, às veiz até de madêra e cê pensa, daqui num sai nada não e o povo doa uma leitoa, um bezerro. É um trem, eles têm muita fé na santa! Lá na Guadalupe é bão pra arrecardá[r].” (P1M66)

Destarte, é importante ressaltar que essa área, antes da distribuição de terras, era um latifúndio da Diocese de Jataí. Mesmo com a desapropriação do lugar, o nome Guadalupe não perdeu força, ficando conhecido como Assentamento da Guadalupe, fazendo referência à antiga fazenda que existia no local, tendo o seu nome principal preservado e só o termo genérico modificado de “fazenda” para “assentamento” – o que reforça que, nesse caso, o termo específico se sobrepõe ao genérico.

Um outro topônimo de natureza física é *Indaiá*, o qual, de acordo com Cazarotto (2020, p. 83), “designa uma espécie de palmeira de origem brasileira, de pequeno porte e de origem Tupi”. E Sampaio (1987, p. 223) complementa essa afirmação asseverando que “indayá, corr. Anda-yá, amêndoas ou cocos caídos, ou que se despencam. É a palmeira *Attalea compta*”. Essa planta é muito típica das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, de acordo com Isquierdo (2020), e, por esse motivo, é encontrada em abundância na região da Festa. A sua folhagem,

antigamente, era utilizada para cobrir telhados de ranchos, o que pode ser confirmado em um dos trechos nos quais a lexia ocorreu:

Oia, de primero o movimento da festa era diferente do de hoje, né? Era rancho, a de São Sebastião era rancho, coberto de foia de indaiá que nós fala, né? Porque janêro chove, então precisa cobri[r]. A de agosto era torda, né? De foia de indaiá também, as parede falava empalizado, né? Nois tirava lá no indaiá, perto do rio doce... (P3M82)

Neste sentido, observamos que era prática comum retirar as folhas da palmeira indaiá para construir ranchos a fim de acomodar melhor as pessoas em período chuvosos não só na festividade de Nossa Senhora da Abadia na Região da Onça, em Jataí (GO), mas em outras comunidades rurais tradicionais do Brasil. A partir dessa observação, é possível concluir que a grande quantidade dessa espécie vegetal em uma determinada localidade influenciou a decisão do homem que habitava o lugar em nomear o córrego e, conseqüentemente, o território como "indaiá", em referência a essa característica da região. Essa análise é pertinente e pode ser constatada em: "Nois tirava lá no indaiá, perto do rio doce, ali no rumo das terras da sua tia, lá é indaiá e tinha demais, hoje ainda tem, mas é menos, por isso que a região chama indaiá e nós usava pra empalizá as torda... ficava bem feitim, bem bonitinho".

Neste segmento, fica claro que o nomeador analisou o meio em que vivia e compreendeu que a presença dessa palmeira particularizava a região a ponto de nomeá-la, pois provavelmente havia mais exemplares dessa espécie nessa localidade do que em outros lugares.

Assim, *indaiá* classifica-se como um *fitotopônimo*, porque "são motivados pela grande diversidade de vegetação que compõe a flora característica da paisagem" (ISQUERDO, 2020, p. 15), em conformidade com o que acontece com o topônimo *indaiá*, que vem da palmeira característica do Brasil Central e que nomeia uma região onde ela é encontrada em abundância.

A opção por considerarmos o termo genérico e o termo específico na análise evidencia o afastamento entre a nossa proposta e classificação apresentada por Dick (1990). Desse modo, apresenta-se a consolidação de nossa análise no Quadro 1:

Quadro 1. Classificação dos topônimos analisados

Topônimo		Classificação de Dick
Genérico	Específico	
Cabeceira de	Jataí	Zootopônimo
Córrego	Onça	Zootopônimo
Cabeceira de	Rio Claro	Cromotopônimo
Planalto	Verde	Cromotopônimo
	Chapadão	Geomorfotopônimo
Rio	Doce	Estematopônimo
Rio	Paraíso	Nootopônimo
Fazenda	Guadalupe	hagiotopônimo
	Indaiá	fitotopônimo

Fonte: elaboração própria.

Por meio das análises dos topônimos, vemos que eles revelam a íntima relação do homem da zona rural com a água, sobretudo, uma vez que os locais em que habitam, ou que a folia percorre, são homônimos aos rios. Outro aspecto importante é a presença dos elementos culturais que matizam e conferem relevo ao significado dos itens léxicos naquele grupo – como o topônimo *Rio Doce*, que parte da vivência cultural do falante em relação à classificação dos sabores – e que mostram, de diferentes modos, as relações entre os topônimos e a cultura e o meio físico e social.

Considerações finais

Por meio das análises dos topônimos que nomeiam as áreas geográficas, vimos que elas sugerem a proximidade dos moradores com o seu meio, pois partem de sua percepção para nomear os lugares, além da íntima relação do homem da zona rural com os elementos naturais, uma vez que o nomeador optou por evidenciar tais elementos na atividade de nomeação, como no item *córrego da Onça*, em que a observação do ambiente, relacionada às práticas culturais, advém de ter ocupado o espaço daquela região nos tempos de outrora, em que a existência do animal era muito comum na localidade.

Vale mencionar que o léxico reflete a cultura até certo ponto, como afirmou Sapir (1969), pois os topônimos analisados neste estudo foram majoritariamente retirados das narrativas de colaboradores do sexo masculino – visto que, no histórico da festa, as mulheres quase não participavam do giro da folia, permanecendo no sítio que receberia a festa e desenvolvendo os ofícios que são relacionados com os serviços domésticos, como o de cozinhar alimentos, no preparo de doces, catando feijão, preparando temperos, entre outros.

Outro aspecto importante é a presença dos elementos culturais que matizam e conferem relevo ao significado dos topônimos, como as lexias *Rio Doce e Paraíso*, que imprimem a vivência cultural do falante em relação aos sabores e à ideia de paraíso, e que mostram, de diferentes modos, as relações que tanto a língua como a cultura têm com o meio físico ou social.

Assim, a hipótese de que o homem nomeador se vale tanto da natureza, quanto do seu acervo cultural para nomear lugares pôde se confirmar. Além disso, é possível admitir que, no caso dos nomes analisados nessa pesquisa, a motivação de natureza física se sobressai em relação à de natureza antropocultural, possivelmente por se tratar de uma localidade rural, na qual a natureza fica muito mais evidente do que em outros cenários.

Referências

ALINEI, M. Il ruolo dela motivazione nel lessico. In: ÁLVAREZ, R.; GARCÍA, F. D.; FERNÁNDEZ X. S. (ed.). *Dialectología e léxico*. Cultura Galega: Instituto da Lingua Galega, 2002. (Colección Base). p. 15-28.

- BERNARDO, J. L. *Dimensão mágico-religiosa da palavra em textos orais sobre o catolicismo popular na comunidade de São Domingos*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, 2015.
- BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERD, A. N. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 13-23.
- BOLLE, W. História e memória, metodologia da história oral. In: DELGADO, L. A. N. (org.). *História Oral: memória, tempo, identidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 15-31.
- BOSI, A. Plural, mas não caótico. In: BOSI, A. (Org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1992a. p. 7-14.
- BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. (Org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1992b. p. 16-41.
- BRANDÃO, C. *Memória do sagrado: estudos de religião e ritual*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. Língua e Cultura. *Letras*, Curitiba, v. 4., p. 51-59, 1955.
- CARDOSO, R. L. D. *A Festa de Nossa Senhora da Abadia na Região da Onça em Jataí (GO): uma análise léxico-cultural*. 2019. 392 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, 2019.
- CARVALHINHOS, P. J. Variantes lexicais na toponímia portuguesa: os elementos genéricos (entidades geográficas) denominados. Estudo de caso: diferenças terminológicas entre português do Brasil e português europeu. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 11, p. 177-194, 2007.
- CARVALHO, A. P. M. A. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 822 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2014.
- CAZAROTTO, S. A. Fitotopônimos: influência da vegetação no processo de nomeação. In: ISQUERDO, A. N. (org.). *Toponímia: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul*, v. 2. Campo Grande: UFMS, 2020. p. 66-92.
- CUNHA, A. G. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. Brasília: Melhoramentos/UnB, 1998.
- DICK, M. V. de P. do A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo – 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.
- DICK, M. V. de P. do A. A estrutura do signo toponímico. *Língua e Literatura*, n. 9, p. 287-293, 1980.
- DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. São Paulo: FFLCH-USP, 1992.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- FERREIRA, M. B. Língua e patrimônio: a palavra como lugar de onde se vê o mundo. In: ISQUERDO, A. N. (Org.). *Estudos Geolinguísticos e Dialetais sobre o Português: Brasil – Portugal*. Campo Grande: UFMS, 2008. p. 289-311.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOUVEIA, J. A. de. *Depoimento*. Entrevistadoras: LOPES, R. M.; OLIVEIRA, M. F. Jataí-Go: 2009. MP4 (84':12"). Estéreo. Entrevista concedida ao Projeto Fazer Religioso e Festivo – Festa de Nossa Senhora da Abadia na “Comunidade Onça”.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Jataí. 2020. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/jatai/historico>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ISQUERDO, A. N. Apresentação. In: ISQUERDO, A. N. (org.). *Toponímia: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul*, v. 2. Campo Grande: UFMS, 2020. p. 8-19.

NASCENTES, A. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

OLIVEIRA, M. F. Festa de Nossa Senhora da Abadia: uma representação geográfica e cultural no tempo e no espaço de Jataí-GO. *Campo - Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 8, n. 6, p. 1-21, 2009.

OLIVEIRA, M. F. *Festa de Nossa Senhora da Abadia em Jataí/GO: uma experiência de interpretação geográfica*. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

PESSOA, J. de M. *Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular*. Goiânia: Editora da UCG/Kelps, 2005.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SAPIR, E. Língua e ambiente. In: SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 43-62.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Trad.: Antônio Chelini et al. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].

SIQUEIRA, K. M. de F. Nos trilhos da estrada de ferro: reminiscências de motivações toponímicas. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 150-170, 2012.

SIQUEIRA, K. M. de F. Toponímia: a dinâmica dos nomes de lugares da microrregião de Catalão/GO. *EntreLetras*, v. 4, n. 2, p. 72-89, 2013.

TIRADENTES, L. Acidentes geográficos ou formas de relevo? Conceitos para o ensino de geografia. *Revista de Ciências Humanas*, v. 21, n. 1, 2021.

Artigo / Article

A nomeação toponímica como forma de exclusão: uma análise dos nomes de avenidas, ruas e travessas da cidade de Oeiras-PI

Toponyms as an exclusionary feature: an analysis on the names of avenues, streets and side streets in the city of Oeiras, state of Piauí

Messias dos Santos Santana 

Universidade Estadual do Piauí, Brasil
messiassantos@ors.uespi.br
<https://orcid.org/0000-0002-7377-3552>

Layane Albuquerque de Moura 

Universidade Estadual do Piauí, Brasil
layanemoura@aluno.uespi.br
<https://orcid.org/0000-0002-1695-8278>

Recebido em: 31/08/2022 | Aprovado em: 07/02/2023

Resumo

O estudo dos nomes próprios de lugares é uma importante fonte para o conhecimento de aspectos sociais, históricos e culturais, do presente ou do passado. Assim, esta pesquisa – que investiga os nomes de vias públicas da cidade de Oeiras, no Piauí – visa a: i) caracterizar os fatores motivadores da denominação toponímica dos espaços analisados; ii) identificar as principais omissões sociopolíticas nas denominações desses espaços urbanos; iii) estabelecer aspectos sócio-históricos de Oeiras revelados nesses topônimos. Para isso, foram analisados 33 mapas de setores censitários e 33 descritivos desses setores, elaborados pelo IBGE para o Censo de 2010. Os resultados indicaram que os nomes de avenidas, ruas e travessas dessa cidade são, quase totalmente, topônimos de natureza antropocultural, e os homenageados, geralmente, são homens e pertencem às classes e atividades profissionais social, histórica e culturalmente privilegiadas.

Palavras-chave: Toponímia urbana • Vias públicas • Motivação toponímica • Toponímia e conhecimento sócio-histórico • Nomeação e poder

Abstract

The study of proper names is an important access to social and historical aspects that link the present to the past. It also contributes to understanding the connection between them. This research focuses on street names of Oeiras city, state of Piauí, aiming at i) presenting the main motivating factors of such toponymic spaces; ii) identifying the main social and political omissions in the designations of such urban spaces; iii) and establishing the social and historical facts under the denominative process. In order to achieve these goals, 33 maps of local census with respective descriptions, reported by IBGE, in 2010, were analyzed. The results indicated that the names of avenues, streets, and side streets are mainly antropocultural toponyms. As a result, it was evident that the streets named after an anthroponym mostly honor men of privileged classes that performed socially, historically and culturally privileged professions.

Keywords: Urban toponymy • City streets • Toponymic motivation • Toponym and social and historical aspects • Naming and power

Introdução

Quando decidimos colocar um nome em algo ou em alguém, por que o fazemos? E por que, dentre uma lista de nomes disponíveis, escolhemos um e não outro(s)? Questões dessa natureza, há muito tempo, vêm sendo objeto de reflexão, em diversas áreas do conhecimento. Em Filosofia, por exemplo, estão na base das divergências entre convencionalistas e naturalistas, tal como ocorre no *Crátilo* (PLATÃO, 2014), ou da noção de sentido e referência em Frege (2009). Em Linguística também podem ser encontradas, nas discussões empreendidas por Saussure (2006) acerca da motivação e da arbitrariedade do signo linguístico.

No âmbito da Onomástica, tendo em especial referência a Toponímia, por sua vez, as respostas para essas questões estão diretamente relacionadas com o que se convencionou chamar de *motivação*:

Todavia, ainda que, na língua, o signo participe, genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-á uma diversidade de aspecto: o elemento lingüístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de *motivação* onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada. (DICK, 1990, p. 34, grifo do autor).

Assim, “[...] o que era [um signo] *arbitrário*, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente *motivado* [...]” (DICK, 1990, p. 38, grifos do autor). A escolha de um nome, em vez de outro(s), ocorre em razão de entre o nome escolhido e o lugar nomeado ser percebido um tipo de relação, justificada seja pela intenção daquele que atribui o nome, seja pela própria significação que já possui o signo, ou como afirma Dick (1990):

LINHA D'ÁGUA

O duplo aspecto da motivação toponímica transparece, assim, em dois momentos:

- primeiro, na *intencionalidade* que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado *nome* para este ou aquele acidente geográfico;
- e, a seguir, na própria *origem* semântica da *denominação*, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas (DICK, 1990, p. 38-39, grifos do autor).

Nesse sentido, o próprio fato de haver, no Piauí, uma cidade chamada *Oeiras* revela uma motivação, uma intencionalidade, como diz Dick (1990), por parte do governante à época: o nome *Oeiras* substitui o nome *Moucha* (com as variações *Mocha* e *Mouxa*), no ano de 1761, como forma de homenagear Sebastião José de Carvalho e Melo, à época, secretário de Estado do Reino de Portugal, o qual era Conde de Oeiras. Outro exemplo de motivação toponímica ocorre em relação ao nome da Capitania do Piauí, ao qual se incorporou o nome *José* – como forma de homenagear o rei de Portugal, D. José I –, passando a ser denominada Capitania de São José do Piauí¹. Em ambos os casos, os nomes até então empregados foram substituídos ou receberam acréscimo, por influência de personalidades políticas de grande relevância no período em questão.

Tendo, pois, o signo toponímico sob essa perspectiva, propõe-se, ao longo deste texto, discutir a toponímia urbana de Oeiras, em especial, os nomes das vias públicas, visando a: i) caracterizar os fatores motivadores da denominação toponímica dos espaços analisados; ii) identificar as principais omissões sociopolíticas nas denominações desses espaços urbanos; iii) estabelecer aspectos sócio-históricos de Oeiras revelados nesses topônimos. Para o seu desenvolvimento, foram analisados todos os nomes² de avenidas, ruas e travessas da cidade de Oeiras, elencados nos 33 mapas de setores censitários urbanos (construídos em escala de 1:3,430) e nas 33 descrições desses setores³, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia

¹ “Em virtude da C. R. de 29 de julho de 1758, criando a capitania do Piauí independente da do Maranhão, foi a vila da Mocha, que então era a sua maior povoação, designada para sede do novo governo; e com o título de cidade, pela C. R. de 19 de junho de 1761, sendo o nome de Mocha mudado pelo de Oeiras, por ato do governador João Pereira Caldas datado de 13 de novembro do mesmo ano, sem dúvida em homenagem ao conde de Oeiras, depois marquês de Pombal, que era então ministro e secretário de Estado de el-rei dom José I, soberano reinante, em honra de quem impôs o mesmo governador à capitania o nome de São José do Piauí”. (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 83).

² É importante destacar que os nomes analisados nesta pesquisa são os atribuídos e existentes até o ano de 2010. Obviamente, as análises aqui apresentadas não contemplam as nomeações toponímicas posteriores ao referido ano.

³ De acordo com o Manual do Recenseador, publicado no ano de 2010 (IBGE, 2010a), um “Mapa do Setor é a representação gráfica da área geográfica a ser recenseada, auxiliando a localização durante o trabalho de campo” (*op. cit.*, p. 28); já a descrição desse setor é a transposição da imagem contida no mapa em palavras: “O mapa do setor virá acompanhado da Descrição do Perímetro do Setor, isto é, de *um texto que define todo o limite da sua área de trabalho: o perímetro do setor*” (*op. cit.*, p. 38, itálico nosso).

e Estatística (IBGE), para a realização do censo demográfico de 2010⁴, os quais podem ser encontrados em versão digital (IBGE, 2010b)⁵.

A escolha pelo estudo das vias públicas, em vez de outros espaços urbanos, como praças e escolas, deveu-se, primeiramente, ao fato de que, historicamente, as vias de circulação surgem antes desses espaços. Além disso, trata-se de um espaço democrático, aos quais todas as pessoas – independentemente das condições sócio-econômicas –, em todos os dias, têm acesso, inclusive são elas que possibilitam o deslocamento até à escola, ao parque, à praça, ao cinema, aos hospitais etc., ou, como afirma Dick (1997, p. 133) – referindo-se à rua, mas que aqui ampliamos para as avenidas, travessas etc.: “A rua é um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia-a-dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas.”

Por fim, a investigação dessa temática também é justificada pelo fato de os estudos sobre a toponímia urbana de Oeiras serem escassos: o estudo existente (SOARES FILHO, 1994) possui muito mais característica de relatório – por apresentar os nomes das ruas e a descrição dos homenageados – que de estudo científico, por faltar-lhe fundamentação na área da Toponímia, assim como uma análise crítica em relação à realidade toponímica encontrada.

Antes, no entanto, dos resultados de nossa investigação, apresentaremos uma breve contextualização acerca de Oeiras, a fim de oferecer mais subsídios para as discussões que serão apresentadas⁶.

Essa cidade tem sua origem a partir de um núcleo populacional fundado pelo colonizador na segunda metade do século XVII. Em fins desse mesmo século (1697), esse povoado é elevado à categoria de freguesia, com o nome de Mocha, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, tornando-se vila, com o mesmo nome, em 1712, sendo instalada somente cinco anos mais tarde (1717). Torna-se cidade, com o *status* de capital da província, no ano de 1761, permanecendo, assim, até o ano de 1852, quando a sede do governo é transferida para a Vila do Poti, que passou a chamar-se Teresina.

⁴ Muitas vezes ocorre de, em uma cidade, determinado espaço público possuir um nome oficial, mas as pessoas referirem-se a ele empregando outro nome. No caso dos nomes aqui analisados, no entanto, todos são nomes oficiais: “Para as pesquisas do IBGE, deve prevalecer sempre o nome oficial do logradouro, reconhecido pela Prefeitura do município.” (IBGE, 2010a, p. 36).

⁵ Todos os documentos que aqui serão objeto de análise podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_e_descritivos_de_setores_censitarios/PI/. As versões analisadas foram as seguintes: 220700905000001 a 220700905000022; 220700905000027; 220700905000042; e 220700905000047 a 220700905000055; as numerações que faltam (e outras) correspondem aos mapas e descritivos de setores rurais, os quais não são objeto desta investigação.

⁶ As informações aqui apresentadas baseiam-se, sobretudo, nos seguintes autores: Pereira da Costa (1974); Mott (2010); Brandão (2015); e IBGE Cidades.

Do ponto de vista econômico, Oeiras desenvolveu-se, em razão dessas origens remotas, dentro do sistema colonial, inclusive, com a presença de pessoas escravizadas vindas da África. Sua principal atividade econômica foi a criação de gado *vacum*, sendo inúmeras as fazendas que se estabeleceram nessa região. Após deixar de ser capital, Oeiras entrou em um longo período de instabilidade econômica, mas restou constituído todo um conjunto de estruturas sociais, políticas e religiosas que persistem, em certa medida, até os dias atuais.

Em relação à sua extensão territorial, possui a décima sétima maior extensão do estado, com uma área de 2.703,138 km², da qual 11,50 km² estão localizados em área urbanizada. Sua população estimada em 2021, pelo IBGE, foi de 37.138 habitantes, com uma taxa de 10,8% da população ocupada e com 49,1% de seus habitantes tendo rendimento mensal de até meio salário mínimo.

1 A Toponímia e sua importância para o conhecimento sócio-histórico e cultural

A nomeação é um dos pontos principais na discussão acerca da relação entre a língua e a realidade. Quanto aos nomes próprios, objeto de estudo da Onomástica, muitas vezes, por empregá-los com grande frequência, não conseguimos perceber a diversidade de informações associadas a eles, seja do âmbito social, seja do histórico, seja do cultural.

Dessa forma, os estudos sob a perspectiva da Onomástica revestem-se de grande importância, pois, ao dialogar com os conhecimentos produzidos por outras áreas do saber, contribuem para uma compreensão mais adequada da língua e da sua relação com a realidade. Com isso, possibilitam resgatar, por meio do estudo dos antropônimos (nomes de pessoas) e topônimos (nomes de lugares), dados sobre a língua, a sociedade, a história e a cultura de um povo, trazendo à luz fatos e ocorrências muitas vezes desconhecidos⁷.

Ainda nessa perspectiva e tendo em atenção, especificamente, a Toponímia, ramo da Onomástica que se dedica ao estudo dos nomes próprios de lugares, Dick (1990, p. 35-36) destaca o seu caráter interdisciplinar, afirmando que “Antes de tudo, a Toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Nesse sentido, os nomes de lugares devem ser percebidos, também, como *espaços de memória* e *espaços de poder*, para que, assim, possam

⁷ De acordo com Seabra e Isquierdo (2018, p. 993-994), “Os estudos onomásticos remetem ao nosso passado, a nossas origens, por isso, despertam, desde sempre, a curiosidade não só de estudiosos, mas de todas as pessoas em geral. Ultrapassando a mera função nomenclatória, os nomes de pessoas e os nomes de lugares são produtos de um sistema de denominação que reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores. Embora nos pareçam familiares porque os conhecemos e deles, habitualmente, fazemos uso, quando paramos para pensar sobre a natureza dos nomes próprios de pessoas e lugares, nos damos conta de que, quase sempre, são de significados incompreensíveis, estranhos para nós, mesmo designando pessoas e lugares conhecidos”.

ser “Vistos como símbolos carregados de significados, [pois] os topônimos fazem parte da identidade coletiva de uma comunidade e, por isso, refletem as marcas do saber cultural e histórico deixadas no espaço onde foram inseridos” (SEABRA; FARIA, 2016, p. 603). Isso é algo, de certa maneira, até evidente, já que “Em uma formação social, há concepções dominantes. Essas concepções, transferidas para as denominações de lugares, influenciam o meio social, revelando padrões vigentes e dominantes da época, e revelando relações de poder” (FAGGION; MISTURINI, 2014, p. 146).

Enfim, os estudos sob a perspectiva da Toponímia contribuem para que possamos compreender, de modo mais amplo, o porquê de muitas denominações terem sido aplicadas e conservadas, bem como as relações de poder existentes e os padrões dominantes em uma sociedade. E a cidade é um espaço repleto de relações de poder, evidenciadas quer em suas obras públicas, quer nos nomes que lhes são dados:

A cidade é um lugar onde se inscrevem essas marcas do poder, ela é como um palimpsesto, cada demolição, cada nome de rua ou praça que se foi, ressurgiu pela lembrança, ou se revela através de um signo que permanece capaz de fazer aflorar, de recompor na memória o que foi. Por isso toda construção ou monumento inserido no espaço urbano é capaz de expressar um pensamento, um sentimento, pois é dotado de uma simbologia, que por sua vez comporta representações múltiplas sobre relações de poder (SANTOS, 2020, p. 624).

Tendo em evidência esse aspecto, os estudos sob a perspectiva da Toponímia têm buscado, recentemente, superar a descrição puramente linguística dos topônimos e focalizado, cada vez mais, as relações dos topônimos com as estruturas de poder e com a ideologia (BOULLÓN AGRELO, 2019; ROSE-REDWOOD; ALDERMAN; AZARYAHU, 2009). Trata-se da Toponímia Crítica, cujo desenvolvimento deu-se, segundo Azaryahu (2012),

Inspired by earlier works focusing on ideology, identity and landscape symbolism, the ‘critical turn’ in the study of toponymy in the last two decades has redirected attention so that place names are not mere signifiers of ‘objective facts’ in space, but are embedded into systems of meaning and partake in social and ideological discourses. Concerned with questions of power relations, language and identity, the critical study of toponyms has focused on ‘the power to define the meanings that are to be read into and out of the landscape’ (AZARYAHU, 2012, p. 387-388).

Essa abordagem tem conseguido demonstrar que os nomes de lugares são carregados de relações de poder (AZARYAHU, 2012). Dessa forma, a Toponímia Crítica se adequa ao estudo da toponímia urbana, na qual a nomeação se dá por iniciativa política:

A língua, nesse tipo de denominação, não é cunhada pela fala e depois oficializada: advém de um poder construído que dela se vale como instrumento para exercer o poder. Elencos específicos de topônimos nessas condições assumem características expressivas de posições ideológicas e contribuem para o apagamento de posições contrárias, impondo visões a gerações futuras e erradicando histórias passadas [...]. (CARVALHINHOS, 2022, p. 16).

Ainda no âmbito da relação entre nomeação e poder, mas tendo, agora, como foco a cidade de Oeiras, é importante considerar que os nomes a serem colocados em suas vias

públicas devem passar, segundo a Lei Orgânica Municipal de Oeiras, pela decisão exclusiva dos representantes do povo, o prefeito e os vereadores. Assim, um aspecto que deve ser destacado, nessa lei, relaciona-se ao fato de que a proposição dos nomes de tais vias deve ser feita pelo prefeito, por meio de um projeto de lei: “**Art. 80.** Compete privativamente ao Prefeito do Município: [...] XVIII - a iniciativa de projetos de lei relativo[s] à *denominação de* próprios, vias e logradouros públicos” (OEIRAS, 1990/2014, [p. 27], **negrito no texto; itálico nosso**). Aos vereadores cabe aprovar ou não esse projeto: “**Art. 45.** Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito [...] dispor sobre as matérias de competência do Município, e especialmente sobre: [...] VIII - *denominação de* próprios, vias e logradouros públicos” (OEIRAS, *op. cit.*, [p. 15], **negrito no texto; itálico nosso**).

Destaca-se, por fim, que não há expressa, na Lei Orgânica Municipal de Oeiras, a obrigatoriedade de a população ser consultada nas situações em que o poder público intenta nomear pela primeira vez (ou substituir um nome já consolidado) as vias pelas quais circula, tornando esse processo inteiramente sujeito à vontade dos políticos locais. Assim, sem a participação popular, a prática de nomeação dos espaços, em particular das vias públicas, fica ainda mais caracterizada como um lugar de excelência de imposição do poder sobre os espaços (PINCHEVSKI; TORGOVNIK, 2002 *apud* BERG; VUOLTEENAHO, 2009, p. 1). E, com isso, verifica-se, cada vez mais, que “[...] o topônimo serve de emblema a determinado viés político e convém para fortalecer uma narrativa” (CARVALHINHOS, 2022, p. 24).

Orientados, portanto, por esse arcabouço teórico, vamos conhecer o que a toponímia das vias públicas de Oeiras nos diz sobre essa cidade e de como elas (a toponímia e a cidade) se relacionam ou têm se relacionado com as pessoas que a habita(ra)m.

2 As vias públicas de Oeiras e a motivação toponímica

A investigação aqui empreendida sobre os mapas dos setores censitários e as suas respectivas descrições permitiu a verificação de que as vias públicas⁸ de Oeiras são de três tipos: avenidas, ruas e travessas. Apesar de ser consenso que ruas, avenidas e outros semelhantes elementos da morfologia urbana são diferentes entre si, há especialistas que empregam a palavra “rua” como hiperônimo de todos esses termos. Desse modo, avenidas, travessas etc. também seriam tipos de “rua”:

It is through the streets system (in the generic sense, including avenues, boulevards...) that we travel, and start to know, a city. Streets define the different street blocks that constitute a city and distinguish what is public, and is therefore accessible to all citizens, from what is private or semi-public. Streets are, in broad

⁸ Entenderemos *vias públicas* consoante à definição de *via urbana* presente no Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 1997), em seu Anexo I, isto é, “[...] ruas, avenidas, vielas, ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados principalmente por possuírem imóveis edificados ao longo de sua extensão”.

terms, the public and democratic space of the city, the place where we all met, with all our differences, and where we all interact in social terms. [...].

There is a wide variety of streets, with different shapes and sizes, with different ways of relating with the other streets in the surroundings, and also with different urban functions. (OLIVEIRA, 2016, p. 15).

Essas diferentes “ruas” são, no entanto, distinguidas umas das outras a partir de características como tamanho e importância que possuem na promoção da circulação das pessoas e dos automóveis⁹. Assim, para Cowan (2005), enquanto a rua (em inglês *street*) é um espaço público destinado a pedestres e a veículos, em torno do qual se erigem outros espaços (públicos ou privados) – “*street* 1 A public space used as a pedestrian or pedestrian and vehicle route (with pavements or shared surfaces) on to which buildings or public spaces open. Compare ROAD. 2 A public thoroughfare and the houses along it.” (COWAN, 2005, p. 374, grifos do autor) –, a avenida (*avenue*) é uma rua larga – “*avenue* 1 A wide street. 2 A road lined with trees. 3 A drive leading to a country house” – (COWAN, 2005, p. 22, grifos do autor). Semelhante caracterização encontra-se em Zoido Naranjo *et al.* (2000, p. 56, grifos do autor), que dizem: “Por un lado, suele haber una matización explícita en la propia denominación de las vías urbanas. La anchura es un criterio muy común, de modo que el término *avenida** presupone una sección amplia, superior siempre a la de la calle, que a su vez es más ancha que un *callejón*”.

Este mesmo autor, em outra passagem de seu texto, apresenta informações que deixam patente as diferenças entre a forma e as funcionalidades de uma avenida, quando comparada a outros tipos de vias públicas:

Vía urbana ancha, generalmente larga y de trazado rectilíneo que conduce hacia el centro de un núcleo urbano, a un equipamiento o edificio de interés general (*estaciones** de transportes públicos) o a un paraje determinado. En numerosas ocasiones ha sido concebida para facilitar la circulación entre el centro y la periferia, aunque también se puede utilizar para la realización de desfiles, manifestaciones o actos festivos, cuando finaliza frente a las sedes representativas del poder. Las avenidas poseen una anchura superior a la mayoría de las calles de una población, pueden estar arboladas o no y divididas por una mediana o paseo central que separa las dos direcciones de la circulación rodada. (ZOIDO NARANJO *et al.*, 2000, p. 42, grifo do autor).

Sob essa perspectiva, é possível estabelecer, portanto, uma espécie de hierarquia entre as vias públicas, em que as avenidas seriam mais importantes que as ruas, e essas, que as travessas, por exemplo. Tal hierarquização também pode ser identificada no Brasil, conforme expresso no *Manual de projeto geométrico de travessias urbanas*, que assim conceitua cada uma dessas vias: “*Avenida* – designação dada a uma rua, em geral mais larga, dotada de características especiais (grande extensão, existência de canteiro central, importância histórica etc.)” (BRASIL, 2010, p. 30, grifo do autor); “*Rua* – no sentido mais geral, é uma via pública,

⁹ No Brasil, não há uma legislação que defina ou caracterize essas diferentes vias, de modo que fica a critério de cada município indicar o que será avenida, rua ou travessa etc.. Como consequência, nos municípios brasileiros, as vias públicas (a exemplos das aqui citadas) apresentam, geralmente, configurações distintas.

em área urbana, com ou sem calçadas e meios-fios, destinada ao trânsito de pedestres, veículos ou animais” (BRASIL, 2010, p. 36, grifo do autor); “*Travessa* – rua secundária, geralmente estreita e curta, transversal entre duas outras mais importantes.” (BRASIL, 2010, p. 38, grifo do autor).

Se a distinção entre os tipos de vias públicas envolve questões como visibilidade e importância, a sua nomeação também não poderia deixar de ser afetada por fatores de ordem social, histórica e cultural, pois “Por vezes, não é suficiente desfrutar o poder. Há que registrar sua marca no território, e, neste caso, os nomes geográficos são utilizados para este fim” (IBGE, 2010c, p. 8).

Passemos, então, à descrição das vias públicas de Oeiras, a fim de que possamos explicitar o que elas nos revelam.

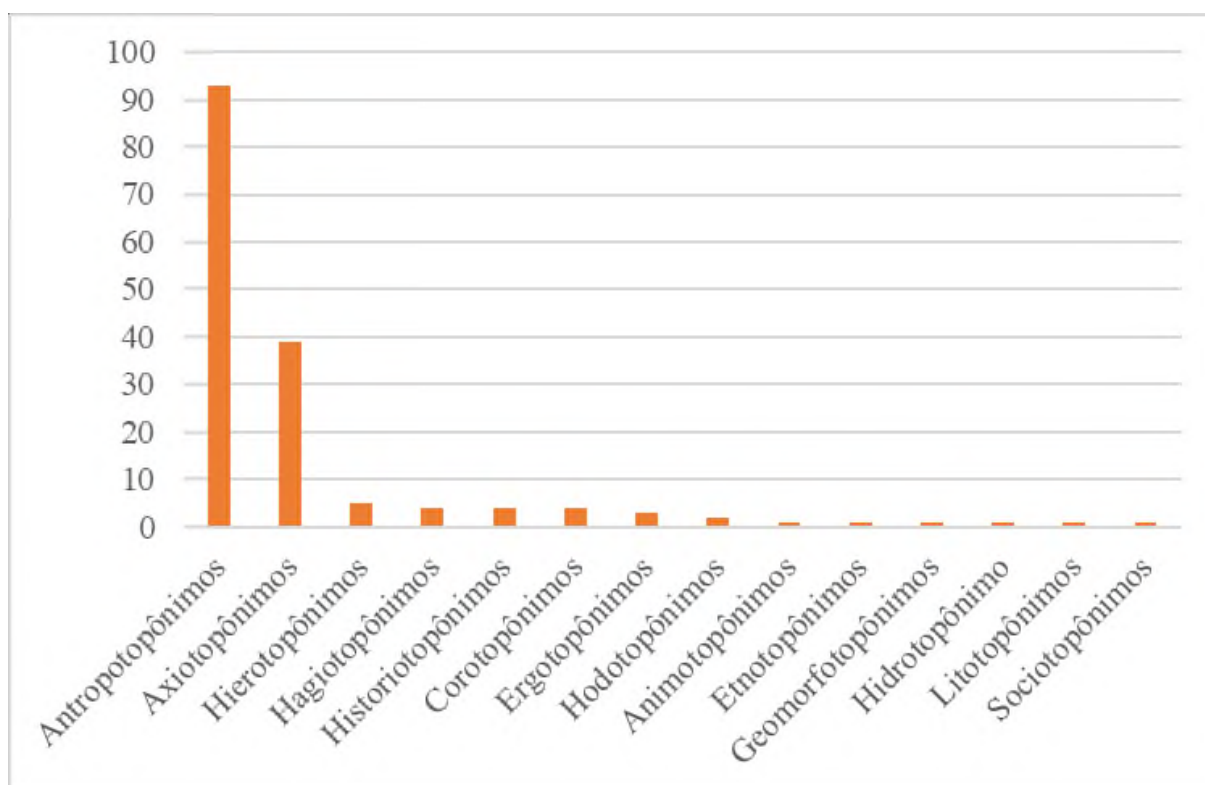
2.1 As avenidas, ruas e travessas de Oeiras-PI: o que nos dizem?

Ao longo do *corpus* selecionado para o desenvolvimento desta pesquisa, foram identificados 160 topônimos, assim distribuídos: 25 são nomes de avenidas; 112, de ruas; e 23 referem-se a travessas.

Do ponto de vista da taxonomia¹⁰, apenas três não são de natureza antropocultural, mas de natureza física: trata-se dos topônimos *Rua do Morro*, *Rua da Bica* e *Rua Pedreira*. Por sua vez, dentre os topônimos de natureza antropocultural, diversas são as categorias que se encontram representadas no *corpus* em análise, conforme se verifica no gráfico a seguir (incluimos, aqui, também, os topônimos de natureza física)¹¹:

¹⁰ Em relação à taxonomia dos topônimos em análise, seguiremos a proposta apresentada por Dick (1992). Nesse sentido, entenderemos por *topônimo de natureza física* aquele que faz referência à natureza e a tudo que nela existe e que não tenha sofrido a ação humana. Do mesmo modo, serão considerados de *natureza antropocultural* os que fazem referência às pessoas, seja nomeando-as, seja caracterizando-as, seja referindo-se a algo que resulte da intervenção humana (DICK, 1990; DICK, 1992).

¹¹ Em alguns casos, o enquadramento de um topônimo em uma taxa é uma tarefa que oferece bastantes dificuldades. Daí, Isquierdo e Dargel (2020, p. 235) afirmarem: “Alguns topônimos podem facilmente ser agregados a uma ordenação, mas outros, por ausência de informações exatas sobre as circunstâncias que envolveram o denominador no ato designativo, não são passíveis de serem incorporados a um modelo de classificação”. No *corpus* aqui em análise, isso pode ser verificado, dentre outros exemplos, com os topônimos *Travessa Floriano Peixoto*, *Rua Juscelino Kubitschek* e *Rua João Paulo II*, figuras que entraram para a história em razão das funções institucionais que exerceram: os dois primeiros foram presidentes do Brasil; o último, papa da Igreja Católica. Em ocorrências desse tipo, optamos por uma classificação baseada apenas na estrutura do topônimo analisado, desconsiderando quer o papel histórico, quer a função exercidos pelos envolvidos, os quais são de conhecimento de uma grande parcela da população. Tal postura foi adotada na tentativa de termos um critério uniforme, uma vez que existem, nesse mesmo *corpus*, outros topônimos referentes a personagens históricos que também se notabilizaram por causa da função que exerceram e que, ao serem homenageados, tiveram os seus “títulos” destacados, como ocorre, por exemplo, em *Avenida Presidente Costa e Silva*, *Rua Presidente Getúlio Vargas* e *Avenida Dom Edilberto Dinkelborg* – os dois primeiros também foram presidentes do Brasil; o último foi um bispo com importante atuação na Igreja Católica de Oeiras.

Gráfico 1. Produtividade taxonomica dos topônimos referentes às vias públicas de Oeiras

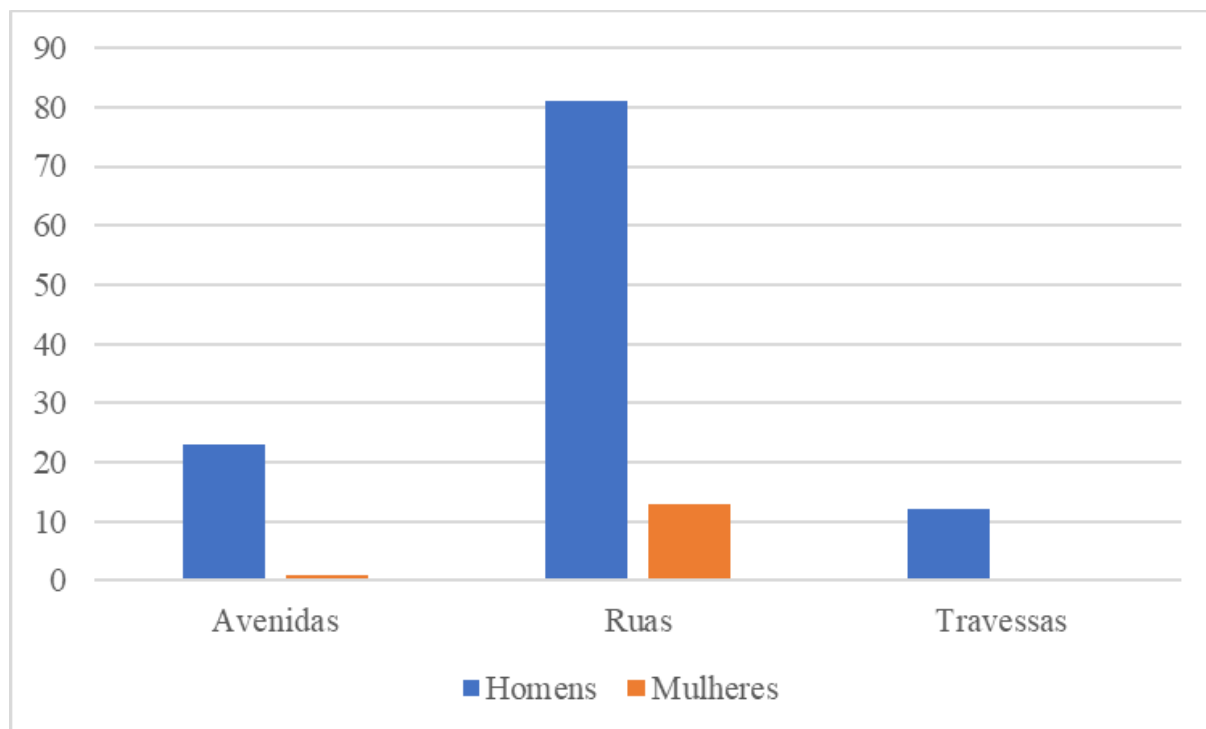
Fonte: Elaborado pelos autores

Esse gráfico nos mostra que os antropotônimos correspondem a mais da metade dos nomes identificados, em um total de 93 ocorrências, ou 58,1%¹². A segunda categoria mais frequente é a dos axiotônimos; nela, foram identificados 39 nomes de avenidas, ruas e travessas, o que corresponde a 24,4% do total de ocorrências. Vêm na sequência, com cinco ocorrências – ou 3,1% –, os hierotônimos. As demais categorias, ainda conforme o Gráfico 1, são muito pouco frequentes: corotônimos, hagiotônimos e historiotônimos, por exemplo, representam, cada uma, apenas quatro ocorrências, ou 2,5% do total de topônimos. Com três ocorrências – ou 1,9% –, temos os ergotônimos. Menos frequentes ainda são as ocorrências de hodotônimos, presentes em somente duas ocorrências, o que equivale a 1,3% dos topônimos em análise. Por fim, com uma ocorrência (ou 0,6%) cada, encontram-se as categorias animotônimo, etnotônimo, geomorfotônimo, hidrotônimo, litotônimo e sociotônimo.

¹² Por haver, em algumas ocorrências, números muito distantes entre si em termos absolutos (por exemplo: 88 e 1), a porcentagem referente aos números menores, caso optássemos pela indicação com números inteiros, ficaria igual a 0%, como nas ocorrências de geomorfotônimos e animotônimos, o que não seria aceitável, uma vez que esse dado poderia levar à conclusão que não foram encontrados topônimos dessas taxonomias, sendo que, efetivamente, foram encontrados exemplos deles nos nomes das vias públicas de Oeiras. Por isso, para fazer o cálculo dos dados percentuais, consideramos os números com até uma casa decimal.

Por fim, verifica-se que há uma enorme discrepância entre os homenageados, quando o fator analisado é o sexo, conforme Gráfico 2:

Gráfico 2. Distribuição das pessoas homenageadas nos nomes das vias públicas de Oeiras por sexo



Fonte: Elaborado pelos Autores

Estes dados indicam que, independentemente do tipo de via analisado (avenida, rua ou travessa), as mulheres sempre constituem minoria entre os homenageados: 23 para uma nas avenidas; 81 para 13 nas ruas; e 13 para nenhuma nas travessas. Isso, por sua vez, vai de encontro à realidade de Oeiras, já que a sua população desde os anos de 1980 é, em sua maioria, constituída por mulheres, conforme mostram os dados dos quatro últimos censos divulgados pelo IBGE (1980; 1992; 2000; e 2010d), apresentados na Tabela 1:

Tabela 1. População residente em Oeiras entre 1980 e 2010, distribuída por sexo

Ano	Total	Homens	Mulheres
1980	47.319	23.107	24.212
1991	51.891	25.198	26.693
2000	33.910	16.371	17.539
2010	35.640	17.041	18.599

Fonte: Elaborada pelos Autores

Tendo em consideração essas informações gerais, passaremos, na sequência, às análises individualizadas de cada uma das vias públicas identificadas na cidade de Oeiras.

2.1.1 Andando pelas avenidas de Oeiras

O *corpus* analisado indica a existência de 25 avenidas em Oeiras. No quadro a seguir, apresentamos os seus nomes, fazendo-lhes acompanhar uma breve caracterização acerca do(a) homenageado(a), assim como a taxonomia do topônimo:

Quadro 1. Avenidas de Oeiras em 2010

Avenida	Perfil do homenageado ¹³	Taxonomia
Abdias Neves	Professor, político, jornalista e magistrado	Antropotopônimo
Antônio Francisco Nogueira Tapety	Grande fazendeiro, comerciante e político	Antropotopônimo
Benedito Carmo	Artista, barbeiro, marceneiro e delegado de polícia	Antropotopônimo
Benedito Martins	Magistrado, fazendeiro e político	Antropotopônimo
Cândido Aleixo	Comerciante, proprietário urbano e marceneiro	Antropotopônimo
Cônego Cardoso	Padre secular e cônego da Igreja Católica	Axiotopônimo
Desembargador Cândido Martins	Magistrado, político e proprietário urbano e rural	Axiotopônimo
Dom Edilberto Dinkelborg	Frei da Ordem Franciscana e bispo da Igreja Católica	Axiotopônimo
Dom Expedito Lopes	Padre secular e bispo da Igreja Católica	Axiotopônimo
Doutor da CEPISA	–	Axiotopônimo
Doutor Isaías Coelho	Médico	Axiotopônimo
Doutor José Tapety	Comerciante, proprietário rural e político	Axiotopônimo
Duque de Caxias	Militar e político brasileiro	Axiotopônimo
Edivar Santana	–	Antropotopônimo
Floriano Peixoto	Militar e político (ex-presidente da República)	Antropotopônimo
Francisco de Abreu	Funcionário público, fazendeiro e comerciante	Antropotopônimo
Manoel Lucas	–	Antropotopônimo
Natu Reis	Comerciante, fazendeiro e político	Antropotopônimo
Petrônio Portella	Advogado, professor e político	Antropotopônimo
Presidente Costa e Silva	Militar e político (ex-presidente da República)	Axiotopônimo
Professora Maria do Amparo	Professora	Axiotopônimo
Rui Barbosa	Jornalista, político, jurista e escritor	Antropotopônimo
Santos Dumont	Cientista e aviador	Antropotopônimo
Teresina	Capital do Piauí	Corotopônimo
Totonho Freitas	Comerciante e político	Antropotopônimo

Fonte: Elaborado pelos Autores

¹³ Por não termos conseguido acesso, em tempo hábil, aos projetos de lei através dos quais essas vias foram nomeadas, nos quais deve haver a apresentação de um perfil do homenageado, as informações presentes na coluna *Perfil do homenageado*, no Quadro 1 – assim como as dos Quadros 2 e 3 –, foram extraídas das seguintes referências: Soares Filho (1994) e sites da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Diocese de Oeiras. Optamos por inserir tais informações para proporcionar ao leitor uma melhor compreensão de nossas análises. Em alguns casos, contudo, não conseguimos nenhuma informação sobre o(a) homenageado(a). Nessas situações, empregamos um traço (–), para indicar essa ausência.

Com base nos dados constantes no Quadro 1, verificamos que, no que concerne à taxonomia, as avenidas de Oeiras são, em sua maioria – 14 ocorrências ou 56% dos topônimos –, da categoria antropotopônimo; outros 40% – o que corresponde a 10 topônimos – pertencem à categoria axiotopônimo¹⁴; e com uma ocorrência, o que equivale a 4% do total, há os corotopônimos.

No que se refere aos perfis dos homenageados, conforme quadro em análise, de um total de 25 avenidas identificadas, 24 possuem nomes que se referem a pessoas; desse número, no entanto, apenas uma recebe um nome de uma mulher; trata-se do topônimo *Avenida Professora Maria do Amparo*. Portanto, apenas 4% dos nomes de avenidas são referentes a mulheres, enquanto 92% se referem a homens – os outros 4% são relativos ao topônimo *Avenida Teresina*.

Nota-se, ainda, a partir dos dados apresentados, que os homenageados são, em sua maioria, além de homens, pertencentes às atividades profissionais social, histórica e culturalmente privilegiadas¹⁵. Nesse sentido, observa-se que, dos 23 homens homenageados, 12 exerceram algum cargo político. É o caso, por exemplo, dos topônimos *Avenida Duque de Caxias*, *Avenida Presidente Costa e Silva* e *Avenida Rui Barbosa*. Além dos políticos, as avenidas de Oeiras também homenageiam comerciantes – *Avenida Cândido Aleixo* –, fazendeiros – *Avenida Francisco de Abreu* –, magistrados – *Avenida Benedito Martins* –, militares – *Avenida Duque de Caxias* – etc.

Por último, destacam-se os topônimos relativos ao catolicismo, como nomes de padres, cônegos e bispos: *Avenida Cônego Cardoso*, *Avenida Dom Expedito Lopes* e *Avenida Dom Edilberto Dinkelborg*. Todos esses nomes estão diretamente relacionados à Diocese de Oeiras – Antônio Cardoso de Vasconcelos foi um dos principais responsáveis pela sua criação; o segundo foi o primeiro bispo; o último personagem, por sua vez, foi o terceiro bispo da Diocese de Oeiras¹⁶.

2.1.2 Visita às ruas da primeira cidade do Piauí

Oeiras, no ano de 2010, possuía 112 ruas (cf. Quadro 3, em anexo)¹⁷, segundo os mapas e descritivos elaborados pelo IBGE para a elaboração do censo daquele ano. Esses topônimos, por sua vez, pertencem a diversas categorias taxonômicas, a maioria deles – 83,9% –

¹⁴ Destaca-se que os axiotopônimos – assim como os antropotopônimos – fazem referência a pessoas.

¹⁵ Conforme pode ser verificado na seção *Perfil do homenageado* presente nos quadros que compõem este texto, é muito comum uma mesma pessoa exercer simultaneamente (ou ter exercido consequentemente) diferentes atividades profissionais.

¹⁶ As informações sobre os bispos da cidade de Oeiras, assim como acerca de sua atuação, foram extraídas do site da diocese dessa cidade.

¹⁷ Diferentemente do que fizemos em relação aos nomes das avenidas e das travessas, os nomes das ruas de Oeiras não vêm listados no interior do texto, mas sob a forma de anexo (cf. Quadro 3), em razão ser uma lista longa, o que proporcionaria uma interrupção demorada, afetando, assim, a fluência na leitura do texto.

caracterizados como antropotopônimos (68 ocorrências) e axiotopônimos (26 exemplos). As demais categorias identificadas foram: com três ocorrências – ou 2,7% –, os hagiotopônimos e hierotopônimos; com duas – ou 1,8% –, os ergotopônimos e historiotopônimos; e com uma única ocorrência - o que corresponde a 0,9% –, há os animotopônimos, corotopônimos, etnotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, hodotopônimos, litotopônimos e sociotopônimos.

Ainda em conformidade com o Quadro 3, observa-se que, apesar de o número de mulheres homenageadas ser um pouco maior, se comparado ao que ocorre com as avenidas, ele ainda é muito inferior ao de homens: das 112 ruas identificadas nesta pesquisa, 94 possuem nomes relativos a pessoas; porém, desse total, apenas 13 – um número que corresponde a 13,8% – possuem nomes relativos a mulheres, enquanto 81 nomes – ou 86,2% – prestam homenagens a pessoas do sexo masculino.

Semelhantemente ao que se verificou em relação às avenidas, verifica-se, também, que, no âmbito da toponímia das ruas, os homenageados são, em sua maioria, homens que exerciam alguma atividade profissional de prestígio. Eram, nesse sentido, políticos – *Rua Presidente Getúlio Vargas* –, comerciantes – *Rua Francisquinho Barbosa* –, funcionários públicos – *Rua Cazé Sá* –, fazendeiros – *Rua Pedro Leite* –, médicos – *Rua Doutor Paulo de Tarso* –, jornalistas – *Rua Gérson Campos* –, por exemplo.

Por fim, é importante observar a existência de um número expressivo de topônimos relacionados ao catolicismo, assim como já ocorreu em relação às avenidas – ao todo são 15 ocorrências, correspondendo, assim, a 13,4% –, como nomes de bispos, cônegos, padres, papas, santos(as), entre outros, a exemplo dos que seguem: *Rua Cônego Acelino Portela*, *Rua da Capela*, *Rua João Paulo II*, *Rua Dom Severino*, *Rua Nossa Senhora das Graças*, *Rua Padre Damasceno*, *Rua Padre Freitas*, *Rua Padre Marcos*, *Rua Padre Silva*, *Rua Santa Helena*.

2.1.3 Pelas travessas da antiga capital piauiense

Assim como verificamos em relação ao número de avenidas, há, em Oeiras, também, uma pequena quantidade de travessas: 23 ao todo. Destas ocorrências, 11 caracterizam-se como antropotopônimos, o que equivale a 47,8%. Na sequência, com três ocorrências cada – ou 13% –, aparecem os axiotopônimos. Temos, também, com duas ocorrências cada, os corotopônimos, hierotopônimos e historiotopônimos, números esses que representam, individualmente, 8,7%. Há, ainda, com uma ocorrência cada, os hagiotopônimos, hodotopônimos e ergotopônimos, que correspondem, respectivamente, a 4,3% do total de topônimos. Veja, no Quadro 2, a lista dessas travessas:

Quadro 2. Travessas de Oeiras em 2010

Travessa	Perfil do homenageado	Taxonomia
Benedito Carmo	Artista, barbeiro, marceneiro e delegado de polícia	Antropotopônimo
Brigadeiro Manoel Clementino	Oficial de milícias	Axiotopônimo
Coronel Mundico Sá	Comerciante e político	Axiotopônimo
da Arizona	Faz referência à antiga fazenda Arizona	Corotopônimo
da Capela	Templo cristão secundário	Hierotopônimo
do Congo	República do Congo	Corotopônimo
dos Caldeirões	Faz referência à antiga fazenda Caldeirões	Ergotopônimo
Floriano Peixoto	Militar e político (ex-presidente da República)	Antropotopônimo
Francisco Alves	–	Antropotopônimo
João Nunes	–	Antropotopônimo
João Paulo II	Papa da Igreja Católica	Antropotopônimo
Kenedy	–	Antropotopônimo
Laurentino Pereira Neto	Médico e político	Antropotopônimo
Mestre Elias	–	Axiotopônimo
Natu Reis	Comerciante, fazendeiro e político	Antropotopônimo
Nossa Senhora das Graças	Santa da Igreja Católica	Hierotopônimo
Santa Luzia	Santa da Igreja Católica	Hagiotopônimo
Sebastião Tapety	Agropecuária	Antropotopônimo
Serapião	Santo da Igreja Católica	Antropotopônimo
Sete de Setembro	Data da Independência do Brasil	Historiotopônimo
Transamazônica	BR-230, conhecida como rodovia Transamazônica	Hodotopônimo
Zacarias de Goes Vasconcelos	Político e professor	Antropotopônimo
13 de Maio	Data da abolição da escravidão no Brasil	Historiotopônimo

Fonte: Elaborado pelos Autores

Ao analisarmos o Quadro 2, percebemos um cenário parecido com o encontrado em relação às avenidas e às ruas, seja no que concerne ao sexo dos homenageados, seja quanto à classe social a que pertencem e às atividades profissionais que realizaram.

Assim, das 12 travessas que possuem nomes com referência a pessoas, nenhuma possui nome que faz homenagem a uma mulher, ou seja, todas possuem nomes relativos a homens. Ainda com base nos dados do quadro em análise, verifica-se que a maioria dos homenageados é constituída por pessoas que exerciam atividades profissionais historicamente privilegiadas, atuando como políticos, comerciantes, fazendeiros etc. É o caso, por exemplo, dos topônimos *Travessa Coronel Mundico Sá* e *Travessa Floriano Peixoto*, os quais fazem referência ao comerciante e político Raimundo Nogueira de Sá e ao militar e político (ex-presidente da República) Floriano Vieira Peixoto, respectivamente.

Verifica-se, dessa forma, que os fatores motivadores da nomeação das travessas são os mesmos já apontados quando descrevemos as ruas e as avenidas dessa cidade.

Conclusões

Oeiras é uma cidade cujas origens remontam ao final do século XVII, onde se formaram estruturas de dominação e de exclusão que foram continuadas ao longo do tempo, as quais, de certo modo, ainda podem ser encontradas até hoje, nos nomes de suas avenidas, ruas e travessas. Nesse sentido, considerando os 160 topônimos aqui em análise, algumas informações merecem ser destacadas a título de conclusões, quer concernentes à taxonomia, quer aos fatores que são motivadores para o emprego de um topônimo específico, em detrimento de outro(s).

Esses topônimos contemplam aspectos variados das relações humanas: estados psíquicos – como em *Rua Bela Vista*; relações sociais – em *Rua do Colégio Agrícola*; fatos históricos (nacionais, mas não estadual ou municipal) – como em *Rua Sete de Setembro* e *Travessa 13 de Maio*; religiosos – como verificamos nas homenagens aos santos: *Rua São Miguel*, *Travessa Nossa Senhora das Graças*; a espaços religiosos: *Travessa da Capela*; e a objetos religiosos: *Rua do Cruzeiro*; títulos honoríficos – em *Avenida Cônego Aleixo*, *Rua General Abimael Carvalho*; e pessoas individualizadas – como em *Avenida Rui Barbosa*, *Rua André Holanda* e *Travessa João Nunes*. Destaca-se, contudo, que alguns desses aspectos – os três últimos aqui citados, por exemplo – são mais valorizados que outros, uma vez que identificados em 141 topônimos, o que equivale a 88,1% do total de ocorrências.

Tais dados revelam, pois, uma forte presença do catolicismo (com seus santos, padres, bispos etc.) nesse processo de nomeação, o que é uma consequência de Oeiras ser um importantíssimo centro de tradição católica, com 87,3% de sua população professando essa fé em 2010 (cf. IBGE CIDADES) –, certamente, um reflexo do processo histórico-religioso vivido por essa cidade ao longo período colonial.

Além disso, os dados analisados indicam, também, haver, em Oeiras, um particular apreço à individuação ou personalização, sendo homenageadas, nos nomes de avenidas, ruas ou travessas, pessoas, quer da cidade, quer de outras regiões do Piauí, quer do Brasil. Isso, por si só, não deveria ser motivo de crítica; contudo, quando verificamos, mais detidamente, quem são tais pessoas, observamos a influência decisiva de dois fatores que têm sido histórica e socialmente dominadores da cena brasileira: posição social/atividade profissional; e sexo¹⁸ – os quais, inclusive, não devem ser considerados isoladamente.

As pessoas homenageadas, em sua grande maioria homens (116 de um total de 130, ou 89,2%), estão ligadas aos segmentos político, jurídico, militar, religioso, profissionais liberais etc. e exerciam atividades de médico, juiz ou desembargador, político, fazendeiro, padre ou cônego ou bispo, comerciante, jornalista, advogado, professor, funcionário público, delegado, militar, engenheiro etc. Como é de conhecimento geral, historicamente, as pessoas que tinham acesso a essas posições sociais/atividades profissionais eram as que pertenciam às classes

¹⁸ A nomenclatura *sexo* foi mantida em razão de essa ter sido a utilizada pelo IBGE nos documentos referentes aos censos pesquisados.

sociais e/ou setores dominantes e que, até por isso, tinham acesso ao processo de escolarização (incluindo-se, aqui, a universidade ou instituição equivalente). Raros são os exemplos de homenageados que exerciam (ou em algum momento chegaram a exercer) atividades profissionais tradicionalmente relegadas aos mais pobres, tais como lavrador e barbeiro. Por sua vez, os números de mulheres homenageadas nas avenidas, ruas e travessas correspondem, respectivamente, a 4%, 11,6% e 0%. Essa discrepância em relação ao número de homens homenageados torna-se ainda mais incompreensível e inaceitável em razão não só da inferiorização da importância da atuação das mulheres na sociedade, mas também pelo fato de elas, há mais de quatro décadas, serem, quantitativamente, mais que os homens.

Tais resultados, no entanto, não representam uma realidade particular de Oeiras, visto que também pode ser encontrada em outras regiões do Brasil¹⁹, tal como destaca Nader (2007, p. 71), em relação à cidade de Vitória²⁰:

Passando ao exame do banco de dados oficiais, colhidos junto aos poderes públicos relativos ao período de 1970 a 2000, verificou-se que o município de Vitória, capital do Espírito Santo, contava com 1499 logradouros públicos oficiais. Deste total de logradouros, 1163(77%) possuíam nomes de homens e apenas 239 (17%) possuíam nomes de mulheres. Os outros 97(6%) não possuem nomes de pessoas.

É importante destacar, ainda, em relação a Oeiras, que as mulheres homenageadas foram, em sua maioria, aquelas que exerceram atividades historicamente associadas a elas, em especial, a função de professora. Além disso, também são frequentes os nomes femininos que estão ligados ao ambiente religioso, como nomes de santas ou de pessoas diretamente ligadas à religiosidade da cidade.

Ante a investigação empreendida sobre os nomes das avenidas, ruas e travessas de Oeiras, no Piauí, resta evidente que aqueles que nomeiam, mais que atribuindo um nome a um local, estão apropriando-se dele, estão reafirmando sobre esse espaço e para os que ali vivem, a sua dominação. Faz-se necessário, portanto, a partir dos resultados aqui apresentados, promover uma reflexão acerca da nomeação (atual e futura) das vias públicas – talvez de todos os espaços públicos – dessa cidade.

Com isso, não estamos defendendo que homens e pessoas que pertencem às classes sociais (e que exerçam atividades profissionais) historicamente favorecidas não devam ser homenageados. Nossa argumentação vai, justamente, em sentido contrário: no de promover

¹⁹ Fora do Brasil, verifica-se que as mulheres também são pouco homenageadas no âmbito da toponímia. Assim, de acordo com Boullón Agrelo (2019, p. 6), na Galícia, região da Espanha, poucas são as ruas que recebem nomes de mulheres: “Desde unha perspectiva feminista, María Novas (2018) estuda como, dentro dos nomes conmemorativos, na cidade de Santiago de Compostela os nomes de muller representan unha rechamante minoría: só unha cuarta parte (a maioría posterior a 2007); ademais, nomean vías de categoría inferior: só un 4% das avenidas e dos parques. Aínda así, a porcentaxe de nomes femininos na capital de Galicia é superior á das outras cidades de Galicia.”

²⁰ Outros trabalhos que apresentam resultados semelhantes a estes são Tavares e Velasco (2020) e Araújo (2013) em relação, respectivamente, às cidades de Dourados-MS e Caicó-RN.

uma maior inclusão. Isso, no entanto, somente será possível quando os nomes que são dados às avenidas, ruas, travessas (e demais espaços públicos) de Oeiras alcançarem maior representatividade, prestando homenagem, também, às pessoas mais pobres; às atividades profissionais pouco valorizadas do ponto de vista social; a representantes das diversas religiões existentes na cidade; e, principalmente, que, em todos esses extratos, também seja dado lugar de proeminência às mulheres, não somente por elas serem a maioria dos habitantes da cidade, mas, principalmente, para que não haja um silenciamento acerca de sua participação na sociedade.

Referências

ARAÚJO, C. M. de. *A representação da mulher e as questões de gênero na toponímia urbana de Caicó-RN*. Dissertação (Mestrado em História e Espaços). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16979/1/ClaudiaMA DISSERT.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

AZARYAHU, M. Renaming the past in post-Nazi Germany: insights into the politics of street naming in Mannheim and Potsdam. *Cultural geographies*, v. 19, n. 3, p. 385–400, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1474474011427267>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BERG, L.; VUOLTEENAHO, J. Towards Critical Toponymy. In: BERG, L.; VUOLTEENAHO, J. (Ed). *Critical toponymies: the contested politics of place naming*. Ashgate: UK, 2009, p. 1-11. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285634161_Towards_critical_toponymies. Acesso em: 20 fev. 2023.

BOÚLLON AGRELO, A. I. Limiar. In: BOÚLLON AGRELO, A. I.; MÉNDEZ, L. *Estudos de Onomástica Galega IV: os nomes das rúas*. Pontevedra: Real Academia Galega, 2019, p. 5-14. Disponível em: <http://publicacions.academia.gal/index.php/rag/catalog/book/360>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRANDÃO, T. M. P. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: EdUFPI, 2015.

BRASIL. *Lei nº 9.503*, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n.184, p. 21201-21246, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. *Manual de projeto geométrico de travessias urbanas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Deputados: quem são*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CARVALHINHOS, P. Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil): combatendo o apagamento toponímico. *Apropos* [Perspektiven auf die Romania], Nr. 8: Toponyme und Erinnerungskultur in der Romania: Hamburg University Press, p. 14-30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15460/apropos.8.1928>. Acesso em: 19 fev. 2023.

COWAN, R. *The dictionary of urbanism*. Tisbury; Wiltshire: Streetwise Press, 2005.

DICK, M. V. P. A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

LINHA D'ÁGUA

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DIOCESE DE OEIRAS. Diocese: galeria dos bispos, 2017. Disponível em: <https://diocesedeoeiras.org/bispos/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. *Linha D'Água*, v. 27, n. 2, p. 141-157, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83370>. Acesso em: 07 ago. 2022.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução Paulo Alcoforado. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2009, p. 129-158.

IBGE CIDADES. Oeiras: panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/oeiras/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cartas e mapas – mapas para fins de levantamentos estatísticos – 2010b*. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_e_descritivos_de_setores_censitarios/PI/. Acesso em: 20 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade: Piauí*. v. 8. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n8_pi.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 1991: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/85/cd_2000_caracteristicas_populacao_domicilios_universo.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2010: manual do recenseador: CD – 1.09*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Introdução à padronização de nomes geográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010: Piauí: população residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios – 2010d*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=22>. Acesso em: 31 ago. 2022.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. A macrotoponímia nos municípios sul-mato-grossenses: mecanismos de classificação semântica. In: ISQUERDO, A. N. (Org.). *Toponímia: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul*. v. 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020, p. 228-272. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3549>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MOTT, L. *O Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

NADER, P. M. F. *A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos: Vitória-ES, 1970-2000*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3388>. Acesso em: 20 fev. 2023.

OEIRAS. *Lei Orgânica Municipal de Oeiras*: texto atualizado e adequado à Constituição do Estado do Piauí, desde as Emendas nºs 1/1991 a 41/2013, bem como à Constituição da República Federativa do Brasil, abrangendo até a Emenda nº 73/2013. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1990/2014. Disponível em: <https://www.oeiras.pi.leg.br/institucional/regimento-interno/lei-organica.pdf/view>. Acesso em: 20 fev. 2022.

OLIVEIRA, V. *Urban morphology: an introduction to the study of the physical form of cities*. Suíça: Springer, 2016.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PLATÃO. *Crátilo, ou sobre a correção dos nomes*. Tradução Celso Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

ROSE-REDWOOD, R.; ALDERMAN, D.; AZARYAHU, M. Geographies of Toponymic Inscription: New Directions in Critical Place-Name Studies. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 4, p. 453–470, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249872329_Geographies_of_Toponymic_Inscription_New_Directions_in_Critical_Place-Name_Studies. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTOS, L. E. N. Toponímia e lugar: os significados múltiplos dos logradouros públicos no município de Grajaú, MA. *Caderno de Geografia*, v. 30, n. 62, p. 612-626, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/22782>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Séchehaye. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEABRA, M. C. T. C.; FARIA, G. C. S. Toponímia urbana: nomes de ruas da cidade mineira de Ponte Nova. *Caletrosópio*, v. 4, p. 602-613, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/caletrosopio/article/view/3683>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SEABRA, M. C. T. C.; ISQUERDO, A. N. A onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SENADO FEDERAL. Senadores. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SOARES FILHO, A. R. *Oeiras: geografia urbana*. Teresina: Júnior, 1994.

TAVARES, M.; VELASCO, D. O. B. Nomes de mulheres na Toponímia Urbana de Dourados – MS. *Web Revista Sociodialeto*, v. 10, n. 30, p. 315-328, 2020. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/264>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ZOIDO NARANJO, F. *et al. Diccionario de geografía urbana, urbanismo y ordenación del territorio*. Barcelona: Ariel, 2000.

Apêndice

Quadro 3. Ruas de Oeiras em 2010

Rua	Perfil do homenageado	Taxeonomia
André Holanda	Comerciante, proprietário urbano e delegado de polícia	Antropotopônimo
Antônio Gentil	Cirurgião dentista	Antropotopônimo
Antônio Mendes	Magistrado	Antropotopônimo
Artaxerxes Sá	Comerciante e proprietário rural	Antropotopônimo
Augusto Brandão	–	Antropotopônimo
Bela Vista	–	Animotopônimo
Benedito Carmo	Artista, barbeiro, marceneiro e delegado de polícia	Antropotopônimo
Benedito Carneiro	Mestre de obras	Antropotopônimo
Benedito Custódio	–	Antropotopônimo
Benjamin Constant	Militar, engenheiro civil e político	Antropotopônimo
Brigadeiro Manoel Clementino	Oficial de milícias	Axiotopônimo
Cândido Aleixo	Comerciante, proprietário urbano e marceneiro	Antropotopônimo
Cândido Holanda	Médico, dentista e professor	Antropotopônimo
Cazé Sá	Funcionário público e comerciante	Antropotopônimo
Childerico de Alencar Freitas	Estudante universitário	Antropotopônimo
Clodoaldo Freitas	Magistrado, poeta, historiador, crítico literário e político	Antropotopônimo
Comadre Ana	Filha do Doutor Joaquim Newton de Carvalho e responsável por organizar a procissão de Santo Antônio	Axiotopônimo
Cônego Acelino Portela	Padre secular e cônego da Igreja Católica	Axiotopônimo
Cônego Cardoso	Padre secular e cônego da Igreja Católica	Axiotopônimo
Cônego João	Padre secular, cônego da Igreja Católica e político	Axiotopônimo
Coronel Benedito Nunes	Fazendeiro, político e proprietário urbano	Axiotopônimo
Coronel Luís Rego	Comerciante e político	Axiotopônimo
Coronel Mundico Sá	Comerciante e político	Axiotopônimo
Coronel Rodolfo Rego	Comerciante e político	Axiotopônimo
da Arizona	Faz referência à antiga fazenda Arizona	Corotopônimo
da Bica	Faz referência à localidade Bica	Hidrotopônimo
da Capela	Templo cristão secundário	Hierotopônimo
Dagoberto Carvalho	Jurista, provisionado e funcionário público	Antropotopônimo
Darinha Reis	–	Antropotopônimo
da Rodovia	Via destinada ao tráfego de veículos	Hodotopônimo
Deca Barbosa	Comerciante	Antropotopônimo
do Colégio Agrícola	Faz referência ao Colégio Agrícola	Sociotopônimo
do Cruzeiro	Monumento representado por uma Cruz colocada normalmente na área externa das igrejas	Hierotopônimo
do Morro	–	Geomorfotopônimo
Dom Severino	Arcebispo da Igreja Católica	Axiotopônimo
Dona Joana	–	Axiotopônimo
do Poço	–	Ergotopônimo
dos Caldeirões	Faz referência à antiga fazenda Caldeirões	Ergotopônimo
dos Colonos	–	Etnotopônimo
Doutor da CEPISA	–	Axiotopônimo
Doutor Manoel Rodrigues	Médico e professor	Axiotopônimo
Doutor Paulo de Tarso	Médico e funcionário público	Axiotopônimo
Eliseu Barroso	Comerciante, proprietário urbano e fazendeiro	Antropotopônimo
Ernesto Ferreira	Comerciário, político e funcionário público	Antropotopônimo

Evarista Sousa	–	Antropotopônimo
Farmacêutico Alberto Rego	Farmacêutico	Axiotopônimo
Francisquinho Barbosa	Comerciante	Antropotopônimo
General Abimaél Carvalho	Oficial do exército brasileiro e general de divisão	Axiotopônimo
Gerson Campos	Sociólogo, poeta, professor, jornalista e funcionário público	Antropotopônimo
Godofredo Carvalho	Comerciante e proprietário rural	Antropotopônimo
Henrique Sousa Primo	–	Antropotopônimo
Inácio Bruno	–	Antropotopônimo
Isaac Sérvio	Magistrado e professor	Antropotopônimo
Higino Vieira	Comerciante	Antropotopônimo
João Ferraz	Comerciante, fazendeiro, proprietário urbano e político	Antropotopônimo
João Matos	–	Antropotopônimo
João Nunes	–	Antropotopônimo
João Paulo II	Papa da Igreja Católica	Antropotopônimo
Joel Campos	Funcionário público, proprietário rural e político	Antropotopônimo
José Lustosa	Proprietário rural e político	Antropotopônimo
José Maria Mesquita	Comerciante, proprietário rural e político	Antropotopônimo
José Sérvio	Médico, político e professor	Antropotopônimo
Juscelino Kubitschek	Médico e político (ex-presidente da República)	Antropotopônimo
Justina Rodrigues	–	Antropotopônimo
Laurentino Pereira Neto	Médico e político	Antropotopônimo
Leocádio Amâncio	Comerciante	Antropotopônimo
Luzia do Leme	–	Antropotopônimo
Major Doca Nunes	Político, fazendeiro, comerciante e proprietário rural	Axiotopônimo
Manoel Barbosa	–	Antropotopônimo
Manoel Viana	–	Antropotopônimo
Maria Eulália	–	Antropotopônimo
Mariano Mará	Lavrador e comerciante	Antropotopônimo
Miguel Oliveira	Comerciante e político	Antropotopônimo
Nogueira Tapety	Poeta, promotor público, jornalista e professor	Antropotopônimo
Nossa Senhora das Graças	Santa da Igreja Católica	Hierotopônimo
Otacílio de Carvalho	–	Antropotopônimo
Padre Damasceno	Padre secular da Igreja Católica	Axiotopônimo
Padre Freitas	Padre secular da Igreja Católica	Axiotopônimo
Padre Marcos	Padre secular da Igreja Católica	Axiotopônimo
Padre Silva	Padre secular da Igreja Católica	Axiotopônimo
Pedreira	–	Litotopônimo
Pedro Leite	Fazendeiro e proprietário rural	Antropotopônimo
Presidente Getúlio Vargas	Jornalista, advogado e político (ex-presidente da República)	Axiotopônimo
Professor Rafael Farias	Professor e funcionário público	Axiotopônimo
Professora Maria do Amparo	Professora	Axiotopônimo
Quincas Rufino	Agropecuária e funcionário público	Antropotopônimo
Quinco Pinheiro	–	Antropotopônimo
Quintinha Campos	Professora e funcionária pública	Antropotopônimo
Quintino Bocaiúva	Político, jornalista e advogado	Antropotopônimo
Raimundo da Zefinha	–	Antropotopônimo
Raimundo Laurentino	–	Antropotopônimo
Raimundo Portela	Ourives	Antropotopônimo
Raimundo Queiroz	Comerciante, fazendeiro e proprietário urbano	Antropotopônimo
Ritinha Campos	Filha de Cândido Mendes Vieira e Rosa Luísa Campos e casada com Francisco Rodrigues Campos. Era uma pessoa extremamente religiosa e dedicada à família	Antropotopônimo
Santa Helena	Santa da Igreja Católica	Hagiotopônimo
Santos Dumont	Cientista e aviador	Antropotopônimo

São Benedito	Santo da Igreja Católica	Hagiotopônimo
São Miguel	Santo da Igreja Católica	Hagiotopônimo
Sebastião Barbosa	Fazendeiro, comerciante e político	Antropotopônimo
Sebastião Tapety	Agropecuarista	Antropotopônimo
Sete de Setembro	Data da Independência do Brasil	Historiotopônimo
Sinhá Soido	Professora	Axiotopônimo
Tabelião Galeno	Funcionário público	Axiotopônimo
Tibério Barbosa Nunes	Médico, político e funcionário público	Antropotopônimo
Tibério Burlamaque	Jornalista, poeta, político e comerciante	Antropotopônimo
Vitória Rodrigues	–	Antropotopônimo
Walber Mendes Reis	–	Antropotopônimo
Walburg Ribeiro Gonçalves	Comerciante, fazendeiro, político e funcionário público	Antropotopônimo
Zacarias de Goes Vasconcelos	Político e professor	Antropotopônimo
Zeca Lopes	Funcionário público municipal	Antropotopônimo
Zeferino Alvarenga	–	Antropotopônimo
13 de Maio	Data da abolição da escravatura no Brasil	Historiotopônimo

Fonte: Elaborado pelos Autores

Artigo / Article

Bahia heterográfica

Heterographic Bahia

Patrícia Andréa Borges 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

pattyaborges@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3803-4567>

Recebido em: 08/08/2022 | Aprovado em: 07/02/2023

Resumo

Antes da estabilização ortográfica ocorrida no século XX, o topônimo *Bahia* teve, pelo menos, oito heterografias comprovadas; neste texto, serão apresentadas mais três grafias menos recorrentes encontradas no Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), em documentos entre os séculos XVI e XVIII. O presente artigo discutirá algumas reflexões de gramáticos, ortógrafos e teóricos que escreveram sobre o assunto à época em que o topônimo foi grafado, com a finalidade de propor algumas hipóteses linguísticas que circulavam no período em que os documentos foram escritos. Para tanto, o texto apresenta brevemente o pensamento ortográfico em circulação nos fragmentos de documentos para as letras <h>, <j> e <i>, mais precisamente no que se refere à grafia do topônimo, contemplando também uma visão panorâmica do pensamento linguístico envolvido nas escolhas ortográficas adotadas nos séculos aqui apresentados, remetendo às formas linguísticas que possuem a mesma pronúncia, mas escritas e significados diferentes.

Palavras-chave: Linguística histórica • História da ortografia • Topônimo • Bahia • DHPB

Abstract

Before orthographic stabilization in the 20th century, there were at least eight attested heterographies for the toponym *Bahia*. Additionally, this text presents three less common spellings found in the Historical Dictionary of Brazilian Portuguese (*Dicionário Histórico do Português do Brasil* – DHPB) in documents from the 16th to 18th centuries. The paper discusses some reflections of grammarians, orthographers, and theorists writing on the subject at the time the toponym was written, to propose some linguistic hypotheses that were in

circulation at the time the documents were written. To this end, the text briefly presents the orthographic understanding that circulates in the document fragments regarding the letters <h>, <j> and <i>. More precisely, it focuses on the spelling of the toponym and provides an overview of the linguistic considerations that went into the orthographic decisions of the centuries presented, with reference to the linguistic forms that have the same pronunciation but different spellings and meanings.

Keywords: Historical linguistics • History of orthography • Toponym • Bahia • DHPB

Introdução

A partir do século XVI, início do processo de gramatização da Língua Portuguesa, os autores estão interessados em descrever a língua e seus processos de pronúncia e escrita. É uma fase de consolidação da língua vernacular em Portugal, que surgiu a partir do latim vulgar, para o *status* de língua escrita que vai substituindo o latim nas chancelarias reais, por exemplo. Era um momento primevo de identificação e identidade da língua com “o ilustre peito Lusitano”. A pluralidade de grafias era reflexo da história de formação do Reino de Portugal, cujo reinado virara um Império em expansão com as navegações e, com isso, a difusão da língua portuguesa já estava em quatro continentes (Europa, África, Ásia e América). A língua era um instrumento revolucionário de difusão e dominação do império português e precisava estar ancorada em uma tecnologia que a solidificasse, tal qual o império romano e sua Língua Latina (CARDEIRA, 2006).

Essa difusão trouxe consigo outra parte do processo de espalhamento da língua: a normatização e a padronização. Muito além de descrever, passa-se a ter necessidade de prescrever como os novos consumidores da língua deveriam usá-la; logo, entre os séculos XVIII e XIX há uma profusão de gramáticas para aquele novo nicho de mercado. A recém intitulada classe *burguesa* queria aprender a língua da corte para também apreender poder cultural¹. Essa condição atrelada a uma vertente ortográfica que foi denominada no Século XX de pseudoetimológica, quando os teóricos da língua passaram a buscar uma raiz latina para algumas palavras, sucedeu-se que a nossa *Bahia* tivesse um <h> que teoricamente seria herança do latim².

As diferentes grafias do topônimo estão relacionadas não só com a ortografia pseudoetimológica (caso do <h> e do <j> semiconsoante herdado do latim) como também com os diferentes entendimentos para o uso do <i> (<y>, <i> e <j>), o que remete às heterografias

¹ Para apreender melhor o contexto sócio-histórico e econômico em que se dá o aumento de alfabetização e leitura na ascensão cultural do período, conferir as leituras Elias (1994, 2004), Eisenstein (1998), Auroux (2001), Burke (2004), Kemenade e Los (2006), Chartier e Feist (2009), Hernández Campoy e Conde Silvestre (2012) e Rutten et al. (2014).

² Ver Gonçalves (1998, 2003).

que serão apresentadas aqui. Para tanto, como o primeiro texto sobre ortografia escrito por um brasileiro³ só ocorre no início do século XIX, já que a imprensa foi proibida na colônia até 1808 (GOMES, 2013, p. 67). Sendo assim, as referências de ortógrafos e gramáticos abordados neste artigo são todos referentes ao Português Europeu (PE).

Este texto apresenta brevemente três grafias de Bahia⁴ e traz os argumentos possíveis para que possamos entender como e por que elas ocorrem dentro do seu contexto histórico. Para essa finalidade, nosso texto está dividido da seguinte forma: uma apresentação sobre as ortografias que surgiram desde o século XVI até o XVIII e, nos tópicos seguintes trataremos particularmente das três grafias menos frequentes encontradas no *corpus* do Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB)⁵: *Bahja*, *Bahía* e *Baja*; e o pensamento linguístico ortográfico que permeia as escolhas das letras <h>, <j> e <î> na época em que os documentos foram escritos.

Este artigo se faz pertinente para este volume comemorativo dos 85 anos dos estudos toponímicos na Universidade de São Paulo, pois trata de assunto caro à toponímia memorial, principalmente no que se refere à tradição da análise linguística de nomes geográficos (GAMMELTOFT, 2016, p. 503), enfatizando o processo ortográfico, no qual “[...] a convenção linguística estabelecida é uma abstração do uso da linguagem” (VAN LANGENDONCK; VAN DE VELDE, 2016, p. 19). O nome [geográfico] tem forte natureza histórica e é ancorado no tempo (COATES, 2016) e na história social, política e econômica da sociedade que ele representa. Em virtude desse amálgama de teorias em que a Toponímia e a Linguística Histórica se encontram neste objeto de pesquisa, para o qual mobilizaremos a ortografia como parte do processo constitutivo do topônimo *Bahia*.

É propósito deste texto dialogar com o conceito de topônimo-monumento e o combate ao apagamento toponímico, conforme preconiza Carvalhinhos (2022). Entender os processos pelos quais passam a manutenção da ortografia toponímica que no caso do Estado da Bahia resultou em um inédito Decreto Estadual baiano, o qual objetivava salvaguardar a grafia do topônimo de acordo com a sua história, desde a fundação do Brasil e com a intenção de manter a identidade da sociedade baiana. Em decorrência desta legislação estadual é que se cria a exceção ao Formulário Ortográfico nº 42 de agosto de 1943, impossibilitando a alteração da grafia do topônimo e o exemplo a ser citado por qualquer cidade que deseja preservar ou resgatar sua identidade ortográfica⁶.

³ Moraes Silva (1806).

⁴ As grafias apresentadas neste artigo não foram contempladas na dissertação de Borges (2020).

⁵ Disponível em: <https://dicionarios.fclar.unesp.br/dhpb/>.

⁶ Toda a discussão sobre a salvaguarda ortográfica do topônimo Bahia e de outras cidades que a usam como exemplo está em Borges (2020).

1 Bahia: a manutenção ortográfica de um topônimo

Pensando na história do topônimo (FELLOWS-JENSEN, 2016), o primeiro a nomear o que veio a ser Bahia foi Américo Vespúcio⁷, a partir da forma de relevo (TIRADENTES, 2021) que podia ser grafado de formas diversas: como bahia, baya, baía e baia, dependendo de quem fez a tradução do termo diretamente do italiano para outras línguas (AMADO; FIGUEIREDO, 2001, p. 345), por ocasião do *achamento* do Brasil, com a finalidade de difundir as notícias da incursão portuguesa pelo Novo Mundo. Não há concordância na gênese da nomeação também: há livros de história que datam como 1501 e historiadores que, a partir de manuscritos, colocam a data de nomeação para 1º de novembro de 1503 (VESPUCCI; BUENO, 2003), acrescentando ao termo *Bahia* o adjunto adnominal *de todos os Santos* por ser uma data comemorativa da Igreja Católica.

O Quadro 1 a seguir mostra as oito heterografias que coexistiram entre os séculos XV e XIX, conforme os documentos do DHPB⁸. Dois fatos parecem ser importantes: no século XV a palavra aparece apenas duas vezes, justamente na Carta de Pero Vaz de Caminha, descrevendo paisagens do que seria posteriormente denominado de *Brasil* e, no século XIX, com o advento do início da normatização e padronização, as diversas grafias se tornam *incorretas*, permanecendo o topônimo grafado com <h>.

Quadro 1. Heterografias de “Bahia” do Século XV ao XIX

FORMA	FREQUÊNCIA POR SÉCULO						FREQ
	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	ND	
Bahia	0	781	1.615	3.101	625	19	6.141
Bahya	0	10	15	450	0	10	485
Bahja	0	1	3	12	0	2	18
Bahía	0	0	0	40	0	0	40
Baya	2 ⁹	183	37	1	1	0	224
Baia	0	36	35	11	0	0	82
Baja	0	8	4	0	0	0	12
Baía	0	272	125	224	0	0	621

Fonte: Elaboração própria. *Corpus* DHPB (2021).

Os dados apresentados dão o panorama geral de como era a grafia de Bahia em cinco séculos. O que se percebe é que Bahia, com a letra <h> é predominante em todo o período, por isso, em 1943, Pedro Calmon reivindica que a grafia do Estado permaneça com a letra <h>. Considerando que o Formulário Ortográfico nº 42 de 1943 tenha deliberado por alteração da

⁷ Amerigo Vespucci era italiano.

⁸ “O corpus do Dicionário Histórico do Português do Brasil é composto por 3.349 arquivos de texto, 11.133.739 itens e 249.372 formas”. Disponível em: <https://dicionarios.fclar.unesp.br/dhpb/?p=corpusinfo#corpusinfo>. Acesso em: 25 mar. 2023.

⁹ De acordo com o DHPB, as duas ocorrências de *baya* do Século XV, que estão na *Carta de Achamento do Brasil*, datada de 1º de maio de 1500, são do acidente geográfico, já que o topônimo ainda não existia.

norma vigente, o argumento do acadêmico é o topônimo ser “de tradição histórica e secular” (BORGES, 2020, p. 81) e, em virtude disso, não deve ter sua ortografia alterada.

Em vista disso, ampliando os dados da dissertação de Borges (2020) e, com apoio no *corpus* do Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), apresentamos, no Quadro 2, mais três variações: *Bahja*, *Bahia* e *Baja*, com referência ao topônimo.

Quadro 2. Frequência no *corpus* do DHPB

FORMA	FREQUÊNCIA NO <i>CORPUS</i>
Bahja	18
Bahia	40
Baja	12

Fonte: Elaboração própria. *Corpus* DHPB (2021).

Por serem ocorrências de menores frequências, faremos uma breve exposição dos motivos pelos quais essas grafias aparecem em documentos do período.

Salienta-se, novamente, que os ortógrafos e gramáticos mobilizados para esta discussão são portugueses, pois era na metrópole da colônia que se propagava o pensamento metalinguístico sobre a Língua Portuguesa. Os autores abordados, de acordo com a cronologia, são: Fernão de Oliveira (1536), Pero de Magalhães Gandavo (1574), Duarte Nunes de Leão (1576), João de Moraes Madureira Feijó (1734), Luís Caetano de Lima (1736), Luís António Verney (1746), Frei Luís do Monte Carmelo (1767), Jeronimo Soares Barbosa (1822) e Bernardo de Lima e Melo Bacellar (1783). Os comentadores abordados são Antenor Nascentes (1964) e Maria Filomena Gonçalves (1991, 1998 e 2003).

2 Bahia: Ortografia dessemelhante¹⁰

2.1 Baja

O Quadro 3, a seguir, apresenta a grafia *Baja*, considerando o <j> como aquele <i> semiconsoante do latim vulgar, que é transplantado para o português, tal como descrevem os ortógrafos: Fernão de Oliveira (1536), Pero de Magalhães Gandavo¹¹ (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576), autores que estão inseridos no período (séc. XVI) em que as palavras aparecem nos documentos do *corpus* do DHPB.

¹⁰ Referência ao poema “Triste Bahia!” (MATOS, 1998).

¹¹ Gândavo ou Gandavo? Esta discussão está feita em Assunção *et al.* (2019, p. XII-XIII).

Quadro 3. Grafia da palavra *Baja* (grafias de documentos dos séculos XVI e XVII)

Nº	SÉC.	CONTEXTO
1	XVI	q ' emformados de quem tinha pouca noticia dellas q ' muitos ha na <i>baja</i> q ' ha 30 annos q ' não sairão dahi nem sabem cousa do
2	XVI	pedê outro lu gar mais largo entre as quais foi a pr [^] a tomarem Na <i>baja</i> tres Naos framceses e destruirem m [^] to gentio cõ quem tinhaõ guerras. No Rio
3	XVI	corpo e sempre leuaõ a melhor dos framcezes e ingrezes como quando foraõ a <i>baja</i> lhes tomaraõ alguns 80. e dos indios sos omze morreraõ e asim os temem
4	XVI	ou menos segundo minha lembrança. paraiba a tera tamaraca pernambuco tẽ duas vilas <i>baja</i> tem duas vilas Ilheos porto seguro spii sancto 2 vilas Rio de Jan [^] ro S.
5	XVI	Jan [^] ro e pernambuco ã sinam os nossos a ler e escreuer latim, na <i>baja</i> ha duas clases de humani dade huã de artes, e theologia e casos
6	XVI	o botam na arca sã Na arca sem o cõtar Auia na Cidade da <i>baja</i> 12. aldeas de indios e a q ' menos gête tinha eraõ 2 mil
7	XVI	8 especias de bogios de cheiros q ' chamaõ Caj çagui Os saguis da <i>baja</i> saõ piquenos como doninhas e pardos mas o focinho como de bogio ha hũs
8	XVI	huã mea calca de hũ Jngres e foi q ' jndo ahi ãgrezes a <i>baja</i> huã nossa embarçaõ aRemeteo a huã sua lancha e a meteo no fũdo e
9	XVII	a sua uontade. Nosso Senhor a Catholica pessoa de V. Mag. [^] de guarde da <i>Baja</i> em 22 de Abril 609. — dom diogo de meneses " Arquivo Nacional
10	XVII	ao seruiço de V. Mag. [^] de cuja Catholica pessoa nosso Senhor guarde etc. da <i>Baja</i> em 20 de janeiro de 1610 — dõ di. [^] o de meneses " Arquivo Nacional
11	XVII	de baros No verso: Antonio Cardoso de Bairos da cjdade de salvador da <i>baja</i> de todos os Santos. — Abril — Anno 551. Sobrescripto: +
12	XVII	a sua uontade. nosso sennõr a Catholica p. [^] a de v mag. [^] de g. [^] de da <i>Baja</i> Em 22. de Abril 609. dõ di. [^] o de meneses Nas costas: Do Brazil

Fonte: Elaboração própria. *Corpus* DHPB (2021).

Destaque para os contextos apresentados em 2, 4, 5, 6, 9, 10, 11 e 12 que são referências ao topônimo, com ênfase nas apresentações que constam nos números 6 (*Cidade da baja*) e 11 (*cidade de salvador da baja de todos os santos*¹²).

Para iniciar a discussão ortográfica, apresentamos a definição da letra <j> por Antenor Nascentes (1964):

J — Esta letra não existia no alfabeto latino.

Representa a consonantização do i semiconsoante do latim vulgar. Foi criada pelo humanista francês Ramus (Pierre La Ramée, 1515-72) em sua gramática latina

¹² Consideramos *cidade da* (6) e *cidade de* (11) como apostos explicativos e, como dito anteriormente, *de todos os santos* (11), adjunto adnominal. Na estrutura do sintagma toponímico esse elemento é o genérico.

(1559), razão pela qual é chamada letra ramista. Seu nome vem do grego **iôta**, através do latim **iota** por via erudita. (NASCENTES, 1964, p. 117, grifos do original).

Fernão de Oliveira (1536), na “Grammatica da Lingoagem Portuguesa”, escreve que o <j> tem uma pronúncia mais longa e semelhante à do <i>. Pero de Magalhães Gandavo (1574) explica que a letra <j> aparece como uma variação estilística da vogal <i> e como uma das três formas de se escrevê-la. Detalha, ainda:

Esta letra I, se ha de escrever de três maneiras, & cada hũa se ha de vsar nas partes onde for necessário, convemasaber, j, comprido, y, grego, i, pequeno. Deste j comprido se vsará quando servir de consoante, quer em principio de dição, quer em meyo, assicomo, jornada, sobeja, etc. (GANDAVO, 1574)¹³.

Duarte Nunes de Leão (1576) também incorpora o <j> ao <i>:

Outro soido lhe damos improprio, quando he consoante, que he falso, & alheo da natureza desta letra, o qual he común a .g. da maneira que nos pronunciamos com e.i ã eh hũa pronunciação Mourisca, tam alhea da propriedade do .g. como do .i. Porque dizemos: janella, jejum, joanne, justiça. Em as quaes palauas, não sentimos na pronúciação algũa semelhança do .i. consoante dos Latinos: o qual teem soido, que veemos nestas palauas, Troia, Mayo. (LEÃO, 1576, p. 9).

Nos séculos XVI e XVII, o <i> e o <j> estão disputando o mesmo espaço ortográfico, mas nos séculos XVII e XVIII, a disputa passa a ser entre o <g> e o <j>. Portanto, ortógrafos e gramáticos abandonam a discussão de som mais vocálico ou consonantal, para se apoderarem da contenda que estabiliza o <j> (*jovem, já*) na fricativa palatal /ʒ/ na disputa com o <g>, diante de <e> e <i>.

2.2 Bahja

A segunda grafia analisada por este texto é *Bahja*, predominante nos séculos XVII e XVIII. Tratamos brevemente do motivo pelo qual o <j> era usado como <i> e, no Quadro 4 a seguir, abordaremos a grafia do topônimo com o <h>.

Quadro 4. Grafia da palavra *Bahja* (grafias de documentos dos séculos XVI ao XVIII)

Nº	SÉC.	CONTEXTO
1	XVIII	este confery consertej sobscrey E asinej na Bahja aos vinte e quatro de feu.^ro de mil e sete centos e seis E
2	X?	Noso Padre frey Ignacio de São Bento prellado deste Mosteyro de São Bento da bahja por esta por Nos feita e assignada damos Poder ao reverendo Padre frey Pedro
3	X?	e o sobscrey e asigney e Consertej com o official comigo abaixo assignado na Bahja em doze dias do mes de Agosto de mil e seis sentos e quarenta

¹³ Sempre que possível será mantida a grafia do texto original.

4	XVIII	Cada hum em particullar expriçial mente a todas as justissas desta Sidade do Saluador <i>Bahja</i> de todos os Santos o de sseos termos cada hum em ssua jurdissam fasso
5	XVIII	aos quinze dias do mes de majo do dito anno nesta Sidade do saluador <i>Bahja</i> de todos os ssantos e passos da rellação em publica audi.nssia que o ouuidor
6	XVIII	partes de hum Como Autores o mosteiro do patriarrca Sam Bento desta Çidade da <i>Bahja</i> contra o administrador da Capella de Sam Pedro reo da outra esto Sobre e
7	XVIII	e Sua molher, Soares o mais que por sua morte digo Sua parte <i>Bahja</i> onze de Abril de mil e Seis Sentos e sendo dada o dito digo
8	XVIII	de presquisam com que heram mando que os autos Contrariem athe a primeira audiencia <i>Bahja</i> o primeiro de julho de seis Sentos e Sincoenta e seis Soares e sendo
9	XVIII	Nomeio por ouuidor geral do Çiuel nesta Cauza ao Doutor Bento de Barros Bezerra <i>Bahja</i> quatorze de julho de Seis Sentos e outenta e hum Rubriqua do governador e
10	XVIII	mandam liquidar pera arbitrarem e declararem Com mais fundamento e Certeza e Seu redimento <i>Bahja</i> uinte e noue de outubro de Seis Sentos e outenta e hum Bezerra;
11	XVIII	aos Seiz Diaz do mes de Abril do dito Anno nesta Çidade do Saluador <i>Bahja</i> de todos os Santos e pouzadas de mim Taballiaô Aodiante nomeado apareceram a esto
12	XVIII	quitaçam em forma que tudo haueremos por bem e pera tudo lhe damos poderes <i>Bahja</i> e outubro Vinte e tres de seis Sentos e nouenta e oito, Donna
13	XVIII	Pedro Cardozo de Mello Taballiam publico do judiciãl e notas nesta Çidade do saluador <i>Bahja</i> de todos os Santos e seus termos no offiçio de que he proprietario Antonio
14	XVIII	Luis Correa de Magalhais Taballiam publico do Judicial e notas nesta Çidade do saluador <i>Bahja</i> de todos os Santos e seus Termos a que fis Treslladar bem e fielmente
15	XVI	sa do conselho dell Rej nosso sennhor e capitão da cidade do salluador da <i>bahja</i> de todollos santos governador geral de todallas capitanzas e teras de toda esta costa
16	XVII	dous dias do mes de septembro do ditto anno, nesta Cidade do saluador <i>Bahja</i> de todos os sanctos nos pacos de S. Mag [^] de aonde se aiuntaram o s [^] or
17	XVII	suposto ha mais Capitancias a que chamaõ do sul do spirito sancto athe a <i>Bahja</i> Cabeça deste Estado e de donde se deuidem huãs Capitancias para o norte e
18	XVII	que estam nestas Capitancias, E que as maes do spirito sancto para esta <i>Bahja</i> ainda que sejam do sul lhe nam tocam, nem fica obrigado a ellas

Fonte: Elaboração própria. Corpus DHPB (2021).

A grafia *Bahja* aparece em todos os 18 fragmentos de texto e não havia, nos documentos mais antigos, uma regra para a escrita dos nomes de lugares com letra inicial maiúscula, por isso podemos ver, nos trechos 2 e 15 a grafia com letra inicial minúscula (HARVALÍK, 2012, p. 15).

No caso de *Bahja*, o <h> também servirá como um separador de vogais, como chamou atenção primeiramente Madureira Feijó (1734), mas quem o descreve como um “<h> anti-hiático” é Luís Caetano de Lima (1736), conforme aponta Gonçalves (1991, p. 267). A análise

LINHA D'ÁGUA

se encerra com o Frei do Monte Carmelo (1767), para o qual Gonçalves (1998, p. 124) explica que a letra chega à grafia como uma aspiração herdada do latim¹⁴. É possível compreendê-la como uma “memória gráfica” na palavra ou uma “memória artificial” que pode ser definida como um “artifício da introdução latinizante à língua vernacular que produziu a pseudoetimologia no léxico da língua” (BORGES, 2020, p. 104); e conclui que para Carmelo, o <h> tem “[...] valor de diacrítico e anti-hiático entre vogais heterossilábicas” (GONÇALVES, 2003, p. 132). A autora, no capítulo denominado de “Diacríticos”, reitera:

Sem aludir ao uso diacrítico do “h” de forma directa, João Pinheiro Freire da Cunha adopta-o, todavia, nas listas de exemplos, de onde saíram *Recahir, Retrahir, Sahir, Bahía, Ahi, Dahi, Bahú*. (GONÇALVES, 2003, p. 157, grifos do original).

A mesma ideia de artifício pseudoetimológico latinizante na língua portuguesa está presente em Barbosa (1822) que ressalta com os exemplos de “Baía, Baú”, não entendendo o motivo pelo qual se escreve “Bahia, Bahú”¹⁵, já que estas palavras não são de origem latina (BARBOSA, 1822, p. 71). Ou seja, o autor, que era adepto da ortografia *sónica*, faz uma crítica à eterna busca de alguns gramáticos e ortógrafos de sua época pela etimologia latina.

É interessante perceber que a discussão entre os gramáticos sai do aspecto prosódico e diacrítico do <h> aspirado para o não aspirado passando para uma explicação de aspecto mais formal e normativo da língua: a letra é um elemento “anti-hiático”, ou seja, ela é necessária na grafia das palavras e passa a ter uma explicação concreta para sua manutenção. A explicação ultrapassa a linha da pseudoetimologia e atinge a ciência, a materialidade da língua, efetivamente. Há um movimento das ideias linguísticas no período (GONÇALVES, 1998, 2003). que leva o pensamento àquela etapa da discussão: a permanência do <h> em algumas palavras é de ordem gramatical e tem uma função na língua que é a de separar vogais.

2.3 Bahía

A última grafia a ser apresentada neste texto e também com maior incidência (40 fragmentos) será a de *Bahía* que, ao contrário das outras que foram brevemente tratadas aqui, foi dicionarizada por Raphael Bluteau (1712) e todas as referências da palavra no *corpus* do DHPB (2021) são do século XVIII:

BAHIA. Bahía. Porto de mar, muito mais largo por dentro, que na entrada, à diferença das enseadas, que são mais largas na entrada, que por dentro. *Sinus, ús, Masc.* (BLUTEAU, 1712, grifos em itálico do original).

A *Bahía* de Bluteau não é o topônimo, mas a forma de relevo. Todavia, por terem a mesma forma gráfica, estendeu-se àqueles que se referiam ao topônimo, como pode ser visto no Quadro 5 nos fragmentos disponibilizados pelo DHPB (2021):

¹⁴ Essa aspiração do <h> ocorria no grego antigo e acaba sendo levada à língua latina.

¹⁵ Discussão completa em Borges (2020).

Quadro 5. Grafia da palavra *Bahia* (grafia de documentos do século XVIII)

N	SÉC.	CONTEXTO
1	XVIII	suas virtudes, e pelo Seminario de Belém, que edificou no reconcavo da <i>Bahia</i> : elle collocou a Santa n'outra Capella maior, que com esmolos dos fieis
2	XVIII	o Irmaõ Minifstro pór Noviços, & os Noviços, q̃ forem filhos da <i>Bahia</i> , os porã em o Convento de Iguarafsû, & os q̃ forem filhos
3	XVIII	. Ordenamos que em o Convento de noffo Padre S. Francifco da Cidade da <i>Bahia</i> , & no de N. Senhora das Neves da Cidade de Olinda haja actualmente
4	XVIII	pulpito, & vinte & linco de habito, falvo morando na caza da <i>Bahia</i> , ou Recife, porque pelos muytos Sermões, que tem, deve haver
5	XVIII	que fãõ subditos, ou do Syndico do Recife, ou do Syndico da <i>Bahia</i> , de que daraõ conta ao Irmaõ Minifstro nas vifitas, & das alfayas
6	XVIII	os Commiffarios, que o Irmão Minifstro Provincial em fua aufencia deyxar em a <i>Bahia</i> , ou Pernambuco, nunca fejam actuaes Guardiães de algum Convento, & ao
7	XVIII	fido Diffinidor, succederã o Guardiaõ actual de Marim, ou da Cidade da <i>Bahia</i> , aonde os Diffinidores fe ajuntarem para fazerem Menza de Diffinição; & o
8	XVIII	farã, fe os Vogaes eftiverem já congregados na caza Capitular da Cidade da <i>Bahia</i> , & os Religiofos q̃ tem vindo em fequndo, & terceyro lugar por
9	XVIII	Prefidente do Capitulo futuro convocará todos osVogaes para a caza Capitular da Cidade da <i>Bahia</i> , paraque fe achem na tal caza tres dias antes de espirar o officio
10	XVIII	Vogaes delle legitimamente congregados neste Convento de noffo Padre S. Francifco da Cidade da <i>Bahia</i> aos tantos dias de tal mes, & anno, em a qual eleyção
11	XVIII	subrogação, todos os Diffinidores habituaes, que fe acharem dos Conventos da parteda <i>Bahia</i> , & todos os Guardiães dos Conventos sobredittos de Sergipe del Rey atè o
12	XVIII	de Commiffario Provincial. 28 Congregado, os dittos Vogaes na caza Capitular da <i>Bahia</i> , fe procederã á eleyção de novo Minifstro Provincial na mefma fórma, &
13	XVIII	Menza da Diffinição, eftando na Provincia: mas fe ajunta fe fizer na <i>Bahia</i> , & algum delles eftiver em Pernambuco, velè contra, neste cafo fe
14	XVIII	velè contra, neste cafo fe farã a eleyção fem aquelle que eftiver na <i>Bahia</i> , ou Pernambuco. 3 Se algum Diffinidor naõ convier com os mais na
15	XVIII	, & Diffinidores habituaes, & em falta deftes o Guardiaõ da Cidade da <i>Bahia</i> , & o da Cidade de Olinda, os quaes devem entrar na subrogação
16	XVIII	poffa ir a horas convenientes ao Convento. CAPITULO LXXII. Das idas à <i>Bahia</i> , ou Pernambuco. NEnhum Prefado, ou subdito de qualquer qualidade que feja
17	XVIII	NEnhum Prefado, ou subdito de qualquer qualidade que feja, poderã vir à <i>Bahia</i> , ou Pernambuco fem licença do Provincial, o qual lha naõ darã fem
18	XVIII	modo, que para negocios particulares dos Frades, q̃ vierem ao Convento da <i>Bahia</i> , ou Recife, nunca darã mais que tres dias, em que fenão
19	XVIII	que fahiram dos feus Conventos, & o em que partiram do Convento da <i>Bahia</i> , ou do Recife. 2 Ordenamos que os Frades mudados das cazas donde

20	XVIII	cõ a dispoziçãõ seguinte. 2 Farà hum Syndico geral em a Cidade da <i>Bahia</i> , & outro em o Recife de Pernambuco, & em poder de cada
21	XVIII	vestuario para os Frades desta Provincia; de tal forte que o Syndico da <i>Bahia</i> mãdarà buscar vestuario para habitos, tunicas, & pannos menores, & mais
22	XVIII	de actividade, & fidelidade, para affitir hum no Convento da Cidade da <i>Bahia</i> , & outro no do Recife. O que affitir no Convento da Bahia
23	XVIII	<i>Bahia</i> , & outro no do Recife. O que affitir no Convento da <i>Bahia</i> , terá cuydado procurar, & folicitar as esmolos dos Conventos do Rio de
24	XVIII	pedirem; para o que ordenamos que o Irmaõ Provincial constitua na Cidade da <i>Bahia</i> , & Recife Syndicos, que recebam as esmolos dos Conventos de fóra,
25	XVIII	pedir aos Procuradores. 2 O Procurador geral affim do Recife, como da <i>Bahia</i> procurará, & farà tambem os negocios do Convento, aonde morar, na
26	XVIII	jurisdicção, houver algũa, ou algũas demandas, que corram na Cidade da <i>Bahia</i> , ou de Olinda, feraõ os sobredittos Procuradores obrigados a folicitallas com toda
27	XVIII	doze tomos em os tres annos, & Guardiãõ do Convento da Cidade da <i>Bahia</i> , & o da Cidade de Olinda, dos livros que mandarem buscar,
28	XVIII	Convento. 2 Em a praça do Recife de Pernambuco, & Cidade da <i>Bahia</i> elegerà, & infituirá o Irmãõ Ministro Syndicos para os Convêtos de fóra,
29	XVIII	seguinte. 2 Como quer que a Enfermaria do noffo Convento da Cidade da <i>Bahia</i> , & a do noffo Convento de Santo Antonio do Recife feja aonde os
30	XVIII	dos mais Conventos; & affim a Enfermaria do noffo Convento da Cidade da <i>Bahia</i> , & a do Convento do Recife estaraõ providas actualmête com oyto colchões,
31	XVIII	Pernambuco se venham curar ao Convento do Recife, & os do destricto da <i>Bahia</i> , se venham curar ao Convento da Bahia, mandando os Guardiães outro Frade
32	XVIII	, & os do destricto da <i>Bahia</i> , se venham curar ao Convento da <i>Bahia</i> , mandando os Guardiães outro Frade com o seu enfermo, paraque no caminho
33	XVIII	enfermo, paraque no caminho cure delle. 3 O Guardiãõ do Convento da <i>Bahia</i> , ou Recife, para onde vier algum enfermo dos Conventos de fóra,
34	XVIII	se recolherem às suas cazas, o Guardiãõ do Recife, ou o da <i>Bahia</i> os applicarão a que se vão para ellas. 5 Tambem encomendamos ao Irmãõ
35	XVIII	Miffas pela alma do defunto, que os deyxou. 12 Na enfermaria da <i>Bahia</i> haverà hum Frade particular, que tenha cuydado de dizer Missa aos enfermos,
36	XVIII	huns aos outros dos Frades defuntos, feraõ obrigados os Guardiães do reconcavo da <i>Bahia</i> a avifar ao da Cidade, & o da Cidade às mais casafas do
37	XVIII	, & do Recife, & estes aos outros Conventos, & aos da <i>Bahia</i> . E adverte -fe que no outro dia depois dos finados se faça hum
38	XVIII	Antonio do Brasil. 3 Ao Commissario affitente á Terceyra Ordem da caza da <i>Bahia</i> pelo intoleravel trabalho, que actualmente tem em lhe affitir aos seus Sermões,
39	XVIII	Irmãõ Frey N. o Irmãõ Secretario autùe delle Processo juridico de inquiriçãõ especial. <i>Bahia</i> tantos de tal mez, & Era. Frey N. Provincial. I A

40	XVIII	FIM NOTICIA GERAL DESTA CAPITANIA DA BAHIA NOTÍCIA GERAL DE TODA ESTA CAPITANÍA DA <i>BAHÍA</i> DESDE O SEU DESCOBRIMENTO ATÊ O PREZ (EN) TE ANNO DE 1789
----	-------	---

Fonte: Elaboração própria. *Corpus DHPB* (2021).

É possível perceber pelo contexto sintático dos 40 (quarenta) fragmentos que se referem ao topônimo *Bahia* são gramaticalmente classificados como apostos explicativos ou estão em companhia de outros nomes geográficos (Pernambuco, Recife, etc.). Outro destaque importante para este texto é que a cidade de Salvador por muito tempo foi chamada de “Cidade da Bahia”¹⁶, como se pode ver desde Gregório de Matos (1636 – 1695) que tem um poema com o nome da cidade e explica:

Esta cidade a meu ver.
Provo a conjetura já
prontamente com um brinco:
Bahia tem letras cinco
que são B A H I A [...] (MATOS, 1998).

Para começar a discussão ortográfica sobre este <î>, o primeiro texto consultado do século XVIII abordando o assunto é o de João de Morais Madureira Feijó, em sua “Orthographia...” (1734, p. 14). O texto descreve o acento circunflexo como um sinal gráfico que transforma a vogal em *média*, explicando o uso do diacrítico: nem abre tanto a vogal como o acento agudo e nem fecha tanto quanto o grave: deixa “meio tom”. Relata que todas as vogais podem receber o acento, inclusive o <i> e o <u>. Termina por explicar que se chama “circunflexo” porque é composto pelos acentos agudo (´) e grave (˘) juntos (^) e que “faz hum tom que participa de ambos” (FEIJÓ, 1734, p. 14). Em Feijó (1734, p. 146), o autor descreve que o acento agudo não “assenta bem sobre o i”, por isso, nos casos em que o <i> for longo, alto e agudo, Feijó (1734, p. 146) usará o circunflexo (*Orthographia, Theologia, Athaide, Lucifero*, etc - grifos do original). É importante observar que o ortógrafo mantém as grafias com circunflexo em palavras gregas, tais como: *branchia* (FEIJÓ, 1734, p. 129); *cacophonía*, *macrologia* (FEIJÓ, 1734, p. 147), e *monarchia* (FEIJÓ, 1734, p. 404). O autor exemplifica, de forma breve, como o acento circunflexo é um diferenciador de homófonas; para tanto, apresenta apenas um caso: *Sé* (igreja) e *Sê* (verbo ser no imperativo afirmativo do modo indicativo - “Sê tu”) (FEIJÓ, 1734, p. 23).

A hipótese do autor aborda que o <i> de *Bahia*, acentuado, estaria classificado como uma vogal alta, longa e aguda e, por isso, seria grafado com o circunflexo.

Luís Caetano de Lima (1736) explica, em sua “Orthographia”, que o acento circunflexo pode substituir o acento agudo, como uma forma de diferenciar palavras homófonas. O autor exemplifica com o verbo *parar*, conjugado na terceira pessoa do singular no presente do

¹⁶ O mesmo fato ocorreu com “Cidade da Parahyba” que só mudou de nome no início do século XX, quando passou a se chamar “João Pessoa”.

indicativo (ele *pára*) e diferencia com a proposição *para*, cuja grafia destaca com *pâra*¹⁷ (LIMA, 1736, p. 9). O autor ressalta que o acento agudo indica vogal aberta e o circunflexo, vogal fechada. Quando vai explicar detalhadamente a vogal <i>, Lima (1736, p. 32) diz que não há diferença para som aberto ou fechado. Todavia, mais adiante, descreve que palavras terminadas em ID e IL são acentuadas com circunflexo e, curiosamente, coloca nos exemplos, *Madrid* e *Brazil* (LIMA, 1736, p. 33), ou seja, dois topônimos.

Acrescenta, ainda, nesse rol palavras que terminam em IM, IR e IZ. Lima (1736, p. 195) explica que é importante usar o circunflexo como forma de diferenciar as vogais breves e longas¹⁸ e demonstra com os vocábulos *mágoa* (vogal aberta e breve) e *magôa* (vogal longa e fechada). Neste ponto, o autor elucida a importância de explicar, não para os falantes nativos, que conhecem a dinâmica da língua, mas para os que aprendem como língua estrangeira que a pronúncia das vogais muda o sentido das palavras.

Gonçalves (1998) esclarece o pensamento de Lima (1736):

Quanto a <i>, a sua descrição resume-se praticamente a distinção entre a tonicidade e a atonicidade (i longo, i breve), o que leva Caetano de Lima a propor o acento circunflexo na tônica (Ex. Medír, Ouvír, Repetír, Caír, Brazil, Davíd; Perdíz, Matríz...p.33) e o grave nos monossílabos nasais (Fim, Sim, Rim...), para se diferenciarem dos polissílabos (Jasmím, Cherubím...) No caso dos verbos, é tônico o <i> dos participípios (Querído, Sabído...p. 38), dos pretéritos (Fogíra, Sentíra...p.38) e dos restantes tempos verbais (Fogía, Fogiría...) (GONÇALVES, 1998, p. 71).

Os dois ortógrafos, Feijó (1734) e Lima (1736), destacam que o acento é diferencial nas palavras homófonas, mas para Lima (1736), o acento fecha o som das vogais e não interfere diretamente na realização do /i/. Os dois autores relacionam o acento à duração das vogais entre longas e breves, porém enquanto Feijó (1734) ressalta que o circunflexo deixa a vogal “longa, alta e aguda”, para Lima (1736), o acento deixa a vogal “longa e fechada”.

Sendo assim, Lima (1736) postula uma hipótese permitindo inferir que *Bahía* com o <î> acentuado é justificável por ser uma vogal longa e fechada, recaindo, portanto, o acento circunflexo na tônica.

Luís António Verney (1746), em seu “Verdadeiro Método de Estudar”, que é o primeiro a dar vazão aos ideais do Iluminismo em Portugal, destaca que “nem mesmo os romanos se serviam do circunflexo” (VERNEY, 1746, p. 35), dizendo que em alguns casos o acento poderia ser usado e, no <i>, daria lugar ao “ponto de cima. Isto é o que basta”. Ou seja, para o autor, ao que parece, o acento em questão serviria para destacar a tonicidade da vogal. Portanto, mais

¹⁷ Em Borges (2020, p. 69-70), podemos ver ilustrações referentes ao filme “Você já foi à Bahia?”, de 1941, com dois tipos de traduções: uma portuguesa e uma brasileira. Nas traduções é possível perceber a grafia de Atlântico e Atlântico, do português europeu e brasileiro, respectivamente.

¹⁸ Referência direta às terminologias da gramática latina.

uma vez, poderia se explicar o acento circunflexo em *Bahia*, considerando o texto de Verney (1746), como um destaque para tonicidade da palavra.

O frei Luís do Monte Carmelo (1767), no “Prólogo Apologético” do seu “Compêndio”, destaca que o acento circunflexo é próprio do idioma português e pode ser usado apenas com as vogais <e> e <o> e não cita o uso na vogal <i>. O autor consolida o uso do acento na diferenciação de homófonas: desacêrto-desacérto, govêrno-govérno, entêrro-entérro (CARMELO, 1767, p. 81). O circunflexo, para Carmelo (1767), associa-se, em geral, ao fechamento das vogais. Portanto, para o frei carmelita, a acentuação em *Bahia* só se explicaria se fosse considerado um fechamento da vogal <i>.

Para Bacellar (1783), o acento circunflexo realça a vogal longa (BACELLAR, 1783, p. 28, 36). Sendo assim, a grafia de *Bahia* acentuada, para o autor, confirma a hipótese de vogal longa.

Em suma, esta breve discussão mostra que para alguns gramáticos e ortógrafos do século XVIII o entendimento é que o acento circunflexo atribuía certa duração à vogal <i>, por isso alguns escritores escolheram esta forma de grafia do topônimo. Naquele período anterior ao movimento de normatização e padronização da língua, a grafia era uma escolha para o autor. As discussões sobre as preferências de escritas estavam presentes nos textos dos teóricos da língua portuguesa, mas também havia o pensamento de que as escolhas de grafia eram possíveis, considerando a vertente ortográfica com que o autor mais se identificava, as quais podiam tender para a fonética ou para etimologia da escrita.

Reflexões finais: *Bahia*, *Bahias*

Este texto nos permitiu verificar algumas práticas ortográficas ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, especificamente com a grafia do topônimo *Bahia*. Foi possível averiguar a construção e a circulação do pensamento ortográfico e, a partir de alguns gramáticos e ortógrafos, averiguar as possibilidades teóricas que construíram as heterografias de *Bahia*.

Investigamos, brevemente, as grafias *Baja*, *Bahja* e *Bahia*, menos constantes no *corpus* do DHPB (2021), mas não menos interessantes. Vimos que as traduções daquilo que foi nomeado por Américo Vespúcio atravessa o tempo, tornando-se mais perene e frequente como *Bahia*, que conseguiu, em 1943, no Formulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras, estabilizar seu topônimo na escrita com <h>, tal como Matos (1998), no século XVII, cristalizou em seu poema “Cidade da Bahia”.

É possível vislumbrar que a manutenção da ortografia dialoga com o “topônimo como monumento”, conforme Carvalhinhos (2022, p. 17), considerando que o povo resiste “à troca de nomes de lugares, seja por sentimento topofílico ou por mera revolta” (CARVALHINHOS, 2022, p. 14-15). A luta pela manutenção ortográfica, do topônimo *Bahia*, liderada pelo baiano Pedro Calmon, no Formulário Ortográfico nº 42 de agosto de 1943, mostra a exata bravata de

combate à topoamnésia (CARVALHINHOS, 2022, p. 15). Tal fato se evidencia no próprio documento do interventor baiano Juracy Magalhães, em 1931, à revelia da simplificação preconizada pelo Acordo Ortográfico estabelecido entre as Academias de Letras, brasileira e portuguesa, o nome do estado deveria ser mantido com a letra <h> (BORGES, 2020, p. 123). A salvaguarda ortográfica de *Bahia* pode ser resumida pelo discernimento do “topônimo como um elemento cultural a ser preservado”, já que também pode ser inscrito na categoria de “patrimônio imaterial ou inatingível”, pois é “parte da própria língua” (CARVALHINHOS, 2022, p. 17-18).

Percorremos algumas teorias que elucidaram as dúvidas no que se refere ao uso do <h> como uma reminiscência latina ou com uma função *anti-hiática*; o <j> como uma letra *ramista*, um <i> semiconsonantal, que nem tinha o som de <i> e de <y>. Era um meio termo, também herdado do latim, mesmo não sendo uma letra latina. E, ainda, examinamos o pensamento linguístico em torno de <i> com acento circunflexo (^) que acrescentava tonicidade à vogal. Porém, a deixava em *meio tom*: nem aberta como com o diacrítico agudo e nem fechada como com o circunflexo.

Por fim, verificamos que antes do período de normatização e padronização da língua, não havia um modo *certo* ou *errado* de escrever, mas sim que havia escritores adeptos de determinada vertente linguística (fonética, etimológica, sônica...) e, a partir delas, justificavam-se suas escolhas ortográficas e as diversas *Bahias* (*Bahya*, *Bahja*, *Bahia*, *Baya*, *Baia*, *Baja*, *Baía*) são um exemplo emblemático para demonstrar a profusão do pensamento linguístico ortográfico ao longo do tempo.

Referências

- AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Brasil 1500: quarenta documentos*. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2001.
- ASSUNÇÃO, C.; KEMMLER, R.; FERNANDES, G.; COELHO, S.; FONTES, S.; MOURA, T. *As Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo: Estudo introdutório e edição*. Vila Real, Portugal: Centro de Estudos em Letras; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2019.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- BACELLAR, B. L. M. *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza; para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma*. COMPOSTAS por Bernardo de Lima, e Me'lo Bacellar. Lisboa: Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typ. Da Acad. Real das Sciencias. S. L., 1822
- BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e latino: Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtuologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Orthographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano;*

LINHA D'ÁGUA

Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a El Rey de Portugal, D. João V, pelo Padre D. Raphael Bluteau, clerigo regular, Doutor na Sagrada Theologia, Pregador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & calificador no Sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. v. 2. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5439>. Acesso em: 25 de mar. 2023.

BORGES, P. A. *Ortografia e norma: os efeitos das reformas ortográficas em alguns topônimos brasileiros*. 2020. 1 recurso online (232 p.) Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640469>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BURKE, P. *Languages and Communities in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CARDEIRA, E. *O Essencial sobre a História do Português*. Lisboa: Caminho, 2006. Disponível em: https://filologiauefs.files.wordpress.com/2015/03/cardeira_esperanc3a7a_o_essencial_sobre_a_hisc3b3ria_do_portuguc3aas.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

CARMELO, L. M. *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da Lingua Portugueza : accrescentado com outros novos Catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos escritores portuguezes*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767. 772 p. Biblioteca Nacional de Portugal.

CARVALHINHOS, P. Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil): Combatendo o apagamento toponímico. *apropos [Perspektiven auf die Romania]*, n. 8, p. 14–30, 26 jul. 2022.

CHARTIER, R.; FEIST, H. *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COATES, R. Names and Historical Linguistics. In: HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. [s.l.] Oxford University Press, 2016. p. 525–539.

CORPUS Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB). Araraquara: FCL-UNESP, 2021. Disponível em: <http://dicionarios.fclar.unesp.br>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador. 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador. 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

EISENSTEIN, E. L. *A Revolução da cultura impressa os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FELLOWS-JENSEN, G. Names and History. In: HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. [s.l.] Oxford University Press, 2016. p. 513–524.

FEIJÓ, J. M. M. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo...* - Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1734.

GAMMELTOFT, P. Names and Geography. In: HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. [s.l.]: Oxford University Press, 2016. p. 502–512.

GANDAVO, P. M. *Regras que ensinam a maneira de escreuer a orthographia da lingua portuguesa: com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: na officina de Antonio Gonsaluez, 1574. - [36] f.; 8º (16 cm).

GOMES, L. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 2ª edição, 17ª reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2013.

GONÇALVES, M. F. Algumas notas sobre a ortografia portuguesa no Século XVIII (D. Luís Caetano de Lima). *Biblos (Coimbra)*, v. 67, p. 263-273, 1991.

GONÇALVES, M. F. *As Ideias Ortográficas em Portugal: da Etimologia à Reforma (1734-1911)*. Orientador: Prof. Dr. Jorge Morais Barbosa. 1998. 752 p. Tese para obtenção de título de Doutor (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Universidade de Évora, Évora, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/11066>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GONÇALVES, M. F. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HARVALÍK, M. Appellativisation and propriation. The gateways between the appellative and propriation spheres of language. In: FELECAN, O. (ed.). *Name and Naming: Synchronic and Diachronic Perspectives*. [s.l.]. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne, 2012. 10–17.

HERNÁNDEZ CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. (Eds.). *The handbook of historical sociolinguistics*. Chichester, West Sussex; Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

KEMENADE, A. VAN; LOS, B. (Eds.). *The handbook of the history of English*. Malden; Oxford: Blackwell Pub, 2006.

LEÃO, D. N. *Orthographia da lingua portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingua Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem; Item hum tractado dos pontos das clausulas / pelo licenciado Duarte Nunez do Lião*. Em Lisboa: per Ioão de Barreira, 1576. 83 p. Biblioteca Nacional de Portugal.

LIMA, L. C. *Orthographia da Lingua Portugeza*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidro da Fonseca, 1736. 250 p. Biblioteca Nacional de Portugal.

MATOS, G. *Seleção de Obras Poéticas*. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000119.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

NASCENTES, A. Origem das letras. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 5, p. 111 – 120, 1964.

OLIVEIRA, F. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Em Lixboa: e[m] casa d'Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536.

RUTTEN, G.; VANDENBUSSCHE, W.; VOSTERS, R. *Norms and Usage in Language History, 1600-1900*. Filadélfia: John Benjamins, 2014.

MORAES SILVA, A. *Epitome da Grammatica Portugeza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

TIRADENTES, L. Acidentes geográficos ou formas de relevo? Conceitos para o Ensino de Geografia. *Revista de Ciências Humanas*, [S. l.], v. 1, n. 21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11840>. Acesso em: 25 mar. 2023.

VAN LANGENDONCK, W.; VAN DE VELDE, M. Names and Grammar. In: HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Names and Naming*. [s.l.]: Oxford University Press, 2016. p. 17-38.

VERNEY, L. A. *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal./ Exposto em varias cartas, escritas polo[sic] R. P. * * * Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P. * * * Doutor na Universidade de Coimbra; Tomo primeiro [-segundo]. - Valensa [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746. - 2 vol. ([12], 322, [6] p.) ([4], 300, [4] p.) ; 4º (21 cm)*. Disponível em: <http://purl.pt/118/4/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

VESPUCCI, A.; BUENO, E. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. São Paulo, SP: Editora Planeta do Brasil, 2003.

Artigo / Article

Contribuições do estudo hidronímico tocantinense: dos documentos oficiais à sala de aula

Contributions of the hydronymic study of Tocantins: from official documents to the classroom

Verônica Ramalho Nunes 

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil
vevethin@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5472-1215>

Karylleila dos Santos Andrade 

Universidade Federal do Tocantins, Brasil
karylleila@uft.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6920-9206>

Recebido em: 31/08/2022 | Aprovado em: 07/02/2023

Resumo

Este artigo tem como proposta apresentar as contribuições do estudo hidronímico tocantinense, rios Araguaia e Tocantins, partindo de documentos oficiais para o contexto da sala de aula. Como percurso metodológico, apresentamos uma investigação documental e um levantamento bibliográfico, norteados pelo plano onomasiológico de investigação, consoante ao método das pesquisas onomásticas. Deste modo, as hipóteses de pesquisa levantadas viabilizaram conhecer as especificidades das denominações toponímicas analisadas neste estudo. Os resultados obtidos apontam que o estudo dos rios do Tocantins, pela ótica da toponímia, possibilita conhecer, de forma interdisciplinar, os aspectos relacionados à cultura, identidade, memória e economia da região.

Palavras-chave: Hidronímia • Tocantins • Toponímia • Proposta pedagógica

Abstract

In this paper, we present the contributions of the hydronymic study of Tocantins (Brazil) – Araguaia and Tocantins rivers – from official documents to the context of the classroom. As a methodological approach, we present a documentary investigation and a bibliographic survey based on the onomasiological research plan, according to the method of onomastic research. Therefore, the hypotheses established allow us to know the peculiarities of the toponymic names analyzed

in this study. The results obtained point out that the study of the rivers of Tocantins from the perspective of toponymy opens the possibility to understand, in an interdisciplinary way, aspects related to the culture, identity, memory, and economy of the region.

Keywords: Hydronymy • Tocantins • Toponymy • Pedagogical proposal

Introdução

O estudo toponímico contribui para que seja revelada a cosmovisão das comunidades ao resgatar a memória, a identidade e os saberes do lugar. Além disso, pode refletir um sentimento de pertencimento e de valorização do lugar, inventariar os aspectos da trajetória do ser humano em determinado território e identificar elementos importantes acerca da história dos grupos humanos. Nesse sentido, dois sentimentos¹ são apresentados em relação ao lugar: a topofilia e a topofobia.

A palavra topofilia pode ser definida em sentido amplo como todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material que diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. “Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.” (TUAN, 2012, p. 135-136).

Os lugares nomeados encerram as ambiências experienciadas intensas, como no sentido da topofilia relativa aos seus espaços e lugares. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou que é percebido como um símbolo. Nesse sentido, o lugar pode ser compreendido por diversas óticas. A topofilia condiz com o sentimento do povo em relação aos lugares. É desse modo que os grupos sociais e os espaços se complementam. Ainda segundo Tuan (1979 *apud* HOLZER, 2003),

O lugar, na linguagem coloquial, tem dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui “espírito”, “personalidade”, existe um “sentido do lugar” (TUAN, 1979, p. 409). Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente. Tuan distinguiria a cena (*scene*) ou paisagem do lugar: “Uma cena pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-lhe estabilidade: é da natureza de uma cena a propriedade de se alterar a partir de cada mudança de perspectiva. Uma cena é definida por sua perspectiva, enquanto que isso não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar que ele apareça como possuindo uma existência estável independente do indivíduo que o percebe.” (TUAN *apud* HOLZER, 2003, p. 120-121).

¹ São os sentimentos, portanto, voltados ao meio, que definem a existência de dois termos pertencentes ao campo da geografia humanista, ambos levantados por Yi-Fu Tuan: topofilia, que diz respeito à familiaridade, apego ao lugar, já que *topo* denota lugar e *filia* concerne à filiação -, e topofobia, que representa o inverso, tendo em vista que o radical *fobia* remete à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. A familiaridade, nesse sentido, “engendra afeição ou desprezo”, como pontua Tuan (1980, p. 114).

Essa relação afetiva dos indivíduos com o lugar indica que, se existimos, logo temos um lugar, pois todo espaço ocupado remete à noção de lugar, que pode ser as ruas, os bairros, as casas, as cidades, as regiões, enfim, “os lugares designados e fixados pelas pessoas de acordo com suas experiências, valores, significações e identidade” (RAMALHO, 2015, p. 40). Podemos relacionar esse mesmo sentimento de apego e de pertencimento aos nomes de lugares. Quando atribuímos um nome a um lugar, lá ficam impregnadas as marcas dos nomeadores, seus valores, sua visão de mundo e sua forma de identificação.

Em contraposição à topofilia, temos a topofobia, que se trata do sentimento de rejeição ou do medo em relação ao lugar. Esse sentimento representa a difícil ligação do sujeito com o lugar, evidenciando as paisagens incertas, de modo que promove a criação de paisagens do medo e de não-lugares, visíveis para o ser humano em formas distintas. Tais lugares podem ser uma rua, uma praça, uma loja ou um bairro. Qualquer pessoa pode ter em mente um ambiente que lhe causa aversão, pois ela não se reconhece ali e não percebe a vida socialmente compartilhada nesse lugar.

Segundo Ramalho (2015, p. 85), esse sentimento de aversão ao lugar pode ser muito bem observado quando analisado na perspectiva da paisagem urbana, e que pode ser afluído quando presenciamos notícias de violência e de conflitos que ocorrem em determinados lugares, como em praças ou em bairros. Um exemplo emblemático ocorreu em 2015: o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, considerado um dos maiores desastres ambientais do Brasil, localizada na cidade de Mariana, em Minas Gerais. As paisagens após o rompimento passaram a ser percebidas pela população como um elemento de aversão social, conforme Tuan (2005) pontua, “[as] paisagens do medo são reais e/ou psicológicas” (TUAN, 2005, p. 232). A percepção do ambiente, seja ela afetiva ou de rejeição, é pessoal. As experiências que uma pessoa carrega consigo de um lugar pode ser complementarmente diferente de outra. Nessa perspectiva, o lugar é estabelecido a partir das experiências e das atitudes dos indivíduos, sendo avaliado como o lar, a cidade, a região, por exemplo.

Este artigo tem como proposta apresentar as contribuições do estudo hidronímico tocantinense, rios Araguaia e Tocantins, partindo de documentos oficiais, para o contexto da sala de aula. Ele está dividido em quatro seções: a primeira apresenta a correlação da disciplina toponímia e o contexto do ensino; a segunda oferece discussões vinculadas ao estudo do léxico e os nomes dos lugares nos documentos oficiais; a terceira apresenta as contribuições do estudo hidronímico tocantinense no contexto de sala de aula; e por fim, o esboço de uma proposta de oficina pedagógica.

1 Toponímia e ensino

Os estudos toponímicos estão diretamente relacionados ao contexto cultural de uma comunidade, o que possibilitará ao educando estabelecer, preservar e conhecer os aspectos linguísticos, históricos, geográficos e os valores por meio dos estudos dos nomes de lugares.

Vinculado ao fazer interdisciplinar, voltado ao processo de ensino-aprendizagem, a partir do estudo da Geografia, por exemplo, a toponímia, disciplina que tem como objeto de estudo o nome de lugar, permitirá que o aluno obtenha mais informações acerca da fauna, da flora, do ambiente, do espaço geográfico, da paisagem, entre outros aspectos físico-naturais que permeiam os nomes.

Quanto ao ensino de História, os topônimos poderão proporcionar conhecimentos a respeito da tradição, da memória e da história oral, além do contexto de formação histórica quanto à colonização, aos processos de imigração e de emigração e outros aspectos importantes da história do país, do estado, do município, da vila ou do distrito. Numa vertente da Antropologia, é possível que o aluno identifique as relações do ser humano como a identidade e a cultura local ou regional.

Outra possibilidade viável é o estudo etimológico do nome do lugar onde se habita, como forma de resgate e de conhecimento da história e da memória locais. Estudar a etimologia do lugar é conhecer a origem do nome, sua história, os significados das raízes e as influências que o nome sofreu ao longo dos anos. A etimologia, nesse contexto, pode se tornar um instrumento importante, sob a ótica da linguística, para a ampliação do leque de conhecimento do aluno, auxiliando significativamente para o processo de ensino como forma de apropriação de mais informações a respeito do nome dos lugares.

Considerando o aspecto interdisciplinar e pensando no contexto do ensino, a partir do estudo da Língua Portuguesa (doravante LP), podemos desenvolver aspectos da análise linguística, como: morfológicas, semântico-lexicais, fonético-fonológicas, pragmáticas, vocabulares, além dos aspectos relativos à variação linguística. Com isso, é notório que a toponímia estabeleça uma relação intrínseca entre língua, identidade e cultura, o que tende a fomentar o processo de ensino em relação às questões cotidianas do conhecimento dos alunos.

Como exemplo, podemos evidenciar o trabalho de Nunes (2015) sobre o estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental. Foram identificados 85 topônimos de origem indígena, considerando a análise etimológica. Como resultado, os nomes de origem indígena, todos incorporados à LP, designam características físico-naturais, como os aspectos hidrográficos, climáticos, relativos à fauna, à flora e às características do solo. Nesse sentido, inferimos que o trabalho com os nomes de lugares aborda aspectos históricos, geográficos, etimológicos, culturais, antropológicos, além de gerarem inúmeras possibilidades de ensino-aprendizagem. O livro didático pode ser um recurso importante nesse processo, tendo em vista que é utilizado de maneira significativa já que seu conteúdo também pode ser trabalhado pelo viés toponímico.

O desenvolvimento de estudos toponímicos, vinculados ao contexto do ensino², sugere um novo olhar para a disciplina, no sentido de ampliar os horizontes, inovar as percepções de

² Discussões relevantes dos estudos toponímicos vinculados ao ensino têm sido produzidas em vários países, como o evento X Jornadas de Toponímia y enseñanza, realizado na Espanha, em 2019. Citamos, ainda, o artigo

como trabalhar o nome dos lugares dentro de sala de aula. Assim, pensamos em estabelecer a ideia de inovação pedagógica atrelada ao estudo toponímico aplicado ao ensino de LP, tendo as áreas das Ciências Humanas, da Geografia e da História como suporte para o desenvolvimento de habilidades e de competências definidas nos documentos oficiais.

2 O léxico e os nomes dos lugares nos documentos oficiais

Ao trabalharmos na perspectiva do ensino, faz-se necessário identificar e conhecer de que modo o léxico e os elementos acerca dos lugares estão dispostos nos documentos oficiais, tendo em vista que eles norteiam as atividades desenvolvidas no contexto escolar no dia a dia da sala de aula. É a partir das orientações curriculares que os conteúdos e as propostas pedagógicas são estabelecidos, observando a realidade social escolar, além de oferecer suporte teórico aos educadores para melhorar a qualidade das práticas pedagógicas. Para tanto, basear-nos-emos na Base Nacional Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) e nas Diretrizes Curriculares da Secretaria de Educação do Tocantins (2019)³.

É importante salientar que a BNCC referente às etapas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental foram homologadas em 2017, e o documento referente à Etapa do Ensino Médio foi aprovado no final de 2018, sendo esse o responsável por definir os conhecimentos necessários que os alunos da Educação Básica têm por direito aprender. A BNCC é a referência comum para todos os sistemas de ensino, além de contribuir para a promoção de uma educação igualitária, pois está prevista na Constituição Federal de 1988, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

A área de Linguagens da BNCC compreende LP, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física. O documento apresenta que essas disciplinas devem possibilitar que os estudantes aprendam questões relativas à multiplicidade quanto ao uso das práticas de linguagem, para que possam ampliar suas capacidades expressivas, linguísticas e reconheçam que as práticas de linguagem são elementos que estruturam as relações humanas e culturais. A seguir, no Quadro 1 apresenta as competências específicas apresentadas pela BNCC da componente curricular de LP a serem desenvolvidas pelos alunos.

de autoria de Georgina Villalón Legrá, intitulado “Propuesta de actividades para el tratamiento a la Toponimia en los procesos educativos escolares”. Disponível em: <http://www.iderc.cu/documents/25565/0/Tratamiento+a+la+Toponimia+en+los+procesos+educativos+escuela+res.pdf/9170edb4-2f73-4c4d-ae3d-73bf03a6d5ab?version=1.0>. Acesso em: 26 mar 2023.

³ Secretaria da Educação SEDUC. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/3pxz92xtgb1p>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Quadro 1. Competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental

- reconhecer a língua como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem
 - compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso
 - demonstrar atitude respeitosa diante de variedades linguísticas, rejeitando preconceitos linguísticos
 - empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequado à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero textual
 - analisar argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais
 - reconhecer o texto como lugar de manifestação de valores e ideologias
 - selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos e interesses pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho, etc.)
 - ler textos que circulam no contexto escolar e no meio social com compreensão, autonomia, fluência e criticidade
 - valorizar a literatura e outras manifestações culturais como formas de compreensão do mundo e de si mesmo
-

Fonte: Brasil (2017, p. 66)

Com vistas nessas habilidades, o documento propõe que os alunos estejam sempre no centro do processo de ensino-aprendizagem, evidenciando o seu protagonismo ao longo do percurso de seu desenvolvimento. Quanto aos estudos do léxico, evidenciamos que a BNCC apresenta um objeto de conhecimento específico para o estudo da palavra, intitulado *Reflexões sobre o léxico do texto*, e que está atrelado ao eixo de leitura e da unidade temática de Estratégias de Leitura.

Em relação ao Documento Curricular do Tocantins (DCT) para o Ensino Fundamental, vale salientar que o documento (projeto educacional) passou por um longo processo de revisões e análises entre 2015 a 2019, o qual teve início partindo das discussões da BNCC e que contou com a colaboração de vários profissionais envolvendo os 135 municípios tocantinenses. Dessa forma, o DCT foi aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), em março de 2019, e foi dividido em quatro cadernos que foram destinados às duas primeiras etapas da Educação Básica: um para a Educação Infantil, contendo cinco capítulos, a saber: Diversidade e identidade cultural do Tocantins; Educação infantil como política; Os direitos de aprendizagem e as experiências cotidianas; Os profissionais e formação docente; e Organização do trabalho pedagógico. Os demais cadernos compreendem o Ensino Fundamental que foi estruturado por habilidades e competências e organizados nas seguintes áreas do conhecimento: Linguagens; Ciências Humanas e Ensino Religioso; Ciências da Natureza; e Matemática.

Ao analisarmos a abordagem do léxico no DCT, evidenciamos que ele aparece estritamente no Caderno de Linguagens (LP), atrelado ao eixo da *Análise Linguística*, de modo que o estudo do léxico está conectado aos aspectos semânticos, morfológicos e ao ensino da

gramática, tanto dentro das habilidades quanto dos objetos de conhecimento. Todavia, nas sugestões pedagógicas desse eixo, o documento apresenta que: “É pertinente incluir no estudo dos léxicos palavras próprias da nossa região. (Estudos dos nomes de lugares: Toponímia).” (DCT, 2019, p. 148). O Quadro 2 apresenta uma sugestão de estudo dos nomes de lugares no DCT:

Quadro 2. Sugestão de estudo dos nomes de lugares no DCT

CA	EIXO	HABILIDADES	OBJETOS DO CONHECIMENTO	SUGESTÕES PEDAGÓGICAS
TODOS OS CAMPOS	Análise Linguística	<p>(EF06LP05) Identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa.</p> <p>(EF06LP04) Analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo.</p>	<p>Efeitos de sentido dos modos verbais na estrutura narrativa.</p> <p>Morfossintaxe.</p> <p>Substantivo: conceito, classificação e flexão.</p> <p>Modos indicativo e subjuntivo.</p>	<p>Essa habilidade refere-se ao estudo dos modos verbais: indicativo, subjuntivo e imperativo, de modo que o estudante consiga identificar os sentidos essenciais de cada um, em práticas de leitura e/ou produção nas quais a (re) construção dos sentidos esteja relacionada aos efeitos produzidos pelos modos verbais.</p> <p>Essa habilidade pressupõe a construção prévia ou conexa de conhecimentos morfossintáticos relacionados a três classes de palavras (substantivos, adjetivos, verbos) e a modos verbais e categorias gramaticais a elas relacionadas. Convém lembrar, ainda, que as concordâncias verbal e nominal, assim como a manutenção e a correlação dos tempos verbais implicadas nessa habilidade colaboram para a coesão e a coerência na escrita. É pertinente incluir no estudo dos léxicos palavras próprias da nossa região. (<i>Estudos dos nomes de lugares: Toponímia</i>)</p>

Fonte: SEDUC-TO (2019, p. 148). (Adaptado)

Essa abordagem voltada para a Toponímia, mesmo que breve no documento, leva-nos a refletir acerca da importância dos nomes de lugares, tendo em vista que o ato de nomear se torna imprescindível, de modo que os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica. Evidenciamos também que os nomes dos lugares aparecem como nomes geográficos, com terminologia específica da Geografia e que se vinculam diretamente a questões de lugar, como categoria analítica, e não são estabelecidas maiores relações com os nomes de lugares (cidades, países, municípios, vilas, distritos, etc.), como é apresentado nos estudos toponímicos. A Geografia faz uma abordagem implícita em mapas e imagens em um contexto locacional. Desse modo, a BNCC, na área das Ciências Humanas, infere que retomar o sentido dos espaços percebidos, concebidos e vividos que permitirão aos educandos reconhecer fenômenos, objetos e os lugares, além de compreender os diferentes olhares para os arranjos desses objetos nos planos espaciais, pois o que é vivenciado deve ser considerado como espaço biográfico, que se relaciona com as experiências dos alunos nos lugares em que vivem.

É no plano da denominação que o topônimo surge como o resultado da ação do nomeador ao realizar um recorte no plano das significações e das representações, ou seja, ao praticar um papel de registro no momento vivido pela comunidade. É nessa etapa, portanto, que compreendemos que, no ato de denominar a coisa, o recorte cultural apreendido, fica estabelecido um vínculo de afetividade com a coisa nominada, o lugar corporificado e materializado (ANDRADE, 2017, p. 586). Para este estudo, consideramos, segundo Andrade (2017, p. 603), *lugar* como uma categoria analítica dentro da disciplina toponímia: motivacional, geográfica, histórica, linguística, ideológica, sociocultural e identitária.

Vislumbramos, com isso, que é possível, se partirmos de um conjunto de topônimos (nomes de cidades, ruas, bairros, pontes, etc.) levar os alunos a conhecer e a pesquisar aspectos da história de onde vivem, como também as características socioculturais dos grupos humanos que estão/estiveram presentes na região. Podem ser analisados pelo viés da análise etimológica, sobretudo, aqueles de origem indígena, os quais podem revelar diversos estratos linguísticos, inclusive os que já desapareceram. Além disso, temos a possibilidade de estudar os elementos geográficos físicos (nomes de rios, córregos, morros e vales) que podem evidenciar as características da natureza física da região, como os aspectos da fauna, da flora e do relevo. E todos esses aspectos, deve ser considerado o caráter interdisciplinar sugerido pela BNCC⁴, pelo fato de haver articulação entre as áreas do saber para se chegar a determinados conhecimentos.

Nessa concepção, o DCT faz inferência aos lugares na disciplina de Geografia, quando sugere o desenvolvimento de atividades com nomes de lugares por uma ótica interdisciplinar. O documento apresenta que é necessário conhecer e saber utilizar os procedimentos de pesquisa na Geografia para compreender o lugar, o espaço, a paisagem e o território. Ele também apresenta, como sugestão pedagógica, que os estudantes sejam instigados a resgatar a história do lugar de sua vivência a partir de fotografias e de entrevistas com os moradores para que conheçam a história do lugar onde vivem.

3 Toponímia e o ensino de Língua Portuguesa

A língua, como sistema vivo e dinâmico, abarca dimensões que perpassam a sua organização linguística, devendo ser estabelecida como um processo sociocomunicativo pelos seus falantes a partir de práticas reais e interativas, e devendo assumir uma natureza histórica, cultural e política, além de ser evidenciada no contexto social como elemento que expresse as manifestações de seus usuários. Portanto, inferimos que o processo de ensino e aprendizagem⁵

⁴ Embora a BNCC (2017) trabalhe com habilidades e competências dentro de uma proposta interdisciplinar, o que se percebe é que a escola ainda está distante dessa discussão, mantendo-se mais próxima de uma perspectiva multidisciplinar. É bom lembrar que a quebra de um paradigma disciplinar passa pela formação inicial e continuada dos professores.

⁵ “Considerando que ‘o ato de ensinar e aprender implica sempre um mínimo de dois atores’ e se entendemos que tais atores são sujeitos sociais, históricos e culturais, portanto, instrumentalizados pela linguagem, então podemos afirmar que há um fluxo nas duas direções, permutando valores, princípios e crenças. Podemos então

de LP deve considerar as competências linguístico-comunicativas do aluno, bem como contribuir para o seu desenvolvimento, para que possa ter uma aprendizagem efetiva.

É primordial levar em consideração, nas práticas de ensino, as perspectivas educativas inovadoras e significativas, a partir de novos mecanismos que resultem em melhorias no contexto educacional. Partindo dessas premissas de novas abordagens pedagógicas, pensamos na aplicação de um estudo toponímico a partir de um enfoque interdisciplinar, pautando-nos em uma metodologia do ensino de LP distinta das práticas convencionais, com a reprodução dos conteúdos atrelados à memorização de regras, em que o educando não consegue aplicar, de modo efetivo, os conhecimentos absorvidos em suas práticas cotidianas. Nessa ótica, vincular a Toponímia ao contexto da sala de aula amplia as abordagens nas várias áreas do saber, por meio de um processo dialógico, tendo em vista que os estudos toponímicos possibilitam essa relação entre as áreas do conhecimento em virtude do seu caráter interdisciplinar.

É evidente a necessidade de propostas de aprendizagem que possibilitem aos educandos serem sujeitos ativos na construção do saber, sobretudo, em relação às competências linguísticas, textuais, discursivas, gramaticais, a partir de um contexto de ensino que não seja fragmentado e desconexo da realidade. Dessa forma, a produção de conhecimento deve ter significado para o aluno, mediante uma realidade linguística em níveis distintos, somados à linguagem atrelada a sua vivência.

A partir do estudo do léxico, em determinada comunidade linguística, é possível vislumbrar as semelhanças e os contrastes linguísticos presentes, podendo ser observadas essas relações umas com as outras. Exemplo disso são as abordagens sociolinguísticas, cujo enfoque está balizado nas análises das variações linguísticas. Quando os usuários da língua identificam e/ou escolhem formas linguísticas para denominar os referentes, eles revelam diferentes recortes da realidade motivados por diversos aspectos, além de partilharem saberes, valores e crenças. Quando há o uso do léxico, os indivíduos podem expressar suas ideias, o que acaba revelando sua própria comunidade. Assim sendo, é possível fazer uso efetivo da língua como um retrato do tempo, imprimindo marcas linguísticas geradas pelas situações comunicativas.

Dentro desse contexto, faz-se presente o léxico toponímico, pois se insere em um discurso que o posiciona quanto à identidade, às memórias e à história do lugar nomeado. Segundo Dick (1990), em relação à interpretação do topônimo, o denominador é um ente motivador do nome, que age de modo subjetivo ou objetivo, combinando elementos que influenciam a atribuição para determinado elemento geográfico. O léxico toponímico, como uma área do saber e articulado às práticas em diversas situações de interação, permite-nos conhecer não somente o nome do lugar, mas também todo o saber prático inerente aos atos denominativos.

salientar que ‘o ensino-aprendizagem é um processo no qual está sempre presente, de forma direta ou indireta, o relacionamento humano’.” (ZUANON, 2006, p. 15).

Nesse sentido, podemos pensar o léxico como uma construção discursiva, capaz de reproduzir verdades que reflitam diretamente nas práticas cotidianas dos alunos. Biderman (2011) estabelece que o léxico é expressamente afetado pelas influências externas, como o tesouro vocabular de uma língua que perpassa as práticas culturais em uma sociedade por meio dos signos verbais, sintetizando aspectos da vida, crenças e valores dos indivíduos. O trabalho toponímico possibilita estreitar a relação de sentido existente entre as pessoas e os topônimos que os cercam. As análises toponímicas incluem investigações históricas, com o intuito de envolver os estudantes nessas atividades, por meio do estudo dos nomes de lugares, o que pode possibilitar conhecer os aspectos sociopolíticos e culturais da comunidade em que vivem. Para Santos (2019),

O estudo toponímico subsidiado em uma prática interdisciplinar, adequado aos objetivos de ensino de língua que se pretende alcançar, por meio de forma reflexiva, contextualizada e menos fragmentada, desenvolve no aluno as competências sociointerativas, linguísticas e reflexivas. Contrapondo-se, assim, às visões conservadoras da língua. (SANTOS, 2019, p. 22).

Trabalhar a LP a partir de situações reais propicia uma aprendizagem concreta, especialmente em relação ao resgate do conhecimento do patrimônio local. Além disso, é sabido que, geralmente, os alunos não conhecem a história da denominação dos lugares que os cercam, sendo então, importante desenvolver atividades que possibilitem conhecer as questões culturais e sociopolíticas que envolvem a história de sua comunidade a partir de sua denominação. Podemos dizer que, a partir dessas ações, é possível que o aluno conheça a realidade de seu universo cultural, podendo contribuir significativamente para o processo de ensino-aprendizagem. Assim, por meio do estudo toponímico, podemos estabelecer a relação intrínseca entre língua e identidade cultural a partir de práticas de ensino efetivas.

Como exemplo, podemos considerar explorar alguns procedimentos de análise linguística da estrutura morfolexical do topônimo, quais sejam: com uma estrutura simples, formado por uma única palavra: [rua] Gênese; com estrutura composta, quando é formado por mais de um elemento – [praça] Girassóis; formado por enunciados linguísticos: [Rio] Esgoto do Ariguari; formado por derivação prefixal: [município] Descoberto (MG); e formado por derivação sufixal: [município] Recursolândia (TO).

Além disso, podemos trabalhar a prática da leitura e da produção textual, instigando os estudantes ao interesse por essas habilidades a partir de suas práticas sociais (gêneros discursivos), para aprimorar e desenvolver habilidades de pesquisa, sendo esses os requisitos básicos para o pleno desenvolvimento da vida escolar. Diante das discussões propostas, na seção seguinte, apresentaremos uma proposta pedagógica, visando as contribuições deste estudo no contexto de sala de aula.

4 Contribuições do estudo hidronímico tocantinense no contexto de sala de aula

Optamos por propor uma oficina pedagógica pelo fato de a participação dos alunos nesse tipo de atividade ser mais ativa e dinâmica, já que as habilidades são desenvolvidas e o conhecimento é adquirido por meio de atividades práticas. No ensino de LP, podemos abordar o estudo do léxico, da semântica, da morfologia e da etimologia, por exemplo. Em Geografia e História, podem ser abordados a hidrografia, os processos de povoamento e de ocupação, a formação identitária e a cartografia. Cabe aos professores selecionarem os conteúdos de acordo com o seu planejamento. Sendo assim, a oficina será organizada da seguinte maneira:

- a) **Competências DCT:** serão evidenciadas as competências apresentadas pelo Documento Curricular do Tocantins para o Ensino Fundamental nas áreas de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias e Ciências Humanas.
- b) **Objetivos:** serão apresentados os objetivos que os alunos deverão alcançar no final da realização da oficina pedagógica.
- c) **Disciplinas envolvidas:** serão apresentadas as disciplinas envolvidas na proposta.
- d) **Público-alvo:** participantes da oficina.
- e) **Sugestão de conteúdos:** serão apresentadas sugestões de conteúdos que poderão ser trabalhados durante a oficina.
- f) **Ferramentas/recursos:** serão elencados todos os recursos necessários para a realização de cada oficina pedagógica.
- g) **Metodologia:** na metodologia será apresentado o processo de desenvolvimento das oficinas, os quais foram divididos em momentos específicos.
- h) **Avaliação:** serão apresentados os métodos avaliativos em relação às abordagens trabalhadas durante as oficinas.

4.1 Apresentação da proposta de oficina pedagógica

A proposta da oficina está disposta no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3. Proposta da Oficina Pedagógica

Conhecendo as <u>Águas do Tocantins</u> por uma abordagem linguística, geográfica e histórica	
Competências DCT (Sugestões)	(Sugestões) Competências Específicas de Língua Portuguesa: 1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem;

2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social;

3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo;

4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero do discurso/gênero textual.

6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.

7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

8. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

(Sugestões) Competências Específicas de Geografia:

1. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história;

2. Desenvolver autonomia e senso crítico para a compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e da produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

3. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.

4. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional.

5. Avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

(Sugestões) Competências Específicas de História:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas,

	<p>econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.</p> <p>2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.</p> <p>3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.</p> <p>4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p> <p>5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.</p> <p>6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p> <p>7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.</p>
<p>Objetivos (Sugestões)</p>	<ul style="list-style-type: none">✓ conhecer a hidronímia tocantinense;✓ explorar aspectos etimológicos, morfossintáticos, semântico-lexicais, geográficos e históricos relativos aos nomes dos rios com o auxílio de ferramentas tecnológicas;✓ promover o sentimento de pertencimento e de identidade local;✓ instigar a percepção dos estudantes da Educação Básica sobre os Rios do Tocantins;✓ estimular os estudantes a identificarem a interrelação entre léxico e cultura, no que tange a compreensão do ato de nomeação dos lugares;✓ propiciar momentos de aprendizagem que contribuam e conduzam os estudantes a conhecerem os aspectos sócio-históricos dos rios do Tocantins;✓ apresentar aos alunos a hidronímia articulada ao ensino da LP, como aspecto de aprendizagem de caráter interdisciplinar, a partir de atividades atreladas ao conhecimento sobre os nomes dos rios;✓ compreender os aspectos motivadores destes topônimos, que são repletos de significados sociais, históricos, culturais e de memórias individuais e coletivas.
<p>Disciplinas envolvidas (Sugestões)</p>	<p>Língua Portuguesa, Geografia e História</p>

Público-alvo	Professores de LP, Geografia e História e estudantes da segunda fase do Ensino Fundamental
Sugestão de conteúdos	<p>LP: leitura, produção de textos e análise linguística.</p> <p>Geografia: território, lugar, região, natureza e paisagem; o sujeito e seu lugar no mundo, conexões e escalas; formas de representação e pensamento espacial e natureza; a percepção e o domínio do espaço, através de leituras de fotos, desenhos, plantas, maquetes e das mais diversas representações a produção social do espaço e sua transformação em território apropriado e usado pelo ser humano.</p> <p>História: raízes indígenas e africanas; tradições orais e valorização da história e memória oral; colonização; imigração; processo de povoamento; formação da identidade tocantinense através da pluralidade cultural e contribuição dos diversos povos; formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico; e riqueza cultural tocantinense.</p>
Ferramentas/recursos	Sistema Toponímico (SISTOP), computadores, tablets, celulares, internet (<i>YouTube</i>), Base do IBGE e Secretaria de Planejamento do Tocantins (SEPLAN).
Metodologia (Sugestões)	<p>Primeiro momento: sugerimos a realização da apresentação do Sistema Toponímico aos estudantes, explorando seus conteúdos e recurso disponíveis, de acordo com a abordagem trabalhada pelos professores.</p> <p>Segundo momento: os estudantes irão conhecer e explorar os conteúdos sobre os rios do Tocantins, de modo que poderão ter acesso a informações sobre os nomes dos rios, sua localização, história, aspectos geográficos, mapas, imagens, curiosidades, textos interativos e com atividades dinâmicas.</p> <p>Terceiro momento: os conteúdos serão abordados de modo interdisciplinar, articulando as áreas do saber, como, por exemplo, trabalhar a etimologia, a morfologia no contexto de formação dos nomes atrelado à memória oral e aos aspectos físicos de determinado rio.</p> <p>Quarto momento: serão realizadas reflexões, apontamentos, compartilhamento de informações e de conhecimento entre os alunos.</p>
Avaliação	Sugerimos que, ao final de cada oficina, os participantes façam reflexões orais sobre suas impressões a respeito das abordagens trabalhadas durante a oficina pedagógica.

Fonte: NUNES (2022).

A proposta da oficina pedagógica apresentada visou explicitar as múltiplas possibilidades de estudo dos nomes dos lugares, com destaque para os nomes dos rios. Para articular as sugestões de conteúdos e de abordagens, tentamos vincular esta proposta à realidade local e, para tanto, interligamos as competências apresentadas pelo DCT referente às áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e a área de Ciências Humanas, tendo em vista que o documento estabelece as aprendizagens essenciais para esta etapa da Educação Básica, sendo referência para a elaboração dos currículos escolares no Tocantins. O Grupo de Pesquisa do

Léxico da UFT, composto de orientandos e egressos, está discutindo, junto à Secretaria de Estado da Educação SEDUC, um projeto que tem como objetivo ofertar oficinas pedagógicas com foco na toponímia para os professores do ensino Fundamental. As oficinas serão realizadas por meio da aprendizagem híbrida, no formato síncrono e assíncrono, com início previsto para o segundo semestre de 2023. A delimitação do público-alvo, objetivos, estratégias, bem como as habilidades e competências a serem definidas já estão sendo discutidas com a Diretoria de Formação Continuada da SEDUC.

Considerações finais

Iniciamos esta pesquisa com o propósito de buscar respostas para a questão norteadora: como os estudos da hidronímia tocantinense, rios Araguaia e Tocantins, podem contribuir para o ensino de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental.

O estudo dos nomes dos lugares denota aspectos correlacionados à cultura, à identidade, à memória, à política e à religião de um povo. Esses aspectos demonstram que os grupos sociais nomeiam um determinado lugar considerando uma gama de significados e de possibilidades, que são essenciais para o processo de nomeação de determinado lugar. Acreditamos que os estudos toponímicos podem promover a ampliação do leque de informações (linguísticas, etimológicas, antropológicas, socioculturais e geo-históricas, por exemplo) no processo ensino-aprendizagem nas diversas áreas do saber.

Na área do ensino, a proposta de uma oficina foi planejada para que os professores de LP, de Geografia e de História pudessem trabalhar de modo articulado e dinâmico. Essa proposta é apresentada como uma sugestão, passível de modificações e de contribuições, pois há uma infinidade de possibilidades de trabalho pedagógico que podem ser implementadas e adaptadas no que se refere ao redimensionamento do trabalho pedagógico em relação à toponímia no contexto do ensino e da sala de aula.

Portanto, a proposta pedagógica aqui sugerida é vista como uma possibilidade viável e produtiva no contexto de situações didáticas que possibilitem, de modo dinâmico, novas práticas didáticas que levem o estudante, enquanto protagonista do saber e como agente social, poder refletir e compreender, por meio do estudo dos nomes dos lugares, o modo de ver e de interagir com a realidade que o circunda.

Financiamento

Verônica Ramalho Nunes agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa “Estudo Hidronímico dos Rios Araguaia e Tocantins: Software Toponímico e suas Contribuições para o Ensino de Língua Portuguesa”.

Referências

- ANDRADE, K. S. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 585-607, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.25.2.585-607>.
- BIDERMAN, M. T. C. Léxico, Testemunho de uma cultura. *Anais do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica*. Santiago de Compostela. Fundación Pedro Barrié de la Maza, conde de Fenosa, La Coruña: BINATTI, R. Sociolinguística. 2011.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- DICK, M. V. P. A. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990.
- HOLZER, W. O conceito de lugar na Geografia cultural-humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea. *Geografia*, Recife, Ano V. n. 10, p. 113-123, 2003. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2003.v5i10.a13458>.
- NUNES, V. R. *Toponímia e ensino: estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de geografia*. 2015, 114 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura PPGL). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2015.
- NUNES, V. R. *Estudo hidronímico dos rios Araguaia e Tocantins: software toponímico e suas contribuições para o ensino de língua portuguesa*. Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura PPGL). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.
- SANTOS, M. M. *Toponímia e interdisciplinaridade: uma proposta de estudo do léxico para turmas do 6º ano do ensino fundamental*. 2019, 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS) – Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2019.
- TOCANTINS. SEDUC-TO. Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. *Documento Curricular do Tocantins*, 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/3pxz92xtgb1p>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- TUAN, Y. F. *Espaço e lugar*. São Paulo: DIFGL, 1979.
- TUAN, Y. F. Medo da Cidade. In: TUAN, Y. F. *Paisagens do medo*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: EdUNESP, 2005, p. 231-275.
- TUAN, Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.
- ZUANON, Á. C. A. O processo ensino-aprendizagem na perspectiva das relações entre: professor-aluno, aluno-conteúdo e aluno-aluno. *Revista Ponto de Vista*, Viçosa, v. 3, p. 15-24, 2006.

Artigo / Article

De Gonçalo Gonçalves a General Câmara, topônimos soterrados: Pedro Nava e a memória que descansa sob asfalto de larguíssima avenida

From Gonçalo Gonçalves to General Câmara, buried toponyms: Pedro Nava and the memory that rests under the asphalt of a very wide avenue

Antonio Rafael Marçal da Silva 

Universidade de São Paulo, Brasil

antonio.rafael.silva@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-7454-5893>

Martin Jayo 

Universidade de São Paulo, Brasil

martin.jayo@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-0241-9687>

Recebido em: 30/09/2022 | Aprovado em: 07/02/2023

Resumo

As ruas que cortam uma cidade guardam diferentes histórias. O topônimo fixado ali torna-se uma pista para que seja(m) desenterrada(s) a(s) memória(s) do lugar. Ao escrever em sua obra memorialística *Baú de Ossos* sobre a rua hoje extinta cujo derradeiro nome foi General Câmara, o escritor Pedro Nava nos conta histórias da cidade velha do Rio de Janeiro que não estão mais ancoradas na paisagem local. Guiado pelo livro de Nava, este trabalho percorre essa rua buscando a relação entre os diferentes topônimos mencionados pelo autor e o passado da via e da cidade, além de precisar o que foi destruído para a construção de uma avenida - e o que se mantém até hoje.

Palavras-chave: Toponímia • Memória • Onomástica literária • Rio de Janeiro • Pedro Nava

Abstract

The streets that cut through a city hide different stories. The toponym therein established becomes a clue to unearth the memory(ies) of the place. When writing in his memorial work *Baú de Ossos* about the now extinct street whose last name was General Câmara, the writer Pedro Nava tells us stories of the old city of Rio de Janeiro that are no longer anchored in the local landscape. Guided

by Nava's book, this work goes through this street in search of the relationship between the various toponyms mentioned by the author and the past of the street and the city, in addition to specifying what was destroyed for the construction of an avenue – and what remains until today.

Keywords: Toponymy • Memory • Literary onomastics • Rio de Janeiro • Pedro Nava

Introdução

Este trabalho tem como finalidade percorrer um dos caminhos da memória traçados pelo escritor Pedro Nava (1903-1984) em seu primeiro livro, *Bau de Ossos*, publicado em 1972. Adentraremos pelo Caminho de Gonçalo Gonçalves, primeiro nome recebido pela via carioca que, em princípios da década de 1940, acabou sepultada como Rua General Câmara. No intervalo entre os topônimos inicial e final, como registrado por Nava, o nome da rua passou por modificações, ora espontâneas, ora oficiais, ligadas às atividades comerciais, ao prestígio religioso e – ao que parece sempiterno – a homenagens a figuras ditas ilustres.

Ao buscar no próprio *Bau de Ossos* a relação entre os nomes mencionados por Nava e o passado dessa via, lidamos com uma discussão própria do campo da Onomástica: o léxico (neste caso, os topônimos) como manifestação da memória e porta de entrada para acessá-la. Tal acesso pode dar-se por camadas reveladas por meio da descoberta e *preenchimento*, por Nava, das sucessivas denominações – ou como escreveu Barthes, de “um signo sempre prenhe” (BARTHES, 2004, p. 149).

Se a Onomástica é definida como a parte da Lexicologia que estuda a origem, formação e significado dos nomes próprios, sejam eles de lugares (no caso da toponímia) ou de pessoas (antroponímia), a análise aqui proposta situa-se em um domínio particular: em interface com a literatura. A Onomástica Literária, como frisa Paul Cavill, é uma “disciplina relativamente recente” (CAVILL, 2016, p. 355)¹ e “uma disciplina vibrante, abrangendo um leque enorme de tópicos de análise” (CAVILL, 2016, p. 366). Tais características tornam-na objeto de uma variedade de definições e demarcações teóricas. Ela é definida como um ramo da Onomástica (GIBKA; COATES, 2018; GIBKA, 2019; ALGEO, 1992), que busca explicar nomes próprios presentes não só em obras literárias, mas por extensão também em outras formas de criação artística (COATES, 2018). Por vezes também é vista como uma “crítica literária mais especializada, em que os estudiosos estão preocupados com os níveis de significado dos nomes no teatro, poesia, ficção e folclore” (ALVAREZ-ALTMAN, 1981, p. 221). James Butler sintetiza: “A onomástica literária se encontra em uma posição única como campo acadêmico: um campo interdisciplinar que pode se aventurar em muitas áreas de pesquisa diferentes (Butler, 2013, p. 10).

¹ Optamos por tradução livre ao português em todas as citações diretas de textos em outras línguas.

Como diz Coates (2018), a explicação dos nomes próprios pela Onomástica Literária costuma dar-se em duas dimensões. A dimensão diacrônica centra-se na onomatogênese, isto é, busca as razões ou as intenções autorais detrás da criação ou escolha nos nomes próprios em um texto literário. De outro lado, a dimensão sincrônica pode relacionar-se por exemplo à análise dos usos textuais desses nomes, em um nível mais próximo de uma análise pragmática, entre outras possibilidades.

Não caberia aqui detalhar os fundamentos teóricos da disciplina, nem historiar seu desenvolvimento, o que por sinal é feito por Smith (2016) e por Cavill (2016), entre outros. Entretanto, nos é interessante ressaltar, como faz Algeo (1992), que os estudos da Onomástica Literária costumam ocupar-se com maior intensidade de nomes próprios de personagens (antropônimos literários), dedicando pouca atenção a topônimos. E que, quando o interesse é dirigido a estes últimos, o estudo costuma recair sobre nomes de lugares fictícios, sendo limitada a pesquisa a respeito de topônimos literários que se refiram a lugares reais, efetivamente existentes (AMEEL; AINIALLA, 2018). Isto coloca o nosso estudo em uma condição relativamente singular: na contracorrente, ocupamo-nos de topônimos. E, ainda, de topônimos que, embora presentes na obra literária de Nava, também tiveram existência fora dela: no centro do Rio de Janeiro e na rua hoje desaparecida cuja última denominação foi General Câmara.

Carvalhinhos (2009) observa que, se todo nome próprio passou por um crivo ou “filtragem” no ato de denominação, pois reflete a motivação e a ideologia do agente denominador, no topônimo ou antropônimo literário a esse crivo se acrescenta um segundo, que obedece à intencionalidade do autor. Há dois atos denominadores superpostos: um no interior do texto, outro na criação literária. Embora se faça mais patente na nomeação de pessoas em textos de ficção, essa dupla filtragem também ocorre nos topônimos da literatura, “seja na criação de um espaço fictício, seja na reprodução de um espaço considerado real” (CARVALHINHOS, 2009, p. 83).

Isto influi no tipo de análise que nos propomos. Estudar a toponímia de paisagens literárias exige mais do que o usual diálogo que os estudos toponímicos estabelecem com a história, a geografia e o conhecimento urbanístico como fontes mais frequentes de dados. É necessário buscar outras instâncias, que deem conta do segundo crivo, o da nomeação feita na escrita.

No caso de *Baú de Ossos*, a escrita de Nava nos conduz a um espaço real – o espaço urbano do antigo Rio de Janeiro – mas o faz sob a modulação da memória. E o estudo da memória nos informa, desde Maurice Halbwachs, que por meio dela não se acessa um arquivo de dados, nem se resgata um passado inalterável. Ao contrário, a memória é construção ativa, que cria e atualiza o passado a partir de um sistema social de referência formado por valores, crenças, interesses do presente (HALBWACHS, 1990; BAER, 2010). É sob este prisma que devemos observar os topônimos registrados por Nava, buscando entender quais receberam, por parte do memorialista, atenção e preenchimento. Para os que não os receberam, tentaremos trazer

informações sobretudo de fontes históricas, com a intenção de formar o mais completo possível quadro de representação. Assim procuraremos trabalhar com duas paisagens toponímicas que se complementam: a do Rio de Janeiro, e a do Rio de Janeiro das memórias de Nava.

1 Baú de Ossos: a cidade do passado do ponto de vista do flâneur

Antes de contar a história da rua em questão, tarefa a que se dedica ainda no primeiro capítulo (*Setentrião*) de seu *Baú de Ossos*, Pedro Nava descreve o trajeto que seu avô (e também homônimo) costumeiramente fazia de casa, na Rua Ipiranga número 61, até o local de trabalho, na Rua General Câmara, 74. O Narrador consegue juntar “à verdade o verossímil” (NAVA, 1972, p. 67), para usar expressão do próprio Nava, ao descrever as andanças do avô pela cidade do Rio de Janeiro ainda pelos idos do século XIX. “Vestido de sobrecasaca o ano todo. Tempo fresco, calças no mesmo negro. Tempo de calor, de linho branco, que mudava todos os dias e tirava imaculadas, inamalgadas, à noite, depois do trabalho, como as vestira pela manhã. Meia cartola fosca, de abas largas e debruadas” (p. 67-8)². Depois de compor a vestimenta do avô, o leva num passeio pelos bairros, ora dentro do *tram-carro*, que desliza pelos trilhos puxado por burros, ora a pé, cortando logradouros: Laranjeiras, Cosme Velho, Praça Duque de Caxias. Sobre esta praça, “simples como um quintal” (p. 68), emenda:

[...] nome que lhe fora dado a 29 de setembro de 1869. Esse logradouro surgira das águas aterradas da lagoa da Carioca e fora chamado sucessivamente Campo das Pitangas, Campo das Laranjeiras, Largo do Machado, Praça da Glória – mostrando a evolução dos topônimos, da designação poética inicial – pitangas e laranjas, ao pitoresco do machado que servia de insígnia a um açougueiro; ao sentimento religioso, louvando a glória da Virgem; ao político, da homenagem a Luís Alves de Lima (NAVA, 1972, p. 68).

Os caminhos do avô não foram vivenciados pelo neto que os lembra, mas por certo ouvidos e repetidos muitas vezes nas conversas de familiares e amigos, frequentadores da casa e de outros espaços de convivência. Recorrendo a essas lembranças alinhavadas por testemunhos diretos e indiretos, o escritor Pedro Nava vai moldando a sua memória para reconstituir o passado. Ele entra pela memória dos outros para emendar a sua e assim dar conta de lacunas que, de outra forma, ficariam não preenchidas. Constrói memórias que decerto são suas, mas também têm uma titularidade coletiva (HALBWACHS, 1990).

Nesses caminhos assim construídos nas memórias do neto, vamos colhendo informações valiosas, de modo preciso e articulado, sem perder o rumo da narrativa. Ao seguirmos os passos e tomarmos emprestado o ângulo de visão do Nava avô, podemos explorar com olhar de *flâneur* o Rio de Janeiro oitocentista, assim como fazia em Paris o *flâneur*

² As citações no corpo do texto em que aparece apenas o número da página, referem-se à obra *Baú de Ossos*, de 1972, e optamos assim para evitar um excesso de repetições entre parênteses, muitas vezes no mesmo parágrafo. Citações de outros textos são referenciadas sempre de maneira completa.

baudelairiano³. Observador privilegiado da cidade, o *flâneur* registra com olho clínico a vida urbana, captando seus encantos e suas misérias. Seu ponto de vista, ao observar a cidade “de dentro”, do interior da multidão, nos percursos cotidianos, o torna um investigador que se deixa levar pela cidade como forma de construir conhecimento sobre ela.

No que diz respeito aos topônimos, nos seus deslocamentos o avô *flâneur* reconstruído por Pedro Nava destaca a beleza e o pitoresco dos nomes espontâneos, o religioso e a homenagem. Parece seguir uma lógica o nome das ruas; acaba sempre em homenagem política. O avô passava pela Rua da Lapa, do Catete, Mercado Velho, Secretaria dos Estrangeiros. Cruzava esquinas da Sete de Setembro, Ouvidor, Rosário, Hospício, Alfândega; ou então descia pela antiga Rua dos Latoeiros, onde residia seu patrício Gonçalves Dias. Destaquemos outro trecho:

Passando na Rua da Lapa, meu avô havia de dar sempre uma olhada para o número 93, a casa assobradada e esguia onde morava o Dr. Moncorvo, médico dos seus filhos. Lapa, Ajuda, Guarda Velha e o carril estava no Largo da Carioca, onde terminava sua linha perto das bicas do chafariz. Meu avô havia de fazer a pé o trajeto até General Câmara, passando rente ao Hospital da Venerável Ordem Terceira da Penitência para entrar em Uruguaiana e ir parando para cumprimentar e conversar com os conhecidos que já estava fazendo, nas esquinas de Sete de Setembro, Ouvidor, Rosário, Hospício e Alfândega. Tomava esse trajeto ou então ia um pouco pela antiga dos Latoeiros para passar em frente ao número 56, onde residira o patrício Gonçalves Dias, que ali escrevera seu poema *Timbiras*⁴ – duas razões por que a Ilustríssima Câmara Municipal dera seu nome à rua. Descia Ouvidor ou Rosário e retomava Uruguaiana, onde nos primeiros dias de janeiro de 1880 assistira aos graves conflitos e ao arrancamento dos trilhos finais da linha de Vila Isabel, no Levante do Vintém – motivado pelo aumento de vinte réis no preço das passagens dos *tram-carros* (NAVA, 1972, p. 69, itálicos do autor).

Encontram-se na obra de Nava sempre localizações com endereço certo: rua e número. E sempre um destaque para figuras importantes na narrativa. Na citação acima, temos o médico da família e o poeta maranhense. Pelas ruas, o avô acotovelava-se “com políticos, escravos, marinheiros, crioulas, capoeiras, fotógrafos, prostitutas; desviava dos carris, gôndolas, tálburis, caleches e *burros sem rabo*⁵ que atropelavam desordenadamente o solo escorregadio das imundícies. Cruzava também com “senhoras que passavam rangendo sedas – machadianas Fidélias, Capitolinas e Virgílias” (p. 70), até chegar ao seu destino, o número 74 da Rua General Câmara, rua do nosso interesse.

³ A respeito da figura do *flâneur*, presente na literatura na obra do poeta Charles Baudelaire e alçada a objeto de interesse teórico por Walter Benjamin, ver, por exemplo, Jayo (2022a, 2022b).

⁴ “[...] em 1865, poucos meses depois da morte do poeta no naufrágio do *Ville de Boulogne*. Mas a homenagem na verdade tinha uma razão de ser, identificado que com ela também ele bem de perto havia estado, como um dos seus mais ilustres moradores, que nela escreveria Os Timbiras [...] (GERSON, 2000, p.84). Diante dessa informação, a rua poderia ser nomeada como “Rua dos Timbiras”. No entanto, prevaleceu homenagem ao poeta. Na mesma página, Gerson nos informa que na (antiga) Rua dos Latoeiros “prenderam o Alferes do Regimento de Dragões de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, herói máximo da nossa Independência política”. Por alguma razão, escapou-lhe a homenagem nessa rua.

⁵ Carrinho de mão. Referência encontrada em Macedo (1962, p. 75).

2 Histórico Toponímico da General Câmara: dos nomes espontâneos aos oficiais

No que concerne à rua de nosso interesse, o caminho de memória desenhado por Nava começa com “Caminho de Gonçalo Gonçalves. Eis o primeiro nome que teve a Rua General Câmara. Assim mesmo no seu trecho inicial, das marinhas, à altura da Candelária” (p. 70).

Logo de início o Narrador preenche o topônimo com um ponto de referência: a Igreja de Nossa Senhora da Candelária. A escolha, percebemos, não foi ao acaso, pelo simples fato de hoje em dia ainda estar cravada ao chão. Como ressalta Mattos (2021) e comentaremos mais adiante, é a única que resistiu à construção da avenida que contornou seus alicerces. Barthes (2004) faz alusão direta à obra de Marcel Proust, ao comentar a forma como este criou alguns dos nomes próprios em sua monumental obra *Em busca do tempo perdido*. Para ele, o nome “é um signo, um signo volumoso, um signo sempre prenhe de uma espessura abundante de sentido” (BARTHES, 2004, p. 149). Imaginar o que está ausente seria uma forma de desdobrar o signo, seja pela exploração, seja pelo deciframento. Em suas memórias, Pedro Nava não cria nomes próprios, diferenciando-se nisso de Proust; todavia, alimenta-os, preenchendo cada qual com suas histórias. Ao fazer tal operação de preenchimento nos topônimos que encontra, recupera a memória do lugar e, dessa forma, vai dilatando o topônimo na tentativa de dimensioná-lo.

Pedro Nava, o escritor, nascido em 1903, passou boa parte da vida na cidade do Rio de Janeiro e certamente percorreu alguns desses caminhos por diversas vezes. Por outro lado, conheceu a cidade depois da significativa Reforma Pereira Passos (1902-1906), que modificou drasticamente a cidade, tornando praticamente irreconhecíveis algumas partes da paisagem urbana. O percurso traçado pelas lembranças e reminiscências pessoais (do escritor) confunde-se com o pano de fundo da memória coletiva (do Narrador), ambas comunicadas e entrecruzadas pelas ruas que somos convidados a percorrer. Nos topônimos urbanos encontramos manifestação e registro de memória coletiva. Aldo Rossi (1982), fazendo referência à noção de memória coletiva proposta pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, afirmou que a cidade é por excelência “o lócus da memória coletiva” (ROSSI, 1982, p. 226). Ao explorarmos o papel dos topônimos na constituição desse lócus, encontramos uma das realizações mais profundas do campo da Onomástica.

O pano de fundo da memória coletiva aparece, por exemplo, quando os nomes espontâneos surgem na narrativa e são explorados pelo memorialista. Nas palavras da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em seu estudo sobre *O espontâneo e o popular na toponímia*, uma denominação é “espontânea ou popular, sem uma autoria identificável à primeira vista, porque nascida no seio da população e não individualizada” (DICK, 1990, p. 49). Mais popular do que a “Rua que vai para o Cruzeiro da Candelária” (p. 70) seria impossível. Voltemos a Nava, e seu registro de nomes que tiveram diferentes trechos da rua General Câmara:

É mais ou menos essa parte que foi também chamada “rua que vai para o Cruzeiro da Candelária”; Rua do Azeite de Peixe, porque nela era negociado o azeite, geralmente de baleia, para iluminação dos cariocas; Rua do Sabão, no trecho onde ficavam os armazéns do monopólio colonial desse produto. De Ourives a São Domingos, teve o nome de Rua Bom Jesus porque nela se erguia, ao canto da Rua da Vala, a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário. Daí para o Campo de Santana, chamou-se Rua dos Escrivães porque era onde se concentrava a gente cartorária (NAVA, 1972, p. 70).

Dos nomes citados na passagem, destacamos um deles: uma justificativa pode ser trazida ao topônimo espontâneo Rua do Azeite de Peixe. A iluminação no Rio de Janeiro foi por muito tempo feita por candeeiros e lampiões queimando óleo de baleia e apenas em meados do século XIX passou a ser a gás (GERSON, 2000, p. 58; RIOS FILHO, 2000, p. 118-9). A cidade só receberia iluminação totalmente elétrica na primeira década do século XX. Outros nomes espontâneos (do Sabão, do Bom Jesus, dos Escrivães...) complementam as atividades comerciais e o intenso fluxo de transeuntes que deveria haver pela região, pisoteando o calçamento daquela que “foi uma das passagens mais insignes e tradicionais do Rio de Janeiro dos seiscentos, dos setecentos, dos oitocentos e dos novecentos” (p. 70). Observar essas transformações ou mesmo estudar os nomes próprios, conforme Ullmann, “pode esclarecer muitos aspectos da história política, econômica e social” (ULLMANN, 1964, p.161).

Essas nomeações mais livres, que se moldam ao presente da população, fazem com que uma geração futura tenha meios de manter na memória uma identidade ou atividade passada do lugar. Nas palavras de Sapir (1961, p. 19-20), “[...] a trama de padrões culturais de uma civilização está indicada na língua em que essa civilização se expressa”; e mais, “[...] A linguagem é um guia para a ‘realidade social’”⁶. E complementa: “Os seres humanos não vivem apenas no mundo objetivo, nem apenas no mundo da atividade social como ela é geralmente entendida, mas também se acham em muito grande parte à mercê da língua particular que se tornou o meio de expressão da sua sociedade” (p. 20).

No ano de 1840 a Câmara Municipal deu ao conjunto desses trechos a denominação única de Rua do Sabão da Cidade Velha, a fim de distingui-los do seu prolongamento, que ficou sendo a Rua do Sabão da Cidade Nova. Aqui o espontâneo tornou-se oficial, como às vezes ocorre dentro do sistema de nomeação. Somente em 1870, para homenagear o militar José Antônio Correia da Câmara (1824-1893), vencedor em Aquidabã e considerado herói na Guerra do Paraguai (1864-1870), é que a rua recebeu sua última nomeação toponímica. Brasil Gerson (2000) esboça uma pequena contextualização do feito referido – possivelmente heroico:

A 18 de março de 1870, dezessete dias após o combate do Aquidabã, que culminou com a morte inegavelmente heroica de Solano López nas mãos do Cabo José Francisco Lacerda, o Chico Diabo – do Sabão ela deixou então de chamar-se para ganhar o nome novo de General Câmara ou, por extenso, José Antônio Correia

⁶ Em nota, o tradutor do citado livro de Sapir, Mattoso Câmara, puxa uma observação: “Provavelmente uma alusão à teoria sociológica de Emile Durkheim, que estabelece o princípio de uma realidade social e uma mentalidade coletiva, ao lado da realidade física e das mentes individuais” (Nota número 3, p. 20).

Câmara –, magnífico ginete e guerreiro gaúcho de longas barbas negras até o peito, sob cujo comando estiveram as nossas vanguardas que escreveram o capítulo final da demorada Guerra do Paraguai. Mas com a sua demolição foi ele transferido para uma nova avenida no Castelo, não mais como general, e sim como Marechal Câmara, embora se tivesse tornado famoso como general apenas... (GERSON, 2000, p.61)

A interferência dos órgãos da administração municipal torna este tipo de nomeação “sistêmica ou oficial, atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao *poder de mando* legitimamente constituído, ou não” (DICK, 1990, p. 49, *italico nosso*). Todas essas mudanças de nome, acompanhadas ao longo dos séculos, formam uma espécie de “sociologia do cotidiano” (ainda DICK), e determinados grupos utilizam-se mais de um nome do que do outro.

No livro *O Rio de Janeiro Imperial*, de Adolfo Morales de los Rios Filho, a respeito da Rua do Sabão, temos as seguintes informações:

Sabão (rua do) – Ou do Sabão da Cidade Velha. Assim chamada porque ali tinham sido instalados os estancos do sabão. Chamou-se, primitivamente, de rua dos Escrivães, no trecho compreendido entre a rua da Vala e o campo de Santana. Depois, foi conhecida como do Bom Jesus, visto estar ali instalada essa ordem terceira. Mais tarde teve o nome de General Câmara. Desapareceu em 1943, pois foi integrada na avenida Presidente Vargas. Sabão na Cidade Nova (rua do) – Foi conhecida sob esse nome a artéria (parte da Visconde de Itaúna) compreendida entre o campo de Santana e o rossio Pequeno. Desapareceu, virtualmente, em 1942. Sabão do Mangue (rua do) – trecho da artéria acima referida situado entre o rossio Pequeno e a rua do Aterro (atual Miguel de Frias) (RIOS FILHO, 2000, p. 240).

Do primeiro ao último nome, para fechar o ciclo, a rua foi: Caminho de Gonçalo Gonçalves, Rua do Cruzeiro da Candelária, do Azeite de Peixe, do Bom Jesus, dos Escrivães, do Sabão da Cidade Nova, do Sabão da Cidade Velha, até por fim receber o nome de Rua General Câmara. Todas as informações trazidas pelo Narrador acabam por construir um histórico toponímico da rua em questão.

3 Pontos (e pessoas) que preenchem o espaço

Para preencher (BARTHES, 2004) o espaço dentro da moldura dada pelas sucessivas denominações, alguns pontos importantes recebem um olhar mais aguçado, destacados pelo Narrador. Uns são de cunho religioso, como a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário que, ao que parece, era dividida em duas: Igreja do Bom Jesus e Igreja do Calvário; também a Capela do Cônego; e o Cemitério de São Domingos, que se não é religioso, é envolto em religião. A maioria dos prédios da rua pertencia às Irmandades. Aparecem no texto de Nava as Irmandades da Misericórdia, das Almas da Candelária, do Santíssimo Sacramento da Sé, de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Terceira do Carmo, Terceira do Bom Jesus, Terceira da Penitência, e por fim Terceira da Conceição.

E, caminhando não apenas na linha do sagrado, o Narrador subitamente despenca no mais profano e traz à tona uma atividade composta de outra devoção, igualmente milenar: a prostituição. Havia na rua outros prédios pertencentes

[...] a outras ordens, confrarias e sociedades pudibundas e veneráveis – eram, em grande parte, alugados aos conventilhos que faziam da Rua do Sabão, em meados do século passado [XIX], além de artéria residencial e comercial, zona prostibular. O mulherio ficava ali à mão, em fraldas, com seus papagaios, bacias, a água de alfazema, o sabonete e os paninhos – à disposição de quem quisesse interromper o trabalho e subir as escadas para descarregar (p. 71).

E além dessa atividade mundana, outras são citadas para completar a diversidade e talvez não equiparar, mas ressaltar a presença de outras ocupações na rua. Não caberia acrescentar uma biografia detalhada de cada personagem citada, até porque as revelações do Narrador já dão conta da curiosidade de cada personalidade:

Nela residiram o médico colonial João de Azevedo Roxas, que tinha sua casa à esquina de Quitanda, donde a designação de canto do Roxas, dada a esse cruzamento; o conde de Linhares, cujo nome está ligado à história de nossa imprensa, de nossa indústria, de nossa arte militar, de nossa siderurgia; o prodigioso Mestre Valentim; o cônsul da Prússia Wilhelm Theremin, autor das deliciosas vistas do velho Rio; a parteira Marie Joséphine Mathilde Durocher, machona bigoduda e barbuda, encartolada e de sobrecasaca escorrendo saias abaixo — uma das figuras máximas de nossa obstetrícia; o desvairado dr. Antônio José Peixoto, que conservava no seu gabinete médico o esqueleto bem amado da que fora Émilie Mège, cantora francesa abatida pelo corno bravo do marido... (p. 71).

Cada figura destacada ocupa uma janela nesse quadro emoldurado da rua. E devem ter ouvido a trova popular, a rua posta em música: “Cai cai, balão, /Na Rua do Sabão. /Não vou lá, não vou lá, não vou lá, /Tenho medo de apanhar”. O famoso restaurante de G. Lobo (contraído em Globo) ficava num ponto não menos importante e frequentado da rua. Segundo o Narrador, de lá saiu a feijoada completa, “prato alto como as sinfonias, como o verso alexandrino, prato glorioso, untuoso, prato de luto e veludo – prato da significação mesma do valor e da língua, da religião e da estrutura jurídica, no milagre da unidade nacional” (p. 71).

Quase findo o trajeto pela rua, falta apenas enquadrar “os verdes do Campo de Santana e suas lavadeiras de saias úmidas da saboada e carnes brunidas pelo sol carioca” (p. 72) e o local aonde o avô pretendia chegar depois de toda essa andança com tempero de *flânerie*: a casa comissária.

Evocando meu avô morto, não posso separá-lo da rua morta de seu trabalho. Sua casa comissária ficava no número 74, em pleno trecho antes dito rua do Bom Jesus, térreo de quatro portas e alto telhado, antigo 76 da planta arquitetural de Frágoso. Era a quinta casa, lado par, de quem vinha de Ourives, direção do mar. Seus alicerces, como todo o piso da rua do Sabão, estão sepultados sob a camada de asfalto da Presidente Vargas. É sobre esta avenida que eu reconstruo as paredes dentro das quais labutava o comerciante Pedro da Silva Nava e a rua toda dos seus passos [...] (NAVA, 1972, p. 71-72).

4 Sepultamento

A maior parte, senão tudo que foi descrito até aqui encontra-se hoje debaixo da Avenida Presidente Vargas, via arterial implantada no início da década de 1940. Além da Rua General Câmara, que se tornou uma das pistas laterais, também foi absorvida pelo eixo viário a Rua de São Pedro⁷, bem como todo o espaço compreendido entre as duas, inteiramente demolido (Figura 1).

Figura 1. Implantação da Avenida Presidente Vargas



Fonte: detalhe recortado pelos autores de imagem disponível em Colin (2011)

A história da idealização e implantação da Avenida, com cerca de quatro quilômetros de extensão e oitenta metros de largura, é detalhada por Mattos (2021) e por Bueno e Taibtelbaum (2010) entre outros. Interessa-nos aqui destacar que seu projeto, em 1938, não teve preocupações com preservação de edificações históricas, bens patrimoniais e demais vestígios da memória carioca presentes naquela região; ao contrário, envolveu forte embate entre a Prefeitura do Distrito Federal e a diretoria do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão federal de preservação então recém-criado. Nesse conflito, a municipalidade teve vantagem e a construção da avenida acabou sacrificando edificações como a Igreja de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário, que tiveram seus tombamentos revertidos por despacho presidencial, assim como a Igreja de São Domingos, o Palácio da

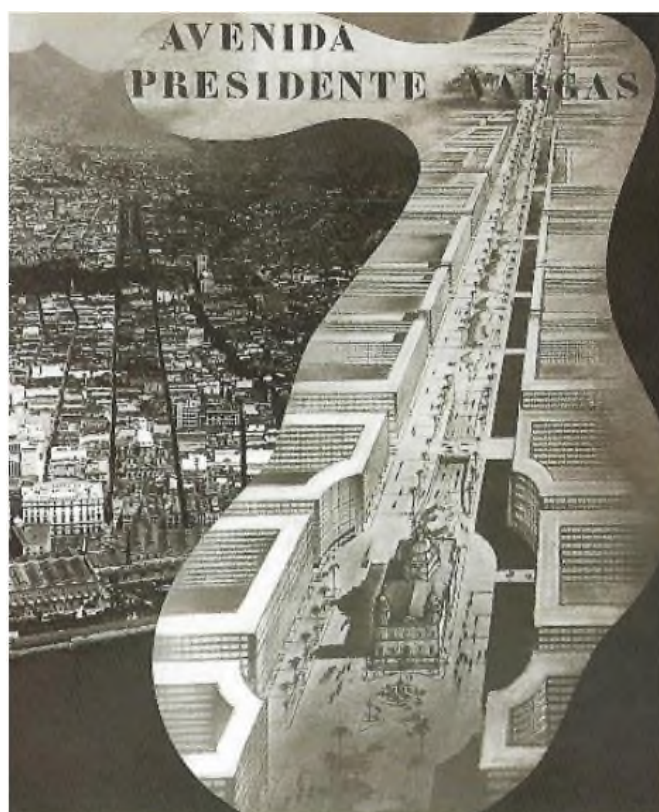
⁷ Rios Filho (2000) anotou o seguinte: “São Pedro (rua de) – Antiga rua Antônio Viçoso (1662); depois, do Carneiro (referência a uma moradora de nome Ana Carneiro, pelo que deveria ser rua da Carneiro); e, em 1817, do desembargador Antônio Cardoso. Teve o nome de São Pedro em virtude de ter sido ali ereta a igreja de São Pedro dos Clérigos. A rua desapareceu em 1943 e a igreja foi demolida em junho de 1944” (RIOS FILHO, 2000, p. 240-1).

Prefeitura e outros imóveis relevantes. “E no rastro da destruição, também estava prevista a destruição da Praça do Comércio [...] para dar lugar aos canteiros ajardinados da ligação da avenida com outro eixo viário – a via elevada da Perimetral” (MATTOS, 2021, p. 52).

A Igreja da Candelária resultou ser a única poupada, porém ilhada pelas pistas da avenida (Figura 2). Os sobrados baixos que antes a circundavam, desapareceram sob o asfalto, bem como todas as demais construções das ruas de São Pedro e General Câmara. A nomeação da nova avenida é um caso mais do que típico de homenagem política, e refletiu o autoritarismo do período. Ainda em 1938, por ocasião do projeto, aventara-se chamá-la de Avenida 10 de Novembro, em alusão à data da recente instauração (em 1937) do Estado Novo. Ao fim optou-se por homenagem ainda mais direta ao regime, e, inaugurada em 7 de setembro de 1944, a avenida acabou recebendo o nome do próprio presidente da República.

A dimensão desta derradeira mudança naturalmente foi maior que a das muitas renomeações anteriores da velha via, não só por ter envolvido imensa remodelação física e a remoção de inúmeros pontos de referência e monumentos (igrejas, por exemplo), mas também pelo quadro político em que ocorreu. “Quando conduzida no contexto de uma mudança de regime, a renomeação de lugares é uma mensagem poderosa por si só de controle do novo regime sobre a infraestrutura simbólica de uma comunidade” (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN; AZARYAHU, 2010, p. 460).

Figura 2. Estudo para a Avenida Presidente Vargas (1938). À esquerda, vista aérea dos quarteirões demolidos entre as ruas General Câmara e São Pedro



Fonte: Bueno e Taitelbaum (2010)

Considerações finais

De Caminho de Gonçalo Gonçalves a Rua General Câmara, passando por diferentes nomeações populares espontâneas, conhecemos um dos caminhos de memória percorridos por Pedro Nava em sua obra *Bau de Ossos*, hoje sepultado sob o asfalto da Avenida Presidente Vargas. Nessa passagem de um nome a outro, recuperamos o que escreveu Maria Vicentina do Amaral Dick:

É certo que, ao longo da heterogeneidade dos motivos designativos, uns surgem com maior insistência ou frequência que outros e que alguns mecanismos de nomeação são bem mais comuns em determinados estágios ou períodos da vida coletiva, como é o caso os nomes descritivos, que retratam o lugar em si, pelas suas próprias dimensões caracterizadoras (DICK, 1990, p. 49, itálico nosso).

É assim que, entre os topônimos sobre os quais nos debruçamos, o primeiro nome faz referência a um tal Gonçalo Gonçalves, embora, pelo Narrador, nada descobramos sobre essa figura. Possivelmente esse caminho conduzia a suas terras, já que era possuidor de extensa propriedade – uma sesmaria, como descobrimos⁸. Com o passar do tempo, essa referência foi perdendo importância e outras características e atividades locais foram servindo de motivação para o ato de nomear:

Por outro lado, nas sociedades modernas, estruturadas a partir das antigas vilas ou dos chamados arraiais, típicos do Brasil, e em que se nota, já, um princípio de vida urbana ou de organização política, o aprofundamento dos interesses coletivos, em suas necessidades existenciais, determina, por via de consequência, uma outra feição na toponímia local. O interrelacionamento dos indivíduos ainda que incipiente, resulta claro na denominação dos lugares, sem lhes retirar, contudo, o caráter espontâneo, simples e transparente (DICK, 1990, p. 52, itálico nosso).

Ao ser nomeada pela última vez, tornando-se Rua General Câmara, outro fator se torna determinante: a homenagem. É preciso notar uma diferença entre o Caminho de Gonçalo Gonçalves e a Rua General Câmara: a primeira nomeação (ainda espontânea), como dissemos, faz referência a um personagem local e à sua propriedade; a segunda, homenagem feita pela Câmara Municipal a um militar, homenagem feita quase no calor do conflito, simultânea ao desfecho. Com poder de mando, a Câmara faz uma alteração de cunho político e interesse unilateral, apagando um elemento da cultura local, ou seja, da vida coletiva que frequentava aquele ambiente. Este mesmo mecanismo de motivação, se observa após a eliminação física do logradouro, que, junto com uma rua que conservava denominação espontânea de motivação religiosa (Rua de São Pedro), se viu substituído na planta da cidade pela avenida que homenageou Getúlio Vargas.

O sepultamento da Rua General Câmara e de sua congênere Rua de São Pedro, assim como a eliminação da paisagem, para a abertura da avenida, de um grande número de edificações que cumpriam funções de marcos urbanos e lugares de memória (no sentido de

⁸ Não foi nosso objetivo nos debruçarmos sobre a figura histórica de Gonçalo Gonçalves, a respeito da qual Rui Aniceto Fernandes (2020) fornece um perfil aprofundado.

Nora, 1993), exemplificam o que diz o geógrafo Maurício de Almeida Abreu em seu ensaio *Sobre a Memória das Cidades*: as cidades brasileiras, Rio de Janeiro inclusive, cresceram segundo um modelo de desenvolvimento baseado no “ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos” (ABREU, 1998, p. 5), e são muito poucas as que conservam vestígios materiais consideráveis do passado.

Apagada da topografia urbana e sepultada pelo asfalto da larguíssima avenida, nossa rua de interesse, em suas diferentes denominações (Caminho de Gonçalo Gonçalves, rua do Azeite de Peixe, de Bom Jesus, dos Escrivães, do Sabão, Rua General Câmara...) continua se oferecendo ao acesso, e até mesmo à exploração com olhar de *flâneur*, como vimos, por intermédio da memória coletiva registrada por Pedro Nava. Isto ressalta a importância de voltarmos atenções ao estudo de uma Onomástica Literária.

Financiamento

Antonio Rafael Marçal da Silva agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa “Topônimos na obra de Pedro Nava: a representação espacial como ancoragem memorialística” (nº do processo: 88882.377638/2019-01).

Referências

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. *Território*, Rio de Janeiro, v. 3 n. 4, p. 5-26, 1998.
- BAER, A. La memoria social: breve guía para perplejos. In: SUCASAS, A.; ZAMORA, J. A. (Org.). *Memoria - política - justicia*: en diálogo con Reyes Mate. Madrid: Editorial Trotta, 2010, p. 131-148.
- ALGEO, J. Onomastics. In: McARTHUR, T. (Org.). *The Oxford companion of the English Language*. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 727-729.
- ALVAREZ-ALTMAN, G. Literary onomastics typology: analytic guidelines to literary onomastic studies. *Literary Onomastic Studies*, vol. 8, p.220-230, 1981. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233573282.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- AMEEL, L.; AINIYALA, T. Toponyms as prompts for presencing place: making oneself at home in Kjell Westö's Helsinki. *Scandinavian Studies*, vol. 90, n. 2, p. 195-210, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5406/scanstud.90.2.0195>.
- BARTHES, R. Proust e os nomes. In: BARTHES, R. *O grau zero da escrita*. Tradução: Mario Laranjeira, São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 143-160.
- BUENO, E.; TAIBTELBAUM, P. *Avenida Presidente Vargas: um desfile pela história do Brasil*. Rio de Janeiro: Arco, 2010.
- BUTLER, J. O. *Name, place, and emotional space: themed semantics in literary onomastic research*. PhD thesis (English Language), University of Glasgow, Glasgow (Escócia), 2013. Disponível em: <http://theses.gla.ac.uk/4165>. Acesso em: 26 mar. 2023.

LINHA D'ÁGUA

CARVALHINHOS, P. J. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manoel de Macedo. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 10, p. 83-99, 2009.

CAVILL, P. Language-based approaches to names in literature. In: HOUGH, C. *The Oxford handbook of names and naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 355–368. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.15>

COATES, R. Linguistic aspects of literary name origination. *Onoma*, Uppsala (Suécia), vol. 53, p. 11-30, 2018. DOI: <http://doi.org/10.34158/ONOMA.53/2018/2>.

COLIN, S. A igreja de São Pedro dos Clérigos. *Coisas de Arquitetura*, Rio de Janeiro, 2 jan. 2011. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2011/01/02/a-igreja-de-sao-pedro-dos-clerigos/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*: coleção de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH, 1990.

FERNANDES, R. A. N. Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabaras e identidade local. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 26, n. 1, p. 235-260, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.27600>.

GERSON, B. *Histórias das ruas do Rio*: e da sua liderança na história política do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 2000.

GIBKA, M.; COATES, R. Literary onomastic theory – an introduction. *Onoma*, Uppsala (Suécia), vol. 53, p. 7-10, 2018. DOI: <http://doi.org/10.34158/ONOMA.53/2018/1>.

GIBKA, M. *Literary Onomastics*: a theory. Lódz (Polônia): Archaograph, 2019.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JAYO, M. Memória da cidade, de buzzword a conceito em mutação. *Paranoá*, Brasília, vol. 33, p. 1-16, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.17>

JAYO, M. Um flâneur anônimo em São Paulo: olhar dissidente sobre a metrópole do Quarto Centenário. *Cidades Comunidades e Territórios*, Lisboa, vol. 44, jun. 2022b. DOI: <http://doi.org/10.15847/cct.25796>.

MACEDO, S. D. T. *Memórias do Rio*: a história da Guanabara, Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962.

MATTOS, G. M. M. Embates e diálogos na preservação patrimonial da Área Central do Rio de Janeiro (1938-1964). *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 46-60, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51924/revthesis.2021.v6.330>.

NAVA, P. *Bau de ossos*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1972.

NORA, P. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993.

ROSE-REDWOOD, R.; ALDERMAN, D.; AZARYAHU, M. Geographies of toponymic inscription: new directions in critical place-name studies. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 4, p. 453-470, 2010. DOI <https://doi.org/10.1177/0309132509351042>.

RIOS FILHO, A. M. *O Rio de Janeiro imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks/UniverCidade, 2000.

ROSSI, A. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*: ensaios. Seleção, tradução e notas: Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SMITH, G. W. Theoretical foundations of literary onomastics. *In*: HOUGH, C. The Oxford handbook of names and naming. Oxford: Oxford University Press, p. 295-209, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.41>.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

Artigo / Article

Uma descrição inicial dos Topônimos do Setor Autônomo de Bissau

An initial description of the Toponyms of the Autonomous Sector of Bissau

Baticã Braima Ença Mané 

Universidade de São Paulo, Brasil
manebatica@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5621-1814>

Amanda Macedo Balduino 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
amanda.m_b@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1062-973X>

Recebido em: 30/08/2022 | Aprovado em: 05/02/2023

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar o perfil toponímico do Setor Autônomo de Bissau (SAB), Guiné-Bissau, de modo a elencarmos alguns fatores socioculturais e linguísticos relevantes para a sua compreensão. Para tanto, avaliamos os topônimos do SAB tendo em vista: (i) o contato linguístico, refletido em topônimos de matriz africana ou de estrutura híbrida e (ii) a estrutura do sintagma toponímico em língua portuguesa e/ou em outras línguas. O *corpus* manifesta 53,5% de topônimos portugueses e 46,5% entre autóctones (22,8%), híbridos (14,8%) e desconhecidos (8,9%). Esses resultados sugerem que, mesmo havendo influência do português na toponímia do SAB, essa apresenta itens autóctones que revelam especificidades linguísticas, históricas e culturais locais.

Palavras-chave: Toponímia • Guiné-Bissau • Português • Línguas autóctones • Multilinguismo

Abstract

This paper aims to present the toponymic profile of Bissau, Guinea-Bissau, in order to list some relevant sociocultural and linguistic factors to its understanding. To this end, we assessed Bissau toponyms considering: (i) linguistic contact, reflected in toponyms of African origin or hybrid structure and (ii) structure of the toponymic syntagma in Portuguese and/or in other languages. The *corpus* features 53.5% Portuguese toponyms and 46.5% between autochthonous (22.8%), hybrid (14.8%) and unknown toponyms (8.9%).

These results indicate that, even with the influence of Portuguese on Bissau toponymy, it presents autochthonous items that reveal local linguistic, historical and cultural specificities.

Keywords: Toponymy • Guinea-Bissau • Portuguese • Autochthonous language • Multilingualism

Introdução

O propósito deste artigo é apresentar a Toponímia do Setor Autônomo de Bissau e discutir algumas questões de políticas linguísticas locais relacionadas ao contato linguístico dessa localidade. A Guiné-Bissau está dividida, do ponto de vista político-administrativo, em 8 regiões¹ e um setor autônomo, Bissau, portanto, Setor Autônomo de Bissau (doravante SAB). O SAB corresponde à cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau, localizada na foz do rio Geba. No que diz respeito à história, Campos (2012) indica que, em 1692, Portugal criou a capitania de Bissau que, posteriormente, em 1913, foi promovida a cidade, tendo atingido o estatuto político de capital em 1941 (CAMPOS, 2012). Esse estatuto de capital foi mantido após a independência política de Portugal, em 1973, sendo a cidade de Bissau a capital da Guiné-Bissau até hoje. Sociolinguisticamente, o SAB constitui um cenário multilíngue, além de corresponder a um dos berços de língua crioula de base lexical portuguesa falada na Guiné-Bissau. Apesar de sua diversidade linguística, entretanto, sua história remonta a um passado colonial ligado a Portugal, sendo o português a língua oficial do país.

Para Dick (1975), os elementos linguísticos revestidos de função toponímica são importantes agentes de comunicação, pois encerram em si a possibilidade de reconstituição – se não total, ao menos parcial – de características mais salientes de áreas geográficas por eles designados, que podem refletir os aspectos socioculturais de povos que habitam ou habitaram (perspectivas sincrônica e diacrônica, respectivamente) uma dada região. Focando em questões socioculturais de uma conjuntura multilíngue, Balduino, Araujo e Agostinho (2021) demonstram, ainda, que os topônimos são constituídos por traços transdisciplinares e, por isso, contribuem para a compreensão dos diferentes estratos dialetais que estruturaram e estruturam formas de expressões vernaculares de uma dada região, refletindo, inclusive, os cenários multilíngues sincrônicos e/ou diacrônicos circunscritos à área observada e à importância política atribuída a algumas línguas em detrimento de outras. Com base nos topônimos da cidade de São Tomé, localizada em São Tomé e Príncipe, um país da Costa Oeste Africana, Balduino, Araujo e Agostinho (2021) sugerem, por exemplo, que a oficialização do português e sua posterior ascensão no país (ver ARAUJO, 2020) são questões refletidas, diretamente, no perfil toponímico da cidade de São Tomé, o qual é composto, majoritariamente, por itens em português (77.4%). Ainda assim, topônimos em línguas autóctones, em línguas africanas

¹ Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali. As regiões são dirigidas pelos Governadores Regionais sob tutela do Ministério da Administração Territorial (GUINÉ-BISSAU, 2009).

continentais e formados por intersecções linguísticas de elementos em português e em línguas africanas são também observados, ainda que em menor percentual (22.6%). A partir desse levantamento, os autores analisam a toponímia santomense como um reflexo linguístico da história de São Tomé, compreendendo a toponímia local um dado linguístico interessante para observar e entender a realidade multilinguística do país.

Considerando que a cidade de Bissau também é formada por uma conjuntura multilíngue e que ainda não há estudos toponímicos dedicados a essa região, este artigo se pauta nas seguintes questões iniciais: (1) quais são os topônimos da cidade de Bissau? (2) quais estratos linguísticos caracterizam os topônimos dessa cidade? (3) o que os topônimos podem revelar a respeito de políticas linguísticas locais? Este trabalho corresponde, portanto, a um estudo descritivo inicial e pretende apresentar, respondendo às questões anteriores, uma análise preliminar dos topônimos do SAB. Para tanto, a partir do levantamento de alguns topônimos de Bissau, contemplaremos aspectos gerais de sua formação, como o contato linguístico, o qual é refletido em topônimos de matriz africana, bem como estruturais, como a formação do sintagma toponímico em língua portuguesa e/ou em outras línguas.

Na Guiné-Bissau, até onde sabemos, não existem trabalhos voltados à área de Toponímia. Com efeito, este artigo, ao se dedicar à toponímia do SAB, visa não somente contribuir com a documentação e a análise de alguns fatores socioculturais e linguísticos relevantes para a compreensão da toponímia local, como pode colaborar, outrossim, com a ampliação dos estudos toponímicos de países africanos componentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esses, ao contrário de Portugal e Brasil, países onde há diferentes estudos toponímicos (DICK, 1975; 1980; 1982; 1990; 2007; CARVALHINHOS, 1998; 2009; LIMA, 2012; SEABRA, 2004, entre outros), constituem um vasto campo ainda a ser explorado em termos de estudos dessa natureza.

Este artigo está organizado do seguinte modo: na seção 2, o conceito da toponímia como disciplina é apresentado, além de contemplarmos questões relativas ao multilinguismo; na seção 3, é feita uma abordagem do contexto sócio-histórico de Bissau; os procedimentos metodológicos e corpus da pesquisa são apresentados na seção 4, para que, na seção 5, uma análise geral sobre a toponímia do SAB seja exibida. Isso feito, apresentamos, por fim, as considerações finais.

1 A Toponímia e o Multilinguismo

A toponímia – parte constituinte da ciência onomástica – é a disciplina que estuda a motivação dos nomes próprios de lugares. Vinculada à lexicologia, que é entendida como o estudo científico do léxico, a toponímia vem originalmente do grego, dissociada em *topos* “lugar” e *onoma* “nome”. *Topônimo* é o termo convencionalmente estabelecido na literatura especializada para se referir a nomes de lugares. À toponímia interessa, no que se refere aos aspectos intralinguísticos, a busca pela etimologia, a semântica dos nomes de lugares, as suas

transformações linguísticas, sobretudo as fonético-fonológicas e as morfológicas (DICK, 1975; 1980; 2007).

Os estudos toponímicos se sustentam em um viés transdisciplinar, no qual “[...] os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1980, p. 8). Valem-se dos saberes históricos, geográficos, antropológicos, sociológicos, além de saberes linguísticos. Nesse contexto, a transdisciplinaridade possibilita um estudo mais abrangente, ligado à sociedade, à cultura e ao meio ambiente como fontes geradoras das motivações toponímicas. Isso relegaria a mera descrição etimológica dos topônimos – como se fazia anteriormente e que, por vezes, levava a diversas inexatidões – ao arcaísmo (SEABRA, 2004).

Desse modo, topônimos assumem-se como enunciados linguísticos para denotar este ou aquele acidente geográfico em sua dicotomia física (rios, córregos, morros etc.) e antropocultural (aldeias, povoados, cidades etc.) (DICK, 1975; 1980; 2007). Ou seja, em como o ato de nomear é uma atividade essencialmente humana, o topônimo expressa a relação, a cosmovisão - ou o modo de ver e entender o espaço geográfico e o meio ambiente no geral por parte de seres humanos (DICK, 1975). Neste estudo, observaremos, de maneira geral, alguns aspectos relacionados à história da colonização portuguesa e ao contexto sociolinguístico da cidade de Bissau, considerando como seu caráter multiétnico, multicultural e multilíngue transparece na toponímia do SAB.

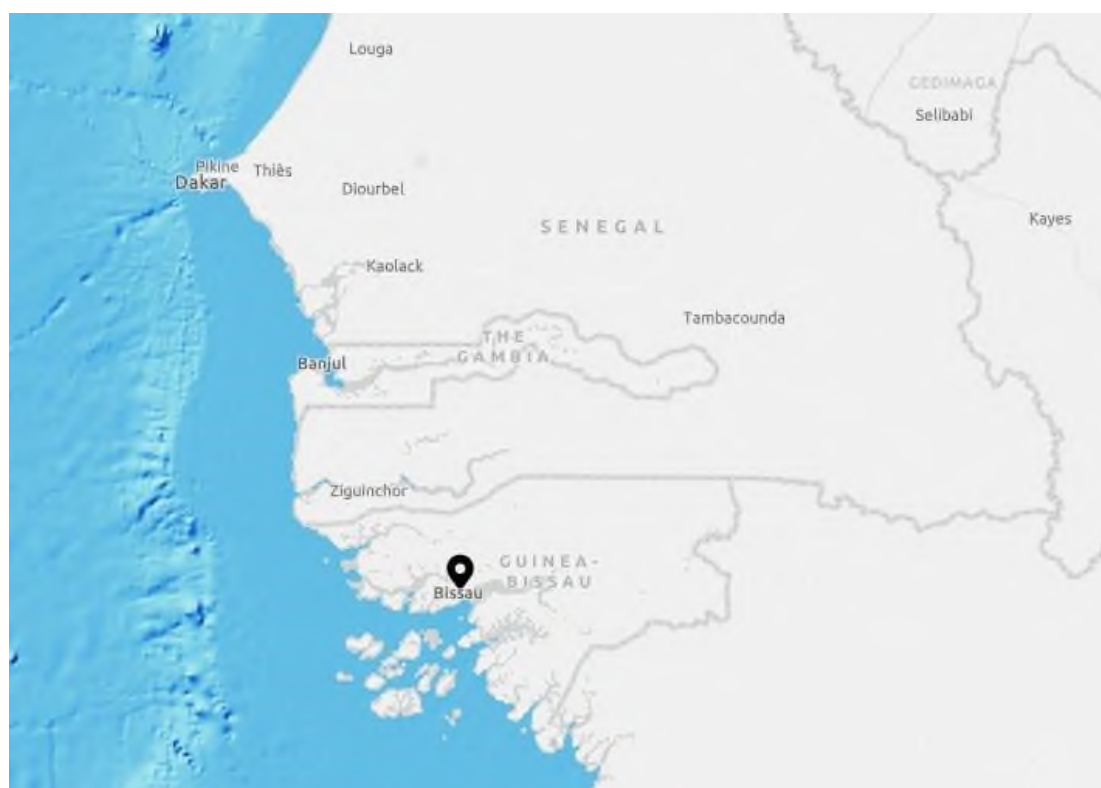
Especificamente, o multilinguismo – que é tecnicamente definido como o uso de duas ou mais línguas na vida cotidiana dos falantes – é parte integrante da vida de muitos povos ao redor do mundo, e é, inclusive, mais disseminado que o monolinguismo (THOMASON; KAUFMAN, 2001). Em outras palavras, isso significa dizer que o contato linguístico, a coexistência em uma sociedade de duas ou mais línguas, é algo inerentemente humano. Essa predisposição humana ao bilinguismo, e mesmo ao plurilinguismo, tem naturalmente seus impactos nas estruturas e usos linguísticos, como a perda, a manutenção, a mudança, o estabelecimento de fronteiras e instâncias de atuação de cada língua, prestígio e desprestígio social, entre outros. Esses componentes, pela diferença da cosmo percepção de grupos socialmente constituídos que habitaram e/ou habitam uma dada região, podem, espontaneamente, influir diretamente no processo designativo dos lugares. Assim sendo, de modo a operarmos com o caráter transdisciplinar que demarca os estudos toponímicos e incorporar os contextos sócio-histórico e linguístico à análise, expomos, na seção 3, algumas questões dessa natureza que podem ser relevantes para a delimitação geral do perfil toponímico de Bissau.

2 O contexto sócio-histórico e linguístico de Bissau

A cidade de Bissau, fundada em 1686 ou 1697, é, desde 1941, a capital da Guiné-Bissau, um país independente da África Ocidental (KIHM, 2011; CANDÉ MONTEIRO, 2011;

CAMPOS, 2016)². Setor autônomo do ponto de vista político-administrativo, Bissau, situada no estuário do rio Geba, é habitada por cerca de um quarto da população do país (aproximadamente 400 mil habitantes, visto que a Guiné-Bissau tem quase 2 milhões de habitantes). Os habitantes de Bissau pertencem a cerca de 20 povos autóctones diferentes, cada um com sua própria língua (GUINÉ-BISSAU, 2009), estando distribuídos por inúmeros bairros espalhados um pouco por todo o seu espaço territorial, que é de 77,5 km².³ Essa diversidade sociocultural, sobretudo linguística, por um lado, faz do kriol (ISO 639-3: pov)⁴ – a língua crioula local de base lexical portuguesa – uma língua de encontro, partilha e expressão comum a uma parcela significativa desse povo, e, do outro, a cidade de Bissau o reflexo do mosaico etnolinguístico do próprio país.

Figura 1. Localização geográfica da cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau⁵



Fonte: elaboração dos autores a partir do mapmaker que pode ser acessado em: <https://mapmaker.nationalgeographic.org/>.

² O marco temporal da fundação de Bissau, apesar de historicamente embasado, não deixa de lançar uma certa nebulosidade sobre a sua existência anterior a esse período enquanto território povoado. Em geral, o marco temporal faz parecer, mesmo que de forma velada, que a existência do local se sucedeu à chegada dos portugueses ao território atual da Guiné-Bissau, o que não procede.

³ Disponível em: <https://guinebissau.opendataforafrica.org/apps/atlas/Bissau>. Acessado em: 17/02/2023.

⁴ Alguns autores usam, ainda que timidamente, o termo “guineense” para se referir a esta língua. Aqui escolhemos usar o termo “kriol” por duplo motivo: 1. porque é assim que os próprios falantes e as pessoas que se identificam com esta língua a designam; 2. essa nossa decisão respeita a escolha dos falantes. Mané (2021), que inclusive usou primordialmente o termo “guineense” em sua dissertação, enalteceu a necessidade de se respeitar “a designação dos falantes e das pessoas que se identificam com esta língua” (p. 2).

⁵ O ponto preto no mapa indica a localização da cidade de Bissau, dentro do contexto geográfico da Guiné-Bissau.

A esse respeito, vale mencionar que uma língua crioula emerge mediante o contato entre diferentes códigos linguísticos, em geral, uma língua colonial/imperial e diversas outras línguas que circulam em uma dada área, mas não são empregadas como língua franca (FREITAS, 2016). Para Faraclas et al. (2014) a ação de múltiplos fatores explica o surgimento das línguas crioulas, sendo eles (i) o próprio cenário multilíngue, (ii) as relações sociopolíticas construídas entre os povos constituintes de tal contexto, (iii) a demografia local e (iv) as demandas comunicativas entre esses grupos de indivíduos falantes de línguas ininteligíveis entre si. Logo, a partir de Faraclas et al. (2014), os diferentes povos autóctones da Guiné-Bissau, além do segmento lusitano, dentro do contexto sociohistórico multilíngue, corroboraram a formação do kriol - a língua crioula sobre a qual falaremos, posteriormente, ainda nesta seção.

No que concerne à Guiné-Bissau – nos primórdios de sua ocupação – a região teria sido habitada predominantemente pelos povos balanta ou abalanta, byafada, brame, entre outros (LOPES, 2005). No século XIII, os mandinka, vindos do então Império do Mali, não somente dominaram e conquistaram outros povos, mas também exerceram hegemonia em toda Senegâmbia⁶. Por conseguinte, fundaram o reino do Kaabu⁷, à época, uma importante unidade política, econômica e administrativa, que, inicialmente, funcionou como um Estado vassalo e tributário do antigo Império do Mali. Com a decadência deste no século XVI e seu total desaparecimento um século depois, Kaabu se tornou independente e atingiu seu ápice no século XVIII (MANÉ, 1989; LOPES, 1989, 2005; BARRY, 1990; GARCIA, 2003; DIAS, 2003).

Em 1867 (para Lopes, 1989; ou 1868 para Garcia, 2003), o Kaabu foi conquistado pelos fula que derrotaram os mandinka na batalha de Kansala. Desse modo, os fula impuseram um novo poder político e introduziram o islamismo (LOPES, 1989; GARCIA, 2003). Entretanto, esse domínio político fula não durou muito. A dissolução do mundo kaabunké⁸ e a expansão do islão possibilitou a efetivação definitiva do colonialismo português. Dias (2003, p. 65) sustenta que são eventos “quase simultâneos”, ao passo que Garcia (2003, p. 72) assegura que a ocupação portuguesa do Kaabu, “[...] provavelmente, evitou um império fula”.

Em 1446, a primeira caravela portuguesa, sob o comando de Álvaro Fernandes, teria atingido, pela primeira vez, a Guiné-Bissau (CAMPOS, 2016, p. 13). Séculos depois de tráfico de escravizados, a ocupação colonial portuguesa continuava tímida e se circunscrevia tão-somente a “certos redutos bem delimitados e cercados pelas populações circundantes” (CAMPOS, 2016, p. 53). De fato, as primeiras povoações (Cacheu, Geba, Bissau, Farim e Zinguinchor, entre outros) ou eram feitorias de onde os portugueses comercializavam ou

⁶ A Senegâmbia pode ser entendida como uma entidade supranacional. No atual cenário, abrange os atuais estados do Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau, e parte da Mauritânia, do Mali e da Guiné-Conakri (BARRY, 1990). De acordo com esse autor, esta região se divide em Senegâmbia setentrional, “constituída pelo vale do rio Senegal e as planícies ocidentais entre o rio Senegal e o rio Gâmbia [...]”, e Senegâmbia meridional, formada pelos rios do sul e os planaltos do Fuuta Jalon ou Futa Djalon. O Kaabu daquela época exercia predomínio nesse último (BARRY, 1990, p. 9).

⁷ Kaabu foi uma região muito mais extensa do que o atual território de Gabu.

⁸ São os kaabunké não apenas os habitantes do núcleo central de Kaabu, ou seja, os mandinka, “mas também os fulas (da sub-região), e, evidentemente, os bainuk, balanta, byafada, brame, etc.” (LOPES, 2005, p. 21).

estavam situadas, sobretudo, à beira dos rios, permanecendo, assim, em uma área limitada. Apesar da chegada dos invasores portugueses ainda no século XV, o interior do país só foi efetivamente ocupado e explorado no século XIX. Isso deve-se à rejeição tanto por parte de povos originários (entre 1913 a 1936, apesar de dispersa) que se opunham a pagar impostos e outros tipos de taxas, assim como por parte das “organizações urbanas clandestinas [...] lideradas pela elite intelectual local contra a administração portuguesa”, com início em 1952 (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p. 225-230).

A descoberta do ouro no Brasil e a necessidade de mão de obra barata nas plantações de tabaco, cana de açúcar e algodão impulsionaram sobremaneira o comércio negreiro transatlântico, o qual se tornou a atividade econômica primária entre o século XVI até o final do século XVIII. Além disso, exportava-se arroz, couro, ouro e marfim, embora em proporções menores. Da África, os escravizados eram levados a Portugal ou ao Brasil (KIHM, 2011; CAMPOS, 2016). Em Portugal, especificamente, estima-se que cerca de 150.000 escravizados teriam sido transportados da Guiné – um espaço territorial que albergava toda a costa ocidental africana do Senegal a Angola – e introduzidos naquele país europeu entre 1441 e 1505. Em Lisboa, particularmente, eles eram contabilizados em 9.950 em 1551, o que representava 10% de sua população total (TINHORÃO, 1988 *apud* KIHM, 2011).

Com uma curta passagem por Portugal (fala-se em menos de uma década), onde teria aprendido não propriamente o português europeu daquele período histórico, mas sua variedade básica, emergencial⁹, uma parcela desse grupo de escravizados foi enviado de volta à África para trabalhar nos navios portugueses na Costa da Guiné; supostamente, terá sido este grupo a introduzir a linguagem – provavelmente um pidgin¹⁰ português – que mais tarde dará origem ao crioulo guineense, o kriol.

Alguns grupos sociais contribuíram, à época, para a emergência do kriol. Por exemplo, os *lançados* – aventureiros e contrabandistas do tráfico que não somente atuavam à margem da lei, bem como faziam-no contra os ensejos da coroa portuguesa, comercializando diretamente com a França, a Inglaterra e a Holanda¹¹ (ver COUTO, 1994; CAMPOS, 2016) – tiveram um papel importante. De acordo com Kihm (2011, p. 85),

Parecem ter sido facilmente aceites pela população local, que não tinha tendência para sentir quaisquer escrúpulos morais no comércio com os escravos, uma vez que fazia parte da economia de todas as sociedades da África Ocidental na altura. Os lançados tornaram-se nativos em poucos anos, casaram com as mulheres locais e tiveram filhos (tradução nossa).

⁹ Naro (1978) o denomina *Linguagem de Reconhecimento*; Kihm e Rougé (2013), *Língua de Preto*.

¹⁰ O pidgin é, comumente, compreendido como uma língua simplificada em relação aos processos morfológicos que surge em função de um caráter emergencial de comunicação e não configura a língua materna de uma dada população (MUYSKEN; SMITH, 1995). De acordo com Freitas (2016), seu domínio de atuação é limitado, visto que atua, sobretudo, em situações comunicativas específicas, tais quais o comércio.

¹¹ A França, a Inglaterra e a Holanda disputavam entre si e com o Portugal o domínio territorial e consequente monopólio comercial (ver COUTO, 1994; CAMPOS, 2016).

Tangomas é o nome que se dava às mulheres citadas por Kihm, e os seus filhos eram chamados de *filhos da terra*, e *mestiço*, *mulato* ou *crioulo* em outras regiões do mundo (COUTO, 1994). Há que destacar ainda os *grumetes*, entendidos como nativos que incorporaram hábitos e costumes europeus e serviam como ajudantes dos europeus nos portos e nos navios (CAMPOS, 2016). É nessa sociedade colonial luso-africana, concebida a partir do século XV, com uma população de origens heterogêneas tanto do ponto de vista cultural como linguístico, que emergirá o kriol. Acredita-se que o protocrioulo que deu origem a essa língua, resultante desse contato, teria se formado antes mesmo do século XV (BAPTISTA, 2000)¹², mais tarde reestruturada em uma língua crioula.

A independência da Guiné-Bissau ocorreu como resultado da guerra de libertação nacional do jugo colonial português. O objetivo era a libertação total dos povos da Guiné e Cabo Verde face a brutalidade e hostilidade por parte do regime português, que, em 1959, a título de exemplo, assassinou cerca de 50 trabalhadores marítimos grevistas. Estes exigiam o aumento de salário “invocando a dureza das condições de trabalho e o custo da alimentação” (SILVA, 2006, p. 13). Depois desse evento, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (doravante PAIGC)¹³ entendeu não existir mais condições para uma independência pacífica que não envolvesse a guerra armada como vinha fazendo. Deu-se início à luta de libertação a 23 de janeiro de 1963 (e durou até 1973) com ações de guerrilha na região de Tite no sul do país. Aquando do início da luta na Guiné-Bissau, Portugal havia estado em guerra em Angola há quase dois anos. Em 1964, eclodiu a guerra em Moçambique. As três frentes de luta não somente criaram discórdias dentro do exército português em relação à invasão desses territórios, mas também abriu caminho à Revolução de 25 de abril de 1974 que pôs termo ao regime autoritário de direita de Salazar-Caetano (regime de Antônimo de Oliveira Salazar, ditador português entre 1933-1968 e seu sucessor Marcelo Caetano, que permaneceu no poder até 1974) (ARENAS, 2019). No mesmo ano, Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau, que já tinha a proclamado um ano antes.

Após a independência, a Guiné-Bissau foi administrada por um governo autoritário de partido único de orientação marxista-leninista – economicamente centralizado – por pelo menos duas décadas, cujo termino coincide com a queda do muro de Berlin e da antiga União Soviética (ARENAS, 2019). Em 1994, deu-se a abertura democrática, com a realização das primeiras eleições. De 1998-1999, o país mergulhou em uma guerra civil e, dessa data aos dias atuais, sucederam-se graves incidentes político-governativas, dentre os quais, (i) mais de dez golpes de Estado tentados ou bem sucedidos, (ii) assassinatos em pleno exercício de funções, (iii) destituições do cargo e/ou nomeações inconstitucionais (ver JAUARÁ, 2009 SOUSA, 2013; CARVALHO, 2014; M'BUNDÉ, 2017). Isso fragilizou o Estado, que, carente de instituições

¹² Disponível em: <http://africultures.com/le-creole-de-guinee-bissau-1281/>. Acesso em 14 de jul. 2022.

¹³ Este partido político conseguiu se impor diante de outros movimentos independentistas que existiam na época, como a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné – FLING, conduzindo a guerra que culminou na independência do país.

sólidas e de mecanismos de controle, tornou-se placa giratória do tráfico internacional de drogas vindas da América Latina, tendo como destino final o mercado europeu.

Do ponto de vista sociolinguístico, no país, além do kriol, língua do dia a dia e de comunicação interétnica, são faladas as línguas nativas, pertencentes aos diferentes grupos étnicos, e o português, língua oficial. Estima-se que 1.303.743 habitantes, correspondentes a 90,4% da população, são falantes do kriol (GUINÉ-BISSAU, 2009)¹⁴. Todavia, mesmo diante do seu número elevado de falantes, o kriol não é língua oficial e tampouco língua de ensino.

O português é a língua oficial, de ensino, da burocracia e do Estado. É falado por cerca de 13% da população. No entanto, se considerarmos apenas os falantes monolíngues desse idioma, as estimativas apontam para um número inferior a 10% da população guineense (ver AUGEL, 2007; COUTO e EMBALÓ, 2010). As línguas autóctones como pepel (ISO 639-3: pbo), balanta (ISO 639-3: ble), mandinka (ISO 639-3: man), mandjáku ou mandjak (ISO 639-3: mfv)¹⁵, entre outras, são faladas preferencialmente no meio familiar e/ou nas tabancas (aldeias), ou seja, no meio rural (AUGEL, 1997; INTUMBO, 2012; MANÉ, 2021).

No que diz respeito ao povoamento de Bissau, não há documentos escritos comprovando o seu começo, o que torna esse assunto um pouco problemático, mas a hipótese mais admitida, sustentada na tradição oral, é a de que teriam sido os pepel, e não os beafada, seus primeiros habitantes (CAMPOS, 2016). O fato de que alguns consideram os pepel descendentes dos beafada (ver DJALÓ, 2012) agrava ainda mais essa incerteza. Contudo, Bissau é considerado – inclusive nos dias que correm – chão dos pepel, e, estes, consequentemente, seus “donos”. De fato, a própria origem etimológica do topônimo *Bissau* é descrita como proveniente desse grupo étnico. Campos (2016) sustenta que teria sido de uma das sete gerações (clãs) da etnia pepel, o clã *Intchassu*, no plural *Bissassu*, donde teria originado o topônimo *Bissau*. O autor conclui dizendo que: “De fato, este clã ainda hoje habita na [sic] cidade de Bissau” (CAMPOS, 2016, p. 11). Por sua vez, Djaló (2012) refere que De Almada¹⁶ chegou mesmo a denominar os pepel de “Biçaos” ou “Bissáus”.

Um informante pepel, com o qual conversamos pessoalmente sobre esse assunto, corroborou a hipótese do clã, o qual chamou de *N'sassu*. Sobre o De Almada ter chamado os pepel de “Biçaos” ou “Bissáus”, ele afirma que talvez tenha sido pelo hábito de os pepel se identificarem, quando perguntados, com seus clãs enquanto grupo, e não como indivíduo. Em

¹⁴ Como o recenseamento não levou em consideração as variáveis Língua Materna (L1) e Segunda Língua (L2), é impossível termos o quantitativo das pessoas que o falam levando em conta as duas dimensões. Enfatiza-se que há uma necessidade de se fazer um novo censo demográfico para se saber o número aproximado de falantes dessa língua na atualidade. De 2009 a esta data, mais de uma década se passou, e a configuração sociodemográfica certamente deve ter mudado ao longo desses anos.

¹⁵ The World Atlas of Language Structures. Disponível em: <https://wals.info/languageid>. Acesso em: 15 fev. 2023.

¹⁶ Do seu nome completo André Álvares de Almada, era natural de Santiago, Cabo Verde, um mestiço que foi capitão, comerciante e escritor tratadista. É autor de, entre outros trabalhos, “Tratado dos Rios de Guiné”, no qual versa sobre várias nações de negros que a povoam, dos seus costumes, línguas, leis, ritos, seitas etc. (MARTINS, 2014).

suma, qualquer que seja o desfecho sobre qual grupo étnico povoou primeiramente Bissau, não deve ser mera coincidência que o pepel seja a língua autóctone que – em nossos dados – mais forneceu nomes a lugares no SAB.

3 Métodos

Neste trabalho, analisamos a toponímia de Bissau de acordo com uma abordagem quali-quantitativa. Sendo um de nossos propósitos a descrição geral e preliminar da toponímia de Bissau, nos valem de um procedimento metodológico descritivo, elencando, por exemplo, possíveis padrões estruturais, semânticos e/ou sócio-históricos, que podem ser depreendidos a partir da toponímia de Bissau. Considerando, ainda, o trabalho de Balduino, Araujo e Agostinho (2021), o qual se dedica ao levantamento e à análise do perfil toponímico de São Tomé, optamos por aplicar, tendo como propósito a descrição almejada e uma futura análise comparativa, a mesma taxonomia empregada pelos autores, baseada em projetos como o Atlas Toponímico do Brasil (ATB) (DICK, 1980; 1998) e o Atlas Toponímico de Portugal (ATPor) (ver CARVALHINHOS, 2009). Do mesmo modo que o Brasil, Portugal e São Tomé e Príncipe, a Guiné-Bissau constitui um país de língua oficial portuguesa, o que é refletido no perfil toponímico de tais localidades e justifica, dado o caráter preliminar deste trabalho, nossa opção inicial por partir de taxonomias já utilizadas nos estudos supracitados. De fato, os topônimos evidenciados no SAB, assim como os topônimos dos países nomeados, são formados por unidades linguísticas conectadas ao mundo lusitano, além de serem relacionados às demais línguas que circulam e são específicas a tais localidades. Dessa forma, as diferentes realidades sociolinguísticas do Brasil, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau, nosso foco neste artigo, moldam, também de forma distinta, o perfil toponímico desses lugares (BALDUINO; ARAUJO, 2020) - o que torna importante considerarmos o contexto multilíngue no qual o perfil toponímico do SAB foi delineado.

Em relação ao estudo de Balduino, Araujo e Agostinho (2021), observamos como objetivo principal a proposta de uma análise da toponímia de São Tomé, capital da República Democrática de São Tomé e Príncipe, onde o português também figura como língua oficial dentro de uma conjuntura multilíngue. Para tanto, tendo como propósito a discussão da toponímia santomense, os autores fazem o levantamento da toponímia local utilizando o censo mais recente do país conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012). No total, os autores coletaram 465 topônimos dentre os quais 77,4% são de origem portuguesa e 22,6% são compostos total ou parcialmente por palavras das línguas autóctones, isto é, por itens das línguas crioulas. No estudo em questão, dados desse último grupo foram sistematizados, ainda, em dois subgrupos: *topônimos integralmente autóctones* (18,2%) e *topônimos híbridos* (4,1%), cuja formação abarca itens portugueses e itens autóctones (BALDUINO, ARAUJO, AGOSTINHO, 2021). No caso de Bissau, separamos, inicialmente, os topônimos levantados também em: (1) origem portuguesa e (2) línguas autóctones (as quais, no caso de Bissau, podem

ser língua crioula ou não), avaliando, ainda, se o último grupo é composto por topônimos integralmente autóctone e/ou por topônimos híbridos.

Ainda a esse respeito, é preciso mencionar que a decisão por dividir, inicialmente, os topônimos de origem portuguesa e de origem autóctone, também decorreu das possíveis similaridades entre a cidade de São Tomé e o SAB, visto que ambas são regiões que possuem o português como língua oficial, além de haver a circulação de línguas crioulas de base lexical portuguesa em São Tomé e no SAB. É patente salientar, no entanto, que as diferenças sociolinguísticas também são múltiplas, na medida em que os estatutos sociais ocupados pela língua portuguesa e pelas línguas crioulas, nas duas localidades, são distintos, além do fato de que, no SAB, há um intenso e extenso uso de línguas autóctones não crioulas. Esse contexto linguístico, naturalmente, atua na constituição dos topônimos do SAB, o tornando único e, por isso, a categorização dos topônimos entre origem portuguesa e origem autóctone é utilizada apenas como uma proposta preliminar, sendo importante que, em estudos futuros voltados à toponímia do SAB, esse agrupamento possa ser revisitado, mesmo atualizado e examinado em detalhe. Assim, após uma inspeção inicial da amostra levantada acerca da toponímia do SAB, avaliaremos, ainda, a necessidade de ampliação ou não dessa taxonomia inicial.

O método utilizado para a constituição do corpus foi a investigação documental (GIL, 1991). Os dados foram coletados em documento do Serviço de Cadastro e Topografia da Câmara Municipal de Bissau, especificamente da Repartição de Cadastro Urbano. Na tabela 1, abaixo, estão elencados os tipos de logradouros presentes nos nomes de lugares.

Tabela 1. Discriminação de tipos de logradouros presentes nos nomes de lugares examinados

NOMES DE LUGARES	OCORRÊNCIA	%
Bairro	37	36,63
Avenida	15	14,85
Praça	03	2,97
Rua	35	34,65
Outros elementos antrópicos	11	10,9
TOTAL	101	100

Fonte: elaboração dos autores

Datada de 2004, o que certamente prenuncia sua desatualização, a nossa fonte principal não pôde abarcar todos os topônimos circulantes do SAB. Com efeito, os dados coletados na divisão de Cadastro Urbano da Câmara de Bissau foram acrescidos de dados conhecidos por nós, reportados pelos informantes e que não constam do referido documento. A esse respeito, *Gã Sanha, Entrada de Flor, Lala Kema, Sobrado* (conferir anexo II), só para citar alguns, não estão descritos no referido documento, mas, mesmo assim, foram contemplados por nós na análise. Ainda assim, vale ressaltar que o estudo não levantou, exaustivamente, todos os topônimos que fazem parte do SAB, uma vez que isso exigiria um trabalho muito mais detido

que extrapola nossos objetivos iniciais. Por se tratar de um trabalho de caráter preliminar e pioneiro, essa questão terá desdobramentos futuros.

Ao todo, coletamos 101 topônimos¹⁷, os quais estão disponíveis, em íntegra, nos anexos I e II, e os agrupamos em duas grandes categorias segundo sua filiação linguística: português e não português. Em termos percentuais, o corpus manifesta 53,5% (54/101) de topônimos portugueses e 46,5% (47/101) entre autóctones (22,8% 18/101), híbridos (14,8% 20/101) e desconhecidos (8,9% 9/101)¹⁸. As composições híbridas são entre o português e as línguas autóctones, incluindo o kriol, bem como entre as diferentes línguas autóctones entre si. A esse respeito, é preciso ressaltar que, uma vez que essas línguas ainda são pouco documentadas e, portanto, ou não têm dicionários ou os termos não foram dicionarizados, trabalhamos com alguns informantes, 11 para sermos mais precisos, para a reconstituição da memória histórica sobre os topônimos em línguas autóctones. São homens e mulheres, na sua imensa maioria falantes nativos de línguas autóctones como pepel, balanta, mandinka, mandjáku ou mandjak, com uma alta proficiência em kriol e instruídos também em português, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2. Perfil sociolinguístico dos informantes da pesquisa

Informante	Sexo	Idade	Línguas faladas
01	Masculino	34	kriol; pepel; português
02	Feminino	32	kriol; pepel; português
03	Feminino	30	pepel; kriol; português; francês
04	Masculino	28	kriol; português; balanta; inglês
05	Masculino	36	Kriol; balanta; português; inglês
06	Masculino	30	kriol; português; balanta
07	Masculino	30	kriol; português; mandinka; inglês
08	Masculino	31	pepel; kriol; português
09	Masculino	29	mandjáku; kriol; português
10	Feminino	28	kriol; português; mandjaco
11	Feminino	27	pepel; kriol; português

Fonte: elaboração dos autores

O contato inicial com os informantes se deu através do grupo de WhatsApp Guiguís SFC, um grupo que reúne estudantes e ex-estudantes guineenses da UNILAB Campus dos Malês em São Francisco do Conde – Bahia¹⁹. Uma vez identificados os informantes, esse

¹⁷ Esclarece-se que a disparidade entre o número de topônimo coletado e número obtido dentro da classificação semântica (ver tabela 8 e 9) se deve ao fato de muitos topônimos integrarem categorias semânticas diferentes ao mesmo tempo. Um exemplo disso é o topônimo “Pansau Na Isna”, que foi classificado como historiotopônimo e antropotopônimo ao mesmo tempo.

¹⁸ Percentagem em relação ao corpus.

¹⁹ Agradecemos suas valiosas contribuições, por terem nos ajudado a decifrar a motivação desse ou daquele topônimo, possibilitando, desse modo, sua integração à taxionomia correspondente. E também por terem doado

contato passou a ser individual e personalizado, através de abordagem mediada por ferramentas de comunicação digital ou *tête-à-tête*. Todos os nomes de lugares não identificados como de filiação portuguesa foram apresentados ao informante um por um, perguntando-lhe se sabe o significado e a que língua autóctone pertence. A regra geral foi que, na maioria dos casos, os informantes não só foram capazes de identificar os topônimos pertencentes às suas línguas maternas e aqueles que não o são, bem como apresentar os prováveis motivos que os levou a serem acionados. Se um topônimo é identificado por um informante pepel como pertencente a essa língua, outro informante pepel é consultado e as informações são comparadas. De modo geral, as informações colhidas não diferiram significativamente. Quando diferiam, optou-se pela narrativa hegemônica.

Por outro lado, fontes históricas (AMADO, 2005; SILVA, 2006; CABECINHAS e NHAGA, 2008, entre outros) foram consultadas para analisar os historiotopônimos. Finalmente, outras fontes consultadas foram os dicionários Scantamburlo (2002) e Stein (2021), mas foram pouco úteis para os propósitos deste estudo uma vez que não lidaram com os topônimos. Definidos os métodos, a seguir, na seção 5, tecemos algumas considerações gerais sobre a toponímia levantada.

4 Toponímia de Bissau: considerações gerais

A partir dos dados retirados de Serviço de Cadastro e Topografia da Câmara Municipal de Bissau, acrescidos de dados conhecidos por nós, reportados pelos informantes e que não constam do referido documento, elencamos 101 topônimos distintos na região do SAB, os quais estão distribuídos em uma área de 77 Km² ocupada por, aproximadamente, 387.909 habitantes.

O exame de cada item lexical que integra a toponímia do SAB permitiu, a exemplo do trabalho de Balduino, Araujo e Agostinho (2021), o agrupamento de dois conjuntos de dados: um composto por itens não português e outro composto por itens português, como indicado na tabela 3.

Tabela 3. Distribuição percentual dos Topônimos do SAB em relação à filiação linguística

<i>Filiação</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>%</i>
Não portuguesa	47	46,5
Portuguesa	54	53,5
Total	101	100

Fonte: elaboração dos autores.

parte do seu tempo para consultarem – quando necessário – parentes mais velhos a respeito de um dado assunto, respeitando a senioridade, assumindo, assim, a condição de que os mais velhos tendem a saber mais que os mais novos, dando, portanto, continuidade ao processo de transmissão de conhecimento de geração em geração através da oralidade.

Como visto, a maioria (53,5%) dos topônimos analisados é de filiação portuguesa, enquanto o restante (46,5%) não o é. Por filiação portuguesa entende-se aqueles que contêm itens somente em português, e filiação não portuguesa aqueles que possuem termos que não são da língua portuguesa. Todos merecerão nossa análise nas seções que se seguem, e igualmente serão apresentados, classificados e analisados semanticamente os topônimos, considerando ambos os grupos.

4.1 Topônimos não português

Os topônimos que integram a categoria não português subdividem-se em três microgrupos a saber: (i) línguas autóctones, (ii) composições híbridas entre o português e as línguas autóctones, bem como entre as diferentes línguas autóctones entre si e (iii) termos cujas filiações desconhecemos. Observamos, aqui, que no caso da toponímia do SAB, a categorização proposta por Balduino, Araujo e Agostinho (2021) para São Tomé deve ser ampliada, pois o perfil toponímico do SAB comporta uma variedade maior de sintagmas toponímicos resultantes do contato – resultado já esperado diante da realidade sociolinguística da Guiné-Bissau. A seguir, no quadro 1, apresentamos um quadro com o levantamento de todos os topônimos de filiação não portuguesa, separando-os nos microgrupos (i) – (iii).

Quadro 1. Topônimos do SAB de filiação não portuguesa

HÍBRIDOS	FILIAÇÃO AUTOCTONE	FILIAÇÃO DESCONHECIDA
1. Rui Djassi	1. Boé	1. Amedalai
2. António Mbana	2. Gabu	2. Hafia
3. Aguinaldo Embaló	3. Mindara	3. Mariem N'Guabi
4. Ernestina (Titina) Silá	4. N'Tula	4. Lamine Injai
5. Bissanu bedju	5. Plack	5. Gabu
6. Cuntum Madina	6. Psack	6. Tcada
7. Homaro Torizo Tchada	7. Brá	7. Cacheu
8. Sacô ²⁰ Vaz	8. Quelele	8. Pindjikiti
9. José Carlos Schwarz	9. Cuntum	9. Mpantchá
10. Tcon di Pepel Varela	10. Calequir	
11. Cintra Nema	11. Bandé	
12. Reino Gã Beafada	12. Pilum	
13. Pilum di bas	13. Missira	
14. Pilum di riba	14. Plubá	
15. Mon di Timba	15. Pansau Na Isna	
16. Lala Kema	16. Gã Sanha	
17. Eduardo Mondlane	17. Gã Coté	
18. Joaquim Ncom	18. Pefine	
19. Alto Crim		
20. Engenheiro Quinhote		
TOTAL		47

Fonte: elaboração dos autores

²⁰ Atendendo a solicitação dos pareceristas, esclarecemos que *Sacô* – com o acento primário na última sílaba, portanto uma palavra oxítone, é um sobrenome (e, em certos casos, um nome próprio) comum a grupos étnicos como fula, mandinka, entre outros. Ela não é homófona, nem homógrafa a “saco” do português.

Os topônimos em línguas autóctones são aqueles constantes no documento oficial da Repartição de Cadastro Urbano de Bissau, bem como aqueles reportados pelos informantes e que não constam do referido documento. Os topônimos híbridos abrangem composições de português e de línguas autóctones, assim como composições de duas línguas autóctones distintas. Vale salientar que muitos topônimos híbridos já o são em sua origem porque são antropotopônimos, e não um hibridismo de primeira mão ou tradicional. O processo já estava consolidado no nome utilizado.²¹ Por fim, os topônimos de filiação desconhecida incluem termos que não pertencem ao português e que os falantes não reconhecem como pertencentes às línguas autóctones. A tabela 4 apresenta essa divisão, traz a ocorrência dos topônimos e mostra sua percentagem geral, bem como seu percentual em relação ao grupo não português. Logo, os topônimos em línguas autóctones correspondem a 38,2% (18/47) dos topônimos do grupo não português, ao passo que, no que diz respeito ao corpus geral, contempla 17,8% (18/101). Já os topônimos híbridos abarcam 42,5% (20/47) do grupo não português e 19,8% (20/101) do corpus total. Por fim, os topônimos de filiação desconhecida equivalem a 19,1% (09/47) do grupo de topônimo não português e a 8,9% (09/101) do levantamento geral.

Tabela 4. Distribuição percentual dos Topônimos do SAB em relação à filiação africana

<i>Filiação</i>	<i>Ocorrências</i>	<i>% Não portuguesa</i>	<i>% Geral</i>
Línguas autóctones	18	38,2	17,8
Híbrida	20	42,5	19,8
Desconhecida	09	19,1	8,9
Total	47	100	46,5

Fonte: elaboração dos autores.

Focando nos topônimos em línguas autóctones, observamos que esses são majoritariamente pertencentes ao pepel, uma língua do grupo étnico do mesmo nome que, segundo a memória coletiva do povo e a própria história oficial, foi o primeiro habitante de Bissau (ver CAMPOS, 2016). Todavia, para além do pepel, são observadas, também, ocorrências de topônimos em línguas tais como mandika, fula e balanta, porém em menor número. Dessa forma, por meio da tabela 5, observamos que o pepel corresponde a 72,2% (13/18) do grupo de topônimos em línguas autóctones, ao passo que o mandika compreende 16,7% (03/18) e o fula e o balanta correspondem, respectivamente, a 5,5% (1/18) do grupo em evidência (cada língua com uma ocorrência).

²¹ Apropriamo-nos do comentário de um dos pareceristas ao nosso texto para fazer essa ressalva, a quem agradecemos a contribuição.

Tabela 5. Línguas que compõem os topônimos em línguas autóctones do SAB

<i>Língua</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>% total</i>
Pepel	13	72,2	13
Mandinka	03	16,7	2,9
Fula	01	5,5	0,9
Balanta	01	5,5	0,9
Total	18	100	17,8

Fonte: elaboração dos autores.

Analisando, em conjunto, os topônimos em línguas autóctones e os topônimos híbridos, os quais são compostos, também, por línguas locais, notamos que, para além das línguas pepel, mandinka, balanta e fula já mencionadas, topônimos em kriol são também observados. Assim, apresentada a distribuição dos topônimos em línguas autóctones, na tabela 5 acima, expomos, no quadro 2 a seguir, alguns exemplos dos topônimos em pepel, mandinka, balanta, kriol e fula.

Quadro 2. Exemplos de topônimos do SAB formados por línguas locais: pepel, mandinka, balanta, kriol e fula

<i>Língua</i>	<i>Topônimo</i>	<i>Significado</i>
Pepel	Quelele	Foroba ²²
	Cuntum	Boca, no sentido de papiar, conversar
	Bra	Lugar onde se pode beber
	Plack	Pedra
	Pilum	Mandipli/Cajá
Mandinka	Gã Sanha	Lit. habitação dos Sanha
Balanta	Pansau Na Isna	Nome próprio histórico
Kriol	Tcon di pepel	Chão dos pepel
Fula	Boé (plural <i>bowal</i>)	Local sem árvore em uma floresta, com água parada e pedras ao redor

Fonte: elaboração dos autores.

Apesar de não estarem dicionarizados (pelo menos nos dicionários a que tivemos acesso, como, por exemplo, Scantamburlo (2002) e Stein (2021)), todos os topônimos no quadro 2, exceto *Gã Sanha*, foram coletados do documento oficial. É interessante notar, a partir do quadro 2, como os lugares eram designados de acordo com a cosmovisão – no sentido subjetivo de ver e entender o mundo – dos diferentes grupos étnicos do SAB, envolvendo, ainda, o meio socio-natural circundante.

²² Planta da família das leguminosas cujo fruto comestível é constituído de vagens de casca castanha com grãos envolvidos por uma farinha amarela (SCANTAMBURLO, 2002).

A esse respeito, o lugar onde tinha muita *spondias monbin*, nome científico para cajazeira, por exemplo, foi designado *pilum* em pepel, que significa literalmente ‘cajazeira’ em português e ‘mandipli’ em kriol, segundo os informantes da pesquisa. *Pilum* é hoje um dos bairros mais populares de Bissau. O mesmo processo se aplicou a *Bra* e *Plack*, significando o primeiro ‘lugar onde se pode beber’, uma vez que se trata de zona de *bolanha* ‘rio ou pântano’, e o segundo, ‘pedra’, isto é, lugar repleto de pedras. O termo *Gã*, em mandinka, é um “prefixo que entra na formação de substantivos, exprimindo a ideia *lugar de habitação*” (SCANTAMBURLO, 2002, p. 205), e, *Sanha*, um sobrenome comum na África Ocidental. Desse modo, o termo *Gã Sanha* estaria relacionado a uma única ou a um conjunto de habitações, um povoado ou uma aldeia pertencente e/ou fundada pela família ou clã *Sanha*. O prefixo *Gã*, ademais, é observado em outro topônimo, *Gã Coté*, para o qual cabe a mesma explicação de *Gã Sanha*, com uma diferença interpretativa sutil, uma vez que se trata, aqui especificamente, de um aglomerado, povoado ou habitação da família ou clã *Coté*, e não *Sanha*.

Por sua vez, *Pansau Na Isna*, um historiotopônimo e antropotopônimo ao mesmo tempo, é de filiação linguística balanta, compartimentado em *Pansau*, que pode ser traduzido como a extinção de um agregado familiar, e *Na Isna*, um sobrenome para uma linhagem dentro do grupo étnico balanta, que quer dizer a linhagem dos pacíficos. O *Tcon di pepel*, no sentido toponímico, diz respeito ao domínio ou regulado pertencente ao povo pepel. *Tcon*, por si só, é o mesmo que *terra* em português. Por fim, *Boé*, *bowal no plural*, historiotopônimo e corotopônimo simultaneamente, provém do fula e tem o sentido de local destituído de árvore em uma floresta, com água parada e pedras ao redor.

Ainda em relação aos dados do grupo não português, alguns topônimos são formados por itens lexicais de mais de uma língua, caracterizando os topônimos híbridos. Em (1a), por exemplo, tem-se o topônimo formado de item lexical do português e mandinka, em (1b) do kriol e mandinka e em (1c) do pepel e kriol.

1. a) Reino *Gã Beafada*
b) *Mon di timba*
c) *Bissau bedju*

Em (1a), enquanto *reino* é um termo português para designar país ou estado governado por um rei ou rainha, *gã*, prefixo que exprime a ideia de lugar de habitação, é um termo mandinka introduzido para o kriol com o mesmo significado que possui em mandinka, isto é, que indica a ideia do lugar de habitação, conforme referido anteriormente. Por seu turno, em (1b), a composição sintagmática toponímica preposicionada é formada pelos itens lexicais *mon* ‘mão’ e *di* ‘de’, ambos do kriol, mais o *timba* (ou *timpa*), outro termo oriundo do mandinka, que designa uma espécie de animal mamífero quadrúpede que foi igualmente introduzido para o kriol com o mesmo significado. Notamos, assim, que a toponímia híbrida do SAB pode ser formada por duas línguas autóctones e não, necessariamente, por um item português e outro não português. Por fim, em (1c), *Bissau* deriva do pepel *N'sasu*, uma das muitas linhagens do grupo étnico pepel, que posteriormente evoluiu para *Bissau*, ao passo que *bedju*, do kriol, significa ‘velho’ em português.

Na tabela 6, apresentamos a distribuição dos topônimos híbridos do SAB. Os topônimos constituídos por elementos em português e língua autóctone, como *Reino Gã Beafada*, correspondem a 65% (13/20) do grupo híbrido e a 13% (13/101) do corpus geral. De outro modo, os topônimos híbridos formados por duas línguas autóctones distintas, como *Mon di timba*, correspondem a 35% (7/20) dos dados híbridos – e 7% (7/101) do corpus total.

Tabela 6. Natureza dos topônimos híbridos do SAB

<i>Elementos</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>% total</i>
Português + Autóctone	13	65	13
Autóctone + Autóctone	7	35	7
Total	20	100	17,8

Fonte: elaboração dos autores.

Nesta seção, apresentamos o levantamento dos topônimos de formação não portuguesa do SAB. Verificamos, de maneira geral, que os topônimos desse grupo se relacionam, intrinsecamente, ao contexto sociolinguístico da cidade de Bissau, evidenciando seu caráter multilíngue e, mesmo, multiétnico. Isso transparece não somente na toponímia formada por itens autóctones, como também pode ser constatado nos topônimos de natureza híbrida que comportam tanto elementos em português e em línguas autóctones, como também abarcam itens autóctones de línguas distintas. Embora ainda preliminar, o levantamento realizado nesta seção indica a necessidade de contemplar mais detidamente, em estudos futuros, os topônimos em línguas autóctones, ampliando o corpus e avaliando quais línguas compõem o perfil toponímico do SAB, especialmente do grupo híbrido, no qual observamos a combinação de diversas línguas locais. Discutido os topônimos do grupo não português, apresentamos, a seguir, na seção 5.2, os dados compostos por elementos em português.

5.2 Topônimos em português

Um escrutínio à toponímia de origem portuguesa do SAB mostra que os topônimos podem constituir-se de diferentes categorias: quanto aos elementos que constituem o topônimo no que diz respeito ao referente espacial e linguístico, os topônimos podem revestir-se de sintagmas contendo elementos genéricos (2a,b); quanto à estrutura morfológica, simples e composta, como em (2c,d) e (2e,f) respectivamente, e estrutura numérica (2g,h).

2. a) Casa Escada
b) Entrada de Flor (em oposição à Entrada de Capela)
c) Veterinária
d) Granja
e) Vitorino Costa
f) Bairro Militar
g) 14 de Novembro
h) 3 de Agosto

No que concerne aos elementos genéricos, o estudo reuniu 22 dados genéricos diferentes para a toponímia do SAB, em um conjunto de 34 ocorrências. Isso significa que alguns dos referidos elementos ocorrem mais de uma única vez, conforme se verifica na tabela 7. O termo genérico *Rotunda*, servindo-se de exemplo, é frequentemente usado para se referir à praça de forma circular (SCANTAMBURLO, 2002), sendo empregado em uma composição sintagmática toponímica, geralmente, antes de um elemento específico, conforme descrito em (3).

3. a) *Rotunda* de Quelele
b) *Rotunda* de Aeroporto
c) *Rotunda* de Amura

Em (3), temos o que poderia ser qualquer “praça de forma circular” sendo singularizado, particularizado pelos substantivos preposicionados com os quais formam uma composição sintagmática toponímica. Os elementos genéricos na toponímia portuguesa do SAB são discriminados na tabela 7 abaixo:

Tabela 7. Ocorrência de elementos genéricos na toponímia portuguesa da Cidade de Bissau

<i>Genérico</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Genérico</i>	<i>Ocorrência</i>
Flor	1	Granja	1
Baixada	1	Bombeiro	1
Lagoa	1	Aeroporto	1
Bairro	2	Igreja	2
Cidade	2	Zona	4
Sobrado	1	Veterinária	1
Casa	1	Matadouro	1
Prédio	1	Rua	2
Escada	1	Entrada	2
Rotunda	3	Alto	2
Capela	1		Total
Praça	2		34

Fonte: elaboração dos autores.

Na tabela 7, o termo “entrada” é, *per si*, um elemento genérico, e poderia se referir a qualquer “entrada”. Para a constituição de um sintagma toponímico, é necessária uma construção que é posposta a ele, como “de Flor” ou “de Capela”, formando uma unidade toponímica, como em (4a,b). Em (4b,c) os elementos genéricos são determinados opondo os sintagmas toponímicos: *Cidade Lisboa versus Cidade Moura* e *Zona 7 versus Zona das Embaixadas*, tendo *cidade* e *zona* como elementos genéricos. O mesmo processo se aplica a “Bairro”, exemplo em (4d).

4. a) Entrada de Flor / Entrada de Capela
b) Cidade Lisboa / Cidade Moura
c) Zona 7 / Zona das Embaixadas
d) Bairro D’Ajuda / Bairro Militar

Ademais, pode-se, também, desambiguar os topônimos adjetivando-os (5a) ou mesmo numerando-os (5b).

- | | | | | |
|----|----|------------------------|---|------------------------|
| 5. | a) | Bairro D'Ajuda 1ª fase | / | Bairro D'Ajuda 2ª fase |
| | b) | Rua 13 | / | Rua 15 |

É possível argumentar que termos como *militar*, *embaixada* e *flor*, por exemplo, são itens lexicais independentes e poderiam formar topônimos isoladamente. Esse é um argumento válido porque enunciados linguísticos podem, naturalmente, se revestir de funções toponímicas sem depender de outros elementos linguísticos. No entanto, nas composições em que aparecem, não foi o que ocorreu. Eles devem ser lidos como formando uma relação de interdependência, traduzido em uma base composta, na qual, o que seria um substantivo comum em termos linguísticos, como *militar* e *flor*, somente constitui topônimos integrando-se a uma base composta, e não isoladamente. Assim, apesar de itens como *militar* e *flor*, provavelmente, terem desempenhado um papel decisivo na designação do topônimo, ninguém mora em *militar*, em *embaixada* ou em *flor*. Pelo contrário, se perguntados, os moradores desses lugares certamente diriam que moram no *bairro Militar*, na *zona das Embaixadas* e na *entrada de Flor*. Contudo, além desses exemplos, registram-se substantivos na toponímia do SAB, exemplificados em (6).

6. a) Granja
- b) Veterinária
- c) Enterramento
- d) Bombeiros
- e) Aeroporto
- f) Matadouro

Os exemplos em (6) demonstram que uma das estratégias de criar topônimos no SAB é a partir de lugares físicos, respeitantes às atividades profissionais e/ou aos locais de trabalho. São os denominados sociotopônimos, uma categoria toponímica relevante em nossos dados. Sendo, possivelmente, frutos da urbanização ocorrida na região, os sociotopônimos ocupam, com 11 aparições, 10% de ocorrências examinadas, isto é, o quarto lugar entre os topônimos de natureza antropocultural, e, com 9,2%, mantêm-se na mesma posição no cômputo geral, envolvendo, portanto, a natureza física.

Ainda, observando os dados e conjecturando suas relações com o processo de urbanização do SAB, podemos hipotetizar que primeiro esses lugares foram erguidos e depois a cidade cresceu aos seus entornos. Efetivamente, do ponto de vista histórico, isso se sustenta. O aeroporto – um lugar em que ocorre tráfego aéreo, e, portanto, pouso e decolagem de aeronaves, embarque e desembarque de passageiros – que dá o nome ao bairro, foi inaugurado em 1955 (SILVA, 2006), quase duas décadas antes da independência do país, uma época em que o SAB se resumia a certos redutos mais ao centro da cidade, hoje chamado de *Bissau bedju*. “Granja” é outro dado que sustenta a nossa argumentação. Originalmente *Granja do Pessubé*, o topônimo foi concebido no seu sentido autêntico durante a invasão portuguesa, designando uma pequena propriedade rural em que se explora uma atividade agrícola em pequena escala. Essa propriedade, conforme Silva (2006, p. 5), foi visitada em 1953 por um importante

representante do governo da metrópole, o Subsecretário de Estado Raúl Ventura, que, “na companhia dos Engenheiros Agrônomos Nobre da Veiga e Amílcar Cabral, foi ela percorrida em detalhe”. Hoje o que existe é a “Granja” não no seu sentido original, mas um local tomado pela cidade e que mantém sua designação primitiva.

Nesta seção, apresentamos o levantamento da toponímia portuguesa do SAB, a qual corresponde a 53,5% de nosso corpus. O português, na Guiné Bissau, embora detenha o estatuto de língua oficial, é empregado, sobretudo, como segunda língua, ao passo que o crioulo e outras línguas locais são amplamente faladas no país. Esse fato (socio)linguístico é observável em sua toponímia, visto que, apesar de ser majoritariamente composta por itens em português, essa também é amplamente formada por itens cuja filiação linguística está relacionada a diferentes línguas africanas. Nesse sentido, ainda que os topônimos portugueses sejam predominantes no SAB, não podemos considerar esse fato como representativo de um potencial prestígio sociopolítico que a língua portuguesa possui na Guiné-Bissau, visto que, percentualmente, essa sobressalência não é muito evidente: 53,5% topônimos portugueses vs 46,5% topônimos não portugueses.²³

5.3 Classificação semântica da toponímia do SAB: uma análise preliminar

Do ponto de vista semântico, procedemos a uma classificação dos topônimos considerando sua natureza física e antropocultural seguindo o modelo taxionômico proposto por Dick (1992). Na tabela 8 encontram-se especificados os topônimos de natureza física (Dimensiotopônimos e Fitotopônimos), enquanto que, na tabela 9, apresentamos os topônimos de natureza antropocultural (Animotopônimo, Antropotopônimos, Cronotopônimos, Ecotopônimos...).

Tabela 8. Ocorrência dos topônimos de natureza física na toponímia do SAB

<i>Grupo</i>	<i>OCOR.</i>	<i>%</i>	<i>Exemplo</i>
Dimensiotopônimos (traços dimensionais)	4	30,7	Pilum di bas
Fitotopônimos (nomes de vegetais)	3	23,1	Quelele; Pilum
Geomorfotopônimos (relevo, elevação, depressão)	1	7,7	Baixada
Hidrotopônimos (acidentes hidrográficos)	3	23,1	Santa Lagoa; Lala Kema
Litotopônimos (minerais e constituição do solo)	2	15,4	Plack; Psack/Bissaque
Subtotal	13	100	
Total	119	10	

Fonte: elaboração dos autores

²³ Esta pesquisa não lidou com essa questão. Somente um estudo que considerasse a circulação desse idioma, o seu uso efetivo e a sua importância na vida daqueles que o usa, pode chegar a essa conclusão.

Neste estudo, tanto em português como em línguas autóctones, somente 10% (13/119) dos topônimos do SAB podem ser classificados semanticamente como pertencentes à natureza física no conjunto de dados analisados como um todo. Considerando apenas essa categoria, apresentada na tabela 8, Dimensiotopônimo (30,7% 4/13) aparece na primeira posição como a que mais ocorreu, já Fitotopônimos e Hidrotopônimos estão empatados na segunda posição com 23,1% (3/13) de ocorrência. Litotopônimos (15,4% 2/13) e Geomorfotopônimos (7,7% 1/13), com menos aparições, completam o ranqueamento. As demais categorias não foram vistas.

Por seu turno, os topônimos de natureza antropocultural, na tabela 9, perfazem 90% (106/119) do corpus. Dado o volume dessa tabela e por questões de objetividade, não comentaremos os dados na sua íntegra. Contudo, destacamos alguns componentes integrantes dessa categoria, como os historiotopônimo, os antropotopônimos e os corotopônimos.

Tabela 9. Ocorrência dos topônimos de natureza antropocultural na toponímia do SAB

Grupo	OCOR.	%	Exemplo
Animotopônimo ou (vida psíquica e espiritual)	2	1,8	Bairu Di Ajuda ²⁴
Antropotopônimos (prenomes, apelidos de família, hipocorísticos, alcunhas)	18	16,9	Pansau Na Isna
Axiotopônimos (antropotopônimos acrescidos de títulos)	2	1,8	Dr. Severino Gomes de Pina; Eng ^o . Quinhote
Corotopônimos (relativo a nomes de cidades, países, etc.)	13	12	Cidade de Lisboa; Boé; Brasil; Nigéria; Luanda
Cronotopônimos (indicação cronológica)	1	0,9	Bissau Bedju
Ecotopônimos (relativo à habitação em geral: casa, sobrado, etc)	3	2,8	Sobrado; Casa Escada; Prédio Libanês ²⁵
Etnotopônimos (elementos étnicos)	4	3,7	Tcon di Pepel; Reino Gã Beafada
Hierotopônimos (sagrados; religiosidade)	7	6,6	Capela; São Paulo; Santa Luzia;
Historiotopônimos (relembam a história do país, seus personagens e datas)	34	32,0	14 de Novembro; 3 de Agosto; Osvaldo Vieira; Pindjiguiti;
Numerotopônimos (relativo a adjetivos e numerais)	4	3,7	Pefine; zona 7
Sociotopônimos (atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de encontro de membros da sociedade)	11	10	Veterinária; Matadouro; Granja; Bombeiros; Aeroporto; Lambike/Lambico
Somatopônimos (metáfora a partes do corpo humano ou animal)	2	1,8	Mon di Timba; Cuntum
Aqueles cujas motivações desconhecemos	7	6,6	Tcada; Hafia
Subtotal	106	100,6	
Total	119	90	

Fonte: elaboração dos autores

²⁴ *Bairu Di Ajuda* é a forma popular para a forma oficial *Bairro D' Ajuda*.

²⁵ Ressaltamos que *Casa Escada* e *Prédio Libanês*, assim como todos os outros topônimos, são classificados de acordo com uma taxonomia própria. Apesar de não se referirem a bairros especificamente e de estarem relacionados à habitação de modo geral, ambos os topônimos denotam lugares particulares, podendo ser agrupados em “outros elementos antrópicos”, o que faz jus a classificação atribuída.

Com efeito, o *historiotopônimo*, que remete à história do país, seus personagens e datas, equivale a 32% (34/106) dos *topônimos* de natureza antropocultural; o *antropotopônimo* perfaz a segunda posição com um total de 16,9%, 18 aparições em um total de 106. Nessa categoria vão aparecer alguns *historiotopônimos*, os quais relembram também a história do país, sobretudo no tocante a datas e personagens. Em nossa análise é essa a categoria dos *topônimos* (a do *historiotopônimo*) que mais apareceu considerando o corpus como um todo. Esse fato pode ser relacionado diretamente ao passado colonial do país, cuja independência política de Portugal só se alcançou após uma luta armada que durou mais de uma década. Desse modo, os *historiotopônimos* não seriam apenas em homenagem a pessoas que influenciaram direta ou indiretamente esse processo, mas uma forma de imortalizá-las e eternizar alguns marcos importantes da história do SAB, em particular, e do país como um todo. Dada sua pertinência, apresentaremos, nesta mesma seção, uma tabela específica com alguns desses *historiotopônimos* mostrando como eles se relacionam com a história do país. Mas, antes disso, falaremos dos *corotopônimos*.

Os *corotopônimos* – a outra categoria a se destacar em nossa análise – são relativos a nomes de cidades, países, e aparecem com 12% (13/106) de ocorrência na tabela 9. Nessa classe aparecerão designativos de lugares que remetem a cidades-capitais ou a países com os quais a Guiné-Bissau mantém relações diplomáticas e de cooperação em diversos domínios e que inclusive compartilham do mesmo processo histórico que foi a colonização, portuguesa ou não (*Rua Moçambique, Rua Angola, Av. Brasil, Luanda, Rua São Tomé, rua Cabo Verde, Av. Nigéria*, entre outros). E, ainda, nomes de cidades interioranas do próprio país que dão nome a ruas da capital Bissau: *rua Cacheu, rua Boé, rua Gabu*, e assim por diante. Isso nos traz de volta aos *historiotopônimos*, pois essas cidades, tal e qual outros *topônimos* integrantes desse grupo, carregam consigo importantes marcos históricos do país conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3. Ocorrência de *historiotopônimo* na toponímia do SAB

<i>Topônimo</i>	<i>Sua relação com a história do país</i>
3 de Agosto	Nessa data, em 1959, a polícia portuguesa matou cerca de 50 trabalhadores marítimos grevistas (marinheiros, estivadores etc.) que reivindicavam o aumento do salário;
Pindjiguiti	Local onde ocorreu o massacre de 3 de agosto de 1959;
Rua Boé	Além de sediar eventos importantes como o 2º congresso do PAIGC, a cidade de Boé foi o local da Proclamação da Independência do país, em 24 de setembro de 1973;
Bairro 24 de Setembro	Proclamação da Independência ocorrida em 1973;
Praça Ernestina “Titina” Sila	Combatente de liberdade da pátria e uma das figuras mais importantes da luta pela independência do país;
Av. Amílcar Lopes Cabral	Para muitos, o arquiteto e expoente máximo da luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde;
Av. 14 de Novembro	Golpe militar de 1980 que depôs do poder Luís Cabral, o 1º presidente da Guiné-Bissau, que estava no poder desde 1973;

Rua Cacheu	“Caminho de Escravo”, como hoje é lembrado, Cacheu foi a primeira região a ser colonizada. Os portugueses teriam-no atingido em 1444 ou 1446;
Rua Gabu	Nação Kaabunké, “Kaabu”, atualmente “Gabu”, foi um importante reino onde se começou a desenhar aquilo que hoje é o Estado guineense.

Fonte: elaboração dos autores

A predominância dos historiotopônimos na toponímia do SAB – conforme já referido – é provável que seja devido ao passado histórico colonial daquele país africano e de alguns acontecimentos que imediatamente o sucederam, como o golpe militar de 14 de novembro de 1980. Visto que esse acontecimento trouxe impactos significativos para a história local, sendo liderado pelo partido que, logo após a independência, conduziu o destino do país por mais de duas décadas em regime de partido-Estado ou partido único – o PAIGC – a toponímia do SAB é atravessada por tal referência histórica. Os lugares são, assim, nomeados a partir de nomes de pessoas ou de marcos históricos que caracterizaram e caracterizam o processo de independência, constituindo a toponímia local um ato simbólico significante à história local. O fato de o PAIGC ser quem conduziu a luta e governou o país logo depois da guerra não deve ser visto como um aspecto decisivo para que tenhamos tantos historiotopônimos ligados à luta. Qualquer que fosse o movimento ou o partido que assumisse o poder depois da luta, a toponímia de Bissau certamente registraria – não sabemos em que medida – historiotopônimos ligados ao processo colonial, pois a guerra, além de ser um ato político, foi um assunto nacional e contou com a participação de todas as tribos e de todas as etnias.

Considerações finais

A toponímia do SAB é constituída por topônimos em língua portuguesa, em línguas autóctones e, algumas vezes, por intersecções linguísticas formadas por elementos de ambas as naturezas, ou mesmo por dois elementos autóctones, mas pertencentes a línguas distintas. Desse modo, o perfil toponímico do SAB reflete o cenário multilíngue local. O português, apesar de ser a língua oficial da Guiné-Bissau, não é praticamente usado em comunicações espontâneas, até mesmo nas instituições do Estado. Mas, independentemente disso, os números a que este estudo chega mostram a presença do português no léxico toponímico do SAB: 53,5%. Em contrapartida, o alto índice de representatividade de topônimos em línguas autóctones (46,3%), além de transparecer a conjuntura multilíngue local, pode indicar a resistência dessas línguas perante uma língua com capital linguístico considerável, que é o português. Essa questão, no entanto, deve ser avaliada perante novos trabalhos sociolinguísticos e toponímicos. Este estudo é ainda preliminar e, por isso, algumas questões levantadas, como essa e outras, precisam ser deslindadas. Em trabalhos futuros voltados à toponímia do SAB, é relevante examinar os variados estratos linguísticos identificados nos perfis toponímicos aqui mencionados.

Referências

- AMADO, L. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. **Africana Studia**, n. 8, p. 109-135, 2005. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/view/7175. Acesso em: 30 ago. 2021.
- ARAUJO, G. A. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe? In: SOUZA, Sweder; OLMO, Francisco Calvo del (org.). **Línguas em português – A Lusofonia numa visão Crítica**. Porto: Universidade do Porto Press, 2020. p. 173-197.
- ARENAS, F. **África lusófona: além da independência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- AUGEL, J. O crioulo da Guiné-Bissau. **Afro-Ásia**, [S. L.], n. 19-20, p. 251-254, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20957>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- AUGEL, M.P. **O desafio do escomburo. Nação, identidade e pós-colonialismo na literatura de Guiné-Bissau**. [S. L.]: Garamond, 2007.
- BALDUINO, A.; ARAUJO, G. Discutindo a toponímia portuguesa e autóctone em São Tomé e Príncipe. In: RAMOS, J. et al. **Macau e a língua portuguesa: novas pontes a oriente**. Macau: Instituto Politécnico de Macau, p. 83-101, 2020. Disponível em: <https://repository.um.edu.mo/handle/10692/114269>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- BALDUINO, A.; ARAUJO, G.; AGOSTINHO, A. L. São Tomé and Príncipe's toponymy. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 43, n. 2, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v43i2.56485>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BAPTISTA, M. **Le Créole de Guinée-Bissau: genèse et situation sociolinguistique**. L'Harmattan, Paris, p. 69-72, 2000. Disponível em: <http://africultures.com/le-creole-de-guinee-bissau-1281/>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- BARRY, B. A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia. **Soronda: Revista de estudos guineenses**, [S. L.], V. 9, p. 3-21, 1990.
- CABECINHAS, R; NHAGA, N. **Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal**, 2008. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9320>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- CAMPOS, A. **História da Guiné-Bissau em datas**. [S. L.]: [S. N.], 2012.
- CAMPOS, A. **História da cidade de Bissau (até 1915)**. 2. ed. [S. L.]: [S. N.], 2016.
- CANDÉ MONTEIRO, A. O. Guiné Portuguesa versus Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do Estado guineense. **A cor das letras**, v. 12, n. 1, p. 223-238, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/cl.v12i1.1494>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- CARVALHINHOS, P. **A toponímia portuguesa: um recorte linguístico do Douro ao Tejo**. 1998. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.
- CARVALHINHOS, P. Projeto Atlas Toponímico de Portugal: Informes iniciais, critérios, recorte: projeto variantes lexicais na Toponímia Portuguesa. A questão do genérico. **Anais do SILEL**, v. 1, p. 1-10, 2009. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2009_gt_lg04_artigo_6.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.
- CARVALHO, C. S. P. de. **Guiné-Bissau: a instabilidade como regra**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política Cidadania e Governança, Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/5960/1/Celisa%20Carvalho%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

COUTO, H. H. do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Helmut Buske Verlag, 1994.

COUTO, H. H. do; EMBALÓ, F. **Literatura, língua e cultura na Guiné- Bissau: um país da CPLP**. [S. L.]: Thesaurus, 2010.

DIAS, E. C. A identidade muçulmana kaabunké: um processo de construção identitária sui generis na senegâmbia. In: Colóquio internacional: estados, poderes e identidades na África subsaariana, 6., 2003, Porto. Atas. Porto: [S. N.], 2003, p. 57-74. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6905.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia no brasil: coletânea de estudos**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1992

DICK, M. V. P. A. Atlas toponímico do brasil: teoria e prática ii. **Trama**, [s. l], p. 141-155, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rt.v3i5.965>. Último acesso em: 01 mar. 2023.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos**. 1980. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980.

DICK, M. V. P. A. Atlas Toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philogus**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 61-69, 1998.

DICK, M. V. P. A. O problema das taxionomias toponímicas: uma contribuição metodológica. **Língua e Literatura**, [s. l], p. 373-380, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1975.122791>. Acesso em: 01 mar. 2023.

DICK, M. V. P. A. Origens históricas da toponímia brasileira: os nomes transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l], n. 24, p. 75-96, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i24p75-96>. Acesso em: 01 mar. 2023.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia do Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. Ed. São Paulo, Serviço Gráfico da FFLCH, 1990.

DJALÓ, T. **O mestiço e o poder: identidades, dominações e resistências na Guiné**. Lisboa: Nova Veja, 2012.

ETHNOLOGUE. **Language of the world: language codes**. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/>. Acesso em: 0 mar. 2023.

FARACLAS, N.; *et al.* Creoles and acts of identity: convergence and multiple voicing in the Atlantic Creoles. **Papia: revista brasileira de estudos do contato linguístico**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 173-198, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vanessa-Austin-3/publication/314041821_Creoles_and_acts_of_identity_convergence_and_multiple_voicing_in_the_Atlantic_Creoles/links/58b1e216a6fdcc6f03f932d5/Creoles-and-acts-of-identity-convergence-and-multiple-voicing-in-the-Atlantic-Creoles.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

FREITAS, S. **Contribuições linguísticas cabo-verdiana e sefardita na formação do papiamento**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-13102016-145726/publico/2016_ShirleyFreitasSouza_VCorr.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

GARCIA, F. P. O Islão na África Subsariana. Guiné-Bissau e Moçambique, uma análise comparativa. **Africa Studia**, n. 6, p. 65-69, 2003. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/viewFile/7137/6557. Acesso em: 23 fev. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUINÉ-BISSAU. **Características socioculturais**. 3º Recenseamento Geral da População e Habitação (III RGPH), 2009.

INE. 2011. Instituto Nacional de Estatística (INE): **São Tomé e Príncipe em Números**. São Tomé: 2001. Disponível em: <http://http://www.ine.st/2012.html>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

INTUMBO, I. **Situação sociolinguística da Guiné-Bissau**. [s. l.]: [s.n.]. p. 1-7, 2012. Disponível em: https://www.didinho.org/Arquivo/SIT_LING_GB_Incanha.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

JAUARÁ, M. Os lusoafrikanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau. **África**, [s. l.], v. 26, n. 24, p. 119-145, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i24-26p119-145>. Acesso em: 06 mar. 2023.

KIHM, A. Substrate influences in Kriyol. *Creoles, Their Substrates, And Language Typology*, [S.L.], p. 81-103, 2011. **John Benjamins Publishing Company**. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/tsl.95.07kih>.

KIHM, A.; ROUGÉ, J. L. *Lingua de Preto, the Basic Variety at the root of West African Portuguese Creoles: a contribution to the theory of pidgin/creole formation as second language acquisition*. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 28, n. 2, p. 203-298, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263424057_Lingua_de_Preto_the_Basic_Variety_at_the_root_of_West_African_Portuguese_Creoles_A_contribution_to_the_theory_of_pidgincreole_formation_as_second_language_acquisition. Acesso em: 01 mar. 2023.

LIMA, A. **De Bracara Augusta a Braga: análise toponímica de um concelho português**. 2012. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

LIMA, A.; CARVALHINHOS, P. Los Pueblos de Portugal y el modelo denominativo medieval. In: Oliviu Felecan (Ed.), **Proceedings of Iconn**, p. 276 – 290, 2013. Disponível em: <https://www.diacronia.ro/en/indexing/details/V1499>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LOPES, C. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 9-28, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21086/14603>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LOPES, C. Resistência africanas ao controle do território: alguns casos da Costa da Guiné no séc. XIX. **Soronda: Revista de estudos guineenses**, n. 7, p. 5-16, 1989.

MANÉ, B. B. E. **Descrição e análise dos processos de formação de palavras por reduplicação no crioulo guineense (Guiné-Bissau)**. 2021. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-03052022-135318/en.php>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MANÉ, M. O Kaabu: uma das grandes entidades do património histórico Senegambiano. **Soronda: Revista de estudos guineenses**, n. 7, p. 17-30, 1989.

MARTINS, J. J. O. Relato do mercador André Álvares de Almada e sua utilização como fonte histórica no estudo das práticas religiosas dos povos da Guiné. **Anais do XIX Encontro Regional de História**. Profissão historiador: formação e mercado de trabalho. Juiz de Fora, jul., 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401484152_ARQUIVO_TextoANPUHFINAL.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

M'BUNDE, T. S. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. **Almanaque de Ciência Política**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 43-56, 1 set. 2017. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25193//iissn2526-8066.v1.n2.a3>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MUYSKEN, P.; SMITH, N. The study of pidgin and creole languages. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P. & SMITH, N. (ed.). *Pidgin and creole languages: an introduction*. Amsterdam: **John Benjamins Publishing Company**, 1995, p. 3-14.

NARO, A. J. A study on the origins of pidginization. *Language*, v. 54, n. 2, p. 314-347, 1978. Disponível em: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.2307/412950>. Acesso em: 01 mar. 2023.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. **Language contact**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

SCANTAMBURLO, L. **Dicionário do crioulo guineense**: dicionário guineense-português. Lisboa: Edições Colibri/FASPEBI, 2002.

SEABRA, M. C. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**: a Toponímia da Região do Carmo. 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ALDR-64KQ9A>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SILVA, A. E. D. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 9/10, p. 142-167, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.1236>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SOUSA, M. G. de. Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança. **Universidade Lusíada Editora**, Lisboa, p. 85-115, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.34628/j58n-bf22>. Acesso em: 06 mar. 2023.

STEIN, C. C. **Dicionário bilingue português-crioulo de Guiné-Bissau**. v. 1, João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

Apêndice

ANEXO I - Lista dos topônimos

- | | | | |
|-------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| 1. 24 de setembro | 27. Osvaldo Vieira | 52. São Paulo | 75. Pilum di bas |
| 2. Guerra Mendes | 28. Francisco Mendes | 53. 3 de Agosto | 76. Pilum di riba |
| 3. 12 de setembro | 29. Unidade Africana | 54. Enterramento | 77. Mon di Timba |
| 4. 19 de setembro | 30. Nações Unidas | 55. Santa Luzia | 78. Lala Kema |
| 5. Rua 6/Cidade de Moura | 31. Av. Brasil | 56. Bairro Militar | 79. Eduardo Mondlane |
| 6. Rua 7 | 32. Caetano Semedo | 57. Amilcar Lopes Cabral | 80. Joaquim Ncom |
| 7. Victorino Costa | 33. Combatente da Liberdade da Pátria | 58. Domingos Ramos | 81. Alto Crim |
| 8. Justino Lopes | 34. Lambike/Lambico | 59. Gabu | 82. Boé |
| 9. Dr. Severino Gomes de Pina | 35. Nigéria | 60. Mindara | 83. Gã Coté |
| 10. Rua 13 | 36. 14 de novembro | 61. N'Tula | 84. Pefine |
| 11. 5 de julho | 37. Veterinária | 62. Plack | 85. Amedalai |
| 12. Rua 15 | 38. Granja | 63. Psack | 86. Hafia |
| 13. Rua Moçambique | 39. Casa escada | 64. Brá | 87. Mariem N'Guabi |
| 14. Rua São Tomé | 40. Sobrado | 65. Quelele | 88. Lamine Injai |
| 15. Rua Angola | 41. Matadouro | 66. Cuntum | 89. GabuTcada |
| 16. Rua Cabo Verde | 42. Nossa Senhora de Fátima | 67. Calequir | 90. Cacheu |
| 17. Rua cidade de Lisboa | 43. Zona das embaixadas | 68. Bandé | 91. Pindjikiti |
| 18. Areolino Lopes Cruz | 44. Rui Djassi | 69. Pilum | 92. M'pantchá |
| 19. Bombeiro | 45. Tcon di Pepel Varela | 70. Missira | 93. Engenheiro Quinhote |
| 20. Entrada de flor | 46. Cintra Nema | 71. Plubá | 94. Ernestina (Titina) Silá |
| 21. Entrada de capela | 47. Reino Gã Beafada | 72. Pansau Na Isna | 95. Bissau Bedju |
| 22. Prédio Libanês | 48. Russio | 73. Gã Sanha | 96. Cuntum Madina |
| 23. 24 de setembro | 49. Bairro D'ajuda | 74. Sacô Vaz | 97. Homaro Torizo Tchada |
| 24. Aeroporto | 50. Bairro Internacional | | 98. José Carlos Schwarz |
| 25. Bairro das Embaixadas | 51. Penha | | 99. Lala Kema |
| 26. Belém | | | 100. António Mbana |
| | | | 101. Aguinaldo Embaló |

ANEXO II - Lista dos topônimos descritos no documento oficial e aqueles contemplados pelos pesquisadores

TOPÔNIMOS			
Relacionados no documento oficial			Relacionados pelos pesquisadores
1. 24 de setembro	33. Gabu	62. Bairro Militar	1. Entrada de flor
2. Guerra Mendes	34. Mindara	63. Enterramento	2. Entrada de capela
3. 12 de setembro	35. N'Tula	64. Santa Luzia	3. Granja
4. 19 de setembro	36. Plack	65. São Paulo	4. Casa escada
5. Rua 6=Cidade de Moura	37. Psack	66. 3 de Agosto	5. Sobrado
6. Rua 7	38. Brá	67. Amilcar Lopes Cabral	6. Mon di Timba
7. Victorino Costa	39. Quelele	68. Domingos Ramos	7. Lala Kema
8. Justino Lopes	40. Cuntum	69. Joaquim Ncom	8. Gã Sanha
9. Dr. Severino Gomes de Pina	41. Calequir	70. Alto Crim	9. Bissau Bedju
10. Rua 13	42. Bandé	71. Boé	10. Prédio Libanês
11. 5 de julho	43. Lambike/Lambico	72. Gã Coté	
12. Rua 15	44. Nigéria	73. Pefine	
13. Rua Moçambique	45. 14 de novembro	74. Amedalai	
14. Rua São Tomé	46. Veterinária	75. Hafia	
15. Rua Angola	47. Matadouro	76. Mariem N'Guabi	
16. Pilum	48. Nossa Senhora de Fátima	77. Lamine Injai	
17. Missirá	49. Zona das embaixadas	78. Gabu	
18. Plubá	50. Rui Djassi	79. Tcada	
19. Pansau Na Isna	51. António Mbaná	80. Rua Cabo Verde	
20. Osvaldo Vieira	52. Aguinaldo Embaló	81. Rua cidade de Lisboa	
21. Francisco Mendes	53. Ernestina (Titina) Silá	82. Areolino Lopes Cruz	
22. Unidade Africana	54. Cuntum Madina	83. Bombeiro	
23. Nações Unidas	55. Homaro Torizo Tchada	84. 24 de setembro	
24. Av. Brasil	56. Sacô Vaz	85. Aeroporto	
25. Eduardo Mondlane	57. Caetano Smedo	86. Russio	
26. M'pantchá	58. Combatente da Liberdade da Pátria	87. Belém	
27. Engenheiro Quinhote	59. José Carlos Schwarz	88. Bairro D'ajuda	
28. Pilum di bas	60. Tcon di Pepel Varela	89. Bairro Internacional	
29. Pilum di riba	61. Cintra Nema	90. Bairro das Embaixadas	
30. Pindjikiti		91. Penha	
31. Cacheu			
32. Reino Gã Beafada			
TOTAL			101

Article / Artículo

Hispanic toponymy of Chile: linguocultural and linguopragmatic approach

*Toponimia hispánica de Chile: enfoque lingüocultural y
lingüopragmático*

Irina A. Martynenko 

Kutafin Moscow State Law University, Russia

irineta@rambler.ru

<https://orcid.org/0000-0002-9798-3378>

Submitted: 08/12/2022 | Accepted: 16/02/2023

Abstract

The article provides a linguo-cultural and linguo-pragmatic analysis of the Hispanic toponymy of Chile. Geographical names are considered from historical, geographical, and linguistic perspectives. A semantic classification of the Chilean Hispanic geonames is presented. Examples of hagiotoponyms, anthropotoponyms, military toponyms, descriptive, expressive toponyms, etc. are provided, and their etymology and morphological structure are analyzed. The author concludes that, in general, the toponymic system of Chile is characterized by both universal features of Latin American toponymy and unique linguo-culturological, morphological, and semantic features.

Keywords: Geographical names • Place names • Chilean geonames • Toponymic system • Latin America

Resumen

El artículo ofrece un análisis lingüocultural y lingüopragmático de la toponimia hispánica de Chile. Los nombres geográficos se consideran desde perspectivas históricas, geográficas y lingüísticas. Se presenta una clasificación semántica de los geonombres hispanos chilenos. Se dan ejemplos de hagiotopónimos, antropotopónimos, topónimos militares, topónimos descriptivos, expresivos, etc., se analiza su etimología y estructura morfológica. Se llega a la conclusión de que, en general, el sistema toponímico de Chile se caracteriza tanto por

rasgos universales de la toponimia latinoamericana como por rasgos linguoculturales, morfológicos y semánticos únicos.

Palabras clave: Nombres geográficos • Topónimos • Geonombres chilenos
• Sistema toponímico • América Latina

Introduction

The toponymic corpus of Chile has evolved over the centuries under the influence of certain historical events, the country's geographical location and the clash of indigenous and European linguistic cultures.

Figure 1. Map of Chile



Source: available at: <https://www.britannica.com/place/Chile/Southern-Chile>. Accessed on: 24 mar. 2023.

The Chilean toponymic system is an original palimpsest, where the substratum is represented by the languages of the native peoples – Mapuche, Chona, Ona, Alakalufs, Yagana, Wilche, etc., while European languages, mainly Spanish, act as a superstratum.

We believe that the study of various aspects of Chilean toponymic stratigraphy began in the mid-19th century. Over the years, other specialists have dealt with this issue, including Armengol (1918), Barthel (1962), Bernales (1984), Carvajal (1993), González Ferrán (1995), Ibar Bruce (1960), Latorre (1997, 1998, 2001), Ojeda (1904), Ramírez Sánchez (1988), Riso Patrón (1924), Vilches Acuña (1959), Wagner (1964, 1983), Zañartu (1934), and Koskinen

LINHA D'ÁGUA

(1969). Nowadays, researchers' interest in the original and heterogeneous toponymic system of Chile has not waned. For example, Bobyleva (2019), Chesnokova and Bobyleva (2018), Dorofeeva (2016), Grinina (2016), Radovich (2016), Urzhumtseva (2011), Kordić and Ferreccio (2014), among others, have contributed to the field. Among recent works, we highlight E. Bobyleva's dissertation research, which made a significant contribution to the study of the topic (Bobyleva, 2019). The author examined the lexical and semantic features of Chilean geographical names, clearly delineating the language layers and tracing the typology of the formation and functioning of toponymic units in the modern era, both at the macro- and micro-levels.

The focus of our paper is to analyze the Hispanic units of the country's toponymic corpus using modern electronic tools such as GoogleMaps and GeoNames, and to conduct a pragmatic analysis of them through linguistic research methods.

1 Administrative division of Chile and linguistic affiliation of its place names

Since 1978, Chile has been divided into 16 regions, 56 provinces, and 348 communes. Each region was designated by a name and Roman numeral from north to south, except for the Santiago metropolitan area, which has no number. The creation of two new regions in 2007, *Arica y Parinacota* (XV) and *Los Ríos* (XIV), as well as a third region in 2018, *Región de Ñuble* (XVI), resulted in the loss of the original numbering order.

Approximately 80 percent of Chile's mainland consists of mountains in various forms. Most Chileans live near or on these mountains, which makes oronymy a more extensive toponymic class in relation to other classes than in most other countries in the world. Additionally, the presence of a significant number of coastal islands ensures the presence of a wide range of insulonyms.

Figure 2. Regions of Chile



Source: available at: <https://www.southernchileproperties.com/maps-national.html>. Accessed on: 24 mar. 2023.

In linguistic terms, the toponymy of Chile, like that of other Spanish-speaking countries in Latin America, is mainly composed of Hispanic names, autochthonous names, and hybrid toponyms.

After analyzing more than 20,000 Chilean geonames using the GeoNames and GoogleMaps systems and employing a continuous manual sampling method, we classified the units by language and calculated their percentages. When comparing the statistical analysis data performed by I. Litvin with the help of the Atlas of Latin America of 1968 (LITVIN, 1983a, Appendix I, Table I), with the results of our analysis, we found that the final data differ: see Table 1.

Table 1. Linguistic composition of the Chilean toponymy. Quantitative analysis of different years.

According to I. Litvin (1983a)		According to I. Martynenko (2022)	
Hispanic place names	38,1%	Hispanic place names	50,0%
Native American place names	40,7%	Native American place names	24,8%
Hybrid place names	5,5%	Hybrid place names	24,2%
Foreign place names	11,6%	Foreign place names	1%

Sources: Litvin (1983a, Appendix I, Table I) and Martynenko (2022).

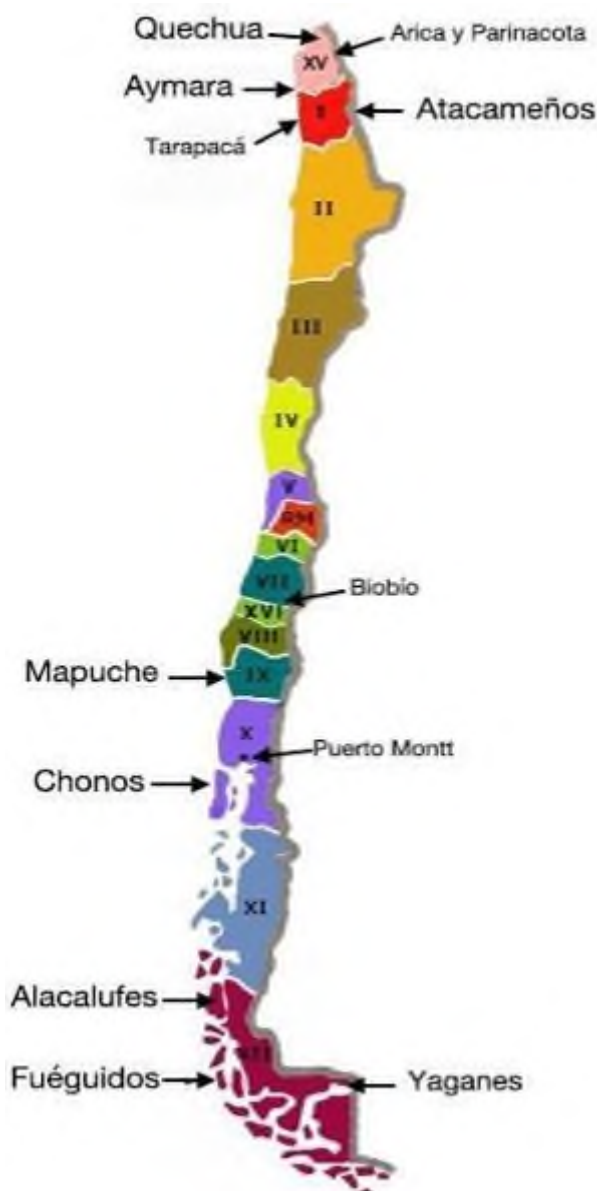
We attribute the difference in numerical ratios to the flexibility and constant development of Chile's toponymic system, as well as to the more accurate data provided by modern electronic geosystems.

2 Autochthonous toponyms of Chile

Despite our focus on the Hispanic place names of Chile, we cannot avoid mentioning the autochthonous toponymic level in this work, given the close and productive interaction of indigenous toponymy with the Spanish toponymic vocabulary in the country.

In the toponymic system of Chile, a significant layer of indigenisms can be detected. The toponyms that come from the Mapuche language, which can be combined according to different models in one lexical unit, are excellent examples of the richness and diversity that autochthonous toponyms can provide (BOBYLEVA, 2019, p. 48–50). P. Carvalhinhos states that the dialectal areas of some native languages correspond to toponymic areas (CARVALHINHOS, 2022, p. 523). The map of Chile serves as strong confirmation of this thesis (Figure 3).

Figure 3. Historical settlement of native tribes in Chile.



Source: Bobyleva, 2019, p. 17.

The most famous autochthonous toponym of Chile is the very name of the state, *Chile*.

There are several versions of its origin as a macrotoponym. According to one of them, *Tili* is the oldest inhabitant of the *Aconcagua* Valley (north of Santiago de Chile), according to another, the etymology is associated with the singing of the *trile* bird, which lives in the southern regions of the country, in which the sound “chi-li” is repeated. At the same time, in Quechua, *chili* or *tchili* means "cold" or "snow". Some researchers argue that the toponym comes from the Aymara language and is translated as “the border of the world, the most distant place” (BOBYLEVA, 2019, p. 62). At the beginning of the 20th century, historians pointed out that *Chile* in Quechua meant "cold" (Colección de historiadores de Chile, p. 50).

LINHA D'ÁGUA

Other autochthonous Chilean geonominations include *Antofagasta*, *Temuco*, *Arico*, *Aysén*, *Rncagua*, *Coplapó*, *Curicó*, *Calama*, etc.

3 Toponyms from European languages

Due to the intensive immigration processes that took place in the 19th century, as well as due to the non-Spanish origin of many sailors and explorers of the Chilean territory, some of the toponyms of Chile have linguistic affiliation with other European languages. Being neither Hispanic nor autochthonous, these units testify to the penetration of other European cultures into the south of the continent.

The superstratum influence in Chile is provided by three European languages and is associated mainly with research expeditions: **Dutch**:¹ *Nassau Bay*, *Windhond Bay*, *Barnevelt Island*; **French**:² the islands of *Peyrot*, *Mouchez D'Urville*, *Duperre*; **English**:³ *Wellington*, *Dawson*, *Hoste* (after William Hoste, one of Lord Nelson's protégés), *Skyring bays*, *Burney volcano*, *Beagle channel*. Some English place names have replaced Spanish ones (e.g., *Narborough* was formerly known as *Islas de Cevallos*).

And some city names have undergone repeated changes: e.g., the original name of *Punta Arenas* is *Cabo de San Antonio de Padua*. Subsequently, the English expedition renamed it *Sandy Point*, and later – *Sandy Bay*. The modern name is the result of a translation into Spanish from the penultimate English name (BOBYLEVA, 2019, p. 67).

O. Chesnokova states **Basque** toponymic presence in the toponymy of Latin America, confirming it in particular with the allusion to the Basque Country in Chilean oronym *Monte Euzkadi* (CHESNOKOVA, 2016, p. 27). The oronym *Euzkadi* (3615 m) from her point of view is converted from *Euskadi*, proposed by the "father of Basque nationalism" Sabino Arana (1863–1903), to refer to the Basque autochthonous territories that are today used in the Spanish media discourse as a synonym for the autonomous community of the Basque Country.

¹ Expedition of Willem Cornelisz Schouten (known in Spanish as Guillermo C. Schouten) of 1615. He planned to name *Cape Horn* in honor of his hometown - *Hoorn*, which means "horn". When nominating the object, the transcription method was used with further phonetic transformation. Thus, the modern name is *Cabo de Hornos*.

² Expedition of Jules Dumont d'Urville, a French naval officer who explored the south and western Pacific, Australia, New Zealand, and Antarctica in 1825. As a botanist and cartographer, he gave his name to several seaweeds, plants and shrubs, and places such as *Mouchez D'Urville* in Chile and *d'Urville Island* in New Zealand.

³ Captain King's expedition of 1828, which left, for example, the *Dawson Island* with the name of a sailor of that time.

4 Hybrid toponyms

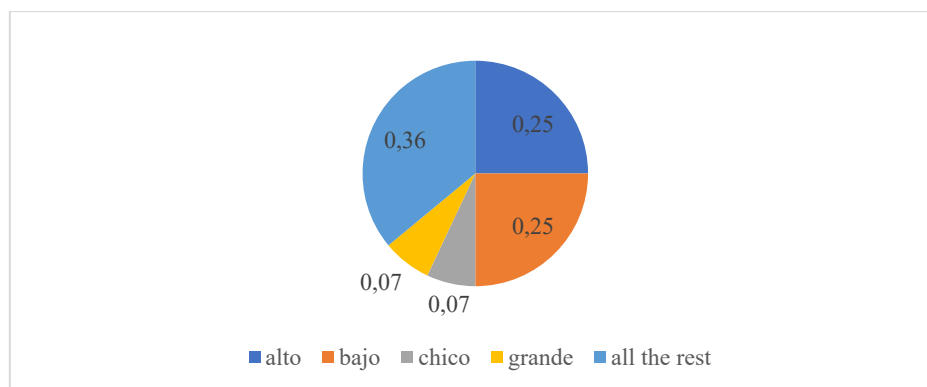
It is impossible not to note the productivity of the overlapping of European and autochthonous languages in Chile through the formation of blended place names on the territory of the state. Based on their linguistic composition, the hybrid toponymy of Chile is divided into names that originated from the *contacts of the Spanish language with the languages of the aboriginal population*, and the names that arose from the *contacts of the Spanish language with other European languages*.

These groups emerged in different eras and under different historical conditions; the languages that came into contact varied, and the forms of these contacts also differed. In the first case, it was the interaction of two unequal languages: the "conquering language" and the "conquered language". The emergence of European-autochthonous toponymic hybrids is a natural result of the development of aboriginal toponymy by Hispanic conquerors, on the one hand, and the assimilation of new toponymy by the aboriginal population, on the other hand, in conditions of rather close linguistic contact. In the second case, it is the incorporation of foreign names into the Spanish toponymic system (LITVIN, 1976, p. 42–43).

In the toponymy of Latin America as a whole, I. Litvin identifies several lexical types of hybrid toponyms (LITVIN, 1976, p. 43–45), having at least two components and connecting according to the syntactic norms of one of the contacting languages. Two of them are projected onto the toponymy of Chile. We illustrate them with examples from the Chilean toponymicon:

1) Composite toponyms, which are attributive syntagms, where the defined element is an autochthonous name, and the defining element is a Spanish adjective. These often represent distinctive definitions of binary oppositions such as *grande-chico*, *viejo-nuevo*, *alto-bajo*, *sur-norte*, etc. In Chile, this group includes names like *Guanaco Alto/Guanaco Bajo*, *Pampa Alta/Pampa Grande*, *Chicureo Abajo/Chicureo Arriba* and others. Additionally, there are triplet naming models such as *Guindo Chico/Guindo Alto/Guindo Grande*, etc. All these names follow the Spanish word order. E. Bobyleva (2019, p. 48) derived the spectrogram of the frequency of using these productive definitions, which is shown in Figure 4.

Figure 4. Spectrogram of the productive determinations (frequency of use)



Source: Bobyleva (2019, p. 48).

According to the same syntactic model, toponyms are constructed, where the Spanish element is generic, and the autochthonous element is specific. The oronymy of Chile abounds in this category: *Cerro Llullaillaco*, *Cerro Tupungato*, *Cerro Parinacota*, *Cerro Aucanquilcha*, *Cerro Irruputungcu*, *Cerro Juncal*, *Cerro Arintica*, *Cerro Acamarachi*, *Cerro Lirima* and others.

2) Compound toponyms, which are attributive expressions, where the definition is expressed by a prepositional genitive construction. This category includes two semantic types of toponyms: those where the name of a Catholic saint serves as the definitive, and the definition is an autochthonous toponym: *San Vicente de Tagua Tagua*, *San Pedro de Atacama*, *San Felipe de Aconcagua*, *Santa Rosa de Tabali*, *Santa Rosa de Catemu*, *Santa María de Quepe*, *Santa María de Mingre*, *Santa Ana de Colpi*, etc. Such toponyms outside the sphere of official use tend to be truncated, while, as a rule, the “holy” half, which is the least important for identifying an object, is omitted, for example, *San Carlos de Chonchi* > *Chonchi*, *San Antonio de Chacaco* > *Chacaco*, *San Andrés de Angol* > *Angol*. Many place names that today appear purely Amerindian were originally hybrids of this type, such as *Talca* < *San Agustín de Talca*. This also includes compound toponyms, where both the defined and the definition can be both Spanish and autochthonous elements: *Salar de Atacama*, *Desierto de Atacama*, *Salar del Huasco*, *Salar de Acostán*, *Provincia de Arica*, *Provincia de Llanquihue*, etc.

Hybridization at the morphological level refers to the creation of lexical units in one language using the morphological elements of another language (LITVIN, 1976, p. 45). Several models are identified in this process. The **first major layer** comprises various paradigms:

1) The formation of blended names from a native toponym with a Spanish definite article: *El Tepual*, *El Tapihue*, *La Patagüilla*, *La Huaica*, *Los Guayes*, *Los Guapis*, *Las Cahuachas*, *Las Ñipas* and others.

2) The formation of blended names by inflecting a native toponym in Spanish with a plural form (-s, -es), with or without the definite article, e.g., *Los Andes*.

3) Derivation of blended names from autochthonous lexical material using suffixes and formants common in Spanish toponymy:

a) diminutive suffixes (*La Patagüilla* < *La Patagua*)

b) collective suffixes (*Tamarugal* < *tamarugo*)

c) toponymic formants: -ia, -ópolis, -ápolis (*Araucanía*).

The **second major layer** of Chile's hybrid toponymy comprises blended names that combine Spanish with English, French, Italian, and other languages. These toponyms emerged in the 19th century. Analysis of this category of toponyms shows that hybridization occurs only at the lexical level, with all toponyms in this group being composite and consisting of two or more components. According to I. Litvin's conclusions, this type of hybrid toponymy is not so

much the result of contact between two European languages and toponymic systems as the inclusion of separate toponymic and more often anthroponymic units of other European languages into Spanish toponymy (LITVIN, 1976, p. 47). The author distinguishes three types of place names, which we illustrate here with examples from Chilean nomenclature.

1) Toponyms transferred from the homeland of settlers, with the addition of the definition "new": *Nueva Italia, Nueva Braunau, Departamento Costa Nueva de Lyon*, etc.

2) Memorial anthropotoponyms, where the first element belongs to the Spanish common lexicon, the second is a foreign anthroponym: *Almirante Brown, Lago Nordenskjöld, Lago MacKay, Lago Lowenborg, Lago Bruch, Isla Hoste, Bahía de Parry, Lago Jack Cameron, Cerro Hudson* and others. According to I. Litvin, most of such names can be found in Argentina. However, numerous examples show that Chile is capable of competing numerically in this aspect. We attribute this to the immigration waves of the 19th century from European countries to Latin America, which most affected Argentina, Brazil, Uruguay and Chile.

3) Names of physical and geographical objects where the Spanish term is combined with a foreign name, such as *Isla Noir, Paso Blanche, Monte Cross, Puerto Black Mud*, etc.

4) In addition to the categories proposed by I. Litvin, there is another category specific to Chile where the traditional Spanish topoformant is combined with a foreign European toponym, e.g., *Lago Monreal, Lago Bergues*.

In this context, it is important to emphasize that Spanish-English hybrid or blended place names found in other parts of the world have a different structure and were formed using different patterns (MARTYNENKO, 2015, 2021, 2022).

5 Hispanic place names

5.1 The first Spanish place names on a map of Chile

In 1520, while attempting to circumnavigate the globe, Ferdinand Magellan discovered the southern passage that was later named after him (the Strait of Magellan), thus becoming the first European to set foot in what is now Chile. Therefore, it is no coincidence that the oikonym *Provincia de Magallanes* is present on the map of Chile.

The aggressive campaign of the Spanish conquerors in Chile was the greatest in terms of geographical results and the most difficult of all undertaken by them in South America (MAGIDOVICH, MAGIDOVICH, 1983, p. 161). The pioneer and the first conqueror of the Chilean territory is considered to be Diego de Almagro. The penetration of the superstratum language began after the Spanish conquistadors, led by Almagro, landed in the territory of modern Chile in 1535. They captured the set of regions that corresponded to the northern part of the modern country, which then became part of the Kingdom of Peru and fell under the jurisdiction of Lima. The cities of *Diego de Almagro, Almagro*, the port of *Puerto de Almagro*,

several *Diego de Almagro* hotels in various cities of the state still bear his name. Another Spaniard, Pedro de Valdivia, made a further conquest and development of the lands of modern Chile in 1540, naming the occupied territories *Nueva Extremadura* in honor of his home area. Valdivia is the founder of the Chilean cities of *Santiago* (1541), *La Serena* (1544), *Concepción* (1552), *Imperial* (1552), *Valdivia* (1552). Without his personal participation, but by his order, the cities of *Villarrica* and *Angol* were founded. In 1541, Valdivia became the first general captain (governor) of Nueva Extremadura, elected by the council of conquistadors in Santiago. It is noteworthy that the cities of *Santiago*, *Valparaíso*, *La Serena*, *Concepción*, and *Imperial* have survived to this day under their original names given by Pedro de Valdivia.

Memorial toponyms named after the first governor of Chile are numerous: cities and districts of *Valdivia*, *Lo Valdivia*, *Pedro de Valdivia*, *Oficina Salitrera Pedro de Valdivia* and others, port *Bahía de Valdivia*, river *Río Valdivia*, mountains *Cerro de Valdivia*, *Valdivia*, railway station *Estación Pedro de Valdivia*, church *Catedral de Valdivia*, bay *Caleta Valdivia*, hotel in Valdivia *Dreams Pedro de Valdivia*, several *Valdivia* farms, the metropolitan avenue *Avenida Pedro de Valdivia*, a square in the capital *Plaza Pedro de Valdivia*, as well as dozens of streets, squares, avenues in many other cities of the country. Regarding the oikonym *Valdivia* itself, E. Bobyleva notes that initially one of the first cities in Chile – *Valdivia*, the capital of the fourteenth region – was named *Santa María la Blanca de Valdivia*. The toponym is motivated by religious themes and has been shortened (BOBYLYOVA, 2019, p. 56).

Some other geonominations on the map of Chile by the names of the discoverers and pioneers of the Chilean lands are as follows:

Capitán Pastene city – in honor of Juan Bautista de Pastene (1507–1581), a Genoese Sea captain and conqueror in the service of Spain.

Paso Villagra, *Islote Villagra*, *Estero Villagra*, *Quebrada Villagra*, *Bahía Villagra* – in honor of Captain Francisco de Villagra (1511–1563), three times governor of Chile.

Cerro Ladrillero, *Canal Ladrillero*, *Cabo Ladrillero*, *Bahía Ladrillero*, *Golfo Ladrillero* are geonames – in honor of Juan Ladrillero (1490–1559), who, on the orders of the ruler of Peru, made the first inventory of the “western coast of Patagonia”. The exploration of Southern Chile to the Strait of Magellan was continued in 1558 by him. Juan Ladrillero also investigated the *Chonos* archipelago (*Archipiélago de los Chonos*) and the *Taitao* Peninsula (MAGIDOVICH, MAGIDOVICH, 1983, p. 164).

Some other place names of the country glorifying navigators and explorers include *Islas Juan Fernández*, *Islas Ildefonso*, *Colón*, *Alto Colón*, and *La Faro Colón*.

In general, along with the geonominative trends traditional for Latin America, we have recorded a number of distinctive features of the Hispanic layer in the toponymy of Chile:

1) Using the adjective *Nevado* as a noun: *Nevado Olivares*, *Nevados de Los Palos*, *Nevado Cónico*, *Nevado El Plomo*, *Nevado de Los Leones*, *Nevado Cóndor*, *Nevado El Muerto*, *Nevado Las Agujas* and others.

2) The use of the *Caleta* topoformant for the denomination of a bay, not a braid, along with the traditional *Bahía* lexical unit for this function (*Caleta Mansa*, *Caleta Chañaral*, *Caleta Chivilingo*, etc.) without loss in frequency of use.

3) Productivity of *Oficina* formant for Chile oikonymy. We have not found in any source information about the use of the lexeme *Oficina* in the meaning of "city", "settlement"; however, we state the repeated use of this element in the Chilean toponymy: *Oficina Los Amigos*, *Oficina Eslavonia*, *Oficina Grutas*, *Oficina Salitrera Pedro de Valdivia*, *Oficina San Pablo*, and others.

4) The use of the formant *Estero* (Spanish – "water meadow", "estuary") in the meaning of "river" (*Estero Limache*, *Estero Aucó*, *Estero Vergara*, *Estero Camisas*, etc.) and "fjord" (*Estero Palvitad*, *Estero Las Montañas*, *Estero Barros Arrana* and others). The *Dictionary of Toponymic Vocabulary of Latin America* also points out this phenomenon in relation to Chile (LITVIN, 1983b, p. 89).

5) Topoformant *Quebrada* (Spanish for "gorge", "ravine") in some countries of Latin America appears in the meaning of "stream", "river". Chile is no exception: *Quebrada de Los Choros*, *Quebrada Conchas*, *Quebrada Matancilla*, *Quebrada La Justa*, *Quebrada de Palpana*, *Quebrada El Almendro*, etc. In addition, in the context of the functioning of this element on the Chilean territory, the use of the appellative *quebrada* is a common phenomenon in toponymy, revealed in synchronic studies, when changes to the nomination are made by the local population: *Quebrada Corvalán/Quebrada Bolvarán*; *Quebrada Llapin/Quebrada Llhuin*; *Quebrada de Pinto/Quebrada de Pinte*; *Quebrada el Churque/Quebrada Curque* (BOBYLEVA, 2019, p. 88).

6) A culturally specific element of Chile's toponymy is the use of the article *Lo*. In hodonyms the use of the article *lo* denotes belonging, e.g., *Av. Lo Errazuriz*, *Av. Lo Ovalle*, *Av. Lo Espinoza*. According to our observations, this trend can also extend to the macrotoponymic level: the cities of *Lo Prado*, *Lo Padilla*, *Lo Miranda*, *Lo Pizarro*, *Lo Gómez*, *Lo Gallardo*, *Lo Escalante*, *Lo Avendaño* and many others are named after the first owners of these places. Thus, we can conclude that from the semantic point of view, the article *lo* in Chilean toponymy is synonymous with the preposition *de*.

In the huge Hispanic toponymic layer of Chile, we stand out several semantic groups. Let's consider each of them separately.

Geographic nominations related to the names of saints are abundant in Chile. As in many countries of South America, **hagiotoponyms** are numerically the largest category of the local nomenclature. The majority of them contain a component *San* (*-to*, *-ta*). Thus, there are 37

doublet units of *Santa Rosa* in the country. *San José* is also a common saint name, usually followed by the preposition *de*: *San José de Peñuelas, de Tocornal, de Maipo* (CHESNOKOVA; BOBYLEVA, 2018). The most famous religious place name in the country is the name of its capital. *Santiago de Chile*, or simply *Santiago*, was founded on February 12, 1541, by the Spanish conquistador and the first governor of Chile, Pedro de Valdivia. The city was named after the apostle St. James (*Santiago* in Spanish), who was considered the patron saint of Spain.

As a symbol of the Christian faith, *Santiago* became the patron saint of conquistadors and sailors. Therefore, a complex, multifaceted image of the saint emerged, which became more complex over time, acquiring new meanings and attributes. Initially, St. James was distinguished from other apostles only by the sword, a symbol of his martyrdom. Then, he was depicted dressed as a pilgrim, and finally, he was portrayed on a horse sent to conquer Spain, occupied by the Arabs, and later as a symbol of the Christian faith in the New World. The cult of the Apostle James in Latin America is in no way inferior to that in Spain. This explains the abundance of toponyms with the *Santiago* component, from the capital of Chile (*Santiago de Chile*) to the largest island of Cape Verde (*La Isla Santiago*) (DOROFEEVA, 2016, p. 34).

This category also includes the oikonyms of *San Bernardo, San Javier, San Felipe*, oronyms *Volcán San Pedro, Volcán San Pablo, Cerro San Cristóbal, Cerro San Valentín, Sierra Santa Luisa, Sierra de Santa Ana*, limnonyms *San Rafael, Laguna San Pedro, Lago San Antonio*, insulonyms *Isla San Félix, Isla San Martín, Isla San Ambrosio, Punta Santa Brígida, Punta Santa Rita*, hydronyms *San Pedro, Santa María, Estero Santa Ana, Quebrada Santa Ana*, etc.

The hagiotoponyms of Chile also involve names formed according to other lexical models, e.g., the islands of *Isla de Pascua, Isla Santa Cruz, Isla Ascensión, Isla Madre de Dios, Islotes Evangelistas*, the cities of *La Cruz, Santa Cruz, Los Ángeles, Nacimiento, Navidad, Molina* (after the surname of the priest Juan Ignacio Molina), mountains of *Cerro Tres Cruces, Monte Nuestra Señora, Cerro El Fraile*, lakes *Lago Tres Marías, Laguna Trinidad*, rivers *Estero Agua Santa, Quebrada del Espíritu Santo*, etc.

A special place in this series is occupied by a metonymic chain⁴ with the *Santo Domingo* element: the cities of *Santo Domingo, Rocas de Santo Domingo, Playa Santo Domingo* beach, *Punta Santo Domingo* cape, *Laguna Santo Domingo* lake, *Sierra Santo Domingo* mountain range, *Cerro Santo Domingo* mountain, *Bajo Santo Domingo* spit, rivers of *Río Santo Domingo, Quebrada de Santo Domingo, Puerto Santo Domingo* bay, *Santo Domingo de la Calera* farm,

⁴ According to S. Basik, the phenomenon of contact transfer of a geographical name from one object to another, adjacent to it, is called **toponymic metonymy** (BASIK, 2006, p. 33). For example, in Russia the Kamchatka River gave a number of derived toponyms: the Kamchatka Peninsula, the Kamchatka Range, Kamchatskaya Mountain, the Kamchatskaya Hill, the city of Petropavlovsk-Kamchatsky, the Kamchatka Region, forming a so-called **metonymic chain**. G. R. Stewart called such language units **shift names** and the resulting group – a **name cluster** (STEWART, 1970, p. xxxi.).

Canal Santo Domingo channel represent a continuum of nominations from the name of the Dominican order, its first adherents in colonial times. It is noteworthy that the productivity of religious allusions does not weaken over time. For example, the resort town of *Santo Domingo*, also called *Rocas de Santo Domingo*, was built in the middle of the 20th century on a site where there were only dunes and thistles. *Rocas de Santo Domingo* was modeled after the resort of *Palos Verdes* on the coast of *Los Angeles*, California, due to its topography and climate. In 1942, the first thousand plots of 1000 m² each were put up for sale, on which large houses, mansions and gardens were soon erected. However, one should bear in mind that the name of the *Puerto de Santo Domingo* port has a different etymology: it comes from a merchant ship that was washed ashore due to severe storms in June 1781.

Military toponyms are abundant in Chile, due to the fact that wars have shaken the Chilean land from pre-colonial times until the end of the 20th century. At the end of the 13th to the beginning of the 14th centuries, the northern part of Chile (up to the Maule River) was conquered by the Incas. However, the tribes of the Mapuche group (Araucanians) south of the Maule River fiercely resisted the Inca conquest. During the time of the Spanish invasion, the Araucanians offered such resistance to the conquistadors that they had never encountered anywhere else in America (MAGIDOVICH, MAGIDOVICH, 1983, p. 164). In the areas inhabited by the Mapuche, the advance of the Spaniards to the south was met with hostilities. The so-called Araucanian Wars continued until 1882.

If the Araucanian Wars left their mark on the toponymy of the country with names of indigenous origin, such as *Los Caupolicán* (Caupolicán was the commander of the Mapuche warriors who led the army during the first Mapuche uprising against the Spanish conquistadors (1553–1558)) and *Lautaro* (Lautaro was a young military leader of the Mapuche who fought with the Spaniards for four years during the first stage of the Araucanian war) (FUENTES, 1966, p. 246), then the Chilean War of Independence (1810–1821), the Civil War of 1829–1830, the War against the Bolivian-Peruvian Confederation (1836–1839), the Second Pacific War (1879–1883) and the Civil War of 1891 are commemorated with Hispanic appellatives, often anthropotponyms.

For instance, *Capitán Prat* is a Chilean province named after Arturo Prat, a Chilean sailor, soldier and lawyer who is considered the greatest Chilean hero. He served in the Pacific War, where he commanded the corvette *Esmeralda* in the naval battle of Iquique. The anthroponym *Prat*, of Catalan origin, combined with the Spanish component, forms a hybrid anthropotponym. Other examples are Chilean oikonyms of *Arturo Prat*, hydronyms *Río Prat*, *Seno Prat*, *Arroyo Prat*, *Puerto Prat*, oronyms *Cordillera Arturo Prat*, *Cerro Prat*, *Pico Monumento Prat*, insulonym *Isla Prat*, agonyms *Plazuela Arturo Prat*, *Plaza Prat*, urbanonyms *Arturo Prat*, *Terrado Arturo Prat*, *Muelle Prat*, ruins of *Oficina Arturo Prat*.

Other place names of such origin are *Alto Ramírez*, *Muñoz Gamero*, *Juan Guillemos*, *Larraín Alcalde*, *General Lagos*, *Isla Patricio Lynch*.

The war for independence from the colonial power of Spain, led by Bernardo O'Higgins and Manuel Rodríguez, continued in Chile from 1810 to 1818 (HERRING, 1968, p. 644-645). The struggle did not receive unanimous support from the Chileans, who were divided into supporters of independence and royalists. What began as a political movement among the elite against colonial rule ended as a full-fledged civil war. Historians traditionally distinguish three stages in it: *Patria Vieja* (1810-1814), *Reconquista* (1814-1817), *Patria Nueva* (1817-1823) (HISTORIA DEL NUEVO MUNDO, s.d.). The state finally gained independence from Spain in 1818. A number of Chilean place names, such as the city of *Constitución*, *Mount Patria* reflect these historical events.

One of Chile's 16 regions, *La VI Región del Libertador General Bernardo O'Higgins*, was named in honor of Bernardo O'Higgins, known as the 'father of the nation' for his decisive role in the formation of the state (RADOVIC, 2016). This is an example of an anthrotoponym related to the Revolutionary War, which has a Spanish-Irish hybrid nature due to O'Higgins' Irish origin.

The names of the heroes of the struggle for independence Manuel Rodríguez and José Miguel Carrera are reflected in *Isla Manuel Rodríguez* (an island) and *Lago Manuel Rodríguez* (a lake), the city of *Colonia Manuel Rodríguez* and the name of the province *General Carrera*.

E. Bobileva identifies a numerous layer of Chilean hodonyms dedicated to military men, generals, heroes of the national liberation movement, and the struggle for independence. According to the researcher's conclusions, the name in honor of a historical figure acts in this case as a social patriotic symbol and embodies the current ideology. One can distinguish multicomponent toponyms based on their word-formation structure, which include the lexemes "general," "lieutenant" (*Avenida General Oscar Bonilla*, *Avenida General Blanche*, *Avenida General Bustamante*, *Avenida Libertador General Bernardo O'Higgins*, *Avenida General Velásquez*, *Avenida Teniente Luis Cruz Martínez*), or hodonyms named after military leaders and having a homonym in their composition (*Avenida Blanco Encalada*, *Avenida Alonso de Córdova*, *Gran Avenida José Miguel Carrera*). There are also hodonyms named in memory of the events of the liberation movement – *Av. 5 de Abril*, *Av. Independence*, *Av. Cuarto Centenario* (BOBYLEVA, 2019, p. 120).

The researcher also identifies agoronyms dedicated to the army, aviation, major battles: *Plaza de Armas de Maipu*, *Plaza de Armas de Puente Alto*, *Plaza de Armas de San Bernardo*, *Plaza a la Aviacion*, *Plaza Chacabuco*, *Plaza Yungay* (BOBYLEVA, 2019, p. 123).

Migrant toponyms⁵: the cities of *Salamanca*, *Cartagena*, *Oficina Coruña*, *Oficina Adriático*, *Oficina Yugoslavia*, *Oficina Alemania*, the islands of *Islote Aragón* (*Arragón*), *Isla Hanover*, *Isla Little Wellington* represent the transfer of geonames from other countries to the

⁵ *Migrant toponym* is a term common for the Russian onomastic school. According to G.R. Stewart, this kind of unit is called *transfer name* (STEWART, *ibid*).

map of Chile. As can be seen from these shift names examples, sometimes hybrid nominations result from this.

Among Chilean urbanonyms, there are also toponyms that duplicate the nomenclature of other countries. The appearance of migrant toponyms is due to the immigrants' memories of their homeland, their desire to preserve familiar and dear names, as well as the presence of similar characteristics that led to associative nominations. Examples include *Plaza República de Armenia*; *Plaza Perú*.

Another typical example is the metonymic chain with the element *Osorno* (*Osorno*, *Provincia de Osorno*, *Volcán Osorno*, *Islotes Osorno*, *Bahía Osorno*, *Plaza de Armas de Osorno*, *Sonesta Hotel Osorno*), which produced units for this group, began with the *Bahía de Osorno* (a bay), then the name spread to other geographic features. Captain Don Antonio de Cordova in 1786 named it after the old Spanish noble title "Count de Osorno". The title "Count de Osorno" was created on 31 August 1445 by King Juan II of Castile for Gabriel Fernández de Manrique (1412–1482), 1st Duke de Galisteo (1451). After the death of Anna Apollonia Manrique de Lara, 8th Countess de Osorno, in 1675, the title of count passed to the houses of the Dukes of Alba. The title of the count comes from the name of the municipality of *Osorno la Mayor*, province of Palencia, autonomous community of Castile and León (ASTA-BURUAGA, p. 492-493).

The **anthropotoponyms** of Chile compete quantitatively with hagiotoponyms in the country. Among them, a separate layer stands out by the names of the presidents: lake *Presidente Ríos* – in honor of the President Juan Antonio Ríos Morales (1942-1946); *Isla Jorge Montt* – in honor of the President Jorge Montt Alvarez (1891-1896); city and commune of *Puerto Montt* – in honor of the President Manuel Francisco Antonio Julián Montt Torres (1851-1861); *Región Aysen del General Carlos Ibáñez del Campo* – in honor of the President Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931 and 1952-1958); the city of *Bulnes* – in honor of the President Manuel Bulnes Prieto (1841-1851).

One of the most outstanding names in this context is the name of the president Salvador Allende. S. Allende ran four times in the presidential elections in Chile and in 1970 became the legally elected head of state (CHESNOKOVA et al., 2020, p. 64). The politician is immortalized not only by hodonyms and agoronyms in his native country. We can state the presence of this trend all over the world: the *Salvador Allende* tourist port of Managua (Nicaragua), a residential street *Salvador Allende Court* in Toronto (Canada), *Allende Avenue* in Harlow (Essex, England), *Salvador Allende* square in the 7th arrondissement of Paris (France), *Plaza de Salvador Allende* square in Viladecans (near Barcelona, Spain), the avenue *Salvador-Allende-Straße* and a nearby bridge in Berlin (there are also streets named after him in several other German cities, especially in former East Germany, but also in the West), *Allende* park in Budapest (Hungary), one of the major streets in the Karaburma neighborhood of Belgrade is also named after *Allende*. Portugal, Russia, Italy, Brazil have also fixed the name of this famous political figure on their maps.

Chile's nomenclature also honors other political figures in place names like *Puerto Varas* (city) or *Vicente Pérez Rosales* (national park).

According to E. Bobyleva, in the Chilean toponymy, the names of avenues in honor of political figures account for 8%: *Av. Presidente Kennedy*, *Av. Jose Joaquín Prieto Vial*, *Av. Jose Joaquín Pérez*, *Av. Manuel Antonio Matta*, *Av. Pedro de Valdivia*, *Av. President Balmaceda*, *Av. Ramon Cruz*, *Av. Alcalde Fernando Castillo Velasco*, *Av. Vicuña Mackena* (BOBYLEVA, 2019, p. 122).

Traditionally, like in many other Hispanic place names around the world, a portion of Chile's anthroponymic layer is dedicated to the first settlers, local residents, and landowners. For example, *Cerro Doña Inés* is named after Inés de Suárez, the widow of a Spanish officer who accompanied Pedro de Valdivia. However, *Isla de Doña Inés* is a long and low island named after her namesake. The island was named so because Doña Inés Aguilera de Córdoba took refuge on it when she fled with the last inhabitants of her city during the attack of the native tribes who destroyed the settlement. In the course of events, Doña Inés showed extraordinary courage and fortitude (ASTA-BURUAGA, p. 258).

Oficina María Elena was founded in the 1920s and is named after Mary Ellen Comdon, wife of Elias Kappelens, the first head of the saltpeter refinery. The plant was opened in 1926. Together with the former Pedro de Valdivia refinery built in 1931, it was the largest saltpeter plant with a total capacity of over one million tons per year. The name is interesting for the complete "hispanization" of the anthroponym of English origin.

The emotional coloring of speech and the peculiarities of the mentality of the Chilean ethnic group led to the emergence of a significant number of **expressive toponyms** with an unusual, original motivation for the nomination. Many names came as a result of geographic features; tragic events; natural disasters; anecdotal cases. Such unusual names are given to geographical objects located in isolated, hard-to-reach places. There is no single word-formation model for them. Some emotionally colored Chilean place names have an unusual and interesting etymology: *Peor es nada* (Spanish for "better than nothing"), *Salsipuedes* (Spanish for "leave if you can"), *El Sobrante* (Spanish for "leftovers"), *Pata de Gallina* (Spanish for "chicken leg"), *Última Esperanza* (Spanish for "the last hope"), *Isla Desolación* (Spanish for "island of desolation").

Oikonyms *La Estrella* (Spanish for "star"), *Villa Alegre* (Spanish for "cheerful city"), *Purgatorio* (Spanish for "place of suffering", "purgatory"), *Las Hediondas* (Spanish for "hideous"), *Porvenir* (Spanish for "future"), oronyms *Cuesta La Dormida* (Spanish for "sleeping woman"), *Nevado El Muerto* (Spanish for "dead man") also have an emotive connotation.

However, we believe that under any circumstances the Spanish conquerors in Chilean land were driven by hope: we counted 115 geonominations with the *Esperanza* (Spanish for "hope") element on the map of Chile.

The next largest group of toponyms are descriptive. Chilean **descriptive place names**, as in other countries of Latin America, usually represent a two-term or three-term attributive syntagma, expressed by a combination of a noun/ nouns and an adjective / participle. Here are some typical examples: oikonyms *Puente Alto*, *Punta Arenas*, *Río Bueno*, *Punta Arenas*, oronyms *Cerro Solo*, *Sierra Nevada*, *Cordillera Negra*, *Volcán Descabezado*, *Cerro Ermitaño*, *Cerro Morado*, limonyms *Laguna Pampa Alta*, *Lago Porteño*, *Lago Verde*, *Laguna Negra*, *Laguna Amarga*, hydronyms *Bahía Mansa*, *Río Negro*, *Río Salado*, insulonym *Isla Tierra del Fuego*, etc.

In a number of cases, the descriptive toponyms of Chile are represented by geographic appellative vocabulary, that is, in the form of terms of physical geography that characterize elements of relief, coastline or hydrography: oikonyms *La Ensenada*, *La Quebrada*, *Arena*, *El Monte*, *Lagunillas*, *Los Lagos*, *Laja*, *Las Cienaguitas*, *La Angostura*, *Los Ríos*, oronyms *Las Lomas*, *El Cerrillo*, limonyms *Las Lajas*, *Las Lagunitas*, etc.

As developments in the field of toponomastic studies show, place names are both a tool and a means of conveying identity, values and vision of the world in space and time. **Everyday life pictures** that Chilean toponymy paints are heterogeneous. Many are devoted to agricultural activities. Some, because the country has the world's No. 1 reserves of copper, lithium and nitrate, pointing to the national tradition of mining.

Oikonyms *Cabrero*, *Los Bronces*, *La Dehesa*, *Hornito*, *Hijuelas*, *Pasto Grande*, *Pastillos*, *Paredones*, *Corral*, *Hacienda la Calera*, *La Calera*, *La Pelada*, *La Engorda*, *El Tambo*, *Graneros*, *La Calor*, *Viudas*, *Portezuelo Salitre*, *Caliche* (Chilean Spanish for "saltpeter"), limonyms *Laguna El Barco*, *Laguna El Parrillar*, *Lago de los Palos*, *Puerto Caldera*, oronyms *Cerro Pared Norte*, *Cerro el Cobre*, hydronyms *Aguada del Salitre*, *Ojo de Agua del Salitre* are heterogeneous in morphological and syntactic points of view, but semantically belong, as we believe, to the same group.

A striking example of the importance of agricultural activities in the life of the local population is a long metonymic chain with the *Tambillo* element. This chain emerged as a result of the formation of small native peoples' ranches in Chile, which the Spaniards began calling *tambillo*: *Tambillo*, *Tambillos*, *Sierra Tambillo*, *Nevados de los Tambillos*, *Cerro Tambillos*, *Cerro Tambillo Alto*, *Llano de Tambillo*, *Aguada Tambillo*, *Estero Tambillo*, *Quebrada de Tambillo*, *Los Tambillos*, *Morro Estrecho Tambillos*, *Río de los Tambillos*, *Estero Tambillos*, *Quebrada Los Tambillos*, *Quebrada Tambillos*, *Estación Tambillos*.

The lexico-semantic group related to flora and fauna is relatively small. I. Litvin suggests that this can be explained by the fact that such place names reflect the early periods of toponymy formation (LITVIN, 1983a, p. 58). According to the author, Europeans encountering unfamiliar plant and animal species in America sometimes referred to them using words they already knew. This is how words like *tigre* and *león* came to be used in American toponymy, even though there are no tigers or lions in America; these words are used to name the jaguar

and puma instead (ibid., p. 59). The **phytotoponyms** of Chile are represented by the oikonyms *Viña del Mar*, *Los Ciruelos*, *La Higuera*, *Los Álamos*, *Las Alcaparras*, *Algarrobo*, *La Lisera*, *Laureles*, *El Manzanito*, *Peñaflor*, *Puerto Cisnes*, limonyms *Lago Sarmiento*, *Laguna Caña*, oronyms *Cerro Limón Verde*, *Cerro La Higuera*, insulonym *Isla del Guindo*, etc. The **zootponymy** of the country is reflected in the nominations of *Lago del Toro*, *Sierra del Toro*, *Cerro de León*, *Lago La Paloma*, *Cerro Chiliques*, *Lago Los Pejerreyes*, *Cisnes*, *Cerro Águilas*, *Monte Águila*, *Las Cabras*, *Islote Perras*, *Lago Patos*, *Mejillones*, *Vizcacha*, *Vizcachitas*, *Las Abejas*, *Las Hormigas*, *Las Zorras*, *Las Gaviotas*, *Paso Las Golondrinas*, *Salto del Perro* and others.

In Chilean toponymy, one can find examples of transferred meanings through zoometaphors, such as *Cerro Aletade Tiburón* and *Volcán Palomo*. This phenomenon is also illustrated by the lake called *Lago del Toro*, located in the Magallanes region in southern Chile. Its name is derived from the lake's ability to generate 4-meter waves due to its high uplift (~30 km) and strong long-axis aligned winds. According to locals, the lake and the nearby mountain called *Sierra del Toro* are named so because the lake is often described as being 'very angry' (CHESNOKOVA; BOBYLEVA, 2018).

As it is commonly known, **ethnotoponyms** are geographical names formed from an ethnonym (AGEEVA, 2019, p. 5). In contrast to other Latin American countries, the map of Chile contains many place names that fall into this category: lake *Laguna del Inca*, cities of *Villa Alemana*, *La Araucana*, *Colonia Alemana*, *El Francés*, *Inca de Oro*, rivers *Estero Araucana*, *Estero Indio*, *Estero El Indio*, mountains *Portezuelo del Gaucho*, *Cerro El Indio*, *Cordón Francés*, *Alto del Francés*, *Pico Francés*, *Cape Punto Francés*, *El Ruso*, *Mina El Inglés*, *Atacameña*, *La Araucana mines*, *Puerto Francés*, *Puerto Italiano*, *Puerto Inglés*, etc. We believe that the diversity of ethnonyms found in the Chilean toponymy reflects the country's evolving ethnographic situation over the centuries.

Named by G. R. Stewart **mistake names** (STEWART, 1970, p. xxxii), **transformed toponyms**, as we tend to call them, are also present on the map of Chile. These are geonominations that have undergone changes during the process of adaptation. The reasons for this phenomenon can vary. Let's take a look at some examples.

Vallenar town was founded by Ambrose O'Higgins as *San Ambrosio de Ballenary* in 1789 in honor of his birthplace, *Ballynary* in County Sligo, Ireland. Ballinary (Irish: *Baile an Fharaidh*, meaning "town of fodder") was the ancestral home of the O'Higgins family for 700 years until they were expelled from their lands in 1654 by Oliver Cromwell (MACKENNA, 1916). Ballinary has the *O'Higgins Memorial Park*, dedicated to Ambrose O'Higgins, who was born in Ballinary in 1720/21 and, having emigrated to Spain to avoid discrimination against Irish Catholics in his time, eventually became Viceroy of Peru (then part of the Spanish Empire). The spelling *Vallenar* in Chile was developed by the local Hispanics. The name *Vallenar Bay* in Alaska comes from the Chilean name and therefore indirectly from the Irish (REY-TEJERINA, 2004).

The name of the island *Sala y Gómez* comes from the name of the Spaniards José Salas Valdes and José Manuel Gómez, who made the first detailed description of the island after a visit on October 18, 1805. "Sala" is a misspelling of the Salas surname.

The province of *Provincia de Cardenal Caro* is named after Cardinal José María Caro Rodríguez, a native of Pichilem, who was the first cardinal of Chile. The name was subjected to the spelling transformation (*cardenal* instead of *cardinal*).

Alcones is the transformed name of the village of *Los Halcones*. In the 19th and early 20th centuries, Chile underwent a spelling reform that involved a number of changes to traditional Spanish orthography, including the removal of etymological <h>. These "misspellings" could be a result of that reform.

Naive etymology, also known as **folk etymology**, is a phenomenon that is difficult to avoid in the process of toponymic research. The material being studied always requires careful attention and meticulousness, as the probability of errors in etymological analysis is high. The geographical names on the map of Chile likewise demand a thorough study of their origins.

The oikonym *Coronel*, contrary to the obvious conclusion, has nothing to do with the military toponymy of Chile. The town was founded in 1612 by several peaceful native people under the rule of one of them, who was usually called a *colonel*. Gradually, this nickname became the name of the settlement.

The name *Andacollo*, at first glance, looks like a Spanish composite ('anda' - Spanish for "go" + 'collo' - Chilean Spanish for "defeated"), but it is not a Hispanic appellative. This is an autochthonous toponym: from Quechua 'anta' ("copper" or "gold") + 'coya' ("queen" or "hill").

The names of *Caleta Elena* bay, *Laraquete* city and *Lampa* city also require a deep etymological analysis since their structure is far from being of Hispanic origin. The name of *Caleta Elena* bay may invite the researcher to assume that it was named after a local resident named Elena who was given such an honor. However, it was actually named after a ship of the same name. *Laraquete*, on the other hand, is not a composite toponym but means 'big chin' in Mapudungun, the language of the Mapuche tribe. *Lampa* is also an autochthonous toponym, meaning 'miner's shovel' in the Quechua language, which reflects the way of life of the local indigenous population.

Conclusion

The toponymic system of Chile exhibits both universal features of Latin American toponymy – such as the presence of autochthonous names, names from the time of the Spanish conquest, names that emerged during the period of struggle for the country's independence, and Spanish-autochthonous hybrids – and unique linguocultural, morphological, and semantic

characteristics. Objective historical events and the autochthonous substratum influenced the originality, structural features, and heterogeneity of Chile's toponymic units. The toponyms of the country serve as the custodians of national history and culture, reflecting the value orientations and mentalities of the indigenous population of Chile.

The lexico-semantic analysis of Chilean toponymy has made it possible to trace the process of the formation of the country's toponymic system. The semantic transparency of Spanish toponymic units in Chile allows us to draw conclusions about the motivation behind the names. Hybrid toponymy serves as a visual model of the interlingual contacts that took place on the territory of Chile.

References

- AGEEVA, R. *Камень и горы в народной культуре* [*Stone and mountains in folk culture*]. Moscow: Maska, 2019.
- ARMENGOL, V. *Glosario etimológico de Nombres de Hombre, Animales, Plantas, Ríos y Lugares, y de Vocablos incorporados en el Lenguaje Vulgar, aborígenes de Chile, y de algún otro país americano*. Santiago: Imprenta Universitaria, 1918.
- ASTA-BURUAGA, F. S. *Diccionario geográfico de la República de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta de F. A. Brockhaus, 1899.
- BARTHEL, T. S. Easter Island place-names. *Journal de la Société des Océanistes*, v. 18, n. 18, p. 100-107, 1962.
- BASIK, S. *Общая топонимика* [*General toponymy*]. Minsk: State University of Belarus, 2006.
- BERNALES, M. L. Aspectos diacrónicos de la toponimia de Valdivia. *Anales de la Universidad de Chile*, v. 5, n. 5, p. 79-94, 1984.
- BOBYLEVA, E. *Лексико-семантические особенности топонимической системы Чили* [*Lexico-semantic features of the toponymic system of Chile*]. 2019. 182 p. Thesis (PhD in Philological Sciences) – Faculty of Philology, Peoples' Friendship University of Russia, Moscow, 2019.
- CARVAJAL, H. *Vicuña y la toponimia del Valle de Elqui*. La Serena: Facultad de Humanidades de la Universidad de la Serena, 1993.
- CARVALHINHOS, P. (2022). Onomastics and toponomastics. In: KABATEK, J.; WALL, A. (eds.). *Manual of Brazilian Portuguese Linguistics*. Berlin: De Gruyter, 513-552.
- CHESNOKOVA, O. Basque toponymy in space and time. In: *Modern philology and methods of teaching foreign languages: main trends and development prospects: Proceedings of the scientific-practical conference*. Moscow: RUDN University, 2016. p. 25-28.
- CHESNOKOVA, O.; BOBYLEVA, E. Perfil semiótico de la toponimia chilena. *Revista Digital Espacios*, v. 39, n. 21, p. 6, 2018.
- CHESNOKOVA, O.; RADOVIC, M.; TALAVERA IBARRA, P. L. *Dictionary of personalities of the Pacific Alliance*. Moscow: RUDN University, 2020.
- DOROFEEVA, N. «Santiago» как элемент концепта «Camino de Santiago»: значение и функционирование в испанском языке ["Santiago" as an element of the concept "Camino de Santiago": meaning and functioning in the Spanish language]. In: ZHOLUDEVA, L. I. (Org.). *Romance languages and*

cultures: from antiquity to modernity. Proceedings of the VIII International Scientific Conference. Moscow: Faculty of Philology, Moscow State University, 2016. p. 33-36.

FUENTES, J. *Diccionario Histórico de Chile*. Santiago de Chile: Editorial del Pacífico, S. A., 1966.

GONZÁLEZ FERRÁN, O. *Volcanes de Chile*. Santiago de Chile: Instituto Geográfico Militar, 1995.

GRININA, E. Chile a través de sus personalidades y su lengua. In: RAESVKAYA, M. M. (Org.). Колумбия и Чили: наука, мышление и коммуникация. Сборник статей на испанском языке. Moscow: Publishing House of KDU, 2016. p. 73-80.

HERRING, Hubert. *A History of Latin America*. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

HISTORIA DEL NUEVO MUNDO. *La Independencia De Chile*. Available on: <https://www.historiadelnuevomundo.com/la-independencia-chile/>. Accessed on: 01 nov. 2022.

IBAR BRUCE, J. Ensayo sobre los indios chonos e interpretación de sus toponimias. *Anales de la Universidad de Chile*, v. 118, p.61-70, 1960.

KORDIC, R.; FERRECCIO, M. *Topónimos y gentilicios de Chile*. Santiago de Chile: DIBAM Centro Barros Arana y editorial Catalonia, 2014.

KOSKINEN, A. Статистическое исследование топонимии острова Пасхи [Statistical study of the toponymy of Easter Island]. In: *Топонимика Востока: Исследования и материалы [Toponymy of the East: Research and materials]*. Moscow: Nauka, 1969. p. 202-205.

LATORRE, G. Tendencias generales en la toponimia del Norte Grande de Chile. *Revista Onomázein*, v. 2, p. 181-196, 1997.

LATORRE, G. Sustrato y superstrato multilingües en la toponimia del extremo sur de Chile. *Estudios Filológicos*, v. 33, p. 55-67, 1998.

LATORRE, G. Toponimia chilena: la lejana posesión. *Estudios Filológicos*, v. 36, p. 129-142, 2001.

LITVIN, I. Гибридная топонимия Латинской Америки и некоторые особенности ее передачи по-русски [Hybrid toponymy of Latin America and some features of its transmission in Russian]. In: *Топонимика и историческая география [Toponymy and historical geography]*. Moscow: Moscow Branch of the Geographical Society of the USSR, 1976. p. 42-49.

LITVIN, I. *Топонимия Латинской Америки (опыт синхронного лингвистического анализа)* [Toponymy of Latin America (experience of synchronous linguistic analysis)]. Moscow: F. N. Krasovsky Research Institute of Geodesy, Aerial Photography and Cartography, 1983a.

LITVIN, Irina. *Словарь топонимической лексики Латинской Америки [Dictionary of toponymic vocabulary of Latin America]*. Moscow: Nauka, 1983b.

MACKENNA, C. J. El Origen de don Ambrosio O'Higgins y sus primeros años en América. *Revista Chilena de Historia y Geografía*, v. 21, p. 126-150, 1916.

MAGIDOVICH, I; MAGIDOVICH, V. *Essays on the history of geographical discoveries*. Vol. 2. Moscow: Education, 1982. (In Rus.)

MARTYNENKO, I. Hybrid toponyms as a result of the merger of two cultures (based on the Hispanic place names of the USA). *Russian Linguistic Bulletin*, v. 1, n. 1, p. 12-14, 2015.

MARTYNENKO, I. *Hispanic toponymy of Equatorial Guinea: structural and semantic aspect*. Bulletin of the Novosibirsk State University. Series: Linguistics and intercultural communication. Vol. 19, 3, 32-44, 2021. (In Rus.)

MARTYNENKO, I., CHESNOKOVA O. Hybrid toponyms of Panama as a reflection of toponymic multilingualism. *Philological Sciences. Scientific Essays of Higher Education*, n. 6(2), p. 221-226, 2021. (In Rus.)

RADOVICH, M. *Los topónimos y gentilicios de Chile y Colombia: su etimología y morfología*. In: RAESVKAYA, M. (Org.). *Колумбия и Чили: наука, мышление и коммуникация. Сборник статей на испанском языке*. Moscow: Publishing House of KDU, 2016. p. 54–61.

RAMÍREZ SÁNCHEZ, C. *Toponimia indígena de las provincias de Osorno, Llanquihue y Chiloé*. Valdivia: Universidad Austral de Chile, 1988.

REY-TEJERINA, A. Place Names in Revillagigedo and Gravina Islands: Spanish and Irish Heritage of Southeast Alaska. 2004. Available on: <explorenorth.com/articles/reyspanish-irish.html>. Accessed on: 01 nov. 2022.

RISO PATRÓN, L. *Diccionario Geográfico de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Universitaria, 1924.

STEWART, G. R. *A Concise and Selective Dictionary for the Continental United States of America*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1970.

THAYER OJEDA, L. *Santiago de Chile: Origen del nombre de sus Calles*. Santiago: Libr., 1904.

URZHUMTSEVA, A. On the formation of nouns with the meaning "inhabitant" from toponyms with the Santiago component. *Issues of Ibero-Romanistics*, 11, 124–129, 2011. (In Rus.)

VILCHES ACUÑA, R. *Elementos de semántica y apéndices de términos científicos, de Onomatología y de Toponimia aboriginal de Chile*. Santiago de Chile: Nacimiento, 1959.

WAGNER, C. Contribución al estudio de la toponimia de Chiloé. *Estudios Filológicos*, n. 2, p. 283-302, 1964.

WAGNER, C. La geografía lingüística en Chile. *Estudios filológicos*, n. 18, p. 7-34, 1983.

ZAÑARTU, S. *Santiago: calles viejas*. Santiago: Editorial Nacimiento, 1934.

Artigo / Article

A Persistência ou o Uso Não Oficial de Topônimos Coloniais na Cidade de Maputo, Moçambique

The Persistence or Unofficial Use of Colonial Toponyms in Maputo City, Mozambique

José Jorge Mahumane 

Universidade Eduardo Mondlane, Mocambique
jmahumane@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1474-521X>

Joel das Neves Tembe 

Universidade Eduardo Mondlane, Mocambique
joelnevestembe@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0184-5430>

Recebido em: 31/08/2022 | Aprovado em: 08/02/2023

Resumo

Tomando como casos de estudos certos topônimos coloniais e pós-coloniais da cidade de Maputo (antes Lourenço Marques), argumentamos que o novo governo de Moçambique independente usou a mudança da toponímia como forma de apagar os vestígios do colonialismo em lugares estratégicos e de maior visibilidade. Ao mesmo tempo, tolerava os topônimos “apolíticos” ou de menor carga política do período colonial. As mudanças visavam inscrever memórias e identidades ligadas ao passado e ao presente do novo regime. Sustentamos que, nos casos analisados, há a permanência ou o uso não oficial de topônimos ilegais e extintos. Esta questão é abordada à luz da memória, do hábito, e das ações político-estratégicas do governo. Este artigo é de natureza qualitativa e se baseia em fontes primárias e secundárias, em entrevistas e observações pessoais. Todas as fontes foram abordadas de forma crítica tendo em conta os objetivos e juízos de valores daqueles que os produziram.

Palavras-chave: Lourenço Marques • Maputo • Toponímia • Colonial • Pós-colonial

Abstract

Based on case studies of specific colonial and post-colonial toponyms in the city of Maputo (formerly Lourenço Marques), we argue that the new government of independent Mozambique used toponymic change as a way to erase the

vestiges of colonialism in strategic and more visible places while, at the same time, tolerating the 'apolitical' or less politically charged toponyms of the colonial period. The changes aimed to inscribe the memories and identities linked to the past and present of the new regime. We argue that in the analyzed cases, there is permanence or the unofficial use of illegal and extinct toponyms. We approach this question in the light of memory, habit, and political-strategic actions of the government. This paper is qualitative in nature and based on primary and secondary sources, interviews, and personal observations. All these sources were critically approached taking into account the objectives and value judgments of those who produced them.

Keywords: Lourenço Marques • Maputo • Toponymy • Colonial • Post-colonial

Introdução

P. Massango, com cerca de 66 anos de idade, residente na cidade de Maputo, fazia lembrar que “alguns de nós [velhos] continuamos a chamar esta parte da *doropa* de rua de *Araújo*” (Massango, Map, 11 mar 22). O velho Massango fazia alusão a um empréstimo da língua *Afrikaans* que se vulgarizou no sul de Moçambique para designar cidade de *doropa*, de *dorp*.¹ Mas, mais importante ainda, Massango trazia à superfície um topônimo colonial que o novo governo liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) procurou “apagar” da circulação.

O topônimo rua de *Araújo* foi, nos primeiros anos da independência nacional, substituído pelo topônimo *Bagamoio*, que carrega consigo parte da história da formação da FRELIMO (1962) e da luta de libertação nacional (1964-1974). *Bagamoyo*, *aportuguesado para Bagamoio*, foi uma “base” da FRELIMO no território da Tanganyika (agora Tanzânia) que serviu de berço da luta de libertação, onde se instalou o primeiro centro de treinos e centro educacional em 1963 com dormitório para os guerrilheiros, refeitório e cozinha, e onde mais tarde foi estabelecida a Escola Secundária da FRELIMO na década de 1970 (TEMBE, 2014; DW, 2021).

A experiência colonial que Moçambique partilha com muitos países do continente deixou marcas na toponímia. A transplantação de topônimos a partir de Europa ou a criação de novos topônimos baseados em elementos geográficos e cristianismo (RAPER, 1988, p. 25) acompanhou a expansão europeia, as conquistas (campanhas de “pacificação”) e a administração colonial (CORVAJA, 2003). De fato, “[...] depois das guerras, os estrangeiros [europeus] tomaram para si as terras e, conseqüentemente, alteraram os nomes destas recorrendo a várias estratégias” (NGUNGA, 2021, p. 48).

¹ Do holandês *dorp*, significando aldeia ou (pequena) vila ou (pequena) cidade (<https://studysite.org/dictionary/Afrikaans-meaning-of-dorp>, acessado aos 03 de Agosto de 2022). A importação de topônimos da África do Sul para Moçambique está intimamente ligada com o trabalho migratório de moçambicanos para as minas sul africanas a partir dos finais do século XIX. Sobre este assunto ver, entre outros, Harries (1994); Covane (2001); Hedges (2000).

Pretendemos com este artigo contribuir na compreensão da persistência de topônimos coloniais depois da independência de Moçambique, ou seja, contribuir na compreensão do continuado uso não oficial de topônimos “ilegais e extintos”. Para este empreendimento tomamos como objetos de análise a) a rua Araújo x rua de Bagamoio; b) bairro de Benfica x bairro Georgi Dimitrov; c) bairro Indígena x bairro da Munhuana e; d) bairro Choupal x bairro 25 de Junho.

Este estudo é de natureza qualitativa e adota o método histórico comparativo, fato que permitiu estabelecer comparações das dinâmicas da toponímia em Lourenço Marques (posteriormente Maputo) ao longo do tempo. Baseia-se em entrevistas semi-estruturadas feitas a residentes com experiência colonial e pós colonial, mas também em observações na medida em que os autores se encontram a residir na mesma cidade.

Os estudos toponímicos sobre Moçambique são relativamente escassos², notando-se nestes poucos debates a ausência gritante dos historiadores. No geral, muitos estudos destacam o fato da toponímia colonial não refletir a história, a geografia, cultura e o multilinguismo do território (NGUNGA, 2021; ROQUE, 2009; MENESES, 2021) em oposição a topônimos autótones (ROQUE, 2009; ROQUE, 2011; LIESEGANG, 1987; HENRIKSEN, 2015; BAIA, 2009) e a coexistência toponímica (CUMBE, 2016). Devido a essa lacuna alguns destes estudos destacam que as ações do governo pós colonial relacionadas com a mudança toponímica visavam acabar com a alienação colonial (PILILÃO, 1989). No entanto, praticamente não existem estudos sobre a persistência ou uso de topônimos legalmente extintos.

Conforme atestam os estudos toponímicos, as revoluções políticas são acompanhadas da introdução de novos topônimos que procuram apagar o legado anterior. Aconteceu com o colonialismo que procurou europeizar os lugares e em situações em que isso não aconteceu a tendência foi a de mudar as grafias dos nomes africanos dando-lhes cunho europeu (YEOH, 1992; BIGOM, 2008). A Europa pós Segunda Guerra Mundial e pós Comunista foi palco de mudanças semelhantes (AZARYAHU, 1997; AZARYAHU, 2012). Os novos Estados pós coloniais no continente africano, na sua maioria, seguiram a mesma direção de tentar apagar o legado colonial através de novos topônimos como forma de forjar novas identidades nascidas das cinzas do colonialismo (HOBSBAWN, 1993). O que aqui ressalta é como a política da memória é inculcada nos espaços (lugares) para reafirmar controlo político (DROZDZEWSKI, 2014).

Embora a independência tenha sido encarada como um marco para se acabar com o legado colonial o fato é que do ponto de vista da toponímia a evidência apresenta resultados mistos. No Zimbábue, por exemplo, a natureza da descolonização e dos acordos de Lancaster

² Num espaço mais vasto, da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), Salgueiro (2016, p. 57) destaca este atraso, mas peca por invocar um suposto desajuste toponímico de Moçambique pelo fato de não ter aderido ao Acordo Ortográfico e por via disso ajustar a toponímia. Mesmo no sul global Guissemo (2018, p. 24) constatou na sua tese de Doutoramento que existem poucos estudos relacionados com discursos públicos anexados a monumentos e toponímia.

House contribuíram, em parte, para a permanência de topônimos coloniais embora contestados (SNODIA; TASARA; NICHOLAS, 2014). Na África do Sul pós apartheid o cenário de nomes contestados tem marcado a sua trajetória histórica recente (THOTSE, 2010; ORGERET, 2010; NDLETYANA, 2012).

Considerando que a toponímia reflete contextos específicos e que nunca é estática, pois que alguns nomes portugueses sobreviveram enquanto outros foram adaptados, traduzidos (no todo ou em parte) ou suplantados (Raper, 1988, p.25) postulamos que o governo de Moçambique depois da independência nacional (1975) usou a mudança toponímica como forma de apagar os vestígios do colonialismo em lugares estratégicos e de maior visibilidade enquanto ao mesmo tempo tolerava os topônimos “apolíticos” ou de menor carga política do período colonial. Sustentamos que as mudanças toponímicas visavam inscrever as memórias e identidades ligadas ao passado e presente do novo regime. Abordamos estas questões à luz da memória, hábito e ações político-estratégicas do governo. Tendo em conta esta perspectiva destacamos como hipóteses operativas que (i) existe evidências de resistência popular a um topônimo não popular, que pode, em parte, ser rotulado por “resistência consciente”; (ii) a persistência dos hábitos no uso de topônimos coloniais;³ (iii) fraqueza das estruturas administrativas pós coloniais na “imposição dos novos topônimos.”⁴

Este artigo, considerando a natureza dinâmica da toponímia e a sua estreita ligação com a memória individual e coletiva, toma como referência os estudos de Duncan Light e Craig Young (2014) e de Wenchuan Huang (2019) que fornecem explicações acerca da persistência de topônimos anteriores em épocas de novos regimes tomando como base as variáveis memória e hábito. O estudo será igualmente animado pelas análises estruturalistas (VANSINA, 1994), pois têm o potencial de permitir explicar as fraquezas do governo pós independente na imposição dos novos topônimos.

1 Continuidades pós-coloniais na toponímia de Lourenço Marques

Os novos regimes que conquistam o poder tendem a apagar os vestígios do anterior regime político como forma de inscrever novas memórias e identidades no espaço (LIGHT; YOUNG, 2014; HUANG, 2019). No entanto, a análise cuidadosa do caso de Lourenço Marques (atual Maputo) mostra que, apesar da deliberada retirada dos vestígios ligados ao colonialismo depois da independência nacional (1975), houve permanências. Estas continuidades são, em parte, justificadas pela sua irrelevância política e sua estreita relação com a população nativa ou mera coincidência.

³ Estes dois argumentos foram construídos aqui a partir de Duncan Light e Craig Young (2014).

⁴ O terceiro argumento tomou como base as análises da história moderna de Moçambique sobretudo as análises da evolução social, política e económica desde 1975 até a 2010 (ADAM, 2016).

Lourenço Marques se tornou a capital da colónia de Moçambique, sucedendo a Ilha de Moçambique. Desde os primeiros anos a Baía da Lagoa, lugar onde se instalara o Presídio que se tornou a geratriz da cidade, se tinha tornado num símbolo do colonialismo português enraizado em diferenças raciais. O topónimo de *Xilungwuine*, introduzido no tempo colonial para designar o lugar do branco⁵, marca esta percepção racializada do espaço (PENVENNE, 1996, p. 1). A cidade se tinha tornado o símbolo do poder e da exploração colonial simbolizados nas instituições, no trabalho forçado e, no contexto deste artigo, na toponímia inscrita no espaço.

A avenida 24 de Julho era assim chamada durante o período colonial.⁶ Teve como motivo a data da fundação de Lourenço Marques, 24 de Julho de 1875. Nesta data o Marechal francês Mac-Mahon proferiu a sentença arbitral cuja consequência imediata foi a proclamação da povoação de Lourenço Marques em vila por decreto de 9 de Dezembro de 1876. Depois da expedição de obras públicas lideradas pelo Joaquim José Machado, 24 de Julho passou a ser o dia da cidade de Lourenço Marques (LIMA, 1966).

Sucede que as nacionalizações foram decretadas na mesma data, mas no ano de 1975, um mês depois da proclamação da independência nacional.⁷ Tendo em conta a importância desta data, o novo regime liderado pela FRELIMO manteve a denominação 24 de Julho, mas conferindo-lhe um outro significado, o das nacionalizações. Assim, na memória coletiva⁸ passou a se inculcar este novo significado. Portanto, estamos perante uma situação de continuidade do topónimo, mas com a mudança no significado. Tratou-se de uma coincidência fortuita que foi aproveitada realçando-se o novo significado, não aquele ligado com o colonialismo português.

Alto-Maé é um outro exemplo de continuidade, pois deriva de uma figura política africana importante nos meados do século XIX. Nas primeiras décadas de fixação europeia os portugueses na Baía da Lagoa ou do Espírito Santo preferiram a zona alta, menos pestilenta que a insalubre zona baixa.⁹ Foi por estas alturas que surge o topónimo Alto de Buenos Aires” em referência a zona alta que depois ficou conhecida por Alto-Maé (CORVAJA, 2003). Hewa ou Héua foi o nome do chefe que esteve envolvido na guerra de sucessão de Muzila com Mawewe

⁵ De *Mulungo*, em xi-chichangana, língua falada no sul de Moçambique, para designar um indivíduo branco.

⁶ Antes era chamada de Avenida Francisco Costa em homenagem a Francisco Joaquim da Costa e Silva (1826-1899) que fez sua carreira na Administração Pública, tendo sido tenente do Batalhão dos Empregados Públicos quando foi nomeado secretário-geral de Angola a 23 de Abril de 1847. Ele foi igualmente oficial e secretário graduado do Conselho Ultramarino e a “20 de Julho de 1876 ascendeu a director-geral do Ultramar, tendo sido grande colaborador de Rebelo da Silva quando este foi ministro da Marinha e Ultramar” (THE DELAGOA BAY WORLD, 2021).

⁷ No dia 24 de Julho, o Governo liderado por Samora Machel declarou a nacionalização da Saúde, Educação e da Justiça, para em 1976 nacionalizar as casas de rendimento.

⁸ Sobre a memória coletiva ver, entre outros, Assmann & Czaplicka (1995); Gedí & Elam (1996); Hedstrom (2002).

⁹ A Baía da Lagoa, posteriormente Lourenço Marques, tinha granjeado fama como lugar de doença. A “febre da baía da Lagoa” (Delagoa Bay fever) usada de forma indiscriminada para uma variedade de doenças causava terror e pânico nos europeus incluindo o medo das quizumbas (MONTEIRO, 1891; LOBATO, 1961).

cuja batalha foi travada na zona. Alto Maheua ou Alto Mahé por corrutela ficou Alto-Maé (MOÇAMBIQUE (DO OUTRO LADO DO TEMPO), [s/d]). Não havia razões políticas de vulto para a mudança introduzida pelos portugueses que se refere a um chefe africano. Além do mais, as independências africanas tinham trazido à superfície a “africanização”¹⁰, o regresso às raízes, levado ao extremo por Mobutu¹¹, e o caso de Alto-Maé correspondia a isso. O termo “Alto” provavelmente deve não ter sido um problema por se referir a topografia do lugar em relação à zona baixa.

O Padrão de Guerra¹² é um outro monumento que se manteve inalterado, mas a praça que o rodeia mudou de Praça Mac-Mahon para Praça dos Trabalhadores. A imponência da estátua, conjugada com símbolos portugueses e sobretudo de africanos que participaram na Grande Guerra¹³ pode ter contribuído para a sua continuidade. Além do mais, os nomes inscritos neste monumento que se referem aos lugares onde ocorreram as batalhas são locais africanos e não refletem a ideia de subjugação, de derrota. Também valeu o sacrifício pela participação na Grande Guerra vencida pelos aliados. Portanto, parte da memória e identidades dos moçambicanos se encontravam representados no Padrão de Guerra.

O Jardim Memorial de Louis Trichardt (THE DELAGOA BAY WORLD, 2016) não foi apanhado pela onda das renomeações toponímicas dos espaços que caracterizaram Lourenço Marques durante o período de transição e nem mesmo depois. Portanto, o monumento, inaugurado às 14 horas do dia 12 de outubro de 1968 continua no mesmo lugar onde jazem as ossadas de Louis Trichardt e sua esposa que morreram de malária em 1838 ou 1839.¹⁴

Dois aspetos chamam atenção a este monumento. Primeiro foi resultado de um Trek Bóer iniciado entre 1835 e 1838, termina com a morte de Louis Trichardt e sua esposa acometidos pela malária que tornava a Baía da Lagoa num túmulo para os brancos.¹⁵ Segundo, a nação bóer é associada com o Apartheid adotado a partir de 1948, o qual Samora Machel jurou combater.

Conforme se pode notar, o novo governo da FRELIMO alterou a toponímia desde o período da transição (de setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975, ano da proclamação da

¹⁰ Sobre a africanização ver, entre outros, Isaacman (1972).

¹¹ Exteriormente, ele deu todas as aparências do nacionalismo africano clássico. Usava o traje dos chefes tradicionais, misturado com a sua própria versão de casacos de negócios. O nome da nação foi alterado para Zaire, uma amálgama totalmente inventada de nomes Bantu. Todos os zairenses foram ordenados a mudar os seus nomes. Ele próprio mudou o seu nome de Joseph para Sese Seko Kuku Ngbendu wa za Banga, ou “o guerreiro todo-conquistador que triunfa sobre todos os obstáculos” (GARRET, 2000, p.58).

¹² O Padrão da Grande Guerra foi inaugurado a 11 de Novembro de 1935 (data que comemora o armistício da Primeira Guerra Mundial). Foi o primeiro grande monumento erguido na colónia de Moçambique desde o dedicado a António Enes em 1910, da autoria de Teixeira Lopes. Resultou de um longo processo desde a primeira proposta de homenagear os combatentes que, na Primeira Guerra Mundial, lutaram e morreram naquela província (VERHEIJ, 2011, p.31).

¹³ Sobre a Grande Guerra em Moçambique ver, entre outros, Abecassis *et al.* (2014).

¹⁴ O túmulo foi descoberto pelo historiador Pereira de Lima. Ver Morton (2015).

¹⁵ Sobre o continente africano como túmulo dos europeus ver: Curtin (1991).

independência nacional), mas há também topónimos que não foram alterados na altura, e nesta última lista inclui-se a Avenida Fernão de Magalhães, rua Afonso Henriques, rua Dom João III, rua Dom João IV, rua Dom Carlos, rua Dona Maria II, rua Marquês de Pombal.

Apesar da importância que Fernão de Magalhães teve no contexto da navegação e descobrimentos não recebeu a mesma exaltação no Moçambique colonial se comparado com Vasco da Gama¹⁶, cuja estátua ainda permanece na Ilha de Moçambique. Portanto, pode assim dizer-se que Fernão de Magalhães não foi imortalizado pelo regime colonial. Eram relativamente poucos dos escolados que tinham consciência do seu papel no empreendimento colonial que levou à exploração e alienação dos povos colonizados. Além do mais, levando em consideração que o ensino visava formar serviçais não se pode estranhar que Fernão de Magalhães tenha sido um anónimo para a maioria dos nativos e continuou assim depois da independência. O Jardim Vasco de Gama, no centro da capital moçambicana, tornou-se Jardim Tunduru, um outro topónimo ligado à Tanzânia no contexto da luta de libertação.

O raciocínio anterior se aplica para casos da rua Afonso Henriques, rua Dom João III, rua Dom João IV, rua Dom Carlos, rua Dona Maria II, rua Marques de Pombal, apesar de algumas destas figuras serem extremamente importantes na história de Portugal.

O novo regime monopartidário da FRELIMO tinha o monopólio da atribuição oficial dos topónimos, mas não agiu numa parte considerável do património edificado. Muitos prédios não mudaram dos seus nomes atribuídos¹⁷ durante o período colonial com a exceção dos edifícios de utilidade pública como os hospitais, escolas.¹⁸ Mas os nomes dos hotéis não mudaram apesar do racismo que acompanhava a sua prática diária.¹⁹

Várias explicações podem ser mobilizadas para explicar esta falta de intervenção. Em primeiro lugar a manutenção do seu funcionamento era urgente para a continuidade económica. E isto pressupõe que a clientela de elite, independentemente da raça, não devia ser “assustada” com o novo nome que podia explícita ou implicitamente implicar grandes mudanças nos serviços oferecidos.²⁰ Em segundo lugar, os nomes destes edifícios não tinham nenhuma conotação direta com o regime colonial fascista aos olhos da FRELIMO. Os nomes

¹⁶ O Jardim Municipal Vasco da Gama assim designado no período colonial se tornou no Jardim Municipal Tunduru depois da independência. Tunduru é também um topónimo buscado na Tanganyica (actual Tanzânia), local onde foi instalado um infantário e centro educacional da FRELIMO.

¹⁷ Os espaços públicos privados nunca foram objecto de regulamentação. 1976, um ano depois da independência nacional, foi publicada a primeira legislação sobre a toponímia que incidia na definição de competências para a fixação ou alteração da toponímia no país a espaços públicos estatais (Moçambique, Boletim da Republica n° 44, I Serie, Decreto-Lei n° 14/76, de 15 de Abril). A revisão do dispositivo que regula a matéria de nomeação de lugares ocorrida em 2014 manteve a omissão em relação aos lugares públicos privados (Moçambique, Boletim da Republica n° 41, I Serie, Decreto-Lei n° 1/2014, de 22 de Maio).

¹⁸ Liceu Salazar ficou Josina Machel, Museu de Álvaro de Castro se tornou Museu de História Natural (VERHEIJ, 2011, p.130).

¹⁹ Sobre edifícios históricos de Lourenço Marques ver: Lima (1966) e Lima (1968).

²⁰ Quase a totalidade dos hotéis e restaurantes existentes conservam ainda os nomes atribuídos no tempo colonial. Eram estâncias conhecidas internacionalmente.

refletiam pessoas ou sociedades que não chegaram a se inscrever no passado colonial sombrio e de exploração. Em terceiro lugar, não havia necessidade de mudar, por exemplo, o nome de Hotel Polana que deriva do nome do régulo local que tinha já adquirido visibilidade internacional.

2 O uso não oficial (permanência) de topônimos coloniais na cidade de Maputo

Este capítulo se debruça da persistência da toponímia colonial num cenário em que o novo governo liderado pela FRELIMO introduziu novos topônimos. Tomando os exemplos da rua Araújo versus rua de Bagamoio, bairro de Benfica versus Georgi Dimitrov, bairro Indígena versus bairro da Munhuana e bairro Choupal versus bairro 25 de Junho, postulamos que a permanência dos topônimos coloniais é justificada por razões relacionadas com memória, hábito e ausência de ações concretas para a ampla adoção dos novos topônimos introduzidos depois da independência nacional.

Um dos lugares que se mostrava urgente mudar o topônimo era a rua de Araújo. Esta acabou por ser rua de Bagamoio. Posteriormente a mesma rua passou por uma espécie de moralização quando “as alegadas putas e os seus alegados proxenetas foram mandados para a reabilitação” (THE DELAGOA BAY REVIEW, 2010). As observações pessoais e as constatações feitas durante o trabalho de campo revelam que o nome de rua de Araújo persiste de forma esmagadora e em outros cenários em paralelo com o nome de rua de Bagamoio. Constatou-se, em variadas ocasiões um desconhecimento da proveniência destes topônimos.

A persistência secular do topônimo rua Araújo é atestada nas palavras de uma entrevistada que venceu que: “muitos de nós conhecemos esta zona como rua de Araújo” e continuou, dizendo que “frequentemente tu ouves pessoas a falar de irem a rua Araújo e não rua de Bagamoio” (An, Map, 11 mar 22). Ir à rua de Araújo, nas palavras desta entrevistada, equivale a ir no mesmo lugar para o trabalho de sexo, uma formulação que também se aplica aos frequentadores da mesma rua. De facto, foram esclarecedoras as palavras de um jovem quando afirmou que “conheço mais isto como rua de Araújo, apesar de saber que é zona Quente e rua de Bagamoio. Eu e meus próximos chamamos este lugar de rua de Araújo. É o nome que tem a merecida fama” (An, Map, 11 mar 22).

O topônimo rua Araújo havia se incrustado na memória de muitos habitantes da cidade de Lourenço Marques e seus arredores. As propaladas prostitutas tiveram um papel de relevo na disseminação do nome para além dos limites da cidade de Lourenço Marques para os subúrbios onde no geral viviam, mas também os vários indivíduos de diversas nacionalidades que por razões profissionais (sobretudo marinheiros e soldados) e de lazer frequentavam. Estes também foram instrumentais na circulação e internacionalização do local que é simultaneamente um lugar físico e lugar do trabalho de sexo, ou seja, da vida nocturna.

O hábito pesou também de forma significativa. Apesar das tentativas de “moralização” da rua Araújo atribuindo-lhe um topônimo ligado à formação e luta de libertação da FRELIMO com o envio das prostitutas para os campos de reeducação²¹ o nome persistiu. Supunha-se que as ações do novo regime independente visavam acabar com as prostitutas e que também contribuiriam no desaparecimento do topônimo rua Araújo e suas práticas “mundanas, degradantes e condenáveis” (THE DELAGOA BAY REVIEW, 2010). O medo que se instalou em se ser prostituta com o visível espectro de envio forçado para um campo de reeducação (MACHAVA, 2019), não foi suficiente para apagar a memória e o hábito. A atividade antes aberta durante o período colonial foi para a clandestinidade carregando consigo o nome dos tempos de ouro da atividade de prostituição.

As pessoas acusadas de prostitutas e deportadas no contexto da Operação Produção, continuam a dizer que “fui presa por trabalhar na rua de Araújo [e não rua de Bagamoio]” (An, Map, 11 mar 22). Igualmente as potenciais vítimas que viviam com o terror e medo dos campos de reeducação tinham na sua memória que corriam este perigo por trabalhar na rua de Araújo. Os familiares e amigos que ficaram na cidade de Maputo e subúrbios de supostas prostitutas continuaram amargamente a se lembrarem de filhas, irmãs, tias, mães, primas que foram tiradas da rua Araújo e não Bagamoio²² (CABRITA, 2000, p. 96). Portanto, como consequência não intencionada, o nome de rua Araújo se popularizou, em parte, com a Operação Produção acabando por chegar nas remotas terras rurais da província de Niassa e Cabo Delgado.²³

Além do mais, a “moralização” não surtiu os efeitos desejados. A evidência demonstra que o novo governo da FRELIMO não foi capaz de “escangalhar”²⁴ este mal. A prostituição não parou. O novo topônimo de rua de Bagamoio não conseguiu eclipsar a fama que a rua de Araújo tinha ganho. A rua de Araújo passou a ser sinônimo de trabalho de sexo. De fato, independentemente do lugar que uma determinada prostituta oferecia seus serviços vizinhos e conhecidos continuaram por longo tempo a dizer “ela vai para a rua de Araújo” (An, Map, 11 mar 22).

Nota-se igualmente que durante e depois da Operação Produção não houve nenhum esforço para inculcar na memória das pessoas o topônimo de rua de Bagamoio. A denominação rua de Bagamoio ficou relegada para o uso oficial nas correspondências e não no dia-a-dia das pessoas que continuaram a frequentá-la. Nem houve uma disposição administrativa legal que

²¹ Sobre os campos de reeducação no contexto da Operação Produção ver, entre outros, Cabrita (2000); Machava (2011, 2019); Trindade (2003); Quembo (2017); Robinson (2006).

²² Sobre as memórias nostálgicas dos evacuados e evacuadas no contexto da Operação Produção ver entre outros Raimundo (2009), Machava (2019)

²³ De acordo com Quembo (2017) a Operação Produção foi uma estratégia política visando “tornar os improdutivos em produtivos tirando os das zonas urbanas e colocando os nas zonas rurais remotas especialmente no centro e norte de Moçambique. Os tais “improdutivos” foram deixados à sua sorte numa espécie de *kulacks* da União Soviética (Machava, 2019).

²⁴ Este vocábulo se tornou frequente no jargão político moçambicano depois da independência frequentemente anunciada visando acabar com o legado do colonialismo.

incluía a devolução de toda correspondência que posteriormente vinha com o nome de rua de Araújo como os portugueses fizeram em relação aos ingleses, que teimavam em chamar a Baía de Lourenço Marques de Delagoa Bay depois da sentença arbitral de Mac-Mahon, que reconheceu a soberania portuguesa da baía (CORVAJA, 2003).

2.1 Benfica versus Georgi Dimitrov

Benfica foi um subúrbio da cidade de Lourenço Marques assim denominada pelas autoridades coloniais. No pós independência o mesmo subúrbio foi renomeado Georgi Dimitrov. Mas a população do bairro e arredores continua, grosso modo, a chamar o mesmo bairro de Benfica, uma espécie de resistência popular a um topónimo não popular, que pode, em parte, ser rotulado por resistência consciente.

Tratou-se, à semelhança de muitos casos, de um esforço visando apagar as marcas do regime colonial com as novas marcas ligadas a FRELIMO e sua orientação político-ideológico. Georgi Dimitrov, nascido a 18 de Junho de 1882 e falecido a 2 de julho de 1949, foi um estadista búlgaro, secretário geral da Internacional Comunista (IC) entre 1934 e 1943 e dirigente da Bulgária entre 1948 e 1949.²⁵

Em Lourenço Marques o nome Benfica havia ganho muita proeminência e popularidade na população contra um “anónimo” Georgi Dimitrov. Existia em Portugal a equipa de Futebol com a denominação de Sporting Lisboa Benfica, mas mais conhecida mundialmente como Benfica.

A actual equipa de Costa de Sol, também na época colonial conhecida por Benfica, com bom número de adetos locais, tinha estreitos laços com este clube português. Além do mais moçambicanos como Mário Coluna e Eusébio da Silva²⁶ militavam nesta equipa, mas também na seleção portuguesa durante as últimas décadas do período colonial. E durante o tempo que estiveram a jogar na metrópole ganharam diversos títulos que se tornaram também orgulho da população nativa de Moçambique.

Os jogadores nativos de Moçambique a jogar no clube Sporting Lisboa Benfica ajudaram grandemente na popularização deste topónimo. Muitos “laurentinos”²⁷ e posteriormente maputenses, se identificavam e se identificam com uma equipa local com laços com uma da então metrópole, com destaque para Benfica e Sporting. Georgi Dimitrov continuou a ser um anónimo em muitas pessoas residentes ou não no mesmo bairro.

²⁵ Depois de uma doença prolongada aguda Georgi Dimitrov, Primeiro Ministro da Bulgária comunista morreu a 2 de Julho de 1949. No dia seguinte, o Conselho de Ministros decidiu a construção de um mausoléu especial no qual o corpo do grande falecido foi colocado em repouso e preservado (TODOROVA, 2006).

²⁶ Sobre a vida de Eusébio da Silva e sua chegada a Portugal documentada num filme de longa metragem ver: Filipe Ascensão (Realizador), *Eusébio - História de uma Lenda*, DVD, Lisboa: Ascensão Productions, 2017.

²⁷ Designação adoptada em homenagem a Lourenço Marques, navegador e comerciante português que em 1544 ancorou na baía para explorar as potencialidades económicas da mesma (NEWITT, 1997).

É fato assente que durante a luta de libertação nacional Moçambique recebeu considerável apoio do bloco socialista. Depois da independência a situação permaneceu estacionária. Nos meados da década de 1980 as intervenções de ajuda soviética eram coordenadas no contexto do grupo Conselho de Ajuda Económica Mútua (COMECON). Dentro deste a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era o participante mais importante com envolvimento em 14 projetos, seguida pela Bulgária (11), Checoslováquia (atuais Republicas Tcheca e Eslovaquia) (9), Roménia (6), Cuba (5), República Democrática Alemã (4), Hungria (92) e Polónia (2) (ADAM, 2006, p. 199-200).

É também inegável que a Bulgária, país de Georgi Dimitrov, uma figura também associada à URSS, teve importância significativa nas políticas e estratégias de desenvolvimento do Moçambique pós colonial. De facto, para além do apoio a projetos de desenvolvimento o país foi responsável na formação de muitos quadros moçambicanos incluindo os da geração 8 de março, jovens que foram chamados nesta data em 1977 para continuar com a formação e para ocupar cargos no aparelho de Estado (CARVALHO, 2020; COSTA, 2012).

“Esse nome de Georgi Dimitrov só existia no Bilhete de Identidade e Cartão de Residência”, lembrou o velho P. Massango. Para o mesmo velho Massango “esse nome quase não se usa localmente.” Questionado por que tal situação se verificava o velho para além de dizer que “Georgi Dimitrov é complicado e longo”, também afirmou que “muitos de nós não sabemos quem é ou quem foi.” E sentenciou: “Benfica todo mundo sabe. Eusébio jogou lá. A equipa ainda continua a existir e com muitos adeptos aqui” (Massango, Map, 17 mar 22).

O governo da FRELIMO homenageou um “aliado natural” atribuindo um bairro a uma das suas figuras emblemáticas. Mas esta atribuição foi mais nominal. Existiu nas placas das ruaruas e nas correspondências e nos bilhetes de identificação. O nome não chegou a se incrustar na memória individual e coletiva dos residentes do bairro e arredores. O hábito, a memória e identidade falaram mais alto que as alianças político-económicas e ideológicas.

Não houve ações deliberadas visando explicar e perpetuar o nome de Georgi Dimitrov no respetivo bairro e arredores. Grandes figuras como Karl Marx e Vladimir Lenine tornaram se quase que as únicas referências frequentes nos comícios do período socialista. As estruturas do bairro, os Grupos Dinamizadores, os chefes dos quarteirões tiveram outras tarefas e não de explicar as razões de Benfica deixar de ser Benfica e se chamar Georgi Dimitrov. Porém, outros bairros como Agostinho Neto ou Luís Cabral, foram de fácil assimilação e mais conhecidos no âmbito da ligação da comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no processo de descolonização e lutas de libertação.

Com o colapso da URSS estes nomes a si associados deixaram de ser relevantes. Nos diversos locais onde eram imortalizados, nas paredes das escolas, das fábricas, das empresas, nos jornais do povo, etc., deixaram gradualmente de aparecer. Embora não tenha havido uma ação sistemática para apagar estes nomes, o facto é que não foram “reabilitados” e o tempo se encarregou de os apagar.

Nos últimos anos a postura do Conselho Municipal de Maputo em relação aos transportes semi-colectivos de passageiros ajudou a perpetuar o nome de Benfica em detrimento de Georgi Dimitrov. De fato, não existe nenhum transporte semi coletivo de passageiros com um dístico com o nome Georgi Dimitrov. Pessoas que circulam nas diversas artérias da cidade de Maputo vêem e ouvem constantemente Benfica e não Georgi Dimitrov. E isso inclui os transportes provinciais.

As crianças cresceram e crescem a conhecer Benfica e não Georgi Dimitrov enquanto a imagem de Benfica se perpetua nas telas de televisão, na rádio, nos transportes. De fato, em conversas informais com estudantes do ensino primário e secundário era comum ouvir “não conheço Georgi Dimitrov, mas sim Benfica.” Outros estudantes, mormentes de sexo masculino para além de não conhecerem o bairro Georgi Dimitrov dizem que conhecemos o bairro Benfica e a equipa de Futebol de Portugal.”

2.2 Bairro Indígena versus Munhuana

A partir dos princípios do séc. XX, regista-se um desenvolvimento crescente da atividade portuária em Lourenço Marques, o que pressupunha a presença de mão-de-obra (PENVENNE, 1993). Este fator constituiu o principal pólo de atração de populações nativas vindas do interior, e é apontado como “o catalisador do surgimento dos “assentamentos informais” ou bairros suburbanos em Lourenço Marques” (TRINDADE; CANI, 2006, p. 15). O bairro de Xipamanine foi o primeiro a surgir em 1919, seguindo-se o das Lagoas (actual Maxaquene) por volta de 1938, e por aí em diante (TRINDADE; CANI, 2006).

Os ventos de mudanças começaram a soprar pelo continente na década de 1960. A pressão internacional era no sentido da autodeterminação dos povos. Houve outras potências que gradualmente foram concedendo as independências sem necessidade de luta armada (YOUNG, 2012, P. 7-9). Nesta altura Portugal desenhava uma postura contrária assumindo primeiro que não tinha colônias, mas sim províncias ultramarinas. Como corolário das reformas subsequentes, os nativos das colônias se tornaram em portugueses, embora isso fosse nominal.²⁸

Foi por estas alturas que Portugal ensaiou esforços para a criação de zonas habitacionais com condições minimamente aceitáveis para os indígenas de Lourenço Marques (TRINDADE; CANI, 2006, p. 14). Na sequência disso nasceu o bairro Indígena. A denominação de bairro Indígena é por si só reveladora de um desenvolvimento racial separado, embora teoricamente não se ajustasse, pois segundo as novas disposições legais existiam somente portugueses na distante província ultramarina.

²⁸ Antes de 1961 vigorava nas colônias o Indigenato que estipulava uma separação entre europeus e africanos (nativos). Na sequência de procura de uma adaptação a novas realidades, o governo português aboliu o indigenato passando a reconhecer todos nascidos nas colônias como portugueses, pois que tinham nascido nas províncias ultramarinas (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1954; O'LAUGHLIN, 2000).

Com a independência o bairro Indígena se tornou novamente no Bairro Munhuana. Embora a palavra indígena signifique “natural do país em que um indivíduo habita”, com a colonização foi recebendo outros significados com conotações de inferioridade racial. Foi por estas alturas que o lugar de nascimento foi associado com discriminação. Aquele europeu que tivesse nascido na metrópole gozava de um estatuto elevado em relação a quem tenha nascido nas terras da colônia, o reinol.²⁹

O indígena era o lugar onde o colono exercia o seu poder. A construção do império colonial foi feita na base do sofrimento do indígena. Eram os indígenas que se tornaram nos serviçais, na fonte de extração de mão-de-obra para o trabalho forçado.³⁰ Mesmo a controversa política de assimilação não chegou a libertar os assimilados dos males associados com o ser nativo (PENVENNE, 1996, p. 64-68).

O indigenato, derivado da palavra indígena representava quase tudo de negativo durante a colonização para os africanos. Assim, o bairro indígena representava a exploração do homem pelo homem daí ser necessário apagar da memória individual e coletiva para a construção da nova nação e do homem novo.

A evidência coletada durante o trabalho de campo indica que os dois nomes coexistem. Indivíduos assimilados que viveram ou continuaram a viver nas residências construídas durante o período colonial tendem a se referir ao lugar como bairro Indígena. O hábito adquirido durante a convivência no bairro justifica esta persistência.

“Há alguns anos para trás havia um uso indiscriminado dos nomes para referir o bairro. Para uns era bairro indígena e para outros era Munhuana.” Para este entrevistado os residentes naquelas “casotas dificilmente largaram o nome bairro Indígena.” De acordo com um outro entrevistado “tendiam a ser os mais cultos [assimilados] que teimaram em usar o nome bairro Indígena porque isso lhes conferia um estatuto superior em relação aos outros africanos dada a sua educação e privilégios” (Dudu Abel, Map, 13 Abr 22).

A política de assimilação foi responsável pela diferenciação social entre os negros e mulatos africanos (MOREIRA, 1961; RITA-FEREIRA, 1967–68). Esta diferenciação marcou também de forma significativa o pós independência, pois era o grupo que detinha a formação, tinha o domínio da língua portuguesa e eventualmente outras línguas estrangeiras. O grupo passou a representar um segmento significativo nas profissões liberais e postos de liderança. Além do mais, parte considerável da liderança da FRELIMO era assimilada ou vinha de uma família com raízes assimiladas.

²⁹ “Na base de todo este edifício lusotropical estava, portanto, o português colonizador, avesso ao racismo, eroticamente vocacionado a ligar-se sem quaisquer preconceitos racistas com índias e negras, o português reinol que era já, ele mesmo, produto de miscigenações de judeus, árabes e cristãos...” (MEDINA, 2000, p.51). Em Moçambique, “conquanto as suas origens fossem diversas a generalidade dos elementos desta elite identificava-se com o espaço político do império português” (RODRIGUES, 2007, p. 234).

³⁰ Sobre o trabalho forçado chamado Chibalo ver, entre outras, PENVENNE (1977).

Nas outras conversas notamos ter havido, depois da independência, um uso do termo no sentido de demarcação social com os residentes do bairro: “seu indígena.” Trata-se aqui de uma transplantação de uma forma depreciativa que caracterizou o período colonial. “Seu indígena” equivalia a um insulto, a um lugar subalterno na hierarquia colonial. O bairro Indígena era o *locus* deste grupo. Era o espectro visível da segregação espacial, embora não legalizada como aconteceu com o Apartheid da África do Sul.

O peso que o significado da palavra indígena adquiriu no período colonial raramente dava margem de manobra ao gozado depois da independência por “ser indígena.” Conforme se disse acima ser nativo de onde o indivíduo habita ficou eclipsado com o significado de negro e inferior na hierarquia da sociedade. A mudança do nome para Munhuana veio a reparar, em parte, este mal, mas persiste o uso do topônimo colonial.

2.3 Choupal versus 25 de Junho

Em 1970 a população estrangeira (colona) era cerca de 40%. Esta população ocupava, na totalidade, o centro da cidade de cimento, “assim como alguns bairros periféricos construídos de propósito, ao longo de eixos rodoviários de saída da cidade, para uma classe de colonos de menores recursos econômicos, fundamentalmente operários e funcionários públicos.” Foi então que surgiram, na cidade de Lourenço Marques (actual Maputo) bairros como o de Benfica e do Choupal (actual 25 de Junho) (ARAÚJO, 2003).

As autoridades coloniais atribuíram o nome Choupal a um bairro localizado nas periferias da cidade da década de 1970. Parece que a atribuição do topônimo Choupal, transplantado da metrópole, foi feita quase num vazio anterior, ou seja, não existia um nome enraizado em uso antes da toponímia colonial diferentemente do caso do Bairro Indígena que antecedeu o topônimo Munhuana que certamente se tinha enraizado de forma significativa.

Com a independência o bairro mudou para 25 de Junho, data do aniversário da proclamação da independência nacional. As circunstâncias que levaram à independência do país e a forma como foi sendo continuamente celebrada a cada ano na Praça dos Heróis, numa celebração carregada de grande simbolismo, nos bairros e em vários outros locais poderia ter ajudado sobremaneira a apagar o topônimo português. Mas o que se nota é que Choupal coexiste com 25 de Junho desde o momento da mudança até a atualidade.

Indivíduos de idade avançada tendem a usar o topônimo antigo por razões acima expostas enquanto os mais novos tendem a se referir ao bairro como 25 de Junho. “Nós os mais velhos temos o hábito de chamar de Choupal como se chamava antigamente” (Agostinho Ernesto, Map, 10 Abr 22). Para os mais jovens “25 de Junho tinha que ser o nome amplamente usado porque marca a celebração da independência, mas muitos continuam a usar também o nome Choupal” (Xarle Ndimande, Map, 10 Abr 22).

À semelhança com outras realidades aqui analisadas não houve, em termos práticos, uma consciencialização sistemática nos encontros locais e nos comícios para o abandono do topônimo colonial e adoção do novo topônimo que marca a independência nacional. Paralelamente a outros casos o novo governo agiu administrativamente sem acompanhar isso com ações concretas.

Seguindo as pegadas de Duncan Light e Craig Young (2014) e de Wenchuan Huang (2019) postulamos que o caso de Choupal versus 25 de Junho é explicado pelo hábito e memória num cenário de vazio de memória anterior. Neste último caso de cenário de vazio de memória anterior fazemos referência a inexistência de um topônimo enraizado anterior para o lugar para além do fato de o bairro ser relativamente recente.

Conclusão

Este artigo discutiu a permanência ou o uso continuado de topônimos coloniais depois da independência após a sua extinção legal. Assim ao longo do artigo consideramos os casos dos topônimos rua Araújo (colonial) *versus* rua de Bagamoio (pós colonial), bairro de Benfica (colonial) *versus* Georgi Dimitrov (pós colonial), bairro Indígena (colonial) *versus* bairro da Munhuana (pós colonial) e bairro Choupal (colonial) *versus* bairro 25 de Junho (pós colonial) todos da cidade de Maputo, antiga Lourenço Marques.

Notamos que a mudança toponímica fazia parte de um projeto do governo da Frente de Libertação Nacional (FRELIMO) que consistia em inscrever as suas memórias e identidades ligadas ao passado e presente nos espaços físicos da cidade de Maputo como forma de pagar os vestígios do colonialismo português.

Concluimos que na cidade de Maputo há persistência de uso não oficial de topônimos coloniais legalmente extintos. Esta persistência é resultado de uma resistência popular a topônimos estranhos e não populares introduzidos depois da independência nacional nos casos considerados. Para o caso do bairro Benfica concluimos que há uma “oficialização” deste topônimo através de seu uso nos dísticos dos transportes semi-colectivos cujas licenças são emitidas pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo.

Concluimos também que concorrem para a persistência dos topônimos coloniais em causa o hábito, a memória coletiva e individual, a identidade e a ausência de ações político-estratégicas visando perpetuar os novos topônimos adotados depois da independência nacional. Acresce-se a isso o fato de não ter havido envolvimento das comunidades na escolha do topônimo o que, por conseguinte, minou a apropriação e a assimilação dos novos topônimos.

Referências

- ABECASSIS, F. *et al.* *A Grande Guerra em Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa/Secção de Ciências Militares, 2014.
- ADAM, Y. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leoprado: trajectória de Moçambique pós colonial, 1975-1990*. Maputo: Promédia, 2006.
- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - Decreto-Lei Nr. 39.666*, de 20 de Maio de 1954. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- ALFREDO Pereira de Lima e o Jardim Memorial de Louis Trichardt em Maputo, *The Delagoa Bay World*, "1/6/2016, disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2016/06/01/alfredo-pereira-de-lima-e-o-jardim-memorial-de-louis-trichardt-em-maputo/>, acessado aos 5 de Março de 2022.
- ARAÚJO, M. Os espaços urbanos em Moçambique. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 14, p. 165-182, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>.
- ASSMANN, J.; CZAPLICKA, J. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, n. 65, p. 125-133, Spring-Summer, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/488538>.
- AZARYAHU, M. German reunification and the politics of street names: the case of East Berlin. *Political Geography*, v. 16 n. 6, p. 479-493, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0962-6298\(96\)00053-4](https://doi.org/10.1016/S0962-6298(96)00053-4).
- AZARYAHU, M. Renaming the past in post-Nazi Germany: insights into the politics of street naming in Mannheim and Potsdam. *Cultural geographies*, v. 19, n. 3, p. 385-400, 2012. DOI: <http://doi.org/10.1177/1474474011427267>.
- BAIA, A. *Conteúdos da urbanização em Moçambique: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- BIGOM, L. Names, norms and forms: French and indigenous toponyms in early colonial Dakar, Senegal. *Planning Perspectives*, v. 23, n. 4, p. 479-501, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/02665430802319021>.
- CABRITA, J. *The Tortuous Road to Democracy*. New York: Palgrave, 2000.
- CARVALHO, X. "Em Moçambique... epa, porra! Os filhos dos dirigentes tinham uma escola!" – memórias de três gerações e suas narrativas escolares em África subsariana. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 39, p. 161-185, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.4997>.
- CORVAJA, L. *Maputo: desenho e arquitectura*. Maputo: Edições FAPF, 2003.
- COSTA, A. Formação de quadros superiores moçambicanos em Portugal: trajetórias, identidades e redes sociais. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 23, p. 131-158, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.557>.
- COVANE, L. *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique, 1920-1992*. Maputo: Promédia, 2001.
- CUMBE, C. Formal and Informal Toponymic Inscriptions in Maputo: Towards Socio-Linguistics and Anthropology of Street Naming. In: BIGON, L. (Ed.). *Place Names in Africa Colonial Urban Legacies, Entangled Histories*. Berlin: Springer, 2016, p. 200-205. DOI: <http://doi.org/10.1007/978-3-319-32485-2>.
- CURTIN, P. "The White Man's Grave:" Image and Reality, 1780-1850. *Journal of British Studies*, v. 1, n. 1, p. 94-110, nov. 1991.
- DEUS, o negócio e o pecado na rua Araújo em Lourenço Marques. *The Delagoa Bay Review*, 2010. Disponível em: <https://delagoabayword.wordpress.com/2010/10/08/deus-o-negocio-e-o-pecado-na-rua-araujo-em-lourenco-marques>. Acesso em: 4 de Março de 2022.
- DROZDZEWSKI, D. Using history in the streetscape to affirm geopolitics of memory. *Political Geography*, v. 42, 2014, p. 66-78, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2014.06.004>.

LINHA D'ÁGUA

DW. *FRELIMO investe na reabilitação de lugar histórico na Tanzânia*, 30.09.2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/frelimo-investe-na-reabilita%C3%A7%C3%A3o-de-lugar-hist%C3%B3rico-na-tanz%C3%A2nia/a-59364307>. Acesso em: 03 ago. 2022.

GARRET, L. *Betrayal of Trust: The Collapse of Global Public Health*. New York: Hyperion, 2000.

GEDI, N.; ELAM, Y. Collective Memory – What Is It? *History and Memory*, v. 8, n. 1, p. 30-50, Spring-Summer, 1996.

GUISSEMO, M. *Manufacturing Multilingualisms of Marginality in Mozambique: Exploring the Orders of Visibility of African Languages*. Tese (Doutorado em Bilinguismo). Stockholm University, Stockholm, 2018. Disponível em: <https://su.diva-portal.org/smash/get/diva2:1192016/FULLTEXT02.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

HARRIES, P. *Culture and Identity. Migrant Labourers in Mozambique and South Africa, c.1860-1910*. London: James Currey, 1994.

HEDGES, D. O sul e o trabalho migratório. In: SERRA, C. (Coord.) *História de Moçambique*. Volume 1. Maputo: UEM, 2000, p. 348-371.

HEDSTROM, M. Archives, Memory, and Interfaces with the Past. *Archival Science*, n. 2, p. 21-43, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1020800828257>.

HENRIKSEN, S. Da tradição a modernidade e de volta novamente: o caso da toponímia da cidade de Maputo. In: *Conferência “Alberto Viegas” – Modernizando as Tradições*, Nampula, 2015.

HOBBSAWN, E. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Lisboa: Gradiva, 1993.

HUANG, W. Memory and local Identity: The Persistence of Colonial-Era Street Names in Hong Kong After 1997. *Abstracts of the ICA*, v. 1, p. 130, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5194/ica-abs-1-130-2019>.

ISAACMAN, A. *Mozambique: The Africanization of a European Institution: The Zambesi Prazos, 1750–1902*. Madison: University of Wisconsin Press, 1972.

LIESEGANG, G. Lourenço Marques antes de 1895: aspectos da história dos estados vizinhos, da interacção entre a povoação e aqueles estados e do comércio na baía e na povoação - Comemoração do centenário da cidade de Maputo, 1887-1987. *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n. 2, especial, p. 19-75, out. 1987.

LIGHT, D.; YOUNG, C. Memory, Habit and the Persistence of Socialist-Era Street Names in Post socialist Bucharest, Romania. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 104, n. 3, p. 668-685, May 2014.

LIMA, A. P. *Edifícios históricos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Livraria Académica, 1966.

LIMA, A. P. *Casas que fizeram Lourenço Marques*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968.

LOBATO, A. *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Estudos Moçambicanos. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

LOURENÇO Marques: início da década de 1970, *The Delagoa Bay World*, 30/08/2021, disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-av-24-de-julho/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MACHAVA, B. Reeducation camps, austerity, and the carceral regime in socialist Mozambique, 1974–1979. *Journal of African History*, v. 60, n. 3, p. 429–55, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0021853719001014>.

MACHAVA, B. State Discourse on Internal Security and the Politics of Punishment in Post-Independence Mozambique (1975—1983). *Journal of Southern African Studies*, v. 37, n. 3, p. 593-609, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/03057070.2011.602897>.

MEDINA, J. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 48-61, mar./maio 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i45p48-61>.

MENESES, M. P. As estátuas também se abatem: momentos da descolonização em Moçambique. *Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta*, v. 10, n. 18, jan-jun 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/225527>. Acesso em: 4 de Abril de 2023

MOÇAMBIQUE (DO OUTRO LADO DO TEMPO). Alto Maé [...].8 de junho de 2016. Facebook: Moçambique (do outro lado do tempo). Disponível em: <https://web.facebook.com/MocambiquedoOutroLadoDoTempo/posts/1181423041902191/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MONTEIRO, R. *Delagoa Bay: its Natives and Natural History*. London: G. Phillip and Son, 1891.

MOREIRA, A. *Política de integração*. Lisboa: Bertrand, 1961.

MORTON, D. A Voortrekker memorial in revolutionary Maputo. *Journal of Southern African Studies*, v. 41, n. 2, p. 335-352, April 2015.. DOI: 10.1080/03057070.2015.1012911

NDLETYANA, M. Changing place names in post-apartheid South Africa: accounting for the unevenness *Social Dynamics*, v. 38, n. 1, p. 87-103, March 2012. DOI: <http://doi.org/10.1080/02533952.2012.698949>.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisbon: Publicações Europa-América, 1997.

NGUNGA, A. A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde*, v. 1 n. 1, p. 38-62, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/510/404>. Acesso em: 4 abr. 2023

O'LAUGHLIN, B. Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique. *African Affairs*, v. 99, n. 394, p. 5-42, 2000. DOI: <http://doi.org/10.1093/afraf/99.394.5>.

ORGERET, K. The road to renaming – what's in a name? The changing of Durban's street names and its coverage in The Mercury. *Journal of African Media Studies*, v. 2, n. 3, p. 297-320, Nov. 2010. DOI: https://doi.org/10.1386/jams.2.3.297_1.

PENVENNE, J-M. *African Workers and Colonial Racism Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. London/New York: James Currey, 1996.

PENVENNE, J-M. *Shibalo as a Factor in Labour Migration: Sul de Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1977.

PENVENNE, J-M. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Estudos 9. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), 1993.

PILILÃO, R. *Moçambique: evolução da toponímia e da divisão administrativa, 1974-1987*. Maputo: Divisão Gráfica da UEM, 1989.

QUEMBO, C. *O poder do poder: Operação Produção (1983) e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique socialista*. Maputo: Alcance, 2017.

RAIMUNDO, I. Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique. *Economia, Política e Desenvolvimento*, v. 1, n. 1, p. 13-39, 2009. DOI: <https://doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v2n5p78-101>.

RAPER, P. The Portuguese Contribution to South African Toponymy. *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*, v. 18, n. 3, p. 24-28, 1988. DOI: <https://doi.org/10.5787/18-3-403>.

RITA-FEREIRA, A. *Os africanos de Lourenço Marques*. Memórias 9. Maputo: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1967/8.

- ROBINSON, D. A. *Curse on the Land: A History of the Mozambican Civil War*. (PhD Thesis of History). The University of Western Australia, School of Humanities, Western Austral, 2006.
- RODRIGUES, E. Uma celebrada negra, que se chamava Joana: Rituais africanos e elite colonial em Quelimane no século XVIII. *Povos e Culturas*, v. 11, p. 231-254, 2007. DOI: <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2007.8787>.
- ROQUE, A., Cartografar fronteiras nos finais do século XIX: questões em torno da demarcação e delimitação da fronteira entre Moçambique e o Transvaal, In: *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, 2011.
- ROQUE, A., Rethinking Borders in Southern Mozambique. In: *ABORNE conference on How is Africa Transforming Border Studies?* Johannesburg, 2009.
- SALGUEIRO, S. *Topónimos no espaço da CPLP: o vocabulário toponímico*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12495/1/tese_agosal_28092016.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.
- SNODIA, M.; TASARA, M.; NICHOLAS, M. Deconstructing the Colonial Legacy through the Naming Process in Independent Zimbabwe. *Journal of Studies in Social Sciences*, v. 6, n. 1, p. 71-85, 2014. DOI: <http://doi.org/10.4236/ojer.2014.32008>.
- STUDYSITE.ORG, “Dorp”. Disponível em <https://studysite.org/dictionary/Afrikaans-meaning-of-dorp>. Acesso em: 03 ago.2022.
- TEMBE, J. (Coord.). *História da Luta de Libertação Nacional*. Volume 1. Maputo: Imprensa Universitária da UEM, 2014.
- THOTSE, M. Contesting Names and Statues: Battles over the Louis Trichardt/Makhado City-tex in Limpopo Province, South Africa. *Kronos* n. 36, p. 173-183, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/pdf/kronos/v36n1/v36a08.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023
- TODOROVA, M. Contemporary Issues in Historical Perspective: The Mausoleum of Georgi Dimitrov as lieu de memoire. *The Journal of Modern History* v. 78, n. 2, p. 377-411, June 2006. DOI: <https://doi.org/10.1086/505801>.
- TRINDADE, C.; CANI, A. (Coords.) *Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais: análise da situação & proposta de estratégias de intervenção*. Maputo: Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH), 2006.
- TRINDADE, J. C. Rupturas e Continuidades nos Processos Políticos e Jurídicos. In: SANTOS, B. de S.; TRINDADE, J. C. (Orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, 2003, p. 97-128.
- VANSINA, J. *Living with Africa*. Wisconsin: University Press of Wisconsin, 1994.
- VERHEIJ, G. *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: dois casos de estudo*. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.
- YEOH, B. Street Names in Colonial Singapore. *Geographical Review*, v. 82, n. 3, p. 313-322, Jul. 1992.
- YOUNG, C. *Postcolonial State in Africa: Fifty Years of Independence, 1960-2010*. Madison: University of Wisconsin Press, 2012.

Entrevistas

ABEL, Dudu. depoimento [Abr. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Anónima. depoimento [Mar. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo.

ERNESTO, Agostinho: depoimento [Abr. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo.

MASSANGO, P. depoimento [Mar. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo.

NDIMANDE, Xarles. depoimento [Jun. 2022]. Entrevistadores: J. Mahumane e J. Tembe. Maputo. Entrevista concedida para o presente artigo.

Entrevista / Interview

Entrevista com José d'Encarnação: toponímia portuguesa e Epigrafia Romana, ou uma aventura ao passado mediada pelos nomes de lugares

*Interview with José d'Encarnação:
Portuguese toponymy and Roman Epigraphy,
or a place name-mediated adventure in the past*



José d'Encarnação 

Universidade de Coimbra, Portugal
Entrevistado
jde@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

Patricia Carvalhinhos 

Universidade de São Paulo, Brasil
Entrevistadora
patricia.carv@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-2188-9497>

Mônica Soares 

Universidade de São Paulo, Brasil
Entrevistadora
moniclingua@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5212-0608>

Recebido em: 15/11/2022 | Aprovado em: 12/12/2022

Apresentação

A toponímia portuguesa é, simultaneamente, similar e muito diferente da toponímia brasileira. Apesar de ser o substrato de boa parte dos nomes de lugares no Brasil, a toponímia portuguesa é peculiar pela própria história da constituição de Portugal como nação, uma estrada que já era percorrida há pelo menos mil anos na época das grandes navegações. José d'Encarnação nos oferece, por meio de seu olhar de pesquisador que tropeça em topônimos diariamente, um pouco desse percurso histórico e linguístico. É uma entrevista saborosa, como um prato já conhecido que sabe diferente porque lhe são acrescentados outros ingredientes.

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

José d'Encarnação é professor catedrático (em Pré-História e Arqueologia) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, desde 1991, ora aposentado. Especialista em Epigrafia Romana. Dirige, desde 1982 (data da sua criação), o suplemento da revista *Conimbriga* (do Instituto de Arqueologia da citada Faculdade), *Ficheiro Epigráfico*, onde, em 162 números, se deram a conhecer, sob sua supervisão, cerca de 650 inscrições romanas inéditas da Península Ibérica. Concluiu o Curso de Conservador de Museus no Museu Nacional de Arte Antiga em 1972 e ocupam-no, também por isso, as questões do Património Cultural, disciplina de que também foi docente e temática de que amiúde se ocupa, como jornalista. Com algumas dessas crónicas se publicaram os livros *Cascais e os Seus Cantinhos* (2002), *Recantos de Cascais* (2007). *Dos Segredos de Cascais* (2009) e *Cascais Paisagem com Pessoas dentro* (2011). Doutor honoris causa pela Universidade de Poitiers (França), académico de Mérito da Academia Portuguesa de História e membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Foi agraciado, a 7 de Junho de 1994, com a medalha de mérito municipal de Cascais. Administra, na Internet, três fóruns de informação: *archport* (sobre Arqueologia), *museum* (Museologia e Património), e *histport* (história de Portugal). A sua biografia consta do livro *Personalidades da Costa de Estoril, I vol., Cascais*, 1995, p. 277-284. O Prof. Juan Manuel Abascal, de Universidade de Alicante, mantém o seu currículo actualizado, nomeadamente a nível de publicações (mais de 850): http://www.ua.es/personal/juan.abascal/encarnacao_jose_de.html.¹

Patricia Carvalhinhos e Mônica Soares:

Professor José d'Encarnação, é um prazer e uma honra entrevistá-lo. Como aposentado da Universidade de Coimbra e com vasta experiência e produção em Epigrafia, História Antiga e Arqueologia, o Senhor deparou-se, em muitos momentos de sua carreira, como fica evidente por sua produção, com os topônimos. O que o nome de lugar representa para as áreas em que atua?

José d'Encarnação:

Privilégio meu poder partilhar o que gosto de fazer. O nome do lugar interessa-me principalmente pela sua génese, ou seja, pelas razões que estão na sua origem, porque essas razões nos permitem, como historiadores, descobrir o ambiente que o viu nascer, nos seus mais variados aspectos: o linguístico, o social, o político, o geográfico.

¹ Texto de apresentação extraído do currículo vitae do professor José d'Encarnação disponível no site *Cultura Cascais*, em <https://cultura.cascais.pt/anexo/cv-jose-dencarnacao-catedra-cascais-interartes>.

Patrícia Carvalhinhos e Mônica Soares:

Como define, então, sua relação com a toponímia como corpo disciplinar?

José d'Encarnação:

Uma relação permanente. A toponímia serve-se das epígrafes para se manifestar e, por isso, o epigrafista não lhe pode ficar indiferente.

Patrícia Carvalhinhos e Mônica Soares:

Leite de Vasconcelos é um autor fundamental para os estudos de toponímia, não apenas em Portugal, mas também no Brasil e, provavelmente, em outros países de língua portuguesa. Sabemos que se dedicou, em sua produção, à parte da sua obra. Como o senhor o vê e à sua produção em Onomástica?

José d'Encarnação:

Homem polivalente, todos os aspectos da cultura o interessavam. Os estudos linguísticos vivem muito da toponímia, da etnonímia – e, por isso, esse domínio não poderia ser-lhe alheio. Gerou-se no seu tempo um movimento de autonomias que procuravam justificar-se pelas suas prístinas raízes. Se descendentes de celtas ou de iberos. Não apenas por questões raciais, de olhos azuis e cabelos loiros, tez morena ou não, mas – de modo especial – por questões linguísticas. Sim, o indo-europeu fora a raiz comum; mas ramificou-se, sofreu influências múltiplas e daí brotaram outros linguajares... Os seus estudos linguísticos foram paradigmáticos e pode mesmo afirmar-se que a sua obra mais significativa, *Religiões da Lusitânia*, em três volumes, assenta muito na sua investigação linguística.

Patrícia Carvalhinhos e Mônica Soares:

Para título do prefácio ao Livro "Os nomes das Ruas", de Henrique Figueira e Vitor Encarnação, o senhor escolheu "A toponímia, espelho de memória e de identidade". Fale-nos um pouco sobre como os topônimos se relacionam à identidade e à memória de um povo.

José d'Encarnação:

Em primeiro lugar, ocorre sempre perguntar: porque é que este lugar se chama assim? E a resposta remete para uma história, para uma língua. Porque é que o Brasil se chama Brasil? E a resposta revela emoções (que árvore esta tão estranha, que brasa parece?),

revela correntes económicas (nossa fonte de riqueza, esse comércio de planta tão boa para a tinturaria)... E, ao indagarmos da etimologia do topónimo Lisboa, encontramos as lendas (esse Ulisses que poderia ter aportado aqui), encontramos povos (os Romanos e, antes deles, os Fenícios e outros...).

Nesse aspecto, a língua revela-se, pois, como tópico a explorar. Veja-se que, em Miranda do Douro, núcleo falante do mirandês (a segunda língua oficial portuguesa), as placas toponímicas têm a designação em mirandês e em português (Figura 1).

Figura 1. Placa Bilingue - Águas Vivas



Fonte: acervo pessoal do entrevistado.

Em Toulouse, há um facto aparentemente estranho: os arruamentos têm dois nomes: em occitano e em francês (Figura 2); e o occitano já ninguém fala, mas era a língua original aí – e as entidades que superintendem na Cultura e na História da cidade quiseram vincar assim a existência desse idioma vernáculo.

Figura 2. Toulouse - Carrièra



Fonte: acervo pessoal do entrevistado.

No País Basco, os arruamentos têm o nome em basco e em castelhano e o mesmo está a acontecer em países onde haja uma língua antiga e outra moderna.

O meu campo de investigação específico – dentro da Epigrafia – visa o esclarecimento das influências culturais que estiveram na base da formação de Portugal. Sim, os Romanos desempenharam papel primordial; mas, quando cá chegaram, o território estava habitado, a população estava organizada, os territórios estavam distribuídos, os núcleos populacionais mais ou menos consolidados, adoravam-se divindades... Ora, é esse campo que os monumentos epigráficos superiormente documentam que desperta o meu interesse, desde que, em 1970, defendi tese de licenciatura que viria a ser publicada pela Imprensa Nacional de Lisboa: *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal* (1975).

E, sobre as divindades, a questão era: o seu nome terá um significado concreto? Se o compreendermos, poderemos saber, porventura, que atributos os indígenas lhes davam? E fomos à procura.

O mesmo se passa em relação à antroponímia: certo é que, na sua origem, os nomes tinham um significado concreto, que paulatinamente se foi esfumando: se um personagem bem conhecido da aldeia era ferreiro, não seria raro que os filhos, ou ele próprio, a partir de determinado momento, integrassem Ferreiro no seu nome.

Perguntar-se-á: que têm os teónimos ou os antropónimos a ver com os topónimos? A correlação assenta no facto de ser comum a sua origem: um facto concreto, um lugar concreto, uma função concreta. Não se chamou Portel uma terra por ser a 'porta' de uma região para outra? Não se deu o nome de Albufeira a um sítio com as características de uma albufeira?

Patrícia Carvalhinhos e Mônica Soares:

Tem notícias da situação atual dos estudos sobre toponímia em Portugal?

José d'Encarnação:

Sim. Houve um período em que, a nível autárquico, se procurou discutir a importância da toponímia e, até, a estratégia a adoptar na atribuição de topónimos. Daí que, em Janeiro de 2007, a Câmara Municipal de Albufeira haja organizado as *1^{as} Jornadas de Toponímia do Sul*, e no ano seguinte, em Novembro, a Câmara Municipal de Coimbra tenha chamado a si a iniciativa do *I Encontro Nacional de Toponímia*. Não houve continuidade, que eu saiba, mas, a nível local, sentiu-se a necessidade de dar aos habitantes uma ideia do motivo por que determinada povoação assim fora baptizada e as razões por que se havia dado este ou aquele nome a determinado arruamento. Vanessa Fidalgo apresentou, em

Outubro deste ano de 2022 (Oficina do Livro), o livro *Porque se Chama assim?* em que trata da «origem dos (estranhos) nomes de aldeia e vilas de Portugal». Aliás, devem-se-lhe outros livros em que a toponímia detém lugar primordial: *101 Lugares para ter Medo em Portugal* (A Esfera dos Livros, 2013), *Lugares Abandonados de Portugal* (A Esfera dos Livros, 2017).

Patricia Carvalhinhos e Mônica Soares:

Em sua carreira, qual o projeto que lhe foi mais caro?

José d'Encarnação:

Assumo-me, primordialmente, como professor e, no âmbito da investigação, como estudioso da Epigrafia Romana. Ser professor é um projecto de vida e, por isso, sempre gostei da minha profissão, da possibilidade de transmitir aos outros o que ia aprendendo. E, ao ver, por exemplo, antigos alunos meus que enveredaram pela História devido a eu ter sido seu professor constitui motivo de orgulho, como o não o é menos saber que já são professores catedráticos aqueles cujos estudos eu pude acompanhar e que hoje (dizem) se revêem no que lhes foi ensinado.

Na qualidade de epigrafista, o atrás citado volume sobre divindades indígenas e a tese de doutoramento *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (Coimbra, 1984) são obras de que me orgulho, por me haver sido dada a oportunidade de me abalançar, com a ajuda dos meus orientadores, a estudos que acabaram por ser inovadores.

Creio, porém, que pergunta se dirigia mais no sentido da toponímia. Nesse âmbito direi que me deu grande prazer manter semanalmente, desde 9 de Junho de 1999 a 14 de Setembro de 2005, no *Jornal da Região*, a página «Cantinhos da Região», em que a toponímia ocupava sempre papel importante, como poderá ver-se nos quatro livros em que viria a consignar-se boa parte desses artigos: *Cascais e os Seus Cantinhos* (2002), *Recantos de Cascais* (2007), *Dos Segredos de Cascais* (2009), *Cascais, Paisagem com Pessoas dentro* (2011).

Patricia Carvalhinhos e Mônica Soares:

Pretende investir mais esforços em estudos de toponímia?

José d'Encarnação:

Sim. Como docente e como investigador, gostaria que as pessoas estivessem cada vez mais enraizadas no sítio em que vivem; e, para isso, contribuir para que saibam as suas raízes, amiúde consignadas na toponímia, afigura-se-me deveras relevante. Saber, por exemplo, que em Angra do Heroísmo, as placas toponímicas têm forma ovalada (Figura 3), são de azulejo apenas enchacotado e os nomes dos arruamentos mantêm a grafia antiga, porque, estando classificada como Património Mundial, a cidade que manter a sua identidade; e que, ao invés, noutra ilha do mesmo arquipélago dos Açores, S. Miguel, o mesmo arruamento pode três fracções com nomes diferentes, para guardar a memória de políticos, porque aí tem sede o poder político – parece-me ser importante. Custa-me perguntar a um morador «desculpe, sabe onde é esta rua?» e ele o não saber, quando se trata do arruamento que conflui no seu... Ou perguntar porque é que a sua rua tem tal designação e a pessoa não ter a menor ideia de quem foi a personalidade que à sua rua deu nome... Uma instrução urgente a dar. E os estudos toponímicos detêm essa relevante missão a cumprir: enraizar, transmitir orgulho, fomentar identidade!

Figura 3. Rua d'Agoa, topónimo actual em Angra do Heroísmo



Fonte: acervo pessoal do entrevistado.

Patrícia Carvalhinhos e Mônica Soares:

Fale-nos sobre seu projeto de pesquisa mais atual.

José d'Encarnação:

Sou responsável pelo *Ficheiro Epigráfico*, revista criada em 1982 destinada a dar a conhecer inscrições romanas inéditas encontradas na Península Ibérica e, claro, sobretudo no território actualmente português. Empenho-me, pois, em fazer com que as descobertas sejam estudadas e publicadas. Por isso, está em preparação o volume 238 e a mais recente inscrição publicada tem o nº 821! Por aí se pode aquilatar o percurso feito.

Acontece, todavia, que essas inscrições (falo das romanas, mas também poderia fazer das de outras épocas) se encontram, boa parte das vezes, à vista de todos desde há décadas e

nunca ninguém as 'viu', ou seja, nunca ninguém lhes deu atenção! Tal como acontece com a toponímia. O meu projecto de pesquisa tem essa finalidade: educar a atenção! Fazer com que se descubra numa «pedra com letras» o que está explícito e, de modo especial, o que nela está implícito. Existe em Coruche a seguinte placa toponímica: «Praça da Liberdade / antiga / Praça 5 de Outubro / e / Praça do Comercio» (Figura 4). Inteligentes, os autarcas que estiveram na sua origem! Duma penada, ensinaram que a revolução de 25 de Abril de 1974 trouxera a Liberdade; pela Revolução de 1910 se instituíra a República; e que, durante o século XIX, aí se reuniam os mercadores.

Não é este um projecto deveras aliciante?

Figura 4. Praça da Liberdade, em Coruche



Fonte: acervo pessoal do entrevistado.

Cascais, 03 de Novembro de 2022

José d'Encarnação

Intervista / Interview

Intervista a Maria Giovanna Arcamone

Arcamone: un viaggio attraverso l'onomastica e la toponomástica

*Interview with Maria Giovanna Arcamone:
a journey through Onomastics and Toponomastics*



Maria Giovanna Arcamone 

Università di Pisa, Italy

Intervistato

arcamone@ling.unipi.it

<https://orcid.org/0000-0002-8630-3648>

Patricia Carvalhinhos 

Universidade de São Paulo, Brazil

Intervistatore

patricia.carv@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2188-9497>

Giacomo Giuntoli 

IPSAR Matteotti di Pisa, Italy

Intervistatore

giacomo.giuntoli@matteotti.edu.it

<https://orcid.org/0009-0003-1582-773X>

Ricevuto il: 06/02/2023 | Approvato il: 23/02/2023

Presentazione

Il contributo dalla Prof.ssa Arcamone agli studi di onomastica e toponomastica in più di mezzo secolo di incessante lavoro è davvero di natura incalcolabile. Basti pensare ai suoi contributi pionieristici sugli studi dei toponimi longobardi o al contributo determinante dato alla scena onomastica letteraria italiana con la fondazione di *il Nome nel testo* insieme al compianto prof. Davide De Camilli e alla prof. Donatella Bremer. Ma ciò ovviamente è una goccia infinitesimale di una voce importante che ha saputo ispirare generazioni di studiosi non solo attraverso la caratura dei propri contributi ma anche con un'incessante riflessione sul metodo di ricerca. Detto questo, la presente intervista ci consente di ripercorrere alcune delle tappe di questo straordinario viaggio filologico, onomastico, linguistico ma soprattutto umano dove lo studio dei nomi non è solo un inerte materia per eruditi ma un mezzo per comprendere meglio e nel profondo il complesso mondo in cui viviamo.

LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Maria Giovanna Arcamone, nonostante abbia lasciato da alcuni anni l'università, continua a collaborare con numerose riviste di settore fra cui *Onoma*, *Journal of the International Council of Onomastic Sciences (ICOS)* di cui fa parte del comitato editoriale e lavora attivamente.

Patricia Carvalhinhos e Giacomo Giuntoli:

Anche se la sua specialità sono gli antroponimi, ci parli un po' della storia degli studi di toponomástica in Italia

Maria Giovanna Arcamone:

Premetto che io mi occupo e mi sono sempre occupata, oltre che di antroponimia, anche e moltissimo di toponimia come pure, occasionalmente, di altri nomi (nomi di oggetti, animali, corpi celesti, marchionimi, ecc.) ed anche di onomastica letteraria.

Per quanto riguarda gli antroponimi ho raccolto e studiato l'antroponimia di età longobarda (Italia, secc. VI-IX e oltre fino ai nostri moderni cognomi) nell'ambito della Filologie germanica, di cognomi moderni romanzi nell'ambito del progetto PatRom ideato e diretto da Dieter Kremer (Treviri-Lipsia), di nomi e cognomi e altri nomi nell'ambito dell'attività dell'Associazione Onomastica e Letteratura (O&L), fondata a Pisa dalla sottoscritta, da Davide De Camilli e da Donatella Bremer nel 1993. O&L organizza ogni anno un convegno di Onomastica letteraria in una diversa università italiana e su temi di volta in volta nuovi.

Per quanto riguarda la toponimia, ho indagato sui toponimi italiani di origine germanica e ho individuato l'etimologia di diversi nomi di luogo italiani finora rimasti oscuri nella loro origine. Fra i toponimi di origine longobarda ricordo qui Altopascio, nome di un comune toscano in provincia di Lucca, notoriamente ben longobardizzata, interpretato in passato come alto-passo: questa spiegazione non reggeva perché il luogo è basso e non si spiegava la palatalizzazione di passo in pascio: da documenti anteriori al Mille ho potuto constatare che questo luogo si chiamava prima Teutpassio e che trovava corrispondenza in un Teutpascio della Toscana meridionale, in un area dove anche c'era stata penetrazione longobarda. Non è stato difficile etimologizzare Teutpassio come *theudō-baki- 'rivus publicus, torrente dove si pagava un pedaggio': in questo luogo c'è infatti un torrente che oggi si chiama con un altro nome. In tedesco, la lingua alla quale si ricorre sempre quando si tratta il longobardo, possiede il toponimo corrispondente Diebach. Ho trattato anche i toponimi italiani in genere, specialmente quelli della Toscana, regione dove vivo e che conosco piuttosto bene perché ho passato l'infanzia nella Lucchesia e poi

mi sono mossa fra Firenze e Pisa; gli altri toponimi da me esaminati si trovano nelle province di Firenze e di Pisa, con estensione quelli situati nella provincia di Siena. Ricordo qui il mio lavoro sul coronimo Garfagnana, importante sub regione della Lucchesia: Garfagnana 'territorio di un quadrifinium, dove l'etimologia rivela l'importanza in età classica appunto di questa regione nella quale si trovavano a confinare ben quattro città: Lucca, Luni, Modena e Reggio Emilia.

Per avere un'idea dello stato dell'arte degli studi di toponomastica in Italia oggi consiglio di fare un primo controllo sulla rivista RION (Rivista italiana di onomastica, fondata nel 1995 da Enzo Caffarelli con il patrocinio di Luca Serianni). Per il periodo precedente si può consultare Fiorenza Granucci, Prontuario bibliografico di toponomastica italiana, Dipartimento di Linguistica, Università di Firenze 1988, Giovan Battista Pellegrini, Toponomastica italiana, Milano, Hoepli 1990 ed anche il Dizionario di toponomastica italiana, Torino, UTET 2005.

Patricia Carvalhinhos e Giacomo Giuntoli:

Com'è stato organizzare il 22° congresso internazionale dell'ICOS nel 2005?

Maria Giovanna Arcamone:

Ne ho fatto richiesta durante il ventunesimo congresso ICOS svoltosi a Uppsala nel 2002: abbiám presentato la richiesta in tre, la sottoscritta in inglese, il prof. Davide De Camilli in francese e la prof. Donatella Bremer in tedesco. Abbiamo descritto sommariamente l'Università di Pisa e la città e i suoi dintorni, specialmente quelli marini. Per prepararci in maniera adeguata ho organizzato alcune tavole rotonde alle quali ho invitato gli onomasti non solo più competenti, ma che avessero anche partecipato alla preparazione di precedenti congressi ICOS, fra gli altri Ernst Eichler, Isole Hausner, Botolv Helleland, Dieter Kremer, Bill Nicolaisen, Rob Rentenaar, Mats Wahlberg. Si sono iscritti più di 500 partecipanti: il congresso è andato benissimo e ha avuto luogo nel 2005, dalla fine di agosto fino ai primi di settembre, cioè nell'arco di un'intera settimana. I congressisti che sciamavano per lo splendido centro storico, Torre di Pisa compresa, si potevano individuare facilmente perché abbiamo distribuito il programma e altro materiale inserendolo in borse di cotone verde, divenute poi, con il nome di *green bags*, una delle caratteristiche del congresso stesso. Dopo un'attenta e articolata fase di preparazione, sono state create diverse sezioni collegate tra loro da un titolo comune: I nomi nello spazio e nel tempo. Fra tutte primeggiava per novità quella di Onomastica letteraria, in quanto molto ricca di interventi e discussioni.

Sono usciti in tutto 5 volumi di Atti (in tutto 3.849 pagine!); qualcosa non è stato pubblicato sia per mancanza di fondi, sia per mancanza di tempo. A metà congresso c'è stato un'ottima cena a Tirrenia, località balneare vicinissima a Pisa, presso un bellissimo hotel con piscina, e i congressisti hanno anche ballato a lungo, perché avevamo chiamato una infaticabile piccola orchestra, e abbiamo anche cantato! Qualcuno ha fatto le ore piccole rimanendo a respirare e godere dell'aria di mare!

La consueta gita ha portato i congressisti a Lucca e a Pistoia, passando per Pescia e Altopascio, voci longobarde, come ho spiegato nella precedente risposta.

Ancora a distanza di anni continuiamo a ricevere complimenti e ringraziamenti per l'organizzazione del congresso e per la qualità dei contributi che furono presentati.

Patricia Carvalhinhos e Giacomo Giuntoli:

Siete ancora attivi e partecipate alle commissioni legate a ICOS? Come vede il progresso degli studi onomastici in generale e di quelli toponomastici in particolare in Europa?

Maria Giovanna Arcamone:

Sì, siamo ancora attivi in ICOS: io faccio parte del comitato di redazione della rivista 'Onoma' e sono spesso interpellata come referee per l'accettazione di articoli su 'Onoma' stesso e su altre riviste europee di onomastica. La prof. Bremer fa parte della sezione dedicata alla terminologia onomastica.

La nostra attività a Pisa si concentra sull'organizzazione dei convegni di O&L, cui ho accennato sopra, e qui la colonna dell'Associazione è la prof. Bremer, che, coadiuvata da vari valentissimi colleghi, fra i quali ricordo almeno Serena Mirto e Giorgio Sale, gestisce anche la rivista 'il Nome nel testo', dunque i rapporti con gli autori e con i referee. In quest'ultima si pubblicano, accanto ai contributi più validi presentati in sede congressuale, anche altri saggi provenienti da parte di studiosi italiani e stranieri. Degna di nota è inoltre la collana di studi Nominatio, fondata e curata dall'Associazione, che conta al momento una quindicina di volumi.

Non è da sottovalutare l'importanza della toponomastica all'interno degli studi onomastica letteraria, perché nella fiction i toponimi sono frequenti: essi assolvono da un lato all'importante funzione di circoscrivere gli ambienti e dall'altro concorrono alla caratterizzazione dei personaggi, oltre che a richiamare opere del passato o appartenenti ad altre civiltà.

Da Pisa teniamo rapporti con altre associazioni di onomastica europee, quali la francese Société française d'onomastique, la tedesca Deutsche Gesellschaft für Namenkunde e altre, le iniziative romene dirette da Oliviu Felecan con i suoi convegni e le sue pubblicazioni; tramite PatRom e O&L siamo informati infine su quanto succede anche fuori d'Italia.

A me sembra che il livello degli studi toponomastici in Europa sia giunto ad un ottimo livello e abbia dato vita a un dibattito vivace e continuo. Certo la pandemia da Covid e l'attuale maledetta guerra in Ucraina hanno rallentato tutto, ma questo non ha smorzato l'interesse per la toponomastica e per le altre branche dell'Onomastica in Europa.

Patricia Carvalhinhos e Giacomo Giuntoli:

Se la toponomastica di un luogo è lo specchio di una cultura, cosa ci può dire della toponomastica antica dell'Italia? Ha qualche esempio che le sta particolarmente a cuore e vuole condividere con noi?

Maria Giovanna Arcamone:

L'Italia è una terra di antichissima cultura, poiché è stata abitata da tempi remoti e da tempi remoti è stata occupata e percorsa da genti sempre nuove, data la sua posizione al centro del Mediterraneo, come succede anche oggi con i migranti che approdano in Italia giungendo da Sud (Africa) e da Est (Medio Oriente); in tempi passati sono arrivati nella nostra penisola anche da Nord (Genti germaniche e slave) e da Ovest (Normanni, Spagnoli).

La toponimia italiana conserva molte tracce dei diversi popoli che poi, amalgamandosi, hanno formato gli Italiani e l'Italia.

I toponimi degli strati più antichi, e quindi appartenenti a genti la cui lingua non ci è nota, sono ovviamente difficili da interpretare, ma si presume che fossero designazioni dei luoghi stessi, fotografie verbali delle località: per esempio Roma era forse il nome generico del fiume che poi si chiamerà Tevere.

I numerosi studi sui nomi di luogo italiani sono riusciti ad individuare l'origine linguistica e con questa le etnie che si sono insediate in Italia nelle varie epoche. Nel manuale di Giovan Battista Pellegrini, citato in una delle precedenti risposte, sono ben presentati questi toponimi e le relative lingue, dal fenicio all'etrusco, dal greco al latino, idiomi che

costituiscono ovviamente la base di buona parte dei microtoponimi italiani, mentre i macrotoponimi, cioè i nomi di città, di grandi fiumi, di grandi rilievi, di grandi laghi, ecc. sono generalmente di origine prelatina: per esempio Milano è di origine celtica e significa 'la città che si trova in mezzo a una pianura', così come Genova designa 'la città che, come Ginevra in Svizzera, si trova in un 'ginocchio', cioè in una 'piegatura' della costa.

Ci sono però anche nomi che tramandano degli antroponimi: Aosta ad es. prende il nome dall'imperatore Augusto, mentre Potenza e Firenze sono toponimi di trasparente origine latina. Napoli, Palermo ed altre città siciliane e del Mezzogiorno d'Italia sono di origine greca. In Italia ci sono due strati di toponimi greci: quelli più antichi, di età precristiana, per es. Agrigento, e quelli greco-bizantini, di età tardo imperiale, per es. Riace.

Come ho già illustrato in una precedente risposta, numerosi sono anche i luoghi che ricordano la cultura longobarda, che si è diffusa su buona parte dell'Italia a partire dal VI secolo dopo Cristo, recuperabile nei toponimi di luoghi oggi di media e di modesta importanza e di media grandezza ed estensione, fra i quali i numerosi Gaggio o Gazzo o Cafaggio a seconda delle regioni italiane in cui sono comparsi, voci che indicavano bandite di caccia, o le Péscie, Pésciole o (Al-to)-pascio in Toscana, Amiata ancora in Toscana, Aramengo in Piemonte e Aramo in Lucchesia, ecc.: perduranti segnali di una profonda penetrazione sociale e militare di genti venute dall'Oltralpe quali furono i Longobardi.

La Sicilia è zeppa di toponimi di origine araba, dimostrazione della forte presenza di quelle popolazioni nell'isola: Caltanissetta.

Nel nordest italiano si incontrano toponimi di origine slava come Gorizia, e nel nordovest toponimi di origine francese come Saint-Vincent o Courmaieur, data la vicinanza ad est di lingue slave e a ovest dei Francesi.

Insomma, la ricchissima e differenziatissima toponimia italiana è la dimostrazione che l'Italia e la sua cultura sono il prodotto di una sintesi di molte diverse culture.: questo è forse il motivo della 'creatività' italiana, famosa nel mondo!

Patricia Carvalhinhos e Giacomo Giuntoli:

San Paolo, la città che ospita l'Università di San Paolo e anche questa rivista, è nota per essere uno dei luoghi con più Italiani e loro discendenti fuori dall'Italia. Molte città della regione meridionale del Brasile hanno nomi trapiantati in omaggio alle città italiane. Come considera questo sentimento topofilo?

LINHA D'ÁGUA

Maria Giovanna Arcamone:

Questo sentimento 'topofilo' è presente presso tutte le popolazioni che si siano trasferite in paesi lontani dalla madrepatria: lo si può documentare fin dall'antichità.

Le Americhe ne sono piene, sia quella del nord (si vedano i lavori della geografa fiorentina Laura Cassi) sia quella del sud, come Lei stessa mi documenta e come ho avuto modo di constatare io personalmente nei miei quattro viaggi di lavoro e studio fra Argentina e Brasile.

Ritengo questo sentimento naturale e nobilissimo nell'essere umano e non solo: anche gli animali, pur non dando nomi ai luoghi, cercano di ritornare sempre al luogo natio. Noi donne e uomini, quando non ci è possibile ritornare nel nostro paese di origine, ce lo prefiguriamo attraverso la denominazione dei luoghi, ricreando così una parvenza di luogo natio che ci rende meno duro il distacco dalla nostra terra.

Ritengo inoltre che andrebbe proprio fatta una raccolta a livello mondiale dei toponimi ripetuti 'oltre oceano', mi sembra che esistano solo lavori parziali.

Patricia Carvalhinhos e Giacomo Giuntoli:

Ci parli un po' dei toponimi "deantroponimici", cioè quelli che derivano da nomi di persone. Come si verifica questo fenomeno?

Maria Giovanna Arcamone:

Questo tipo di toponimi è frequente e la sua origine ha diverse motivazioni:

a) la necessità di identificare un luogo, normalmente poco abitato, che ha poche caratteristiche naturali, per cui si ricorre al nome di colui o della famiglia che li risiedono;

b) valore celebrativo di una personalità di spicco sia vicina sia lontana: nomi di eroi caduti in guerra, di martiri, di geni dell'arte, della politica, della religione; nomi che sono presenti soprattutto nell'odonomastica, nelle sedi di istituzioni, di scuole, di ospedali, di sindacati, oppure negli insediamenti di nuova istituzione, come spesso presso i Romani (si veda Aosta già menzionato e Margherita di Savoia comune della Puglia dal nome della regina consorte del re d'Italia Umberto I; in Germania Ludwigshafen am Rhein prende il nome da Ludovico di Baviera;

c) designa una proprietà di notevoli dimensioni che prende il nome della famiglia del proprietario, specie se nobile; sono frequenti nei palazzi cittadini ed anche nelle campagne ben curate, es. Castelnuovo Berardenga (Siena) dalla famiglia dei Berardenghi;

d) deriva dai nomi dei santi ai quali è dedicata la chiesa locale;

e) dal nome e/o dal cognome del proprietario di un esercizio commerciale, oppure da un antroponimo scelto dall' esercente, anche diverso dalla propria denominazione e da quella dei suoi consanguinei.

Alla base di tutti questi toponimi c'è l'importanza attribuita alla forza dei nomi propri in quanto designatori di identità.

Patricia Carvalhinhos e Giacomo Giuntoli:

Qual è il suo progetto preferito e quello a cui sta lavorando attualmente?

Maria Giovanna Arcamone:

In ambito onomastico il mio progetto preferito in questo momento è quello che si muove nell'ambito dell'onomastica letteraria, cioè di quella branca dell'onomastica che indaga sulla scelta e sulla funzione dei nomi propri di ogni tipo (antroponimi, toponimi e altri nomi) nell'opera letteraria. Questo anche per consolidare e onorare l'Associazione Onomastica e Letteratura (O&L) fondata a Pisa nel 1993 dalla sottoscritta insieme a due validissimi colleghi, Davide de Camilli (ora purtroppo non più in vita) e Donatella Bremer, entrambi autori di pregevolissimi lavori fondamentali proprio per questo tipo di ricerche. La prof. Bremer è anche la colonna dell'Associazione perché si occupa fra l'altro dei rapporti con gli autori degli articoli e delle monografie che vengono pubblicati nella nostra rivista il Nome nel testo e nella collana Nominatio. A tutto questo ho già fatto cenno in una precedente risposta.

Gli autori sulle cui opere e sui cui nomi propri sto indagando sono Giuseppe Tomasi di Lampedusa (per il quale ritengo di avere individuato il significato da dare al titolo della sua opera più celebre *Il Gattopardo* con un articolo che è stato recensito già da 4 riviste straniere), Dario Fo e Grazia Deledda. Delle opere di questa ultima sto valutando la resa dei nomi propri e delle loro funzioni in alcune traduzioni in lingua straniera.

Il progetto invece al quale sto lavorando è quello della ricerca di nomi di luogo italiani di origine longobarda: ne sono stati individuati già diversi, per lo più molto diffusi, come il tipo Cafaggio/Gaggio/Caio 'bandita' < germ. *gahagja-, il tipo Gualdo 'bosco' < germ *walda-, il tipo Péscia 'torrente' < germ. *baki-, ecc.: di solito si tratta di toponimi derivati da nomi comuni semplici, ma se ne trovano anche di derivati da nomi comuni composti come Aramo e Aramengo, già menzionati in altra risposta, che derivano da *harja- haima- 'sede dell'esercito', termine con il quale veniva tradotto il latino castrum.

Lo scopo è quello di contribuire alla conoscenza della cultura germanica dei Longobardi, nota finora solo attraverso i prestiti longobardi in italiano, da alcune cronache e dai non molti documenti privati di età longobarda giunti fino ad oggi..

Patricia Carvalhinhos e Giacomo Giuntoli:

Concludiamo l'intervista chiedendoti se hai qualche consiglio pratico per i giovani che vogliono dedicarsi alla ricerca onomastica.

Maria Giovanna Arcamone:

Consigli pratici:

a) anzitutto farsi una competenza consultando gli Atti dei congressi ICOS e gli Articoli delle riviste di onomastica che trattino gli argomenti di studio o di interesse;

b) a chi si occupa di antroponimia occorrono ottime conoscenze di fonetica e morfologia della lingua o del dialetto del luogo donde provengono i nomi propri oggetto di studio; ottime conoscenze della storia militare, politica e sociale dello stesso luogo; conoscenza degli studi pregressi; conoscenza del maggior numero possibile di antroponimi e delle loro varianti;

c) a chi si occupa di toponimia, oltre a quanto detto sopra, occorrono anche ottime conoscenze geografiche dei luoghi designati, perché spesso i toponimi sono fotografie della natura dei luoghi; conoscenze cartografiche; conoscenza della storia di quel paesaggio;

d) a chi si occupa di onomastica letteraria occorrono ottime conoscenze dell'autore, di tutta la sua produzione, della sua epoca, dei luoghi dove ha vissuto e della critica precedente, sia letteraria sia linguistica sia onomastica, riguardante quell'autore.

Importantissimo: l'analisi dei nomi di un'opera va accompagnata dalla raccolta anche dei nomi delle altre opere.

Auguri e saluti a tutti.

Maria Giovanna Arcamone,
Firenze 27 gennaio 2023

Interview / Entrevista

Interview with Maria Giovanna Arcamone: a journey through Onomastics and Toponomastics

Intervista a Maria Giovanna Arcamone: un viaggio attraverso l'onomastica e la toponomástica



Maria Giovanna Arcamone 

Università di Pisa, Italy

Interviewee

arcamone@ling.unipi.it

<https://orcid.org/0000-0002-8630-3648>

Patricia Carvalhinhos 

Universidade de São Paulo, Brazil

Interviewer

patricia.carv@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2188-9497>

Giacomo Giuntoli 

IPSAR Matteotti di Pisa, Italy

Interviewer

giacomo.giuntoli@matteotti.edu.it

<https://orcid.org/0009-0003-1582-773X>

Submitted: 06/02/2023 | Accepted: 23/02/2023

Presentation

Prof. Arcamone's contributions to the studies of onomastics and toponymy in over half a century of incessant work are truly invaluable. One only needs to consider her pioneering work on Lombard toponyms or her decisive contribution to the Italian literary onomastic scene through the founding of *il Nome nel testo* with the late Professor Davide De Camilli and Professor Donatella Bremer. But this is obviously an infinitesimal drop of an important author that has been able to inspire generations of scholars not only through her essays and books but also with a never-ending reflection on research methodology. This interview allows us to revisit some of the stages of the key moments of Professor Arcamone's extraordinary lifelong research. Through her work, she has demonstrated that the study of names is not simply an inert academic subject, but rather a way to better and deeply understand the complex world in which we live.

LINHA D'ÁGUA

Linha D'Água's content is licensed under a Creative Commons CC BY-NC 4.0.

Maria Giovanna Arcamone is a retired Professor at University of Pisa (UNIFI), Italy. She still undertakes several tasks and is remembered for organizing the unforgettable ICOS Congress in Pisa (2005), as well as for her current activity in various agencies linked to onomastic studies.

Patricia Carvalhinhos and Giacomo Giuntoli:

Although your favorite subject is anthroponyms, can you tell us about the history of toponymy studies in Italy?

Maria Giovanna Arcamone:

I should note that, in addition to anthroponyms, I deal and have always dealt with toponymy, as well as occasional exploration of other name categories (objects, animals, celestial bodies, brand names, etc.), and literary onomastics

As far as anthroponyms are concerned, I have collected and studied the anthroponymy of the Lombard age (Italy, VI-IX centuries and beyond up to our modern surnames) in the context of Germanic Philology. I have also studied modern Romance surnames as part of the PatRom project conceived and directed by Dieter Kremer (Trier-Leipzig). Additionally, I have examined names, surnames, and other types of names through the Onomastics and Literature Association (O&L), that I founded in Pisa in 1993, along with Davide De Camilli and Donatella Bremer. O&L organizes an annual Literary Onomastics conference on various topics at different Italian universities.

Regarding toponymy, I have conducted research on Italian place names of Germanic origin, and successfully identified the etymology of several previously obscure Italian place names. Among the toponyms of Longobard origin, I recall here Altopascio, the name of a Tuscan municipality in the province of Lucca, notoriously in close contact with the Longobards, interpreted in the past as “high pass”: this explanation did not hold up because the place is actually low in elevation and the palatalization of *passo* that became *pascio*. Through examining documents dating before the year 1000, I was able to ascertain that this place was first called Teutpassio and that it corresponded to a Teutpassio of southern Tuscany, in an area where there had also been Longobards. By analyzing its etymology, I was able to determine that Teutpassio can be traced back to *theudō-baki- meaning “public stream or river where a toll was paid”, which aligns with the fact that there is a stream in the area that had a different name in the past. In German, the language closely related to Lombard, the corresponding toponym is Diebach.

Furthermore, I have also examined Italian toponyms in general, particularly those of Tuscany, a region where I spent my childhood in the province of Lucca, and later moved between Florence and Pisa. The other toponyms that I have researched are situated in the provinces of Florence and Pisa, as well as those in the province of Siena. In particular, I conducted a study on the choronym Garfagnana, an important sub-region of Lucca. Its name "Garfagnana" means "territory of a quadrifinium", and its etymology reflects the region's significance during the classical era, as it encompassed four cities: Lucca, Luni, Modena, and Reggio Emilia.

To understand the current state of toponymy studies in Italy, I recommend checking the RION magazine, an Italian magazine of onomastics founded in 1995 by Enzo Caffarelli under the patronage of Luca Serianni. For information on the previous period, you can refer to Fiorenza Granucci's *Bibliographic Handbook of Italian Toponymy* (Department of Linguistics, University of Florence, 1988), Giovan Battista Pellegrini's *Italian Toponymy* (Milan, Hoepli, 1990), and the *Dictionary of Italian Toponymy* (Turin, UTET, 2005).

Patricia Carvalhinhos and Giacomo Giuntoli:

Tell us about the organization of the 22nd international congress of ICOS (International Council of Onomastic Sciences) in 2005.

Maria Giovanna Arcamone:

I requested the mandate to organize an event during the 21st ICOS (International Council of Onomastic Sciences) Congress held in Uppsala in 2002. We submitted the request in three languages, with me presenting in English, Prof. Davide De Camilli in French, and Prof. Donatella Bremer in German. We provided a brief description of the University of Pisa, the city, and its surroundings, with a special emphasis on the coastal areas. To prepare ourselves, I organized briefings with onomastics scholars who had participated in previous ICOS congresses and were among the best in the field, such as Ernst Eichler, Isole Hausner, Botolv Helleland, Dieter Kremer, Bill Nicolaisen, Rob Rentenaar, and Mats Wahlberg.

The congress was a success, with more than 500 participants registering to attend. It was held from the end of August to the beginning of September 2005, spanning an entire week. Participants could be easily identified by the green cotton bags we distributed containing the program and other materials. These bags, later called "green bags," became one of the trademarks of the congress. We created several sections linked together by a

common theme: "Names in Space and Time." The literary onomastics section stood out, being particularly rich in speeches and discussions.

A total of five volumes of Proceedings have been published – comprising 3,849 pages in total! However, some material could not be published due to both lack of funds and time constraints. During the congress, there was an excellent dinner held in Tirrenia, a seaside resort located very close to Pisa, at a beautiful hotel with a swimming pool. We called a small orchestra and the congress participants danced for a long time – we even sang! Some even stayed up late to enjoy the sea air!

The congress participants took the usual congress trip to Lucca and Pistoia, passing through Pescia and Altopascio, which are place names of Longobard origin, as I explained in my previous response. Even though almost twenty years have passed since then, we still continue to receive compliments and thanks for the organization of the congress and the quality of the contributions presented.

Patricia Carvalhinhos and Giacomo Giuntoli:

Are you currently involved in any ICOS-related committees or activities? What is your perspective on the advancements made in onomastic and toponymic research in Europe?

Maria Giovanna Arcamone:

Yes, we are still active in ICOS. I am part of the editorial board of the journal "Onoma" and I am often asked to serve as a referee for the acceptance of articles not only in "Onoma" but also in other European journals of onomastics. Prof. Bremer is involved in the section dedicated to onomastic terminology.

Our activity in Pisa focuses on the organization of O&L conferences, as I mentioned earlier. One of the key figures of the Association is Prof. Bremer, who, with the assistance of various talented colleagues, including Serena Mirto and Giorgio Sale, manages the magazine *il Nome nel testo* and handles relationships with authors and referees. Besides publishing the most valuable contributions presented at the congress, the journal also publishes other essays by Italian and foreign scholars. The series of studies *Nominatio*, founded and edited by the association, is also noteworthy, with about fifteen volumes currently available.

The importance of place names in literary onomastic studies should not be underestimated. In fiction, place names play a crucial role as they not only circumscribe

the environments but also contribute to characterizing the characters. Additionally, they often evoke works from the past or belonging to other civilizations.

From Pisa, we maintain relationships with other European associations of onomastics, such as the French Société française d'onomastique, the German Deutsche Gesellschaft für Namenkunde, and others, including the Romanian initiatives directed by Oliviu Felecan with his conferences and publications. Lastly, through PatRom and O&L, we also stay informed about what is happening outside of Italy.

In my opinion, the level of toponymic studies in Europe has reached an excellent standard and has given rise to lively and ongoing discussions. While the Covid pandemic and the ongoing war in Ukraine have slowed down progress in this field, they have not diminished the interest in place names and other branches of onomastics in Europe.

Patricia Carvalhinhos and Giacomo Giuntoli:

If the toponymy of a place is the mirror of a culture, what can you tell us about the ancient toponymy of Italy? Do you have any examples that are particularly close to your heart and you would like to share with us?

Maria Giovanna Arcamone:

Italy is a land with a rich and ancient culture, owing to its long history of habitation and the constant influx of new peoples throughout the ages. Thanks to its central location in the Mediterranean, Italy continues to attract migrants today from both the South (Africa) and the East (Middle East). In the past, the peninsula was also settled by people arriving from the North (such as Germanic and Slavic tribes) and from the West (including the Normans and Spaniards).

Italian toponymy contains numerous traces of the diverse peoples who have inhabited Italy throughout its history. The place names that date back to the earliest periods, belonging to peoples whose language is no longer known to us, are often difficult to interpret. However, it is generally believed that these names served as designations for the places themselves, providing a kind of verbal snapshot of the locality. For instance, Rome may have originally been the general name for the river that would later come to be called the Tiber.

The numerous studies on Italian place names have been able to trace the origins of Italian place names, shedding light on the ethnic groups that have settled in Italy over time. In Giovan Battista Pellegrini's manual, which was mentioned in a previous answer, these toponyms and their corresponding languages are presented in detail, ranging from Phoenician to Etruscan, and from Greek to Latin. These languages form the basis for many of the micro-toponyms found in Italy, while the macro-toponyms – such as the names of cities, large rivers, major mountains, and large lakes – are generally of pre-Latin origin. For example, the name Milan comes from Celtic roots and means "the city located in the middle of a plain," while Genoa derives from the same Celtic root as the Swiss city of Geneva, designating "the city situated at a bend or fold in the coast."

There are also place names that have their roots in anthroponyms. For instance, Aosta derives its name from the emperor Augustus, while Potenza and Florence have toponyms of transparent Latin origin. Naples, Palermo, and other cities in Sicily and southern Italy, on the other hand, have Greek origins. In fact, there are two layers of Greek toponyms in Italy: the older ones, dating back to the pre-Christian era, such as Agrigento, and the Greek-Byzantine ones from the late imperial period, such as Riace.

As mentioned in a previous answer, there are numerous places in Italy that reflect the influence of Lombard culture, which spread across the country from the 6th century AD. These places are often of medium or modest size, and their toponyms reflect this history. For instance, there are numerous places called Gaggio, Gazzo, or Cafaggio, depending on the region, which likely indicated the presence of bandits or hunting parties. In Tuscany, one can find places called Péscie, Pésciole, or (Al-to)-pascio, as well as Amiata, which all bear witness to the Lombard presence. Similarly, in Piedmont and the province of Lucca, there are places called Aramengo and Aramo, respectively, that attest to the social and military penetration of the Lombards, who had migrated from beyond the Alps. These toponyms offer persistent reminders of the Lombards' enduring impact on Italy's culture and history.

Sicily is replete with toponyms of Arabic origin due to the strong presence of this population on the island: Caltanissetta. In northeastern Italy, we encounter toponyms of Slavic origin, such as Gorizia, while in the northwest, there are toponyms of French origin, such as Saint-Vincent and Courmayeur, reflecting the proximity of Slavic languages to the east and French to the west.

In short, the rich and varied toponymy of Italy demonstrates that the country and its culture are the result of a synthesis of many different cultures. This may explain Italy's famous creativity, which is recognized around the world.

Patricia Carvalhinhos and Giacomo Giuntoli:

São Paulo, the city that is home to the University of São Paulo and this journal, is known for having one of the largest populations of Italians and their descendants outside of Italy. Many cities in the southern region of Brazil have adopted names in honor of Italian cities. How do you perceive this love for place names?

Maria Giovanna Arcamone:

This love for place names is evident in all communities that have migrated to distant lands and can be traced back to ancient times. The Americas are replete with such examples, both in the north (as evidenced by the works of the Florentine geographer Laura Cassi) and in the south, as you mentioned. And I have personally observed this during my four business and study trips to Argentina and Brazil.

I believe that this love for place names is a natural and noble feeling present in human beings, and it extends beyond us as well. Even animals, although they don't give names to places, try to return to their place of birth. For us humans, when we cannot return to our country of origin, we create a semblance of it through the naming of places. This helps us recreate a sense of familiarity and makes it easier to detach from our homeland.

Moreover, I think that there should be a global collection of toponyms repeated overseas. Although there are partial works available, a more comprehensive and systematic approach would be valuable.

Patricia Carvalhinhos and Giacomo Giuntoli:

Tell us a little about "deanthroponymic" toponyms, i.e. those that derive from people's names. How does this phenomenon occur?

Maria Giovanna Arcamone:

This type of toponym is common and has several motivations:

a) The need to identify a place, which is usually sparsely inhabited and has few distinctive natural characteristics. In such cases, the name of the person or family who resides there is used.

b) Toponyms can also have celebratory value for a prominent personality, either locally or globally known. These names can be attributed to heroes who have fallen in wars, martyrs, and geniuses of art, politics, and religion. These names are often found in the names of streets, institutions, schools, hospitals, trade unions, and newly established settlements. For instance, Aosta and Margherita di Savoia in Puglia, which is named after the queen consort of the king of Italy, Umberto I. Similarly, Ludwigshafen am Rhein in Germany is named after Ludwig of Bavaria.

c) It designates a property of considerable size which takes the name of the owner's family, especially if noble; they are frequent in city palaces and also in well-kept countryside, e.g., Castelnuovo Berardenga (Siena) from the Berardenghi family.

d) It derives from the name of the saint to whom the local church is dedicated.

e) It derives from the name and/or surname of the owner of a commercial establishment, or from an anthroponym chosen by the operator, but different from their own name and that of his blood relatives.

Underlying all these toponyms is the importance attributed to the strength of proper names as designators of identity.

Patricia Carvalhinhos and Giacomo Giuntoli:

What is your favorite project and what are you currently working on?

Maria Giovanna Arcamone:

In the field of onomastics, my current favorite project is focused on literary onomastics. This branch of onomastics investigates the choice and function of proper names (anthroponyms, toponyms, and other names) in literary works. This project aims to consolidate and honor the Onomastics and Literature Association (O&L), which I co-founded in Pisa in 1993 with two esteemed colleagues, Davide de Camilli (who is unfortunately no longer with us) and Donatella Bremer. Both of them have written invaluable works on this type of research. Professor Bremer is also a pillar of the Association, as she manages relationships with the authors of the articles and monographs published in our magazine *il Nome nel testo* and in the *Nominatio* series. I have already mentioned all of this in a previous response.

I am currently investigating the works and proper names of authors such as Giuseppe Tomasi di Lampedusa, for whom I believe I have identified the meaning behind the title of his most famous work, *The Leopard*. This article has already been reviewed by four foreign journals. Additionally, I am examining the works of Dario Fo and Grazia Deledda to evaluate the effectiveness of proper names and their functions in some foreign language translations.

My current project involves the search for Italian place names of Lombard origin. Several common names have already been identified, such as Cafaggio/Gaggio/Caio "bandita" < germ. *gahagja-, Gualdo "forest" < germ. *walda-, and Péscia "stream" < germ. *baki-. Typically, these toponyms are derived from simple common names, but there are also some derived from compound common names, such as Aramo and Aramengo, which I mentioned in a previous answer. These names come from *harja-haima- meaning "headquarters of the army," a term that was used to translate the Latin *castrum*.

The purpose of my research is to enhance our understanding of Lombardic Germanic culture, which has only been discerned through Lombard loanwords in Italian, limited chronicles, and scarce private documents from the Lombard period that still exist today.

Patricia Carvalhinhos and Giacomo Giuntoli:

To conclude the interview, we would like to ask if you have any practical advice for young researchers interested in pursuing onomastic research.

Maria Giovanna Arcamone:

Here are some practical tips:

- a) Begin by acquiring expertise through consulting the Proceedings of the ICOS congresses and articles in onomastics journals that deal with topics of study or interest.

- b) Those who specialize in anthroponymy require excellent knowledge of the phonetics and morphology of the language or dialect of the place from which the proper names being studied originate. They also need extensive knowledge of the military, political, and social history of the region and familiarity with previous studies and the largest possible number of anthroponyms and their variants.

c) Those who specialize in toponymy, in addition to the aforementioned, require excellent geographical knowledge of the designated places, since toponyms often depict snapshots of the area's nature, cartographic knowledge, and an understanding of the history of the landscape.

d) Those who specialize in literary onomastics require excellent knowledge of the author, their entire body of work, their era, the places they lived, and previous criticism, including literary, linguistic, and onomastic. Additionally, it's important to collect the names of the other novels written by the same author when analyzing the names in a novel.

Best wishes and greetings to all.

Maria Giovanna Arcamone,
Florence, January 27, 2023